

REVISTA

CORPOCONSCIÊNCIA

Volume 25 - número 03 - setembro/dezembro de 2021



ISSN 1517-6096

ISSNe 2178-5945

Artigo originais

A composição coreográfica nas produções acadêmico-científicas de ginástica para todos.....	1
Saúde de personal trainers: carro de luxo ou carro popular?.....	18
Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de educação física do município de Fortaleza – CE.....	34
Sistematização dos jogos desportivos coletivos de invasão nos anos finais do ensino fundamental: um relato de experiência.....	49
Possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/ exclusão: as universidades federais da região sul em foco.....	71

Seção temática: Políticas públicas educação/educação física, esporte, lazer e saúde

Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde: para pensar a política de estado e o estado das políticas.....	84
O desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileira (1970-1990).....	94
Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao “não mais”!.....	110
Lazer e participação social: a experiência do conselho gestor do PELC em São Bernardo do Campo.....	131
O perfil das gestoras da federação do Espírito Santo de ginástica e as perspectivas acerca da sua gestão... ..	147
Políticas públicas e gestão de novos esportes no Brasil: o caso do futsal.....	168
Lei de incentivo ao esporte: quais seus objetivos pela visão oficial dos formuladores (agentes políticos)....	188
As políticas públicas e as pautas LGBT+ no Brasil: o lugar do lazer.....	206
Diagnóstico das leis estaduais de incentivo ao esporte no Brasil.....	222

Ensaios

A velhice segundo Simone de Beauvoir considerações para uma gerontologia do envelhecimento.....	237
---	-----

A COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DE GINÁSTICA PARA TODOS

THE COREOGRAPHYC COMPOSITION IN THE ACADEMIC-SCIENTIFIC RESEARCH ABOUT GYMNASTICS FOR ALL

LA COMPOSICIÓN COREOGRÁFICA EN LAS PRODUCCIONES ACADÉMICO-CIENTÍFICAS DE GIMNASIA PARA TODOS

Kássia Mitally da Costa Carvalho

<https://orcid.org/0000-0001-8521-0485> 

<http://lattes.cnpq.br/1095967429386588> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
kassiamitalli@gmail.com

Fernanda Raffi Menegaldo

<https://orcid.org/0000-0002-9542-1128> 

<http://lattes.cnpq.br/9301283237600840> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
fernandamenegaldo@hotmail.com

Maria Letícia Abud Scarabelim

<https://orcid.org/0000-0002-8572-8417> 

<http://lattes.cnpq.br/6783660020778495> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
marialeticiascarabelim@gmail.com

Eliana de Toledo

<https://orcid.org/0000-0002-0430-8040> 

<https://orcid.org/0000-0002-0430-8040> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
eliana.toledo@fca.unicamp.br

Laurita Marconi Schiavon

<https://orcid.org/0000-0003-3568-8311> 

<http://lattes.cnpq.br/9214608426553939> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
lauritas@fef.unicamp.br

Resumo

Este estudo buscou mapear a produção de conhecimento sobre a composição coreográfica na área da Ginástica para Todos (GPT), identificando a incidência e viés com o qual essa temática é abordada pela literatura especializada. Para tal, realizamos uma revisão de literatura – do tipo “estado da arte” –, tendo como fonte os Anais das nove edições (2001-2018) do Fórum Internacional de Ginástica para Todos (FIGPT), além dos periódicos Capes, SportDiscus, ERIC, Scielo, Scopus, Sistema de Bibliotecas Unicamp e Google Acadêmico. Identificamos 50 publicações nos Anais do FIGPT acerca do tema, enquanto nas bases de dados foram identificadas apenas quatro publicações que tratavam especificamente sobre CC. Sendo as instituições às quais os autores se filiam, em sua maioria, do Sudeste, o material levantado indica que, embora a CC seja a principal forma de manifestação da prática da GPT, as produções acadêmico-científicas sobre o tema ainda se mostram incipientes, considerando os periódicos científicos.



Palavras-chave: Educação Física; Ginástica; Coreografia.

Abstract

This study sought to map the production of knowledge about choreographic composition in the area of Gymnastics for All (GfA), identifying an incidence and bias with which this theme is addressed by the specialized literature. To do so, we carried out a state-of-the-art literature review, based in the Annals of nine editions (2001-2018) of the International Forum of Gymnastics for All (IFGFA), and in scientific journals published in Capes, SportDiscus, ERIC, Scielo, Scopus, Unicamp Library System and Google Scholar. We compiled fifty publications dealing with CC in the IFGFA Annals, but only four publications dealing specifically with CC in the database. Concerning institutions and researchers' affiliation, most of the academic-scientific research originates in the Brazilian Southeast, and although CC is the greatest form of expression of GfA practice, findings show that research on the subject is still in its infancy, especially when it comes to searching in scientific journals.

Keywords: Physical Education; Gymnastics; Choreography.

Resumen

Este estudio buscó mapear la producción de conocimiento sobre composición coreográfica en el área de Gimnasia para Todos (GPT), identificando una incidencia y sesgo con el que este tema es abordado por la literatura especializada. Para ello, realizamos una revisión de literatura del tipo "estado del arte", utilizando como fuente los Anales de las nueve ediciones (2001-2018) del Fórum Internacional de Gimnasia para Todos/as (FIGPT), además de los periódicos Capes, SportDiscus, ERIC, Scielo, Scopus, Sistema de Bibliotecas Unicamp y Google Académico. En los Anales del FIGPT identificamos 50 publicaciones sobre el tema, mientras que en las bases de datos fueron identificadas apenas cuatro publicaciones que abordaban específicamente la CC. Siendo las instituciones a las que los autores se afilian, en su mayoría, de la región Sureste, el material analizado indica que, aunque la CC sea la principal forma de manifestación de la práctica de la GTP, las producciones académico-científicas sobre el tema aún se muestran incipientes, principalmente en la búsqueda en periódicos científicos.

Palabras clave: Educación Física; Gimnasia; Coreografía.

INTRODUÇÃO

As composições coreográficas (CC) são manifestações de cunho artístico relacionadas a práticas tanto do campo das Artes e da Dança como da área do Esporte, como a patinação artística, o nado sincronizado e as diferentes ginásticas, dentre elas a Ginástica Rítmica (GR) e a Ginástica Artística (GA). No contexto gímnic, destaca-se ainda uma prática essencialmente demonstrativa, a Ginástica para Todos (GPT), que engloba essas manifestações – as CC – de maneira muito particular, evidenciando diferenças em relação às coreografias de modalidades gímnicas esportivizadas.

No caso das ginásticas esportivizadas (SILVA et al., 2021), as exigências são previamente definidas pelos seus respectivos códigos de pontuação, que por sua vez são estruturados por comitês técnicos, e norteiam o desenvolvimento e processo de composição das coreografias, ou ainda das "séries" ou "rotinas", como são chamadas no contexto do alto rendimento. Assim, no contexto dessas modalidades, as CC podem (e devem!) ser criativas, mas precisam contar com elementos obrigatórios pré-definidos que, de certo modo, podem restringir e limitar certas possibilidades criativas.



Já a GPT diferencia-se dessas modalidades devido à sua concepção e características particulares, com destaque para seu aspecto essencialmente não competitivo, livre e inclusivo, já evidenciado por diversos autores(as) da área. Pérez Gallardo (1997) e Souza (1997), ainda na década de 1990, tratavam a GPT – na época conhecida como Ginástica Geral (GG) – como uma “manifestação da cultura corporal”, evidenciando em sua produção as características inclusivas dessa prática por meio das diversas possibilidades de diálogo com outras formas de expressão corporal, contribuindo para o fomento da diversidade, da formação e da capacitação humana.

Essa constituição da GPT foi corroborada em produções subsequentes dos mesmos autores(as) (SOUZA, 1997; PAOLIELLO et al., 2014), bem como por outros(as) (AYOUB, 2013; TOLEDO; TSUKAMOTO; CARBINATTO, 2016). Nessa concepção, entendemos que a CC possui um papel relevante, pois caracteriza-se como o locus dessa construção “livre e criativa” possível no contexto da GPT. Outros(as) autores(as) caminharam nessa direção, evidenciando que a prática da GPT tende a ser mais livre e potencialmente mais diversificada, justamente pelo fato de não possuir um conjunto de regras rígidas ou um código gestual, instituídas por um código de pontuação (BORTOLETO, 2008; SILVA et al., 2021). Sendo assim, a composição coreográfica na GPT permite um leque maior de possibilidades, abarcando diferentes manifestações numa só produção, geralmente apresentadas em festivais ginásticos (PATRÍCIO; BORTOLETO; CARBINATTO, 2016).

Apesar da CC não ser obrigatória para grupos de GPT, ela é compreendida por muitos como um processo pedagógico importante que culmina em um “resultado final” ou em um “produto” – a coreografia em si (PAOLIELLO et al., 2014; CARBINATO; REIS-FURTADO, 2019). Nesse contexto, Ayoub (2013, p. 94) destaca que:

Ao considerarmos a ginástica geral como algo a ser demonstrado, devemos estar atentos para que ela não seja vista apenas como um “produto”, desconectada de um processo. Ao contrário, essa perspectiva de demonstração da ginástica geral precisa ser tratada como parte integrante do processo educativo da GG [...] no processo de elaboração de uma composição coreográfica, devem ser privilegiadas as experiências e interesses dos alunos e o trabalho em grupo, estimulando a cooperação, a capacidade de ação e a autonomia dos educandos como sujeito do processo educativo, para que possam compor em coautoria com outros sujeitos, buscando novas interpretações, novas leituras, novas significações antes desconhecidas.

Todo esse processo caracteriza-se, por vezes, como um elemento motivacional para o grupo (TOLEDO, 2005a; ALMEIDA, 2016). No entanto, ainda que a relevância das composições seja indubitável no contexto da GPT, essa temática parece não possuir um espaço



expressivo entre as produções acadêmico-científicas, fato que nos inquieta. Assim, nosso objetivo foi mapear a produção de conhecimento sobre a composição coreográfica na área da GPT, identificando a incidência e viés com o qual essa temática é abordada pela literatura especializada.

MÉTODO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura (LAVILLE; DIONNE, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2008), também denominada “estado da arte” (FERREIRA, 2002), com cunho descritivo e desenvolvida em duas etapas. A primeira etapa caracterizou-se pela análise dos Anais de nove edições do Fórum Internacional de Ginástica para Todos (FIGPT), um dos maiores e mais tradicionais eventos de GPT das Américas que se destaca, principalmente, por contemplar as dimensões científica, pedagógica e artística da prática. O recorte temporal que fizemos compreende todas as edições do evento, ou seja, de 2001 a 2018, a saber: 2001, 2003, 2005, 2007, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. Nessa etapa foram catalogadas todas as publicações dos Anais, o que possibilitou a aplicação dos filtros (palavras-chave) “coreografia” e “composição coreográfica”. Posteriormente foram selecionadas todas as publicações que abordam a temática das CC, registrando o título, o resumo, o ano de publicação, os(as) autores(as) e sua filiações.

Para este artigo, foram considerados todos os trabalhos publicados nos anais dos eventos: resumos (independente do formato de apresentação – pesquisas, sala de imagens, relatos de experiência, mostra pedagógica) e trabalhos completos. Assim, após o levantamento e a organização das produções, iniciamos a análise desse material. Esse processo foi subsidiado pela metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Dessa forma, foi possível identificar quais são os assuntos/temas tratados nas produções específicas sobre composições coreográficas na GPT.

Na segunda etapa da pesquisa, consultamos sete bases de dados: periódicos Capes, SportDiscus, ERIC, Scielo, Scopus, Sistema de Bibliotecas Unicamp e Google Acadêmico. Os termos utilizados para a busca de artigos foram “*Gymnastics for All*” e “*General Gymnastics*”, com utilização de aspas. Para as bases de dados ERIC e Scielo, após as buscas com os termos já citados, foi realizada a busca com o termo “*Gymnastics*” em função da ausência de resultados com a utilização dos termos anteriores. Considerando nosso objetivo de alcançar um maior



número de trabalhos para análise e reunir o máximo de material científico produzido sobre as composições coreográficas na GPT, não foram utilizados filtros para recorte temporal.

Com os artigos selecionados, iniciamos as leituras de seus títulos e resumos, visando confirmar e relacionar os conteúdos abordados nas produções sobre GPT. Após essa primeira leitura foram confirmados e, portanto, selecionados 95 textos: Periódicos Capes (3), SportDiscus (8), Scopus (8), ERIC (3), Scielo (6), SBU (13), Google Acadêmico (54). Os resultados encontrados em cada base foram comparados e iniciamos o processo de exclusão de artigos repetidos em bases de dados diferentes e entre os resultados dos dois termos utilizados, uma vez que alguns estudos foram encontrados por "*Gymnastics for All*" e, também, por "*General Gymnastics*" no mesmo repositório. A partir da filtragem dessas repetições (46), restaram 49 artigos sobre GPT, sendo esse o nosso recorte para o início das buscas por produções que abordassem o tema da presente pesquisa: CC na GPT. Os 49 artigos foram alocados no Excel, onde foram inseridos dados como título, autores (as), palavras-chave e base(s) em que foram encontrados.

A partir disso, uma segunda leitura de todo esse material referente aos periódicos científicos foi realizada, buscando especificamente textos que tratassem da temática composição coreográfica. Esse último filtro resultou na seleção de apenas quatro artigos. Vale indicar que muitos estudos sobre GPT mencionam as CC como um aspecto essencial dessa prática, porém, consideramos apenas as quatro produções que foram além da simples menção e se dedicaram, especificamente, a uma discussão mais aprofundada sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e a discussão dos dados serão realizadas seguindo as etapas metodológicas e, portanto, foram divididas em dois momentos: apresentação das produções nos Anais do FIGPT e, posteriormente, da revisão sistemática nos periódicos indexados.

Anais do FIGPT (2001-2018)

Tabela 1 – Total de trabalhos dos Anais do FIGPT e frequência de trabalhos de CC por edição

Ano	Total de trabalhos	Trabalhos sobre CC	%
2001	33	7	21,2%
2003	44	5	11,3%



2005	76	7	9,2%
2007	78	1	1,2%
2010	81	4	4,9%
2012	93	2	2,1%
2014	83	4	4,8%
2016	87	11	12,6 %
2018	121	9	7,4%
Total	696	50	7,1 %

Fonte: construção das autoras.

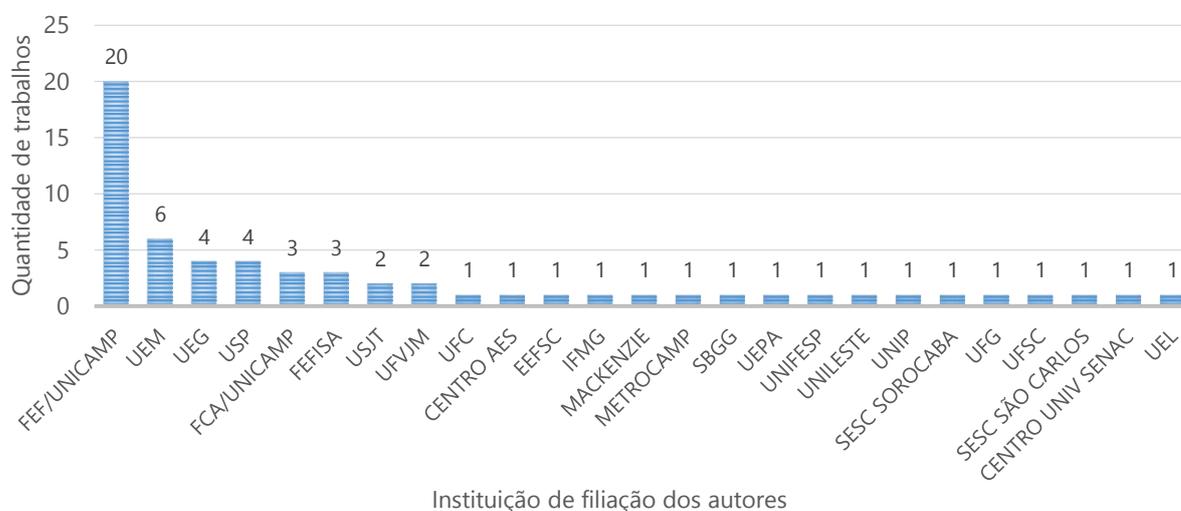
Entre os 696 trabalhos publicados nos Anais das nove edições do FIGPT, foram identificados 50 estudos relacionados ao tema composição coreográfica, o que representou 7,1% do total das publicações. Considerando o número bruto de trabalhos sobre a temática por edição, as duas últimas edições concentram os maiores quantitativos de publicações (2016 e 2018). No entanto, ao observarmos o percentual dos trabalhos sobre CC publicados por edição, o ano de 2001 teve 21,2% de seus trabalhos sobre essa temática, se destacando em relação às outras edições. Ressaltamos que, por conta do caráter internacional do evento, os 50 trabalhos estão publicados em três idiomas (português, inglês e espanhol), embora a autoria destes seja de pesquisadores(as)/professores(as) brasileiros(as).

Por outro lado, um recente estudo realizado sobre as produções acadêmicas em GPT analisou 72 produções científicas sobre a prática – entre artigos, teses, dissertações e monografias – e identificou apenas nove textos produzidos por pesquisadores(as) de outras nacionalidades e/ou redigidos em outros idiomas (MENEGALDO; BORTOLETO, 2020). Se por um lado esse dado confirma a atuação de pesquisadores(as) brasileiros(as) na produção sobre essa prática, por outro, traz um alerta sobre a escassez de literatura produzida em línguas estrangeiras, limitando, de certa forma, o alcance dessas produções. Assim, embora haja um movimento no sentido da internacionalização das produções acadêmico-científicas promovidas pelo FIGPT (majoritariamente na forma de resumo), com sua divulgação em diferentes idiomas, o mesmo parece não ocorrer nas produções que versam sobre GPT em outros formatos, por exemplo, artigos publicados em periódicos científicos.

A análise aqui empreendida nos convida, portanto, a refletir sobre o vínculo dos(as) autores(as) das produções sobre composição coreográfica, o que nos levou a obter os seguintes dados:



Gráfico 1 – Incidência das universidades e/ou instituições de vínculo dos autores(as) da amostra



Fonte: construção das autoras.

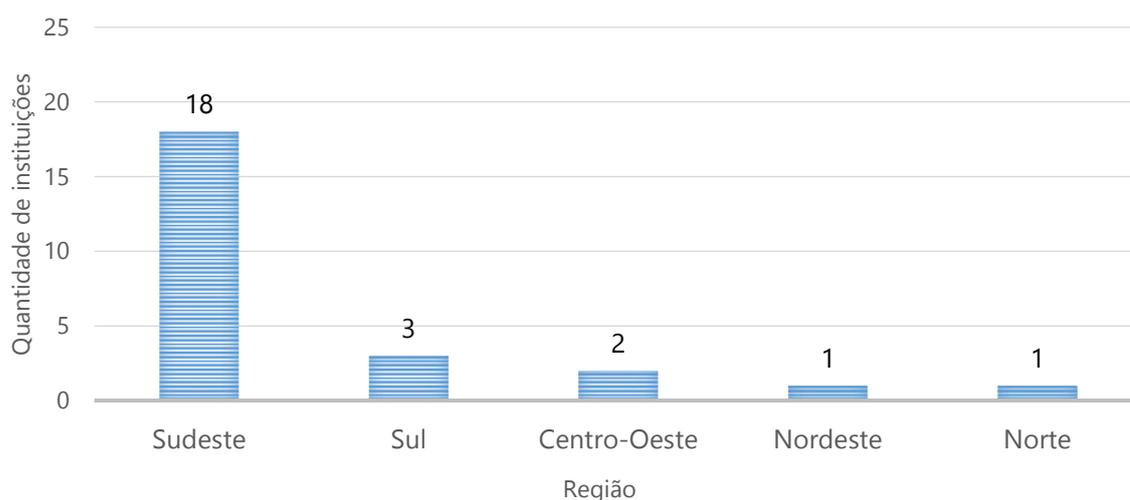
Identificamos 25 instituições às quais os(as) autores(as) das produções sobre CC estavam vinculados no ano de publicação dos trabalhos, o que é um índice interessante ao considerarmos a especificidade da temática no contexto da GPT. Com relação à variedade de perfil, há uma esmagadora incidência das Universidades (incluindo-se nessa categoria também os institutos, faculdades e centros), sendo a maioria públicas; duas unidades paulistas do Sesc (Serviço Social do Comércio) e uma Associação (SBGG – que não existe mais). Esses dados parecem ir ao encontro do já exposto por Toledo (2005b), sobre o papel fundamental da Universidade no desenvolvimento da GPT no Brasil (e seus subtemas de pesquisa, projetos, eventos, ações de intervenção).

Vale ressaltar que algumas produções tinham autoria de pesquisadores(as)/profissionais de duas ou mais instituições e, uma vez que todas foram consideradas para a análise, o número absoluto do Gráfico 1 excede o número total de trabalhos identificados sobre a temática. Os dados acima colocam em destaque a produção advinda da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-Unicamp), que lidera a quantidade de trabalhos publicados sobre CC nos Anais do FIGPT, com 20 produções vinculadas a instituição. Esse número expressivo pode estar ligado à atuação do Grupo de Pesquisa em Ginástica (GPG), também associado à Unicamp, que é expoente na produção de conhecimentos sobre a Ginástica no Brasil (LIMA et al., 2015; CARBINATTO et al., 2016).



A partir do levantamento das instituições é possível inferirmos a representatividade das diferentes regiões do país no que tange às publicações de nosso recorte sobre a temática, o que pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantidade de instituições de vínculo dos autores por regiões do país



Fonte: construção das autoras.

Embora todas as regiões estejam contempladas no Gráfico 2, o que já é um dado significativo, destaca-se a incidência expressiva de instituições da região Sudeste (18). Entre elas, 15 são de São Paulo e três são de Minas Gerais, não figurando entre os dados instituições do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, embora tenha sido identificado nos Anais que estas regiões estão presentes nos festivais e na publicação de trabalhos sobre outras temáticas. Esses dados reforçam a atuação de instituições paulistas nas produções sobre GPT, especificamente no recorte que aqui fazemos para CC. Como justificativa, em concordância com Lima e colaboradores (2015), além da FEF-Unicamp, outras universidades do estado de São Paulo, como USP e a Universidade Estadual de São Paulo “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), também são representativas quanto aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da Ginástica. Concomitante a isso, a Federação Paulista de Ginástica é uma das mais antigas do país, fundada em 1956 (PUBLIO, 2002), e tem promovido há mais de 30 anos ações de GPT, como o tradicional Festival Paulista de Ginástica (GINPA), fato que colabora para essa consolidação. Esse cenário também indica um campo ainda maior para a realização de pesquisas e atividades acadêmicas, corroborando os dados encontrados acerca da autoria dos trabalhos analisados.



A região Sul figura no Gráfico 2 com três instituições (JEM, UEL e UFCS), a Centro-Oeste com duas (UEG e UFG), enquanto as regiões Norte e Nordeste aparecem apenas com uma incidência cada. Esse cenário parece estar de acordo com inferências realizadas sobre a produção de conhecimento não apenas na área da Ginástica (CARVALHO, 2018), mas da própria Educação Física, a partir de levantamentos realizados sobre a produção intelectual nas diferentes regiões do país (CAPES, 2018), justificando que o Sul e o Sudeste apresentam números mais expressivos em função da concentração de programas de pós-graduação nessas regiões (CORRÊA; CORRÊA; RIGO, 2018).

Por fim, uma última análise se refere ao formato das produções encontradas de acordo com as possibilidades ofertadas pelo evento. Nesse sentido, ressaltamos que os(as) pesquisadores(as) tiveram, ao longo das 9 edições, a opção de submeter diferentes tipos de textos, como resumos, resumos com imagens, resumos com vídeos, trabalhos completos e resumos de trabalhos completos que foram posteriormente publicados na Revista Conexões (FEF-Unicamp). Entre os 50 trabalhos encontrados em nosso recorte temático (CC), 47 eram em formato de resumo e três eram trabalhos completos.

Direcionando a atenção ao conteúdo dos trabalhos selecionados, agrupamos as pesquisas em seis categorias, dispostas na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Categorização dos temas dos trabalhos publicados sobre CC nos Anais do FIGPT

Categoria	Total
Planejamento, organização e experiências de CC de GPT	20
Construção coletiva e criativa de coreografias de GPT	8
Inserção de elementos/valorização da cultura por meio da CC de GPT	7
Elementos constituintes de uma coreografia de GPT	6
Representação em diagramas e registro de coreografias de GPT	5
Comunicação expressiva por meio da coreografia de GPT	2
A coreografia e o lúdico	2

Fonte: construção das autoras.

A categoria *Planejamento, organização e experiências de CC de GPT* reuniu 40% trabalhos. Esses estudos trazem relatos sobre a importância do planejamento e da organização sistemática de uma coreografia, tarefas geralmente atribuídas aos coordenadores dos grupos. Eles versam, ainda, sobre aspectos como processos pedagógicos para a composição de uma coreografia e experiências de participantes e coordenadores.



Já a categoria que retrata a *Construção coletiva e criativa de coreografias* aparece em seguida, representando 16% dos estudos selecionados. Apesar de ser uma categoria diretamente relacionada à primeira, no sentido de abordar um processo pedagógico específico para a construção de coreografias, optamos por criá-la com certa especificidade, pois é muito citada e bem desenvolvida nesses trabalhos, retratando o processo de construção coreográfica e o seu desenvolvimento por parte de coordenadores(as) e participantes, além da importância do processo coletivo de criação. Essa metodologia de construção coletiva de coreografias, inclusive, é uma das mais utilizadas por diversos grupos de GPT do Brasil, inspirados direta ou indiretamente pela proposta metodológica desenvolvida pelo Grupo Ginástico Unicamp (GGU), fato observado em recente estudo de Scarabelim (2019). As investigações acerca dessa categoria também vão ao encontro das afirmativas de outros(as) autores(as), como Pérez Gallardo (1997), Ayoub (2007) e Menegaldo e Bortoleto (2018), que tratam a GPT como uma prática que permite um espaço de socialização, ou seja, de troca, que se dá de várias maneiras, dentre elas, o momento de construção/composição de uma coreografia.

Quanto à *Inserção de elementos/valorização da cultura por meio da CC de GPT*, 14% se enquadraram nessa categoria, trazendo elementos da cultura popular brasileira, como jogos, brincadeiras, lutas e folclore, que aparecem nesses textos, alinhando-se à característica da GPT que permite associar referências culturais à prática gímnica (FIG, 2016), o que, nesse caso, se traduz em aspectos da cultura regional. Outros 12% se enquadraram na categoria *Elementos constituintes de uma coreografia de GPT* e relacionam-se aos diferentes aspectos que fazem parte de uma CC: elementos ginásticos e acrobáticos, formações, transições, movimentação, ação e dramaturgia, materiais tradicionais e alternativos, expressão corporal dos ginastas, músicas, tema e figurinos (SCARABELIM; TOLEDO, 2016; TOLEDO; TSUKAMOTO; CARBINATTO, 2016; GERLING, 2017).

Para além disso, 10% dos estudos se enquadraram na categoria *Representação em diagramas e registro de coreografias de GPT* e abordam, por exemplo, a elaboração e a utilização de modelos e fichas de sistematização e mapeamento de movimentos, formações e outros elementos coreográficos, com o intuito de facilitar a compreensão, a organização e o aprendizado da coreografia, sendo também uma forma de registro do desenvolvimento coreográfico (SCARABELIM; TOLEDO, 2015, 2016). Nesse sentido, essas ferramentas podem ser associadas ao que na literatura da área é conhecido como "diagramação" de coreografias (ROCHA, 2004; BORTOLETO; GRANER, 2007; BENTO-SOARES; ALMEIDA; BORTOLETO, 2016).



Já na categoria *Comunicação expressiva por meio da coreografia de GPT* foram agrupados dois estudos. Embora a GPT seja considerada uma prática expressiva, que permite o provocar de sentimentos a partir da comunicação e da interpretação das coreografias (MATEU; BORTOLETO, 2011), esse dado reflete uma lacuna não apenas na produção científica, mas, por vezes, na própria prática da GPT e no trato da expressividade dentro das composições. Por último, 4% versam sobre *Coreografia e o lúdico*, publicações nas quais a composição e a apresentação coreográfica são abordadas como processos facilitadores para o aprendizado gímnico, especialmente nos processos desenvolvidos com base na tematização (ALMEIDA, 2016).

Com base no exposto, identificamos a ênfase na descrição de planejamentos, organização e relatos das experiências de composições coreográficas no material analisado. Esses relatos trazem a complexidade de lidar com grupos heterogêneos, a valorização da participação ativa dos integrantes e o processo de criação como pilares para a formação humana, indo ao encontro das premissas de propostas pedagógicas voltadas para a GPT (LOPES, 2020; PAOLIELLO et al., 2014).

Bases de dados: artigos científicos sobre CC

Em concordância com as informações apresentadas acerca do percurso metodológico, foram selecionados a partir da revisão sistemática de literatura quatro artigos que se debruçam especificamente à temática abordada nesse estudo. Assim, o primeiro estudo analisado, de autoria de Palomares e Felix (2015) trata da experiência de “alunos-coreógrafos” de uma disciplina de um curso de graduação em Educação Física, que elaboraram uma coreografia para um festival. O estudo avalia o perfil dos alunos e suas percepções sobre o processo de composição, verificando ainda se os discentes voltariam a realizar essa tarefa e quais foram as maiores dificuldades em sua execução.

Por sua vez, o segundo estudo, realizado por Bento-Soares e colaboradores (2015), analisou a tipologia das coreografias de um festival japonês de GPT. Esse estudo trouxe dados como o número de participantes, a faixa etária, o gênero, os aparelhos utilizados, os figurinos e os tipos de ginástica presentes nas coreografias, que foram, nesse festival, predominantemente, a Ginástica calistênica e de condicionamento físico. O estudo versou ainda sobre a qualidade técnica e as músicas. Ademais, ao categorizar os temas abordados nas



coreografias, foram identificadas temáticas como super-heróis, tango, brincadeiras infantis, tribal e *cheerleader*.

Já o terceiro e quarto estudos analisados, ambos realizados por Scarabelim e Toledo (2015; 2016), apresentam uma discussão sobre a CC e as formas de análise de seus aspectos gerais e específicos na GPT. As autoras fazem uma visita às propostas de diagramação já existentes, em combinação com outros elementos e possibilidades coreográficas, propondo um total de oito fichas analíticas de registro coreográfico de GPT. Essas proposições tinham como objetivo auxiliar treinadores(as) e ginastas na autoanálise de suas próprias produções, assim como estabelecer um procedimento de registro histórico e memorístico.

Estas quatro produções envolveram nove autores, todos brasileiros(as), quatro instituições e somente uma produção em inglês. Numa perspectiva geral, reforçamos ainda a produção acadêmica incipiente de aprofundamento do tema, ainda mais considerando, segundo Oliveira e colaboradores (2018, p. 446, grifo dos autores), que:

[...] a GPT se reafirma como um *locus* privilegiado de produção de sentidos, de territorialidades, de culturas, de movimentos e de expressão, por meio da ginástica. E por isso, apropriando-se do termo usado por Paganotti (2007), propomos que as composições coreográficas de GPT possam ser consideradas como “narrativas de representação”.

Nesse sentido, embora apenas quatro artigos tenham sido detalhados por tratarem especificamente da temática das coreografias, é importante reforçar, com base no levantamento inicial e em outros estudos (ANDRADE; MACIAS, 2020; MENEGALDO; BORTOLETO, 2020), que as composições coreográficas figuram nas entrelinhas da maioria das produções acadêmico-científicas sobre a GPT, ainda que a temática prioritária desses outros artigos não verse especificamente sobre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir por meio desta pesquisa que a produção do conhecimento específica sobre composição coreográfica na GPT aparece ainda em estágio inicial. A análise do FIGPT permitiu um olhar direcionado às produções de profissionais envolvidos com a prática da GPT em diferentes contextos – prioritariamente, docentes e pesquisadores(as) universitários, mas também coordenadores(as) de grupos, profissionais do terceiro setor, e estudantes de EF praticantes de GPT – por se tratar de um evento específico, que aborda essa prática gímnica em seus aspectos pedagógico, científico e artístico.



Identificamos ainda que um número expressivo dos estudos analisados não aprofunda as reflexões acerca dos elementos constituintes de uma CC, mas, sim, relata e descreve experiências pedagógicas de construção de coreografias, de participação e de apresentação em festivais ginásticos. No caso dos textos oriundos dos Anais do FIGPT, esse fato é esperado a partir do momento em que o evento é amplamente reconhecido pelo seu caráter pedagógico, o que incentiva substancialmente a submissão de textos para sessões como sala de imagens, mostras pedagógicas e relatos de experiência.

Acerca das publicações oriundas dos periódicos indexados nas bases de dados, reforçamos que, embora a prática da GPT seja objeto de pesquisas científicas, o número de trabalhos que se debruçam especificamente sobre as CC é ainda incipiente, mesmo que, como visto, a coreografia seja, no discurso de muitos(as) pesquisadores(as), um elemento essencial dessa prática gímnica. Essa incipiência é, inclusive, corroborada por pesquisadores(as) da área que pontuam a ausência de referências e pesquisas científicas para a elaboração de seus trabalhos.

Ao finalizarmos esse estudo, destacamos como sua principal limitação a não inclusão de livros e capítulos, que são um importante meio de veiculação de produções e relatos de experiência pedagógicas no campo da GPT. Seria interessante, então, que essa revisão sobre CC se estendesse também para essa fonte.

Dado que a GPT é uma prática essencialmente demonstrativa que se manifesta, majoritariamente, por meio de coreografias nos mais diversos festivais ginásticos, inquieta-nos o fato de essa temática, de maneira geral, ser pouco explorada na literatura específica. Chamamos a atenção, então, para a necessidade de mais estudos acerca desse tema, no sentido de proporcionar um adensamento teórico dos elementos constituintes da CC, construindo diálogos com teorias pedagógicas, artísticas e sociais, fortalecendo, assim, as justificativas para a disseminação dessa prática em diferentes contextos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tabata Larissa. **Composição coreográfica coletiva e tematização como estratégias pedagógicas para o ensino/aprendizagem da acrobacia coletiva**. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.



ANDRADE, Welison Alan Gonçalves; MACIAS, Céres Cemírames de Carvalho. Ginástica para todos: estado da arte dos artigos publicados em periódicos brasileiros no período de 1980 a 2018. **Caderno de educação física e esporte**, v. 18, n. 1, p. 35-40, jan./ abr., 2020.

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. 3. ed. Unicamp: Campinas, SP, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 7. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BENTO-SOARES, Daniela e colaboradores. Festival nacional de ginástica do Japão: panorama geral e tipologia das composições coreográficas. **Conexões**, v. 13, p. 127-143, mai., 2015.

BENTO-SOARES, Daniela; ALMEIDA, Tabata Larissa; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Autonomia, Criatividade e o processo de construção coletiva na ginástica para todos. **Temas emergentes em ginástica para todos**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2016.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; GRANER, Larissa. Representação gráfica (notação) de coreografias de ginástica geral: o caso do "Movimentos Urbanos" do Grupo Ginástico Unicamp. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE GINÁSTICA GERAL, IV, 2007. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 2007.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Uma reflexão sobre o conceito de técnica na ginástica geral. In: PAOLIELLO, Elizabeth (Org.). **Ginástica geral: experiências e reflexões**. São Paulo: Phorte, 2008.

CAPES. **Relatório sobre a pesquisa científica brasileira feita pela Clarivate Analytics, encomendado pela CAPES**. 2017 Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337666.pdf>>. Acesso em: 08 de out., 2018.

CARBINATTO, Michele Viviene e colaboradores. Campos de atuação em ginástica: estado da arte nos periódicos brasileiros. **Movimento**, v. 22, n. 3, p. 917-928, jul., 2016.

CARBINATTO, Michele Viviene; REIS-FURTADO, Lorena Nabanete. Choreographic process in gymnastics for all. **Science of gymnastics journal**, v. 11, n. 3, p. 343-353, 2019.

CARVALHO, Kássia Mitally da Costa. **Avanços e descontinuidades das ginásticas no Ceará (1996-2017)** Campinas 2018. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

CORRÊA, Marluce Raquel Decian; CORRÊA, Leandro Quadro; RIGO, Luiz Carlos. A pós-graduação na educação física brasileira: condições e possibilidades das subáreas sociocultural e pedagógica. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 41, n. 4, p. 359-366, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago., 2002.



FIG. **Manual of gymnastics for all**, 2016. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/publicdir/rules/files/en_Gymnastics%20for%20All%20Manual%20Edition%202016.pdf>. Acesso em 28 de fev., 2018.

GERLING, Ilona. Criando apresentações em grupo de ginástica para todos – os elementos da coreografia. In: BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; PAOLIELLO, Elizabeth (Orgs.). **Ginástica para todos: um encontro com a coletividade**. Campinas, SP: Unicamp, 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.

LIMA, Letícia Bartholomeu de Queiroz e colaboradores. A produção acadêmica em ginástica na pós-graduação em educação física das universidades estaduais de São Paulo. **Revista brasileira de ciência e movimento**, v. 4, n. 1, p. 52-68, nov., 2015.

LOPES, Priscila Regina. **"A gente abre a mente de uma forma extraordinária": potencialidades da pedagogia freiriana no desenvolvimento da ginástica para todos**. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MATEU, Mercè; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. La lógica interna y los dominios de acción motriz de las situaciones motrices de expresión (SME). **Emancipação**, v. 11, n. 1, p. 129-142, 2011.

MENEGALDO, Fernanda Raffi, BORTOLETO, Marco Antonio Coelho Bortoleto. Ginástica para todos e coletividade: nos meandros da literatura científica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-17, jan./ mar., 2020.

MENEGALDO, Fernanda Raffi; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Ginástica para todos: primeiras reflexões sobre uma prática coletiva. **Revista ALESDE**, v. 9, n. 4, p. 313-325, dez., 2018.

OLIVEIRA, Michelle Ferreira de; IWAMOTO, Thiago Camargo; SOUZA, Lidia Acyole; TOLEDO, Eliana de. Desmitificando a cultura cerratense por meio da ginástica para todos: um estudo de caso do Grupo de Ginástica Cignus. **Conexões**, v. 16, n. 4, p. 433-449, out./ dez., 2018.

PALOMARES, Bárbara Raquel Agostini; FELIX, Maria Tatiana de Lima Rocha. A experiência da composição coreográfica em festivais de ginástica para todos (GPT) com alunos de ensino superior: a percepção dos coreógrafos. **Coleção pesquisa em educação física**, v. 14, n. 2, p. 7-14, mai., 2015.

PAOLIELLO, Elizabeth e colaboradores. **Grupo Ginástico Unicamp: 25 anos**. Campinas, SP: Unicamp, 2014.



PATRÍCIO, Tamiris. Lima; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; CARBINATTO, Michele Viviene. Festivais de ginástica no mundo e no Brasil: reflexões gerais. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 30, n. 1, p. 199-216, jan./ mar., 2016.

PÉREZ GALLARDO, Jorge Sergio. A proposta de Ginástica Geral do Grupo Ginástico Unicamp. In: AYOUB, Eliana; SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado de; PÉREZ GALLARDO, Jorge Sergio. **Coletânea: Textos e sínteses do I e do II Encontros de Ginastica Geral**. Campinas, SP: Gráfica Central-Unicamp, 1997.

PUBLIO, Nestor Soares. **Evolução histórica da ginástica olímpica**. Guarulhos, SP: Phorte, 2002.

ROCHA, Braulio. Diagramação e registro de coreografias do Grupo Ginástico Unicamp. **Corpoconsciência**, n. 13, p. 77-92, jan./ ago., 2004.

SCARABELIM, Maria Letícia Abud; TOLEDO, Eliana de. Proposta de criação de uma ficha analítica de composições coreográficas na ginástica para todos: primeiros ensaios. **Conexões**, v. 13, p. 181-196, mai., 2015.

SCARABELIM, Maria Letícia Abud; TOLEDO, Eliana. Proposal of analytical records for choreographic compositions in gymnastics for all. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 30, n. 1, p. 159-170, mar., 2016.

SCARABELIM, Maria Letícia Abud. **Um diagnóstico da formação de treinadores brasileiros que atuam na ginástica para todos**. 2019. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

SILVA, Helen Maria Rodrigues e colaboradores. O processo de esportivização das práticas ginásticas: particularidades da Ginástica para todos. **Acción Motriz**, v. 26, p. 52-63, 2021.

SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado de. **Ginástica geral: uma área do conhecimento da educação Física**. 163f. 1997. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

TOLEDO, Eliana de; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz; CARBINATTO, Michele Viviene. Fundamentos da ginástica para todos. In: NUNOMURA, Myrian (Org.) **Fundamentos das ginásticas**. 2. ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2016.

TOLEDO, Eliana de. A nomeação das formações coreográficas: praticidade e significados. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE GINÁSTICA GERAL, III, 2005. **Anais...** Campinas, SP: SESC Campinas; FEF/Unicamp, 2005a.

TOLEDO, Eliana de. O papel da universidade no desenvolvimento da Ginástica Geral no Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE GINÁSTICA GERAL, III, 2005. **Anais...** Campinas, SP: SESC Campinas; FEF/Unicamp, 2005b.

Dados da primeira autora:

Email: kassiamitalli@gmail.com



Endereço: Avenida Duque de Caxias, 440, apto 201, Centro, Fortaleza, CE, CEP: 60035-110, Brasil.

Recebido em: 11/08/2020

Aprovado em: 10/05/2021

Como citar este artigo:

CARVALHO, Kássia Mitally da Costa e colaboradores. A composição coreográfica nas produções acadêmico-científicas de ginástica para todos. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 1-17, set./ dez., 2021.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por meio do processo nº 130936/2017-0, financiou parcialmente a realização deste estudo.

SAÚDE DE *PERSONAL TRAINERS*: CARRO DE LUXO OU CARRO POPULAR?

PERSONAL TRAINER'S HEALTH: LUXURY CAR OR POPULAR CAR?

SALUD DE LOS ENTRENADORES PERSONALES: COCHE DE LUJO O COCHE POPULAR?

Felipe De Marco Pessoa

<https://orcid.org/0000-0001-5248-6178> 

<http://lattes.cnpq.br/2484666246345828> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (Florianópolis, SC – Brasil)
fdmpessoa@gmail.com

Edgard Matiello Júnior

<https://orcid.org/0000-0003-3462-2257> 

<http://lattes.cnpq.br/1104142488530227> 

Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC – Brasil)
degaufsc@gmail.com

Resumo

O objetivo geral consistiu em investigar de que maneira o trabalho tem afetado a saúde de professores de Educação Física que atuam como *Personal Trainer* (PT) em Florianópolis/SC. Foram realizadas entrevistas e observações *in loco* em espaços públicos e academias de ginástica onde trabalhavam três PTs. Dos procedimentos metodológicos resultaram três categorias de análise: 1) Clientes Pré e Pós-pagos e profissional ilimitado; 2) O desgaste físico e psicológico; 3) O treinamento pessoal do treinador pessoal. Concluímos que os PTs entrevistados, na maioria das vezes, não colocam em prática nas suas próprias rotinas o que recomendam aos seus alunos e que existem enormes barreiras para que isso aconteça, seja pela sobrecarga de trabalho ou pelos desgastes físicos e psicológicos inerentes à prática laboral ou ao ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Educação Física; *Personal Trainer*; Saúde Coletiva.

Abstract

The general objective was to investigate how work has affected the health of Physical Education teachers who work as Personal Trainers (PT) in Florianópolis/SC. Interviews and observations were made *in loco* in public spaces and gyms where three PTs worked. The methodological procedures resulted in three categories of analysis: 1) Pre and Post-paid customers and unlimited professional; 2) Physical and psychological wear; 3) Personal training of the personal trainer. We found that the interviewed PTs, in most cases, do not put into practice in their own routines what they recommend to their students and that there are huge barriers for them to be able to accomplish what they propose to students, either due to work overload or the physical and psychological stress inherent to work practice or the work environment.

Keywords: Physical Education; Personal Trainer; Collective Health

Resumen

El objetivo general fue investigar cómo el trabajo ha afectado la salud de los entrenadores personales (EP) en Florianópolis/SC. Se realizaron entrevistas y observaciones *in loco* en espacios públicos y gimnasios donde trabajaban tres EP. Los procedimientos metodológicos dieron como resultado cuatro categorías de análisis. Encontramos que los PT entrevistados, en la mayoría de los casos, no ponen en práctica en sus propias rutinas lo que recomiendan y que existen enormes barreras para que puedan lograr lo que proponen a los alumnos, ya sea por sobrecarga de trabajo o por el desgaste físico y psicológico inherente a la práctica laboral o al entorno laboral.

Palabras clave: Educación Física; Entrenador Personal; Salud Colectiva



INTRODUÇÃO

No contexto da formação e atuação da Educação Física (EF) no mundo do trabalho, o *Personal Trainer* (PT) é identificado como um profissional capacitado a elaborar e ministrar aulas individualizadas, tendo em consideração os desejos e necessidades de seus alunos e sendo recomendável que esse profissional tenha bons fundamentos técnicos e saberes relativos à administração de sua própria permanência como prestador de serviços.

Desse modo, o PT trabalha como profissional liberal que presta serviços relativos à saúde de maneira autônoma, visto que para exercer a profissão não há necessidade de estabelecer vínculo empregatício com nenhuma empresa ou entidade. E por não possuir vínculo empregatício, não tem acesso a alguns dos direitos trabalhistas conquistados historicamente, tais como o décimo terceiro salário, férias remuneradas e remuneração durante afastamento para tratamento de saúde. Sendo assim, sua renda deve ser gerida por ele próprio de modo disciplinado, pois nos períodos de incapacidade para trabalhar, ou mesmo por imprevistos ou falta de clientela, poderá ter seus rendimentos diminuídos.

Por se tratar de um profissional liberal que utiliza o próprio corpo como estímulo e também para demonstração de exercícios, bem como do seu comportamento como exemplo de estilo de vida associado à saúde (PALAZZI JUNIOR; CARDOSO, 2017; SILVA; LIMA; COELHO FILHO, 2020), esta situação gera uma forte contradição pela necessidade do PT tentar se superar permanentemente, colocando a sua integridade física e mental em elevado risco de ocorrência de lesões e adoecimentos em um ciclo de deterioração difícil de ser contido individualmente.

Em artigo publicado por Matiello Júnior e Gonçalves (2001), o trabalho de PT é analisado à luz da disseminação de programas voltados à atividade física relacionada à saúde, evidenciando-se que, para os que podem pagar, recomenda-se a contratação de serviços de PT, Nutricionistas e Cardiologistas, destacadamente. No entanto, para quem não pode pagar pelos serviços, propagam-se informações do tipo “faça você mesmo”, muito parecidas com a bricolagem amplamente difundida nos termos da construção civil. Em síntese, trata-se de questão ética, pois se é fundamental o recurso de tantos profissionais para garantir saúde, o mesmo deve valer para quem não pode pagar.

De forma geral, pesquisas referentes à saúde de contratados terceirizados são escassas e, em proporções ainda menores, estão as publicações que abordam a saúde de



trabalhadores do setor informal (GOMEZ; LACAZ, 2005, p.800). De fato, há indicativos de número reduzido de publicações sobre o assunto em levantamento que realizamos sobre os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Temático (GTT) Atividade física e saúde do XVII CONBRACE, 2011. Dos 60 trabalhos apresentados, apenas dois se propuseram a investigar saúde de professores, sendo que em nenhum deles a saúde de professores de EF que atuam como PT estava presente.

Em outro evento recente da mesma entidade científica, os resultados não foram diferentes. Em pesquisa nos anais do Grupo de Trabalho Temático – Atividade física e saúde do XX CONBRACE, realizado em 2017, dos 79 trabalhos aprovados – entre comunicações orais e pôsteres –, somente um destes últimos esteve relacionado à investigação da saúde de professores, porém, dedicado ao contexto escolar.

Outra demonstração da carência de estudos encontra-se em pesquisa realizada por Bossle e Fraga (2011), na qual, mediante análise documental da produção referente à formação profissional do PT, constataram que pouco foi encontrado, e que na literatura predominam livros com linguagem corrente no mundo dos negócios. Ou seja, no Brasil a abordagem desta prática profissional deu-se prioritariamente pelo enfoque da acumulação financeira e da maximização dos lucros, com ênfase nos conhecimentos de *marketing* pessoal e gestão de negócios.

Quanto a esta pesquisa, ela se fundamenta principalmente nas teorias da *determinação social do processo saúde-doença* a partir do pensamento desenvolvido nos campos denominados Saúde Coletiva e Epidemiologia Crítica (BARROS, 1997), que buscam apreender o social na sua totalidade e se propõem a estudar a saúde por suas determinações sociais (BREILH, 1991).

Para compreensão da determinação social do processo saúde-doença, é preciso tomar em conta outras categorias desenvolvidas, dentre elas a reprodução social, a qual pode ser conceituada como a relação dialética entre a produção e o consumo. Assim, é necessário estudar as consequências benéficas e destrutivas da organização social, na qual, segundo Breilh (2006), as condições dominantes de reprodução social transformam-se em suportes que favorecem a saúde, ou em forças destrutivas que promovem a doença.

Dependendo das formas de determinação, segundo Breilh (2006), a sociedade não é exposta a uma eventualidade, mas sim imposta permanentemente; portanto, destaca-se a



necessidade de se distinguir entre exposição ocasional daquela exposição como um processo permanente (neste último caso o melhor seria chamar de imposição).

É também importante interpretar a expressão “determinação social” e diferenciá-la do “determinismo”. Ela deve ser entendida como um processo cujos determinantes exercem pressão ou impõem limites sobre outras dimensões da realidade, sem serem necessariamente determinísticos (BARROS, 1997). Assim, segundo Breilh (2006), a saúde-doença não deve ser estudada somente pelos seus efeitos terminais (dos quais a morte é o produto mais extremo), sendo necessário destacar os processos que produzem e explicam sua distribuição.

Na ordem individual primam os processos fenotípicos básicos [...] necessidades fisiológicas e psicológicas [...] com suas preferências e de acordo com seus obstáculos (estilos possíveis e desejáveis de vida), mas tais estilos (preferências e obstáculos) não funcionam num vácuo social, desenrolando-se em espaços sociais concretos [...] (modos de vida típicos) que, em cada classe social e de acordo com as relações étnicas e de gênero que as caracterizam, são viáveis e prováveis, também em relação às determinações sociais mais amplas (BREILH, 2006, p. 171).

Dados estes elementos introdutórios, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira o trabalho tem afetado a saúde de professores de Educação Física que atuam como PT em Florianópolis, SC. Trata-se, portanto, de um estudo ancorado nos campos de conhecimento e intervenção Saúde Coletiva e Epidemiologia Crítica, em que busca-se estabelecer análises sobre o contexto em que se reproduzem as condições e modos de vida que determinam o estilo de vida (laboral) dos sujeitos investigados.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa em saúde, valorizando-se a percepção dos sujeitos e o que há de subjetivo quanto às suas interpretações da realidade. Com relação aos seus objetivos pode ser considerada descritiva e exploratória. É uma pesquisa de campo (MINAYO, 1993) e neste caso os campos foram os locais de trabalho daqueles que atuam como PT em Florianópolis, ou seja, espaços públicos e academias de ginástica em que acompanhavam os alunos.

Foram utilizados dois instrumentos complementares: observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas, cujas informações foram trianguladas com a literatura e com o contexto em que se produziram tais dados. Durante a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro previamente estabelecido e aperfeiçoado em estudo piloto, para orientar a entrevista sem cercear a fala dos sujeitos entrevistados (MINAYO, 1993).



Quanto à observação, a relação adotada entre pesquisador e sujeitos da pesquisa aproximou-se daquilo que alguns autores classificam como *observador-como-participante* (MINAYO, 1993).

Antes da ida a campo foram definidos focos de análise: 1) As conversas de orientação entre o PT e o cliente; 2) Atividades físicas realizadas pelo PT como demonstração durante a aula e 3) Volume e intensidade da voz do PT durante as aulas.

A seleção de PTs deu-se com base nos seguintes critérios de inclusão: 1) Indicação por professores universitários do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 2) Atuação como PT há mais de 3 anos; 3) Ter formação superior em Educação Física; 4) Estar de acordo em participar da pesquisa cedendo entrevista.

Os dados foram organizados em categorias a fim de proporcionar as bases para a análise de conteúdo segundo Bardin (1977). As informações provenientes das entrevistas foram agrupadas por semelhanças de contexto, envolvendo principalmente: a forma de contrato entre PT e clientes; contradições entre o que se recomenda (concepção de saúde) e o que de fato é posto em prática pelos PTs; o trabalho além das horas com o cliente e o desgaste físico e psicológico inerentes à profissão. Dessa organização emergiram três eixos de análise, os quais foram apresentados como resultados da pesquisa.

Como trabalho de campo, a pesquisa foi iniciada com a participação de um dos pesquisadores em um curso ministrado pelo PT premiado pela Associação Brasileira de *Personal Trainers* (ABPT) com o título "Personal Trainer do ano [...]". O curso foi gravado na íntegra e as falas foram complementadas por registro em diário de campo, facilitando a compreensão do problema de forma mais abrangente.

Quanto às entrevistas, elas foram realizadas com quatro profissionais liberais que atuam como PTs em Florianópolis, sendo que a primeira serviu como elementos de estudo-piloto para a finalização do roteiro de entrevistas.

As observações foram realizadas durante as aulas de dois PTs. Ao total foram acompanhadas três aulas. Do PT1 foram duas aulas em sequência, uma na casa de sua primeira aluna do dia e outra em praça pública, onde ele orientava caminhadas e corridas a um grupo de mulheres. A segunda observação aconteceu na academia de ginástica em que o PT2 trabalhava.



A SAÚDE ASSOCIADA AO TRABALHO DOS *PERSONAL TRAINERS*

Como resultados e discussão da pesquisa, os dados de campo foram descritos e analisados a seguir em diálogo com a literatura e com o contexto em que foram produzidos, sendo apresentados em tópicos que dão consequência aos focos de observação que foram identificados a partir do estudo-piloto e entrevistas.

Clientes Pré e Pós-pagos e profissional ilimitado

Por se tratar de uma prestação de serviços, o regime de contratação dos PTs ocorria por duas modalidades, consistindo basicamente em classificar os alunos entre aqueles que pagam antes de terem as aulas e os que pagam depois das mesmas.

Com o primeiro grupo – “pré-pago” – o PT1 pré-agendava horários semanais para o mês em questão. Caso o aluno não fizesse alguma das aulas pré-agendadas o investimento financeiro daquela aula não retornava ao aluno. Esta relação propiciava ao profissional maior segurança e controle financeiros, pois o valor da mensalidade era garantido logo no início de cada mês.

Os alunos considerados “pós-pagos” estabeleceram vínculo diferenciado com o PT1. Com estes as aulas eram agendadas de maneira menos sistematizada/organizada em relação aos demais. Nesta relação a contratação de aulas se dava com menos antecedência e o valor da hora-aula poderia ter acréscimos de até 30% no valor do serviço pré-pago. Estas aulas eram mais suscetíveis à evasão, pois não havia necessidade de comprometer ou acordos previamente estabelecidos, diferente do caso dos alunos pré-pagos.

Ao ser entrevistado, o PT1 comentou ter como objetivo manter 50% de alunos pré-pagos e 50% de alunos pós-pagos a cada mês. Dizia que não se sentia satisfeito em ter apenas alunos pré-pagos, pois isto fazia com que ele ficasse preguiçoso. Segundo ele,

Tem que estar sempre procurando alguma coisa.

Entretanto, ponderava que deixar todos os alunos no sistema pós-pago também poderia ser uma opção arriscada, porque

Você passa apertado, corre o risco de não ter tanta grana no final do mês.

Foi consenso entre os entrevistados que há períodos do ano nos quais a procura por serviços de PT é pequena, indo ao encontro do trabalho de Santos e Nascimento (2018, p.17): “[...] as atividades do *Personal Trainer* passam por oscilações, ficando na dependência e



na perspectiva de manter e recrutar novos clientes”. Nos meses de inverno, por exemplo, há baixa considerável na quantidade de aulas semanais ministradas pelos PTs.

Nesse sentido, é uma atribuição inerente à profissão estar atualizado no que diz respeito à “[...] noção administrativa e de marketing pessoal” (SILVA; SANTOS; ARAUJO, 2017). Diversos autores tratam da relação entre autopromoção e fidelização de clientes mediante estratégias de marketing (SILVA; BOSSLE; FRAGA, 2016) como forma de sobreviver na competição crescente do mercado de serviços para a promoção da saúde.

A atitude de estar sempre procurando alguma coisa, sempre querendo mais, também vai de acordo com as recomendações de especialista dessa modalidade que ministra curso de preparação de PT, em que, para aqueles que desejam o sucesso na carreira, devem

Acordar sempre querendo mais, a cada dia que passa o objetivo deve ser sempre oferecer mais do que você está oferecendo a seus clientes.

Cabe destacar passagem de seu discurso que, de certa maneira, contradiz a visão pró-ativa por toda a vida, pois deixa clara a necessidade de se repensar atitudes (ou de rever conceitos). Para exemplificar, transcrevemos dois trechos de sua fala:

[...] qualidade de vida nossa não existe mais, nós perdemos [...] e A gente fala muito da qualidade de vida, mas a gente não tem qualidade de vida. A gente vende qualidade de vida para os outros, mas a gente mesmo não tem.

Tanto a necessidade de manter relações pós-pagas quanto a tentativa incessante de vender seus serviços em períodos de baixa procura parecem contribuir para o quadro apontado por Elias e Voser (2012, p. 1), cujos dados de pesquisa “[...] indicam que um grande número dos *Personal Trainers* pode desenvolver a patologia e outra significativa parte dos professores, mais relevante ainda, evidencia a fase inicial da *Síndrome de Burnout*”.

O desgaste físico e psicológico

Outra categoria diz respeito aos desgastes físico e psicológico diretamente relacionados ao trabalho executado presencialmente com os clientes. Como práticas mais evidentes estão a contagem das repetições de movimentos e o transporte dos pesos utilizados pelos alunos utilizando-se da própria força ao carregá-los.

Em todas as entrevistas estiveram presentes relatos sobre contagens das repetições dos exercícios executados pelos alunos, o que foi confirmado durante as observações. De fato, os profissionais não deixaram de contar com a própria voz em nenhuma das séries de repetições no transcorrer de suas aulas.



Segundo Penteado e Pereira (2007, p. 242), “a voz é um dos principais recursos e instrumento de trabalho docente [...] e importante elo de relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem”. Portanto, cabe ponderação quanto às diferenças no volume da voz utilizada pelos dois PT cujas aulas foram observadas. O primeiro contava com baixa intensidade da voz, próximo de sua aluna, em aula realizada na academia particular de uma cliente; já durante a observação da aula do PT2, o panorama era outro. A aula aconteceu em academia de ginástica aberta ao público, no horário das 17h30 às 18h30 e o desgaste envolvido na contagem de repetições superou em muito a amena condição sonora da sala de ginástica particular, o que forçou o PT2 a elevar a intensidade de sua voz a fim de comunicar-se em meio ao ambiente ruidoso.

Essa ampliação do sentido da voz como instrumento de expressão e ligação estabelecida nos processos de ensino-aprendizagem também aparece na obra “Gritos e silêncios” (RIBEIRO, 2013, p. 131), a qual trata da degradação do trabalho e estados de saúde e da voz, notando-se que:

A voz é o resultado da ação conjugada de vários órgãos. Dos pulmões, da traqueia, da laringe, do diafragma, das costelas, do esterno e dos músculos intercostais; da coluna dorsal e cervical, dos músculos abdominais; dos ossos, seios ósseos e músculos da face [...]. Não há um aparelho fonador, mas função secundária de vários órgãos.

Em pesquisa realizada com 87 professores de Educação Física constam como principais causas dos afastamentos: “estresse (17%); depressão, ansiedade ou nervosismo (15%); problemas com a voz (11%); e doenças musculoesqueléticas (9%)” (POZZATI et al., 2015). Enfim, estes são dados empíricos importantes para compreendermos o quanto há, de fato, aspectos extremamente desgastantes no trabalho dos PTs.

Pode-se constatar nas observações que em cada série de exercícios quem leva e recolhe os pesos para os alunos são os PTs, fato que parece contribuir para o desgaste físico diário e pode ser considerado um dos determinantes para os relatos de cansaço frequente, lesões ou lombalgias dos entrevistados. Estas preocupações com o aluno durante as aulas podem ser consideradas serviços que refletem o comprometimento do professor e sua notória disposição (PALAZZI JUNIOR; CARDOSO, 2017), porém, são potenciais causadores de desgaste físico e psicológico no PT.

Outro aspecto que contribui para o desgaste psicológico é a necessidade de manter a aparência que julgam ser a mais aceitável por seus alunos. O PT1 mencionou que é preciso parecer como seus clientes, vestir-se como eles e estar no meio deles. Relatou que



quando havia começado a dar aula de PT precisava se parecer como alguém que ganha cinco mil reais por mês. Em seguida, endividou-se para comprar um carro zero quilômetro a fim de passar imagem de alguém financeiramente estável. Disse ter preocupação em utilizar somente roupas de grife, pois seus alunos sempre olham para as marcas de suas vestimentas. Na entrevista também relata algo nesse sentido quando fala da preocupação com a aparência nas aulas:

Eu falo que eu vou fantasiado de personal, que daí é a camisa *dry fit*, bermuda, tênis, e tudo sempre limpinho e cheiroso, perfume, gel no cabelo, impecável, unha cortada.

Na sequência da conversa o PT1 manifesta sentimento de incredulidade diante do despreparo de uma colega que, segundo ele,

Não sabe se vender no mercado.

Isto porque a professora não cuida de sua aparência, vai dar aulas vestindo camiseta de pano. Como mencionado na frase acima, o tecido da camiseta que identifica um PT qualificado é o do tipo *dry fit*.

Manter o corpo dentro dos padrões de beleza aceitos socialmente muitas vezes requer atitudes que afetam negativamente a saúde, o que nos leva a refletir sobre a mercadorização do próprio corpo.

Considerado em si como um produto a ser vendido, o corpo pode ser visto como fruto da competência técnica do professor, de seu auto-cuidado, bem como sua familiaridade com o "mundo do fitness", a despeito do seu real conhecimento e biótipo que lhe permitiu o desenvolvimento corporal dentro do modelo requerido. (PALMA; ASSIS, 2005, p. 84).

A concepção, socialmente aceita, do que se entende por corpo "saudável", pode ser considerada como geradora em potencial de atitudes nocivas à saúde dos PTs. Por terem no próprio corpo uma espécie de "modelo" a ser seguido, a preocupação em mantê-lo dentro dos padrões considerados adequados pelos clientes acaba impondo a adoção de determinadas atitudes a fim de transformá-lo no protótipo capaz de lhe render mais clientes e, portanto, maiores rendimentos financeiros.

Em termos biológicos, cada indivíduo carrega um genótipo único (BREILH; MATIELLO JÚNIOR; CAPELA, 2010), o que representa limites quanto à possibilidade de desenvolvimento de certas características corporais. Existem indivíduos que não são capazes de apresentar corpos musculosos ou com diminutos índices de gordura, senão pelo resultado de atitudes prejudiciais ao organismo. Nesse sentido, na medida em que existem padrões a serem seguidos, potencializa-se a ocorrência de agravo das condições de saúde de



trabalhadores que necessitam manter aparências que não condizem com suas características físicas, os quais buscam nas práticas exageradas de exercícios físicos ou no uso de esteroides anabolizantes a conquista da forma pretendida (GUIMARÃES FILHO; MOURA; ANTUNES, 2011).

O treinamento pessoal do treinador pessoal

Como instituições de grande influência na área, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o *American College of Sports Medicine* (ACSM) propõem diretrizes para prática de atividades físicas, as quais devem ser seguidas por aqueles que almejam melhorar ou manter sua saúde por meio de sua prática regular. Estes documentos servem como arcabouço teórico e orientam a prática profissional de diversos profissionais de Educação Física em Florianópolis, SC e no Brasil. Em nosso entendimento, isso ficou evidente por haver uma certa unidade na fala dos entrevistados, principalmente quanto às suas concepções de Educação Física e de saúde, claramente alinhadas com as recomendações para saúde das instituições mencionadas e coadunando com o entendimento hegemônico de saúde no âmbito acadêmico da Educação Física (MATIELLO JÚNIOR; GONÇALVES; MARTINEZ, 2008).

Destacamos uma informação veiculada via *internet* que serviu como complementação dos dados empíricos deste trabalho. Após a primeira entrevista o PT1 adicionou um dos pesquisadores à sua lista de contatos numa rede social. Alguns dias após a realização da entrevista, ele publicou no *site* de relacionamento uma mensagem e uma fotografia. A imagem postada era um autorretrato, com o tronco descoberto de vestimenta, em frente a um espelho. Anexo a esta imagem constavam os seguintes dizeres: “Completando 32 aninhos. Envelhecendo *in shape* e com saúde! Seja saudável: alimente-se bem e pratique esporte sempre, seu corpo agradece!”

Tendo em vista que esta frase foi veiculada na página pessoal do PT1, portanto de amplo acesso aos seus contatos (o *post* havia recebido 120 “curtidas” até aquele momento), tanto de amigos como de possíveis clientes, ex-clientes ou clientes em potencial, consideramos esta fonte de informação como sendo importante para interpretação/investigação daquilo que este profissional entende e/ou informa a outras pessoas quando o assunto é saúde. Contudo, durante a entrevista, o PT1 menciona ter lesão crônica, atribuindo sua ocorrência à prática inadequada de exercícios físicos. Quando lhe foi perguntado se teve alguma lesão provocada por sua atividade laboral ele respondeu:



Tive, mas não pela profissão, tive pela sobrecarga de exercícios. Treinei jiu-jitsu muito tempo, gostava demais, e não fazia nenhum trabalho compensatório, nem musculação, nenhum trabalho para manter as articulações saudáveis [...]. E acabei tendo uma lesão na coluna, na cervical, uma hérnia de disco. Essa daí foi a pior lesão, mas eu tive outras lesões também por causa de esporte, por exemplo, joguei futebol e machuquei joelho, treinei jiu-jitsu e machuquei joelho também.

A despeito do seu histórico de lesões graves ocasionadas pelo esporte, este profissional elaborou e publicou uma frase acrítica quanto à prática esportiva, na qual propõe uma associação simplista e reducionista, relacionando esporte à saúde. Nesse sentido, quanto à frase “Seja saudável: alimente-se bem e pratique esporte sempre, seu corpo agradece!”, propomos uma reflexão a respeito daquilo que este PT entende e/ou divulga como benefícios da prática esportiva, pois uma hérnia de disco e duas lesões de joelho dificilmente podem ser consideradas como um “agradecimento do corpo” ao esporte.

Ao receber o diagnóstico médico referente à sua lesão, menciona ter conversado com seus alunos mais antigos, clientes que lhe pagam no início de cada mês o valor total das aulas, a fim de expor seu problema. Com estes o PT1 acordou em deixar de ministrar as aulas no período em que as dores eram agudas. Entretanto, no sentido inverso, aos clientes pós-pagos, aqueles que lhe pagavam ao final de cada aula valores até 30% maiores que o preço convencional da hora/aula, o PT1 continuou ministrando aulas a despeito das dores na coluna cervical.

Naquilo produzido pela OMS não há referências de que realizar atividades físicas com dores agudas na coluna seja benéfico à saúde. No sentido contrário, indica-se que o aluno se recupere com auxílio de profissional capacitado (médico, fisioterapeuta, etc.) para voltar a realizar atividades físicas orientadas após momento de recuperação, evitando maiores comprometimentos de sua integridade física. Portanto, ao seguir ministrando aulas na modalidade dos alunos pós-pagos, o PT1 se contrapõe às recomendações que orientam a adequada recuperação de lesões.

O PT1 dá indícios de que sua motivação para continuar a ministrar aulas apesar de sentir dores ocasionadas por recente hérnia de disco deveu-se à vontade de aumentar sua renda mensal. Ele menciona:

Fiquei nos pós-pagos porque é aquela coisa, você quer aumentar um pouquinho a renda, você quer manter o estilo de vida que você leva.

O fragmento que segue faz parte da transcrição da fala do PT1. Este equipara o seu serviço como PT ao de uma fabricante de carros luxuosos, símbolo de excelência em



termos automotivos. Neste trecho, no qual falava de sua trajetória como PT e dos fatores que lhe ajudaram em sua carreira, menciona exemplo de um aluno “que tem poder aquisitivo bem alto”, o qual lhe incentivou a valorizar o seu trabalho. Conta que este aluno disse, ao iniciarem o programa de treinamento, para que ele fizesse o melhor serviço que pudesse e não se preocupasse com o dinheiro. A partir desta experiência, o PT1 diz que mudou sua maneira de pensar. Antes chegava a ficar envergonhado por cobrar pouco por hora/aula, porém, seguindo a recomendação de seu cliente, comenta:

Pensa no melhor serviço que você pode oferecer e depois as pessoas que tem que achar o seu serviço, daí você vai vender pra quem pode pagar. Tipo, é igual à (menciona um carro luxuoso). A (fabricante automotiva) faz (seus carros luxuosos), ela vende (os carros luxuosos), mas vai comprar (esses carros) quem tem dinheiro para pagar (por eles). Eu queria ter uma (carro luxuoso). Eu ando de carro popular.

Tendo em vista que este profissional cobrava por hora/aula por seu serviço algo próximo da décima parte do salário mínimo nacional, consideramos este relato relevante por partir de alguém que pode ser considerado como PT bem sucedido em termos financeiros e/ou em relação ao prestígio profissional, aproximando-se do que aceita-se como um profissional bem qualificado no oferecimento do serviço PT. O próprio entrevistado equipara seu serviço ao produto automóvel luxuoso produzido pela indústria automobilística.

Outras evidências podem ser encontradas nas intervenções junto ao PT2. Quando questionado sobre realizar atividades físicas, respondeu que em média está treinando duas vezes por semana, apesar de achar esta frequência semanal insuficiente. Para ele, o interessante seria exercitar-se três ou quatro vezes semanalmente. Atribuiu a frequência insuficiente de treinamento à falta de tempo e à falta de vontade de realizar os exercícios, os quais, segundo ele, requerem motivação.

Conclusão

Hegemonicamente, o PT é considerado o profissional capaz de levar seus clientes aos mais altos patamares de saúde. Vende-se a ideia de que todos são capazes de alcançar a vida saudável mediante a prática regular de atividades físicas e que o profissional melhor capacitado a realizar tal tarefa é aquele que elabora treinos individualizados, personalizados, de acordo com as necessidades de cada pessoa. Além disso, treinar com um PT representa, em certa medida, o tão cobiçado *status* social.



A partir de um fragmento de frase utilizada por um dos entrevistados, utilizamos a ideia do carro luxuoso a fim de fazer uma analogia ao serviço PT, pois ambos representam a excelência nos termos do serviço a que se propõem. O primeiro relacionado a automóveis e o segundo à conquista da saúde.

O termo carro popular diz respeito a um automóvel que não tem o mesmo prestígio social que o primeiro. É o que a imensa maioria (dos que tem acesso ao produto carro) consegue alcançar, porém, não é alvo de cobiça como o primeiro. Apesar de o carro popular cumprir a função social de transporte e deslocamento, muitas pessoas têm como meta desfrutar das vantagens e benesses que os modelos mais sofisticados podem oferecer. Diga-se de passagem, pensamento fortemente influenciado pelos publicitários, marqueteiros e cientistas comprometidos com o capital, seja da indústria automobilística ou do *fitness*.

Neste trabalho identificamos que os PTs entrevistados, na maioria das vezes, não colocam em prática nas suas próprias rotinas o que recomendam aos seus alunos. Tais indicações são baseadas nos estudos alinhados ao que instituições amplamente aceitas na área têm divulgado serem os principais problemas para a saúde, como o sedentarismo e a obesidade. Esta é uma evidência de que a área da Educação Física precisa rever alguns dos seus conceitos, a fim de ampliar a visão hegemônica de saúde (MATIELLO JÚNIOR; CAPELA; BREILH, 2010).

É de longa data que são propagadas informações de forma acrítica quanto à atividade física e saúde. É recorrente a ideia de que o controle das enfermidades ou doenças crônicas hipocinéticas são responsabilidades, quase que exclusivas, dos indivíduos. Reforça-se que os problemas de saúde são decorrência da falta de força de vontade ou da determinação para cumprir tarefas das pessoas e, por isso, acabam não alcançando o objetivo de elevar os padrões de saúde por meio da prática regular de atividades físicas (MATIELLO JÚNIOR; MARTINEZ; GONÇALVES, 2008).

É fundamental compreender que nem sempre o bom profissional necessita ser o exemplo vivo daquilo que estudou e recomenda, até porque será muito difícil manter-se em alta performance por toda a vida produtiva, ou melhor, pelo período da vida em que tenha que se dedicar ao trabalho. E por mais que não incorporem os hábitos ditos saudáveis em suas vidas, nada impede que informem o que entendem ser o correto em termos de saúde.

O que nos chamou atenção, e foi um dos impulsionadores deste estudo, foi a recorrência de relatos de profissionais com lesões e dores crônicas provenientes da prática



profissional. Os profissionais acreditam e dizem tentar colocar em prática as recomendações hegemônicas, porém com muitas limitações e sofrimento. Assim, o próprio comprometimento físico dos PTs questiona as bases do discurso hegemônico da área.

No imaginário social, pode-se afirmar que o PT é também grande responsável pelo condicionamento físico voltado à saúde de seus alunos. Contudo, na tentativa de cuidar dos outros, descuida-se de si mesmo, seja pela sobrecarga de trabalho ou pelos desgastes físicos e psicológicos inerentes à prática laboral ou ao ambiente de trabalho.

Como retorno aos elementos da Saúde Coletiva e Epidemiologia Crítica apresentados introdutoriamente, pode-se afirmar, com boa margem de segurança, que a exposição aos chamados fatores de risco destes trabalhadores caracteriza-se como exposição permanente, ou seja, tal imposição determina os modos de vida da categoria profissional que, em consequência, sobrepõe-se às possibilidades de escolha compreendidas como estilos de vida. Com restrito grau de liberdade quanto ao estilo de vida, desse modo, ser PT é assumir como condição de seu próprio fazer laboral os determinantes sociais que deterioram a própria saúde enquanto cuida-se da saúde de outras pessoas. Não se trata, portanto, de estabelecer somente procedimentos individuais capazes de prevenir lesões e outros agravos à saúde, mas sim de buscar superar coletivamente as condições de vida que levam a categoria a processos destrutivos que tendem a atingir a todos/as indistintamente, estabelecendo, inclusive, o aprimoramento da competição entre os pares como forma de sobrevivência na profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARROS, Marilisa Berto de Azevedo. Epidemiologia e superação das iniquidades em saúde. In: BARATA, Rita Barradas e colaboradores (Orgs.). **Equidade e saúde: contribuições da epidemiologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Abrasco, 1997.

BOSSLE, Cibele Biehl.; FRAGA, Alex Branco. *O personal trainer na perspectiva do marketing*. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 33, n. 1, p. 149-162, jan./ mar., 2011.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006;



BREILH, Jaime.; MATIELLO JÚNIOR, Edgard.; CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. A globalização e a indústria do esporte: saúde ou negócio? In: MATIELLO JÚNIOR, Edgard; CAPELA, Paulo Ricardo do Canto; BREILH, Jaime (Orgs.). **Ensaio alternativo latino-americanos de educação física, esportes e saúde**. Florianópolis, SC: Copiart, 2010.

ELIAS, Andrielle de Lima; VOSER, Rogério da Cunha. O estresse e a síndrome de burnout em *personal trainers*: um estudo descritivo e exploratório. **Efdeportes**, v. 173, out., 2012.

GOMEZ, Carlos Minayo.; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência e saúde coletiva**, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005.

GUIMARÃES FILHO, José Carlos de Moraes; MOURA, Diego Luz; ANTUNES, Marcelo Moreira. Quando a beleza põe mesa; uma análise das condições de trabalho do profissional de educação física em mega-academias. **Motrivivência**, ano XXIII, n. 36, p. 197-213, jun., 2011.

MATIELLO JUNIOR, Edgard.; GONÇALVES, Aguinaldo. Entre a bricolagem e o *personal trainer*, ou a relação atividade física e saúde nos limites da ética. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE 12, 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: CBCE, 2001.

MATIELLO JÚNIOR, Edgard; GONÇALVES, Aguinaldo; MARTINEZ, Jéssica. Superando riscos na relação atividade física e saúde. **Movimento**, v. 14, n. 1, p. 39-61, jan./ abr., 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

PALLAZI JUNIOR, Carlos Augusto; CARDOSO, Marcos Vinicius. Fatores que impactam a intenção de compra do serviço personal trainer. **PODIUM: sport, leisure and tourism review**, v. 6, n. 4, p. 310-332, 2017.

PALMA, Alexandre; ASSIS, Monique. Uso de esteróides anabólico-androgênicos e aceleradores metabólicos entre professores de educação física que atuam em academias de ginástica. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 27, n. 1, p. 75-92, 2005.

PENTEADO, Regina Zanella; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. **Revista de saúde pública**, v. 41, n. 2, p. 236-243, 2007.

POZZATI, Mariana e colaboradores. Condições de trabalho, tempo de carreira e dimensões da saúde de professores de educação física do Espírito Santo. **Motrivivência**, v. 27, n. 46, p. 99-118, dez., 2015.

RIBEIRO, Herval Pina. **Gritos e silêncios**: degradação do trabalho e estados de saúde da voz. Rio de Janeiro: Do Autor, 2013.

SANTOS, Paula Vitória Rebouças dos; NASCIMENTO, Ozanildo Vilaça do. O personal trainer: estratégias de marketing para retenção de clientes. **Revista campo do saber**, v. 4, n. 2, jul./ dez., 2018.



SILVA, Juliana Neves Pereira da; LIMA, Larissa Castro; COELHO FILHO, Carlos Alberto de Andrade. Adesão ao trabalho do personal trainer. **Kinesis**, v. 38, p. 1-14, 2020.

SILVA, Maurício Leite da; BOSSLE, Cibele Biehl; FRAGA, Alex Branco. Em companhia do personal trainer: significados atribuídos pelos alunos ao atendimento personalizado. **Motrivivência**, v. 28, n. 49, p. 26-37, dez., 2016.

SILVA, Francisca Islandia Cardoso; SANTOS, Arcângela Mayara Luz; ARAÚJO, David Marcos Emérito de. Perfil profissional do personal trainer atuante em academias de Teresina-PI. **Revista brasileira de prescrição e fisiologia do exercício**, v. 10, n. 61, p. 634-644, set./ out., 2017.

Dados do primeiro autor:

Email: fdmpessoa@gmail.com

Endereço: Rua João Bernadino da Rosa, s/n, Pedra Branca, Palhoça, SC, CEP: 88137-010, Brasil

Recebido em: 04/03/2021

Aprovado em: 24/05/2021

Como citar este artigo:

PESSOA, Felipe De Marco; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. Saúde de personal trainers: carro de luxo ou carro popular? **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 18-33, set./ dez., 2021.

LUTAS CORPORAIS INDÍGENAS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE

INDIGENOUS CORPORAL STRUGGLES: A STUDY WITH PHYSICAL EDUCATION TEACHERS FROM THE CITY OF FORTALEZA – CE

LUCHAS CORPORALES INDÍGENAS: UN ESTUDIO CON MAESTROS DE EDUCACIÓN FÍSICA DE LA CIUDAD DE FORTALEZA – CE

Arlene Stephanie Menezes Pereira

<https://orcid.org/0000-0002-3042-538X> 

<http://lattes.cnpq.br/6058632073001777> 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (Fortaleza, CE – Brasil)
stephanie_ce@hotmail.com

Symon Tiago Brandão de Souza

<https://orcid.org/0000-0003-2899-9664> 

<http://lattes.cnpq.br/9818701809084867> 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (Fortaleza, CE – Brasil)
symontiago@hotmail.com

Resumo

As lutas corporais indígenas são um contexto pouco explorado na área de Educação Física. Para afirmarmos esse contexto objetivamos realizar uma pesquisa com professores de Educação Física da rede municipal de educação pública de Fortaleza – CE para analisarmos se estes trabalhavam as lutas corporais indígenas em suas aulas. Assim, participaram da pesquisa 72 professores através de questionário on-line. Na pesquisa, foi constatado que 80% dos professores não trabalhavam a temática pela falta de formação inicial e continuada, denotando o desconhecimento dos professores sobre a temática e a privação do conhecimento dos alunos sobre as práticas corporais dos povos indígenas. Justifica-se este estudo como embasamento teórico sobre a temática étnico-racial em que elabora pressupostos que possam tornar exequíveis as políticas de reconhecimento e de valorização dos povos indígenas e fomentar a Lei nº 11.645/08.

Palavras-chave: Lutas Corporais Indígenas; Lei nº 11.645/08; Étnico-Racial; Educação Física Escolar.

Abstract

Indigenous bodily struggles are a little explored context in the field of Physical Education. In order to affirm this context, we aimed to conduct a survey with Physical Education teachers from the municipal public education network in Fortaleza – CE to analyze whether they worked on indigenous bodily struggles in their classes. Thus, 72 teachers participated in the survey through an online questionnaire. In the research, it was found that 80% of teachers did not work on the topic due to the lack of initial and continuing education, denoting the lack of knowledge of teachers on the topic and the deprivation of students' knowledge about the bodily practices of indigenous peoples. This study is justified as a theoretical basis on the ethnic-racial theme in which it elaborates assumptions that can make the policies of recognition and appreciation of indigenous peoples feasible and promote Law 11.645/08.

Keywords: Indigenous Bodily Struggles; Law 11.645/08; Ethnic-Racial; School Physical Education.

Resumen

Las luchas corporales indígenas son un contexto poco explorado en el campo de la Educación Física. Para afirmar este contexto, nos propusimos realizar una encuesta con profesores de Educación Física de la red de educación pública municipal de Fortaleza – CE para analizar si trabajaban en las luchas corporales indígenas en sus clases. Así, 72 profesores participaron en la encuesta a través de un cuestionario online. En la investigación se encontró que el 80% de los docentes no trabajaba el tema debido a la falta de formación inicial y continua, lo que denota el



desconocimiento de los docentes sobre el tema y la privación del conocimiento de los estudiantes sobre las prácticas corporales de gente indígena. Este estudio se justifica como una base teórica sobre el tema étnico-racial en el que elabora supuestos que pueden hacer factibles las políticas de reconocimiento y valoración de los pueblos indígenas y promover la Ley 11.645/08.

Palabras clave: Luchas Corporales Indígenas; Ley 11.645/08; Étnico-Racial; Educación Física Escolar.

INTRODUÇÃO

Para as sociedades indígenas as lutas corporais são uma das formas de difundirem sua cultura além de serem modos de produções culturais. Essa temática remete-nos a discussões sobre a interculturalidade, etno-desporto e sobre o contexto étnico-racial. Elaborando assim, pressupostos que possam tornar exequíveis as políticas indigenistas de reconhecimento e valorização desses povos, além de fomentar a Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008) que incluiu a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

As lutas são um dos conteúdos obrigatórios da área de Educação Física, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Estas agregam elementos como disciplina, força, equilíbrio e agilidade, além de poderem ser elencadas outras temáticas como as lutas sociais. Porém, o que ainda presenciamos nas aulas de Educação Física escolar de maneira geral, é que a aproximação desse conteúdo se remete a abordagens de outras lutas como Jiu-jitsu, Karatê, Judô, Kung-Fu e Capoeira, não menos importantes, mas que acabam sobressaindo-se em muito às lutas corporais indígenas.

Na área de Educação Física são poucas as bibliografias que tratam das brincadeiras, danças, lutas e jogos indígenas. Barata (2007) reforça isso ao apontar que pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) mencionam que há escassas exposições sobre a cultura indígena e ainda menos sobre suas práticas esportivas.

A existência de cultura, tecnologia e modos de vida próprios desses grupos também são pontos obscuros de uma história do Brasil que está para ser contada: a história dos negros, dos índios, dos imigrantes e migrantes. Essas questões passaram em branco no ensino tradicional de História do Brasil e nos livros didáticos, e estão por requerer um tratamento cuidadoso por parte da escola (BRASIL, 1997, p. 51-52).

Tenório e Silva (2014) afirmam que a temática da diversidade étnico-racial é um assunto pouco ou quase nada abordado nas tendências pedagógicas da Educação Física. Corroborando com a afirmação anterior, inserimos nesta discussão o autor Fassheber (2010, p. 75) ao pontuar que “[...] infelizmente, a literatura disposta não é das mais ricas em dados



etnográficos. Em todo o mundo, parece que os cientistas sociais negligenciaram por muito tempo as descrições das práticas de jogos tradicionais, principalmente no Brasil”.

A partir das afirmações dos autores Barata (2007), Tenório e Silva (2014) e Fassheber (2010) levantamos as seguintes questões: Professores de Educação Física estão incluindo nos conteúdos de suas aulas as lutas corporais indígenas? E caso não estejam incluindo, quais são os motivos?

A partir desses questionamentos traçamos como objetivo analisar se os professores de Educação Física trabalham as lutas corporais indígenas em suas aulas. Para este intento, utilizou-se um questionário composto por três perguntas, que foi endereçado a 72 (setenta e dois) professores de Educação Física lotados na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza, capital do estado do Ceará, realizada por meio de questionário on-line.

Para entendermos inicialmente o contexto das lutas corporais indígenas, adentraremos ao referencial teórico e discorreremos acerca de como esta temática está intrinsecamente relacionada ao conhecimento escolar, em especial à Educação Física. Ademais, abordar-se-á questões inerentes ao etno-desporto.

Posteriormente, abordaremos a pesquisa realizada com os professores de Educação Física na qual foram levantadas três perguntas, quais sejam: Você trabalha o conteúdo de lutas nas aulas?; Você trabalha o conteúdo de lutas corporais indígenas nas aulas?; Qual o motivo de os docentes não trabalharem as lutas corporais indígenas? A partir disso serão discutidas e analisadas as respostas obtidas.

Este trabalho justifica-se como forma de contribuir com o embasamento teórico na área de Educação Física acerca das lutas, que são um dos conteúdos desse componente curricular (BRASIL, 1998) e como contributo a aplicação da Lei nº 11.645/08. Pois, mesmo com a promulgação da referida lei ainda há vários obstáculos com relação a aplicação da cultura indígena no currículo, como a falta de fiscalização no tocante à aplicabilidade da lei, o preconceito e a intolerância, a deficiência na aplicação pelas universidades com relação à formação de professores, a resistência de muitos docentes, os quais entendem não haver relação entre suas disciplinas e a temática étnico-racial, ou ainda, não se sentirem preparados ou obrigados a aplicar tal conteúdo.



LUTAS CORPORAIS INDÍGENAS NA ESCOLA

As lutas corporais indígenas elucidam processos como alteridade e política indigenista, sendo as lutas brasileiras mais antigas e que celebram a cultura e a memória desses povos. Essas lutas são praticadas tanto nos aspectos guerreiros entre as tribos, como nos contextos comemorativo e ritualístico, “[...] posto que algumas lutas corporais, as corridas e alguns jogos tradicionais presumem uma explicação mitológica para sua realização; são meios de interação entre o mundo dos espíritos e o mundo real que ocorre durante os rituais indígenas” (ALMEIDA; ALMEIDA; GRANDO, 2010, p. 67); como também são praticadas nos Jogos dos Povos Indígenas.

Há uma diversidade entre elas, desde a pintura, a música, a etnia, aos aspectos rituais, quanto à forma de iniciarem, de pé e outras ajoelhadas. Como explanado por Almeida (2008 apud AGUIAR; TURNÊS; CRUZ, 2011, p. 1):

Essas práticas corporais consistem basicamente em uma disputa entre dois lutadores que têm como objetivo desequilibrar e derrubar o oponente, geralmente os lutadores – tradicionalmente reconhecidos como guerreiros – possuem maior prestígio dentro de sua comunidade. Apesar de requerer um vigor físico, não se percebeu qualquer tipo de violência entre seus adeptos. (ALMEIDA, 2008 apud AGUIAR; TURNÊS; CRUZ, 2011, p. 1).

As lutas corporais entre os povos indígenas têm a função de preparar o corpo para os combates que exigem maior destreza e força física (ALMEIDA; SUASSUNA, 2010); havendo todo um aspecto ritual, que mistura música, dança, mitologia e pintura corporal. Sendo também espaços onde as diversas etnias interagem, dialogam, perpassam seus saberes e articulam resistências.

Mendes (2006) ao fazer relatos sobre o Xondaro, uma espécie de ritual que denota preceitos de lutas corporais, como esquivas; os integrantes praticam de modo a aprender a se defender de possíveis agressões dos animais, no mato e na própria aldeia. Durante a luta os praticantes estão sempre a desviar-se do oponente, não o contrapondo-o, deixando o adversário gastar suas energias, e que o ritual é praticado todos os dias no fim da tarde com a função de “esquentar” o corpo para protegê-lo dos maus espíritos.

A luta mais conhecida sem dúvida, é o Ikindene, que quer dizer luta. Também conhecida como Huka-huka ou Uka-uka. A luta Ikindene é praticada num contexto ritual, durante o Egitsü (também conhecido como Quarup ou Kwarup), que é um ritual pós-fúnebre. Ao amanhecer, a luta huka-huka é feita entre os campeões de cada tribo, prosseguida de lutas entre os mais jovens. Costa (2013) relata que:



Antes de partirem para o combate na ikindene, os lutadores fazem movimentos circulares se encarando e mantendo os braços em diferentes posições. Neste momento soltam murmúrios parecidos com “uhu, uhu”, o que acabou por ser tomado muitas vezes pelo nome da luta: “uka-uka” ou “huka-huka”. Os kalapalo não gostam desse nome que consideram perjorativo. (COSTA, 2013, p. 46).

A luta Oi’o ou Iwo (que significa luta de raízes) é uma luta praticada pelo povo indígena Xavante, também realizada num contexto ritual, sendo parte de uma série de ritos de passagens que os garotos Xavantes devem percorrer para chegar à fase adulta. O menino Xavante é preparado desde os 2 anos e quando completa 10 anos de idade vai para uma casa afastada da aldeia, chamada H’o. A entrada nesta casa marca a passagem da infância para a adolescência. Nesta casa eles passam 5 anos, e ganham uma espécie de padrinho que os ensinam a respeitar os mais velhos, pescar e caçar. O Iwo é um dos rituais que ele tem que passar durante esses 5 anos.

Essa característica dos desportos inseridos em uma etnia específica também é classificada como etno-desporto:

O Etno-Desporto indígena está, então, fundamentado na possibilidade das culturas adaptarem e transformarem suas próprias tradições e adaptarem e transformarem as tradições advindas do contato. Mais que adaptar e transformar, o Etno-Desporto expressa o processo de resignificação de valores culturais e uma reinserção com o mundo dos brancos: a criação – pela mimesis – de uma segunda natureza. (FASSHEBER, 2010, p. 91).

Para as sociedades indígenas, além da demonstração e difusão, as lutas corporais remetem ao resgate de suas raízes culturais, da memória e da identidade; incumbindo a responsabilidade do resgate étnico para si mesmo e para outros povos que perderam a identidade, a língua, foram dizimados por doenças, e proibidos de praticar seus rituais, devido à colonização. Processo colonizador que se mantém na atualidade com as mortes por conflitos de terra indígenas que não são demarcadas.

No que diz respeito às lutas no contexto educacional da Educação Física, Darido e Rangel (2005) ponderam que grande parte dos professores apresentam dificuldades para trabalhar com o conteúdo lutas nas escolas, principalmente por esse ser comumente associado a práticas violentas. No entanto, é esclarecido que os professores precisam, antes de tudo, desmitificar esse entendimento.

Essas mesmas autoras ainda elencam uma série de manifestações de lutas que podem ser desenvolvidas no âmbito escolar como Aikkidô, Boxe, Esgrima, Jiu-Jitsu, Judô, Karatê, Kendô, Kung Fu, Luta greco-romana, Sumo, Taekwondo. Todavia, apesar de elucidarem



os benefícios das lutas nas aulas de Educação Física para os alunos (disciplina, respeito, confraternização etc.) é percebido que não há qualquer menção às lutas corporais indígenas brasileiras.

Sobre o conteúdo de lutas corporais indígenas em Educação Física escolar, podemos citar que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de EF, que eram os documentos norteadores do componente curricular de Educação Física, da 1ª à 4ª série (BRASIL, 1997a), assim como no de 5ª a 8ª série (BRASIL, 1998), os indígenas, bem como suas lutas corporais, não são citados uma única vez sequer; denotando o esquecimento para com a cultura desses povos. Temos menções apenas a algumas lutas que teriam uma proximidade: “Podem ser citados como exemplo de lutas desde as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê”. (BRASIL, 1998, p. 70).

Somente nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), no que se refere ao conteúdo de Educação Física, é que os indígenas são citados uma única vez. Já o PCN de pluralidade cultural (tema transversal), cita que:

Recuperar as origens dessas influências é valorizar os povos que as trouxeram e seus descendentes, reconhecendo suas lutas pela defesa da dignidade e da liberdade, atuando na construção cotidiana da democracia no Brasil, dando voz a um passado que se faz presente em seres humanos que afirmam e reafirmam sua dignidade na herança cultural que carregam. (BRASIL, 1997b, p. 51).

Com a Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008), que modifica o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), tornou-se necessário que todos os cursos de formação de professores contemplassem o tratamento dos aspectos indígenas e afro-brasileiros nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

O ensino das lutas corporais indígenas, faz parte de conhecimentos sobre as questões indígenas e dá-se como uma proposição pedagógica decolonial na área, partindo do ponto de vista do pensamento-outro e de uma luta contra a não existência. Diante disso, Grandó e Pinho (2016, p. 32) esclarecem que:

Com esses pressupostos a prática empreendida na escola pela Educação Física deve, ir processualmente decodificando os modos de fazer e saber dos diferentes grupos sociais constituídos na comunidade escolar e sociedade brasileira, a fim de desconstruir os estereótipos fundamentados nas teorias racialistas e engessados pelos modos de acumulação do capitalismo, os quais,



articulados, inibem processos de alteridade, respeito a diversidade de culturas, excluindo pelas práticas corporais, as pessoas.

No ano de 2018 o Ministério da Educação (MEC) envia ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A homologação da BNCC nesse mesmo ano representou a publicação de um documento que iria nortear a construção dos currículos de todas as escolas brasileiras. De acordo com o texto da BNCC, a Educação Física é um componente curricular que tematiza as práticas corporais (BRASIL, 2018). Ainda de acordo com esse documento, é possível perceber que as práticas corporais trabalhadas na Educação Física são organizadas em seis unidades temáticas – brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura).

No que diz respeito à unidade temática lutas, especificamente, Ferreira (2006) alerta que esse conteúdo não pode limitar-se a representações e a manifestações práticas tradicionais como Caratê, Judô ou Kung Fu. Em paralelo, Brasil (2017, p. 218) busca conceituar lutas como disputas corporais em que os indivíduos buscam “imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço”. Tal entendimento, ao não apontar as modalidades específicas de lutas que precisam ser desenvolvidas nas aulas de Educação Física, possibilita aos professores uma ampliação das possibilidades de trabalho deste conteúdo. Haja vista essa compreensão, a Base Nacional Comum Curricular (2018) apresenta obrigatoriedade do ensino do conteúdo lutas, além de diversos tipos de lutas que podem ser trabalhadas com alunos do ensino fundamental, dentre eles, as lutas de matriz indígena e africana. Desse modo, é possível inferir que esse documento, diferentemente dos PCN, que foi publicado antes da Lei 11.645/08, atende à necessidade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas.

Mas resta-nos saber, como esse conhecimento vem chegando no contexto da escola. Par isso, adentraremos agora à pesquisa realizada entre os professores de Educação Física da rede municipal de educação pública de Fortaleza – CE sobre as lutas corporais indígenas.

PROCEDIMENTOS PARA CONHECER A REALIDADE

A pesquisa tem caráter misto, com dados quantitativos e qualitativos (descritivos/reflexivos). Para tanto, resolveu-se optar pela pesquisa on-line para a obtenção dos dados do estudo, como uma possibilidade metodológica que permitisse uma rápida e



ampla divulgação, coadunando com o retorno imediato dos dados que fossem obtidos. A pesquisa on-line oferece, segundo Freitas e colaboradores (2004), vantagens sobre as demais pesquisas, pois tem-se a possibilidade de serem utilizados recursos que, em “processos de pesquisa normais” não seriam viáveis, pesando a facilidade com que tudo isso é realizado e tendo os pesquisados a liberdade de participar quando lhes for mais conveniente.

Assim, a primeira etapa desta pesquisa foi a idealização, elaboração e a posterior aplicação do questionário on-line disponibilizado em formulário digital, em junho de 2018, na plataforma *Googledocs*. Participaram da pesquisa 72 (setenta e dois) professores de Educação Física de escolas lotados na SME de Fortaleza, capital do estado do Ceará; que lecionam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Neste estudo, professores e escolas não foram identificados, visto que se prezou pelo anonimato.

O questionário foi disponibilizado aos professores através do grupo de professores de Educação Física da prefeitura de Fortaleza – CE no *WhatsApp* (grupo de Professores de Educação Física, com 104 usuários) e no Facebook (grupo “Professores de Educação Física da PMF”, com 278 usuários). Nessa etapa da pesquisa, os professores eram convidados a acessar o questionário, preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponibilizado previamente de forma on-line), e responder à pesquisa de livre e espontânea vontade, sendo convidados através do link, tanto nos grupos, quanto por mensagens privadas. As respostas dos professores no questionário geraram gráficos automáticos (pelo próprio programa *Googledocs*).

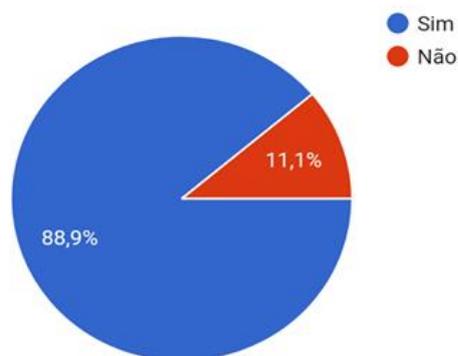
Acerca das respostas, coloca-se que 27,91% dos professores responderam à pesquisa, num total de 258 professores (dado obtido pelo senso disponibilizado pela SME em 2016). Na pesquisa, os docentes foram questionados se trabalham o conteúdo de lutas nas aulas; se aplicam os conhecimentos de lutas corporais indígenas; e se não aplicam, o porquê. Os dados obtidos foram totalizados e apresentados por meio de dados quantitativos (gráficos) e de dados qualitativos, referentes aos principais pontos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão expostos três gráficos em que apresentaremos as respostas dos professores a respeito do conteúdo lutas em suas aulas.



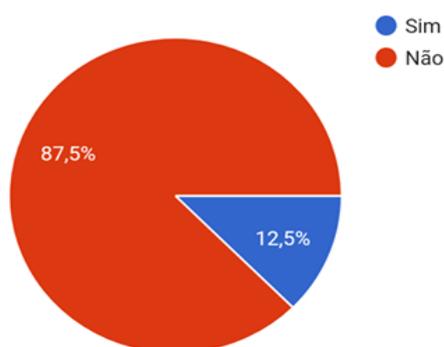
Gráfico 1 – Você trabalha o conteúdo de lutas nas aulas?



Fonte: construção dos autores

Acerca do primeiro questionamento “Você trabalha o conteúdo de lutas nas aulas?”, exposto no Gráfico 1, os professores responderam, em sua maioria, que sim. Mas, apesar dos resultados do primeiro gráfico, denota-se que, acerca do segundo questionamento “Você trabalha o conteúdo de lutas corporais indígenas nas aulas?”, expostas no contexto das respostas colocadas no Gráfico 2, que os professores afirmaram que não trabalham com esse tipo de luta.

Gráfico 2 – Você trabalha o conteúdo de lutas corporais indígenas nas aulas?



Fonte: construção dos autores

Os docentes que afirmaram não aplicar as lutas indígenas (50-cinquenta respostas), foram encaminhados a um terceiro questionamento “Se você não aplica o conteúdo de lutas, explique o porquê” (Gráfico 3). Com 40 (quarenta) respostas (80%), os professores afirmaram ser pela ausência de formação específica. As outras 10 (dez) respostas (20%) resumiam-se a



desatenção, ou não ter sido colocado como proposta da escola, ou a falta de conhecimento. E ainda 13 (treze) professores resolveram abster-se de responder o porquê de não aplicarem.

Gráfico 3 – Motivo de os docentes não trabalharem as lutas corporais indígenas.



Fonte: construção dos autores

De acordo com os dados obtidos fica nítida a necessidade de que a formação, seja inicial ou continuada, dos docentes de Educação Física escolar, contemple de forma mais abrangente a temática étnico-racial para que estejam qualificados a compreender a importância da diversidade étnico-racial e da importância de os discentes apreenderem esse conhecimento, bem como valorizar e difundir a cultura indígena, sobretudo criando uma práxis pedagógica ancorada nesses conhecimentos.

A esse respeito, fica nítida a necessidade de que as formações, inicial e continuada, contemplem efetivamente as questões relativas ao que preza a Lei nº 11.645 para que os professores de Educação Física compreendam a importância sobre a diversidade étnica, evitando, assim, que os professores continuem a privar os alunos de tais conhecimentos. Ademais, é salutar ressaltar que a sociedade, e a escola não fica de fora desta, ainda tratam a cultura indígena de modo genérico, e o que vemos na prática é o desconhecimento dos docentes acerca da Lei nº 11.645, remetendo os povos indígenas a práticas isoladas, descontextualizadas e que, na maioria das vezes, dão-se apenas em datas comemorativas nas escolas; não sendo práticas efetivas que fazem parte do currículo e/ou do projeto político pedagógico da escola. O que nos faz refletir sobre a implantação de uma lei que já tem mais de 10 anos e da escassez de estudos sobre os indígenas em Educação Física.



Assim, o que acaba por acontecer, são ações pontuais das escolas e dos docentes em data comemorativas como, por exemplo, “o dia do índio”; tornando-se ações superficiais e ainda muito presas ao colonialismo, remetendo à desvalorização da cultura indígena e sendo tratada, muitas vezes, de maneira folclórica e sem material específico para tal. Como exemplo, colocamos que muitos docentes ainda vestem as crianças de indígenas e esquecem de contextualizar outras questões relevantes acerca da cultura desses povos. A cultura europeia acaba, desta maneira, perpassando toda a educação brasileira nas suas disciplinas e níveis (inclusive no de formação inicial de professores) sem precisar de lei específica para isso. Já a cultura indígena precisa de uma lei específica, já que ainda não é cumprida na sua totalidade (PEREIRA et al., 2019).

Pereira e Gomes (2018) dizem que para essa realidade mudar, faz-se imprescindível ao pensarmos nos processos culturais que envolvem as populações do campo, florestas e das águas que rememoremos a luta contra o modelo capitalista de desenvolvimento que considera tais populações como invisíveis e acaba por ofuscá-las no silenciamento e na destruição de suas cosmologias.

No caso da introdução da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, seria primordial que se criassem “formas de superação e de reconhecimento da diversidade social, racial e cultural, por meio de políticas públicas de formação continuada dos educadores e debates com a comunidade” (PEREIRA; CORDEIRO, 2015, p. 18). E, talvez, uma dessas formas de superação seria a inclusão da temática étnico-racial perpassando o currículo das formações iniciais dos professores e não somente em disciplinas específicas. Além do que, também não vemos, por parte do estado, a implementação de políticas de formação para os professores que contemplem tais questões, em especial com relação à temática indígena.

Segundo as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006, p. 57) “é fundamental a participação de professores/as na escolha, seleção e organização dos temas que podem integrar um planejamento curricular, bem como, e aqui está outro desafio, de toda comunidade escolar”. Ainda, segundo Pereira e Venâncio (2021), é necessário estudar como o reconhecimento das questões étnico-raciais afro-brasileiras e indígenas na Educação Física é obrigatório por lei e analisar o conhecimento dos professores e a aplicação dessa legislação nas aulas de Educação Física.

Constatamos que as lutas corporais indígenas, não são aspectos trabalhados pela maioria dos professores de Educação Física, bem como está sendo negligenciado pela falta de



formação inicial e continuada acerca da temática que os professores apresentaram nas respostas.

Pereira (2020), aponta que outro fator relevante para isso se dá conjuntamente no tocante à escassez bibliográfica sobre a temática da questão indígena em Educação Física, que não são enfatizadas nas produções acadêmicas. O que acaba também por coadunar em falta de material de pesquisa para os professores ou de fonte de material para ser abordado em suas formações. Tanto no que diz respeito à informação sobre a temática, quanto na proposição, sobre novas alternativas pedagógicas para a inclusão do tema no ambiente escolar, visto que a área ainda agrega conhecimentos coloniais, tidos como hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intencionamos contribuir para uma reflexão de saberes étnico-raciais, considerando que é necessária uma aplicação urgente das lutas corporais indígenas no conteúdo de lutas em Educação Física, bem como difundir por meio de pesquisas tal temática. Este estudo remete-nos sobre a importância de ter-se, bem como divulgar materiais acadêmicos, e considerar explorar mais sobre este conteúdo e incentivar novas pesquisas que contemplem a temática indígena na área.

Os resultados apontam-nos que mesmo com o conteúdo de lutas sendo obrigatório na BNCC (2018), algumas delas acabam sobressaindo-se mais do que outras. E mesmo com a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena posto na redação da Lei nº 11.645, ainda não há uma abordagem sobre as questões indígenas.

A Educação Física necessita de uma revalorização dessas identidades e culturas que foram, durante séculos, intencionalmente ignoradas pelo colonialismo, que imprimiu uma histórica tradição de dominação política e cultural, e que submeteu à sua visão estadunidense e eurocêntrica dos saberes e do conhecimento de mundo. Práticas pedagógicas descolonizadas precisam ser aplicadas para que todos, além de ter acesso aos conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida em sociedade, sejam contemplados para compor novas relações étnico-raciais. Para tanto, há a necessidade de docentes qualificados para o ensino, capazes de direcionar positivamente os novos conhecimentos e que possam aprofundarem-se nos debates em torno de povos que foram e continuam sendo excluídos



bruscamente da nossa sociedade de forma que seus conhecimentos não são valorizados e, tampouco, divulgados.

Diante dos resultados apontados, vimos que a maioria dos professores de Educação Física não fomentam o conteúdo das lutas corporais indígenas apontando para isso a falta de formação inicial e continuada, o que acaba por privar os alunos destes conhecimentos. Em que pese a esse fato, apontamos a ausência de políticas de formação para os professores que contemplem a temática indígena.

Assim, ensejamos, como Santiago, Maia e Pereira (2020), que novas proposições sobre a temática étnico-racial em Educação Física apresentem-se como um rico conhecimento a ser trabalhado, seja pelo aspecto cultural como pelo educacional nos âmbitos formativos.

Desse modo, o presente estudo buscou proporcionar reflexões à comunidade docente sobre o trato pedagógico desenvolvido nas aulas de Educação Física a respeito da temática lutas corporais indígenas.

Descolonizar o conhecimento em Educação Física cumpre um papel epistemológico, ontológico e político, fazendo com que aprofundemos os debates em torno da interculturalidade crítica; de povos que foram e continuam sendo excluídos bruscamente da nossa sociedade, de forma que seus conhecimentos não são valorizados, nem divulgados. Desse modo, talvez possamos disseminar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial, assim como pôr em prática a Lei nº 11.645/08.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rafael Alves de; TURNÊS, Tiago; CRUZ, Rogério Santos de Olibeira. Jogos tradicionais indígenas. **Educación física y deportes**, año 16, n. 159, ago., 2011.

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de; ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira de; GRANDO, Beleni Salete. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de; SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 53-71, out./ dez., 2010.

BARATA, Germana. Afirmação da identidade indígena no esporte. **Revista ciência e cultura**, v. 59, n. 1, p. 56-57, jan./ mar., 2007.



BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** educação física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997b.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** educação física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, DF: SECAD, 2006.

BRASIL. **Base nacional comum curricular.** Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

_____. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

COSTA, Carlos Eduardo. **Ikindene hekugu:** uma etnografia da luta e dos lutadores do Alto Xingu. 2013. 350f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2013.

DARIDO, Suraya Cristina.; RANGEL, Irene Conceição de Andrade. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. **Etno-desporto indígena:** a antropologia social e o campo entre os Kaingang. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010.

FERREIRA, Heraldo Simões. As lutas na educação física escolar. **Revista de educação física.** n. 135, p. 36-44, nov., 2006.

FREITAS, Henrique e colaboradores. Pesquisa via Internet: características, processo e interface. **Revista eletrônica GIANTI,** p. 1-11, 2004.

GRANDO, Beleni Salete; PINHO, Vilma Aparecida de. As questões étnico raciais e a educação física: bases conceituais e epistemológicas para o reconhecimento das práticas corporais afro-brasileiras e indígenas. In: CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. (Orgs.). **Educação física escolar e relações étnico-raciais:** subsídios para a implementação das Leis 10.639-03 e 11.645-08. Curitiba, PR: CRV, 2016.



MENDES, Mara Souza Ribeiro. **Xondaro**: uma etnografia do mito e da dança guarani como linguagens étnicas. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, 2006.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **Aninhá vaguretê**: corpo e simbologia no ritual do Torém dos índios Tremembé. Curitiba, PR: Appris, 2020.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; GOMES, Daniel Pinto. Dança encantada e de resistência: (trans) significações corporais no Torém dos índios Tremembé. **Corpoconsciência**, v. 22, n. 1, p. 120-129, jan./ abr., 2018.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; VENÂNCIO, Luciana. African and Indigenous games and activities: a pilot study on their legitimacy and complexity in Brazilian physical education teaching, **Sport, education and society**, 2021. <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13573322.2021.1902298>>. Acesso em: 24 mar. 2021

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes e colaboradores. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 41, n. 4, p. 412-418, 2019.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A diversidade das relações étnico-raciais e o currículo escolar: algumas reflexões. **Interfaces da educação**, v. 5, n. 14, p. 7-22, 2014.

SANTIAGO, Joselita da Silva; MAIA, Francisco Eraldo da Silva; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. Posibilidades de aplicación de la temática afrobrasileña em educación física escolar. **Educación física y deportes**, v. 25, n. 263, p. 73-92, 2020.

TENÓRIO, Jederson Garbin; SILVA, Cinthia Lopes da. As práticas corporais indígenas como conteúdo da Educação Física escolar. **Revista teoria e prática da educação**, v. 17, n. 1, p. 81-91, jan. /abr., 2014.

Dados da primeira autora:

Email: stephanie_ce@hotmail.com

Endereço: Rua São Bernardo, 186, casa 41, Álvaro Weyne, Fortaleza, CE, CEP: 60335-555, Brasil

Recebido em: 08/04/2021

Aprovado em: 07/06/2021

Como citar este artigo:

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; SOUZA, Symon Tiago de Souza de. Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de educação física do município de Fortaleza – CE. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 34-48, set./ dez., 2021.

**SISTEMATIZAÇÃO DOS JOGOS DESPORTIVOS COLETIVOS DE
INVASÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**SYSTEMATIZATION OF COLLECTIVE SPORT GAMES OF INVASION IN
THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION:
AN EXPERIENCE REPORT**

**SISTEMATIZACIÓN DE JUEGOS DEPORTIVOS COLECTIVOS DE
INVASIÓN EN LOS ÚLTIMOS AÑOS DE EDUCACIÓN ELEMENTAL:
UN INFORME DE EXPERIENCIA**

Gabriel Pelozato Farias da Rosa

<https://orcid.org/0000-0003-2600-2832> 

<http://lattes.cnpq.br/2435993489346980> 

Avai Futebol Clube (Florianópolis, SC – Brasil)
gabrielpelozato@gmail.com

Marcos Paulo Vaz de Campos Pereira

<https://orcid.org/0000-0003-1102-4713> 

<http://lattes.cnpq.br/3591275810968880> 

Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis, SC – Brasil)
marcosp.pereira46@gmail.com

Leandro Teixeira Floriano

<https://orcid.org/0000-0002-2767-5724> 

<http://lattes.cnpq.br/4776679283936494> 

Fortaleza Esporte Clube (Fortaleza, CE – Brasil)
leandrofloriano@yahoo.com.br

Resumo

A organização do processo de ensino e de aprendizagem visa dar aos jogos desportivos coletivos de invasão (JDCI) um tratamento pedagógico coerente com o ensino formal, assim como organizar didaticamente os conhecimentos a eles pertinentes. O objetivo deste relato é apresentar a proposta pedagógica de ensino dos JDCI aplicada em uma escola pública de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, sistematizando o conteúdo com base no modelo pendular e relacionando princípios operacionais e jogos situacionais. Foi elaborado um cronograma contemplando a progressão do conteúdo trabalhado. Cada aula foi organizada abrangendo temas/subtemas; objetivo; atividades; recursos e estratégias para avaliar o processo. A sistematização do conteúdo por meio de princípios operacionais envolvendo pequenos jogos pode contribuir para o aprendizado da lógica interna dos jogos formais, sendo importante para a aquisição de conhecimento sobre as semelhanças existentes nos esportes de invasão.

Palavras-chave: Jogos Desportivos de Invasão; Pedagogia do Esporte; Educação Física.

Abstract

The organization of the teaching and learning process aims to give the Collective Sports Games of Invasion (JDCI) a pedagogical treatment consistent with formal education, as well as to organize didactically the relevant knowledge. The purpose of this report is to present a pedagogical proposal for teaching JDCI applied in a public school in Florianópolis in the state of Santa Catarina, systematizing the content based on the pendulum model, relating the operational principles and situational games. A schedule was drawn up that involved the progression of the content worked on. Therefore, each class was organized in stages, which are: themes / subthemes; goal;



activities; and resources and strategies for evaluating the process. The systematization of content through the operational principles through small games can contribute to the learning of the internal logic of formal games, being of paramount importance for the acquisition of knowledge of the similarities that invasion sports have.

Keywords: Invasion Sports Games; Sport Pedagogy; Physical Education.

Resumen

La organización del proceso de enseñanza y aprendizaje tiene como objetivo dar a los Juegos Deportivos Colectivos de Invasión (JDCI) un tratamiento pedagógico acorde con la educación formal, así como organizar didácticamente los conocimientos pertinentes. El objetivo de este informe es presentar una propuesta pedagógica para la enseñanza de la JDCI aplicada en una escuela pública de Florianópolis en el estado de Santa Catarina, sistematizando el contenido a partir del modelo de péndulo, relacionando los principios operativos y los juegos situacionales. Se elaboró un cronograma que implicó la progresión de los contenidos trabajados. Por lo tanto, cada clase se organizó en etapas, que son: temas / subtemas; objetivo; Actividades; y recursos y estrategias de evaluación de procesos. La sistematización de contenidos a través de los principios operativos a través de pequeños juegos puede contribuir al aprendizaje de la lógica interna de los juegos formales, siendo de suma importancia para la adquisición del conocimiento de las similitudes que tienen los deportes de invasión.

Palabras clave: Juegos de Deportes de Invasión; Pedagogía Deportiva; Educación Física.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2016) reporta que a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é um componente curricular obrigatório da educação básica. No ambiente escolar, essa disciplina trata da cultura corporal de movimento com a finalidade de oportunizar aos alunos a vivência de um conjunto articulado de conhecimentos sobre jogos, danças, esporte, lutas, ginástica e atividades congêneres (SOARES et al., 1992).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os alunos, nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Na esfera da Educação Física, o conjunto de conhecimentos da cultura corporal do movimento está presente na BNCC, dividido em unidades temáticas, dentre elas, os esportes. Na BNCC, o esporte é apresentado como uma das práticas mais conhecidas da contemporaneidade, por sua grande presença nos meios de comunicação, que se caracteriza por ser orientado pela comparação de determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários).

Para a estruturação dessa unidade temática, é utilizado um modelo com sete classificações, incluindo os esportes de invasão, os quais aparecem inicialmente no segundo ciclo (3º ao 5º ano) do Ensino Fundamental. Essa categorização é baseada na lógica interna, tendo como referência critérios de cooperação; interação com o adversário; desempenho motor; objetivos táticos da ação (BRASIL, 2017).



Na prática, conteúdos como voleibol, futsal, handebol e basquetebol permanecem os mesmos. Os três últimos têm características comuns e pertencem aos esportes de invasão. As metodologias de ensino seguem a “prática pela prática”, embora exista entendimento dos professores sobre a importância de diversificar as experiências (DARIDO, 2004; PEREIRA; FARIAS, 2020). Diferente desse contexto, modelos de ensino dos esportes adentram o cenário escolar, subsidiando a prática dos professores (BUNKER; THORPE, 1986; SIEDENTOP, 1994; GARGANTA, 1998), num ensino pautado no jogo.

Um exemplo é o ensino dos jogos desportivos coletivos (GARGANTA, 1998) através do jogo, estruturado por soluções de problemas apresentados pelo jogo e por noções técnico-táticas dos esportes coletivos. O modelo *Sport Education* (SIEDENTOP, 1994) visa, por meio do jogo, possibilitar aos alunos uma vivência esportiva autêntica. No cenário escolar, essa proposta possibilita a inclusão de todos os alunos, pois não prioriza a reprodução gestual e sim a vivência de cada um, considerando as situações de jogo estabelecidas. Outra proposta é o modelo *Teaching Games for Understand* (BUNKER; THORPE, 1986), em que a sistematização é feita por jogos reduzidos, mas contendo todos os elementos técnico-táticos do jogo formal, e que prioriza situações-problema e questionamentos aos alunos durante todo o processo de ensino.

Mesmo com novos modelos já consolidados para o ensino do esporte, alguns antigos paradigmas permanecem presentes nas aulas de Educação Física escolar. O ensino de modalidades esportivas adota frequentemente a técnica como prioridade, mesmo quando existe uma metodologia que não é apenas a “prática pela prática” (GARGANTA, 1998). Uma das características dessas metodologias é a execução de tarefas fora do contexto de jogo, o qual é dividido em partes, sendo priorizada a execução correta dos movimentos (COSTA; NASCIMENTO, 2004; LEONARDO; SCAGLIA; REVERDITO, 2009; PEREIRA et al., 2016; GALATTI et al., 2017). Nessa abordagem, os professores concentram suas ações no ensino de movimentos e gestos técnicos específicos das modalidades esportivas (SCAGLIA et al., 2021).

Para o aluno adquirir amplo conhecimento do conteúdo esporte, evidencia-se fundamental que, além da aprendizagem de movimentos esportivos (procedimental), ele saiba analisar o porquê (conceitual) das ações; atribuir valores; ter atitudes apropriadas (atitudinal) para e nas diversas práticas esportivas (DARIDO, 2012). O direcionamento das propostas de ensino dos esportes para a caracterização de diversos tipos de jogos proporciona melhor entendimento tático da modalidade envolvida e, conseqüentemente, facilita a aprendizagem



dos gestos motores específicos, interligando as dimensões procedimental, atitudinal e conceitual dos conteúdos (BARROSO; DARIDO, 2009).

Visando romper os paradigmas voltados ao ensino das técnicas por meio da reprodução de gestos técnicos, Daolio (2002), com o modelo pendular, e Bayer (1994), com os princípios operacionais e regras de ação, potencializam o ensino dos jogos desportivos coletivos de invasão (JDCI) desde sua lógica interna, cujo objetivo é acertar o alvo ou levar o objeto à meta ou ao território adversário (GONZÁLEZ; DARIDO; OLIVEIRA, 2017).

Modelos de ensino de esportes têm se respaldado no jogo como uma estratégia de ensino (BUNKER; THORPE, 1986; SIEDENTOP, 1994; GARGANTA, 1998). Os jogos situacionais elencados ao modelo da escola da bola (KROGER; ROTH, 2005) priorizam elementos táticos através de situações de jogo. Consequentemente, a partir de situações-problema, que emergem durante o jogo, formam-se alunos com inteligência tática, capazes de tomar de decisões consistentes (PEREIRA; FARIAS, 2020; OLIVEIRA; SILVA; SCAGLIA, 2021).

Ampliar a abordagem dos conteúdos do ensino formal por meio das dimensões dos JDCI surge como uma necessidade atual. Para Galatti, Paes e Darido (2010), a organização do processo de ensino e de aprendizagem visa dar aos conteúdos um tratamento pedagógico coerente com o ensino formal, assim como ordenar didaticamente os conhecimentos a eles pertinentes. Diversos autores que investigam JDCI apresentam suas potencialidades pedagógicas como criatividade, motivação, cooperação, valores intra e interpessoais, atenção, foco, raciocínio. (GARGANTA, 1998; SCAGLIA, 2003; GONZÁLEZ, BRACHT, 2012; GALATTI et al., 2014).

Tendo em vista os benefícios dos JDCI, este relato de experiência apresenta a proposta pedagógica de ensino dos JDCI aplicada em uma escola pública de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, sistematizando o conteúdo com base no modelo pendular (DAOLIO, 2002) e relacionando princípios operacionais (BAYER, 1994) e jogos situacionais (KROGER; ROTH, 2005).

JOGOS DESPORTIVOS COLETIVOS DE INVASÃO: DA LÓGICA INTERNA À ESTRATÉGIA DE ENSINO

Uma das principais características do esporte, segundo González e Bracht (2012), é a existência de adversário, pois se não houver adversário, não haverá comparação de

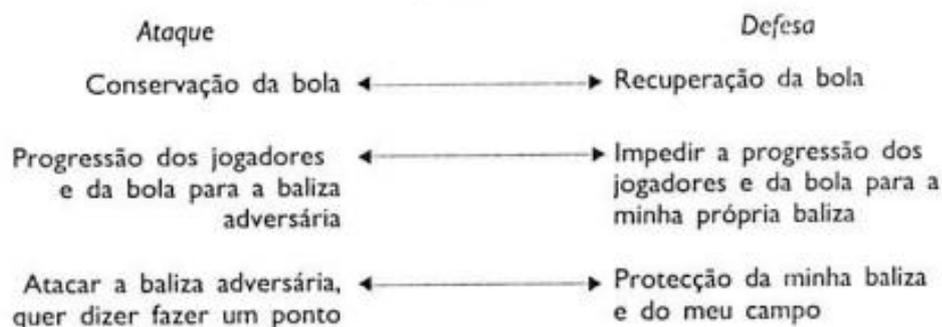


desempenho entre atletas ou equipes em uma prova ou em uma partida. Se não houver prova ou partida, não existirá um vencedor. Os autores especificam a diferença entre esporte individual e esporte coletivo: no primeiro, o atleta não pode contar com nenhum tipo de colaboração e, no segundo, exige-se a formação de equipes para a participação, ou seja, a presença de mais de um atleta.

Os esportes coletivos dividem-se em dois grupos: sem interação, em que os adversários não podem interferir na ação uns dos outros; com interação, em que os adversários, com a posse de um implemento, interferem diretamente nas ações dos praticantes. Nos esportes com interação, muitas ações podem acontecer ao mesmo tempo, mudanças repentinas de atitude tornam-se necessárias em questão de segundos, como no caso de uma equipe perder a posse da bola e precisar recuperá-la de imediato. (GONZÁLEZ; BRACHT, 2012; GONZÁLEZ; DARIDO; OLIVEIRA, 2017).

Os esportes coletivos de interação direta com o adversário são chamados de esportes coletivos de invasão. Conforme González, Darido e Oliveira (2017), eles correspondem ao conjunto de modalidades que se caracterizam por uma equipe tentar introduzir ou levar uma bola (ou outro objeto) a uma meta ou a um setor da quadra/campo defendidos pelos adversários (gol, cesta, *touchdown* etc.), protegendo, simultaneamente, o próprio alvo, meta ou setor do campo, por exemplo, basquetebol, *frisbee*, futebol, futsal, futebol americano, handebol, hóquei na grama, polo aquático, rúgbi.

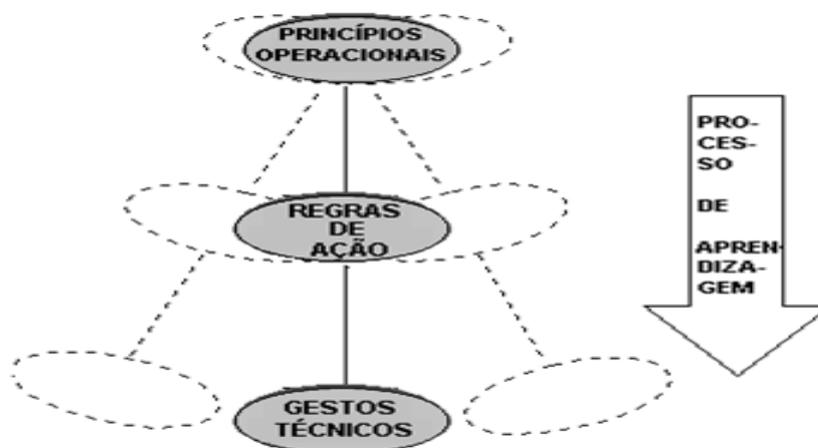
Nessa categoria de esportes, existe uma lógica específica do jogo que, segundo Bayer (1994), origina-se tanto nas referências estruturais – companheiros, adversário, campo de jogo, implemento, regras e alvo – como nas referências funcionais – princípios operacionais (Figura 1) e regras de ação –. As regras de ação podem ser entendidas como as normas básicas para o desempenho tático individual nos jogos. Elas indicam condições e elementos que devem ser levados em conta para que a ação seja eficaz (BAYER, 1994).

**Figura 1** – Princípios Operacionais

Fonte: Bayer (1994).

Kroger e Roth (2002) propõem, por meio da escola da bola, a categoria de jogos situacionais, que visam desenvolver capacidades táticas com base no reconhecimento de situações de jogo, nos elementos relacionados com o objetivo do jogo, nos companheiros, nos adversários e no ambiente. Nessas relações, pode-se ainda citar as regras de ação, o reconhecimento dos espaços, o oferecimento e a orientação que sustentam a execução dos princípios operacionais.

Daolio (2002) elaborou uma proposta de ensino dos JDCI pautada no modelo pendular (Figura 2). O objetivo desse modelo é mostrar que, assim como um pêndulo em balanço, os princípios operacionais realizam, na base, um movimento menor do que na extremidade, na qual se localizam os gestos técnicos. Os princípios operacionais são comuns a todos os esportes de invasão, resultando em maior grau de sustentação do pêndulo, representando uma grande meta a ser perseguida. Os gestos técnicos são singulares a cada modalidade, mesmo que pertencentes aos JDCI, e por isso estão distantes da base. Esses conteúdos são associados a um processo de aprendizagem, o qual será facilitado ao se partir de conteúdos comuns a todos os esportes de invasão e, ao se articularem as individualidades dos gestos técnicos de cada modalidade.

**Figura 2** – Modelo Pendular

Fonte: Daolio (2002).

A partir do modelo de Daolio (2002), busca-se criar um ambiente de aprendizagem por meio da complexidade dos jogos e a consequente resolução dos problemas por eles impostos. Segundo Scaglia e colaboradores (2013), o jogo é um sistema caótico e sempre que se estabelece uma ordem (solução de um problema), concomitantemente se desencadeia uma desordem.

A prática dos JDCI exige inteligência de jogo, que, segundo Alves (2002), é uma ferramenta para resolver problemas. No âmbito dos JDCI, conforme Garganta e colaboradores (2013), a inteligência para jogar é entendida como a habilidade dos jogadores/equipes para reconhecerem os estímulos mais significativos do envolvimento, de modo a se adaptarem às diversas situações e agirem em benefício de sua equipe, nos diferentes contextos de jogo.

Para Moreira (2014), o professor seleciona as estratégias e as utiliza como meio de intervenção para obter uma boa qualidade de envolvimento dos alunos com a aprendizagem. Isso corresponde a considerações quanto aos objetivos educacionais, às indicações verbais ou escritas sobre o comportamento individual ou coletivo da turma, ao tempo disponível para a execução das tarefas e ao ambiente físico. Então cabe utilizar, como principal estratégia de ensino, a descoberta guiada, a qual, segundo Clemente e Mendes (2015), tem como princípio fundamental questionar os alunos até chegar ao resultado pretendido, usando suas ações como base para a elaboração dos questionamentos.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os relatos de experiência que descrevem a prática pedagógica podem proporcionar reflexões e aprendizado na atuação de futuros docentes no campo prático, uma ponte entre a teoria e a prática pedagógica (NOGUEIRA; FARIAS; MALDONADO, 2017).

O presente estudo tem abordagem qualitativa, do tipo descritivo (DENZIN; LINCOLN, 2006), e configura-se como um relato de experiência, por apresentar uma intervenção realizada no segundo semestre de 2017, em uma escola estadual de educação básica no município de Florianópolis, Santa Catarina. Essa intervenção integrou o estágio supervisionado II, obrigatório, da 6ª fase do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Santa Catarina.

A intervenção foi realizada com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental, na faixa etária entre 9 e 10 anos de idade, totalizando 30 alunos (14 meninas e 16 meninos). Foram oito horas de observação da instituição e seis horas de observação da turma que participaria da experiência. As 24 horas de intervenção foram divididas em três dias semanais: segunda-feira das 16h45 até 17h30, quarta-feira e quinta-feira das 13h30 até 14h15. Para a elaboração desse relato, foram respeitados os princípios éticos e observados os propósitos do estágio curricular obrigatório. Esse estágio está contemplado na grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física e faz parte de seu projeto pedagógico, sendo realizado em locais de interesse institucional da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a supervisão de um professor da universidade e de um professor da escola de educação básica.

No período de observação e análise do projeto político pedagógico da escola, identificou-se que a instituição possui cerca de 460 (quatrocentos e sessenta) profissionais, entre efetivos e contratados temporariamente, que atendem desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, bem como ao Magistério e a Projetos. A instituição possui um departamento de esporte escolar e uma associação desportiva, visando ao esporte de rendimento, com atividades oferecidas no contraturno, havendo participação em competições escolares e em outras atividades promovidas por federações e confederações.

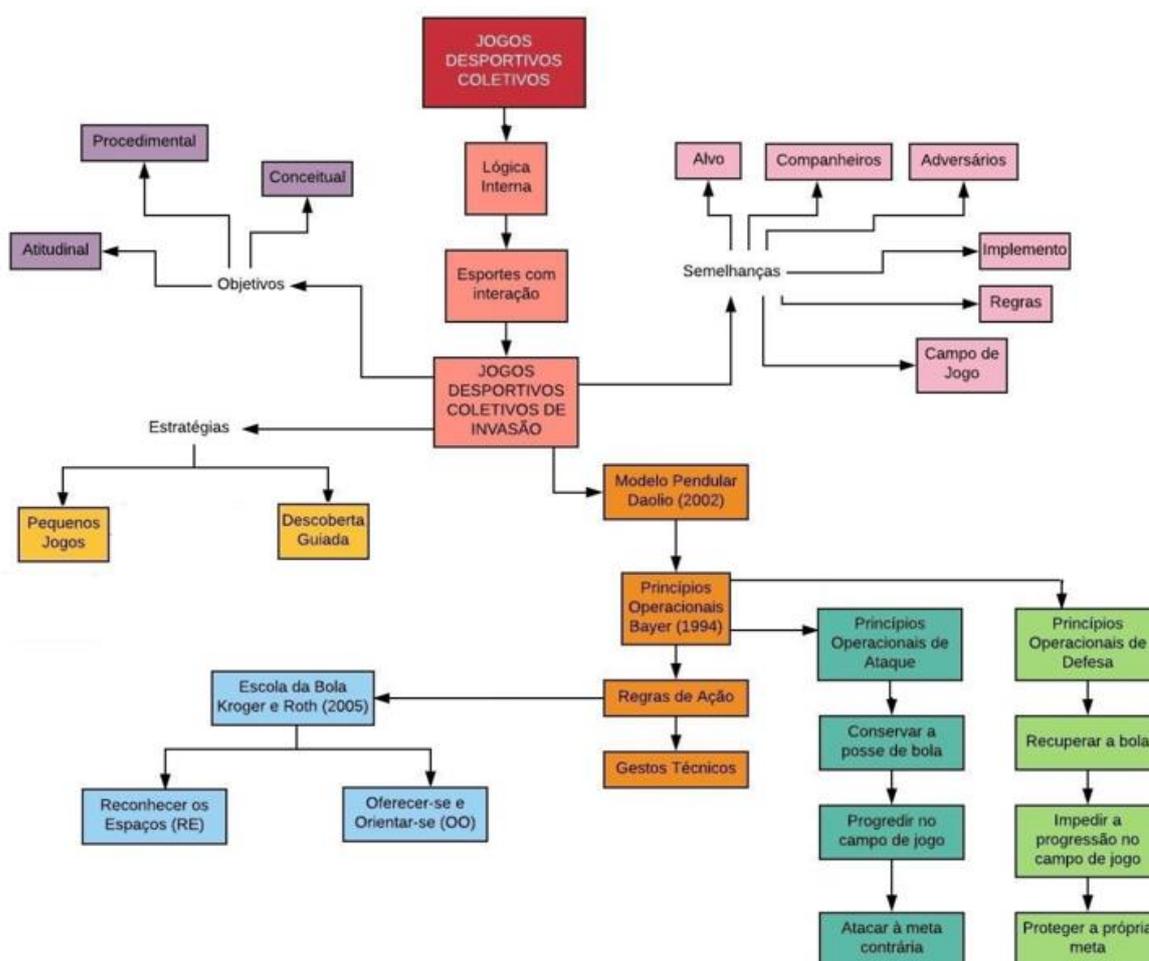
Durante o período prévio às intervenções, o professor efetivo da disciplina visava ao ensino dos jogos desportivos coletivos de invasão (JDCl) por meio do jogo formal, com o intuito de oferecer aos alunos uma base ao esporte, a modalidade enfatizada foi o handebol. Observou-se, na prática, que o jogo desenvolvido pelos alunos apresentava características do



jogo anárquico, citado por Garganta (1998), pois eles apresentavam dificuldades, principalmente na compreensão de regras específicas do esporte e de seu funcionamento, a partir da lógica interna, da ocupação racional do campo de jogo e da resolução de situações-problema.

Considerando as características da turma, foi iniciada a intervenção com o propósito de apresentar os JDCl com base no modelo pendular de Daolio (2002) (Figura 3). Os princípios operacionais (BAYER, 1994) e os jogos situacionais (KROGER; ROTH, 2005) também auxiliaram na sistematização das aulas/intervenção no 4º ano do Ensino Fundamental, através da criação de jogos pré-desportivos, elaborados seguindo um roteiro (Quadro 1), o que não é notável quando se abordam esportes, rompendo o paradigma da “prática pela prática”. (GARGANTA, 1998).

Figura 3 – Mapa Conceitual



Fonte: construção dos autores.

**Quadro 1** – Instruções para elaboração de JDCI

VARIÁVEIS	INSTRUÇÃO (DEFINIR)
OBJETIVO	- Qual será o objetivo do jogo com foco nos conteúdos (ex.: progressão no campo de jogo...)
EQUIPES	- Número de equipes - Número de jogadores por equipe - Se haverá goleiro, coringa ou alguma outra função especial
CAMPO DE JOGO	- O tamanho do campo conforme as variáveis de regras, número de alunos e objetivo. Ex.: um número grande de alunos no jogo, exigirá um campo maior; poucos integrantes, campo menor - Se será dividido em setores, quadrantes - Se haverá apenas um ou mais campo(s)
IMPLEMENTO	- Qual será o implemento - Quantos implementos haverá no jogo
ALVO	- Qual será o alvo (ex.: cones, traves, zona...) - Quantos alvos serão - Haverá um ou mais alvo(s) para cada equipe ou em comum para ambas - O alvo será fixo ou móvel
REGRAS	- Basear-se na variável objetivo do jogo - Permitir que o jogo possa fluir - Evitar possíveis conflitos entre os alunos (ex.: burlar regras) - Evitar adotar/ criar/ adaptar regras que permitam às crianças muito contato físico (principalmente em turmas mistas)

Fonte: construção dos autores.

No total das 24 horas/ aula de intervenção, 12 horas corresponderam a aulas propostas fundamentadas nos princípios anteriormente descritos. As outras 12 horas foram divididas em: seis horas de planejamento; quatro horas de intervenção coparticipante, observando e auxiliando outros estagiários em suas intervenções, ou seja, turmas diferentes; duas horas dedicadas a questões de temas transversais solicitadas pelo professor supervisor.

Como critérios de avaliação, utilizamos: observação, por meio da verbalização dos conteúdos trabalhados e das conversas dos alunos com o professor estagiário (principalmente na parte final da aula com os questionamentos); execução motora nos jogos propostos; interação entre os alunos, pois os jogos envolviam relações entre eles, quer de cooperação/ companheirismo quer de competição/adversário. Entre os materiais utilizados, bolas de borracha, cones, coletes e arcos foram os mais usufruídos durante a intervenção.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização e o planejamento adequado são itens significativos no processo de ensino e aprendizagem de ações intencionais no contexto escolar. Elaborou-se um cronograma contemplando a progressão do conteúdo trabalhado. Cada aula foi organizada abrangendo temas/subtemas, objetivo, atividades, recursos e estratégias para avaliar o processo (Quadro 2).

Nos primeiros encontros, houve a preocupação se existiria resistência dos alunos a esse modelo de ensino, por não estarem habituados ao ensino do esporte de maneira sistematizada, respaldado na progressão de conteúdos e em métodos. Por isso, se começou com uma atividade em sala de aula, de conhecimento de todos (mímica), visando introduzir ao grupo o conteúdo das semelhanças entre os JDCl.

As crianças mostraram dificuldade de compreender o conceito do termo semelhança, por isso tornou-se importante, antes de iniciar a proposta e a dinâmica, explicar e demonstrar o que é semelhança e também outros termos que seriam usados durante a intervenção. Aos poucos os alunos foram se familiarizando com os termos e os conceitos e iniciaram as discussões a respeito das proximidades reveladas pelos JDCl. alguns alunos exemplificaram os elementos dos esportes como o alvo no futebol e o formato do implemento no *rugby*, entre outros.

As semelhanças das práticas corporais do movimento humano são citadas em vários estudos (SCAGLIA, 2007; SCAGLIA et al., 2013; PEREIRA et al., 2016; GONZÁLEZ; DARIDO; OLIVEIRA, 2017), os quais primam por níveis de dificuldades e estruturação, contemplando semelhanças e características que podem ser utilizadas em diferentes práticas e transferidas de uma para outra. Consonante, facilitando o processo de ensino e de aprendizagem, além de oportunizar uma diversidade de conteúdos a serem tematizados (SCAGLIA et al., 2021),

**Quadro 2** – Organização das aulas aplicadas ao tema JDCI

Aula	Tema/ subtema	Objetivo	Atividades	Perguntas norteadoras	Avaliação
01	Semelhanças	Conhecer as seis invariantes dos JDC	Jogo de mímica ou desenho, em que os alunos identificavam as invariantes em sala de aula	Quais são as semelhanças entre os JDC? Por que é importante conhecer cada uma? Exemplifiquem implementos, regras ou alvos dos JDC	Identificar, durante a aula, se os alunos conheceram as invariantes
02	Semelhanças	Praticar um JDC visando identificar as semelhanças	Pequenos jogos contendo as seis invariantes	Quais são as seis invariantes nesse jogo? É fácil reconhecer as seis invariantes dentro do jogo? Fica mais fácil jogar quando se sabe as semelhanças e se conhece as regras?	Identificar se os alunos praticaram o jogo e reconheceram as semelhanças
03	Momentos do jogo	Identificar os momentos do jogo (ataque e defesa)	Jogos de atacar e defender simples (ex.: encostar no ombro do colega)	Quais são os momentos do jogo? Por que é importante sabermos cada um? O que fazer em cada momento?	Observar, através das respostas, se os alunos identificaram os momentos do jogo
04	Proteger e acertar o alvo	Executar finalizações e reconhecer a importância de acertar/ proteger o alvo	Pequenos jogos de no mínimo 1x1 e máximo 3x3 que envolvem muitas finalizações	Qual a importância de finalizar ao alvo? Qual a importância de proteger o alvo? Finalização próximo ao alvo é mais fácil ou mais vantajosa? Quando finalizar?	Observar se os alunos finalizaram e reconheceram a importância de acertar/ proteger o alvo
05	Proteger e acertar o alvo (reconhecimento dos espaços - RE)	Reconhecer o melhor momento de finalizar (ataque)/ pressionar (defesa)	Pequenos jogos com alvos fixos de superioridade numérica para a equipe que ataca	Qual o melhor momento para finalizar? Qual o melhor momento para pressionar? Quando finalizar de perto ou de longe?	Observar se os alunos reconheceram o melhor momento de finalizar/ pressionar dentro do jogo



06 e 07	Progressão/ impedir progressão no campo de jogo (oferecer-se e orientar-se e RE)	Criar situações de progressão dentro do jogo, entendendo sua importância	Jogos que contenham preferencialmente zonas ou companheiros à frente como alvo, dando sentido de continuidade	Qual o motivo de progredir/ impedir no campo de jogo? Quais são as formas de progressão? Qual é o melhor momento para progredir/ impedir a progressão?	Identificar se os alunos realizaram progressões oferecendo-se e orientando, e reconhecendo os espaços dentro do jogo
08 e 09	Conservação/ recuperação da posse da bola (OO e RE)	Executar a conservação da posse da bola, compreendendo o motivo da ação	Jogos que enfatizam a circulação da bola sem excluir o alvo	Por que é importante conservar a posse da bola? O que eu preciso fazer para conservar a bola? Circular a bola sem progredir é importante?	Observar, através do jogo e das respostas, se os alunos conseguiram executar e entender a conservação da posse da bola
10	JDCI	Criar um jogo com base no roteiro do professor	Os alunos, em três grupos, construíram JDCI	Como criar um JDCI? O que os JDCI precisam conter?	Observar se o grupo como um todo criou os JDCI dentro do roteiro
11 e 12	JDCI	Demonstrar e praticar os JDCI criados pelos próprios alunos.	Os grupos foram responsáveis pelas atividades/ JDCI contendo as invariantes	O jogo proposto pelo grupo está dentro dos JDCI? Contém as invariáveis? Se sim ou se não, por quê?	Identificar se os alunos praticaram as atividades e conseguiram demonstrar com clareza para o grande grupo

Fonte: construção dos autores com fundamentação teórica em Bayer (1994), Daolio (2002) e Kroger e Roth (2005).

Após a compreensão das semelhanças, iniciou-se a parte prática, na qual, foram facilmente identificados tanto as invariáveis compostas nos JDCI dentro dos jogos criados, como o respeito às regras do jogo, o que, nas observações iniciais, aparecia como uma dificuldade da turma em geral.

Ao utilizar o jogo como uma estratégia de ensino, é importante que as regras sejam respeitadas, pois a compreensão de regras específicas para a funcionalidade do jogo torna-se indissociável para que objetivos possam ser alcançados (SCAGLIA et al., 2013; PEREIRA et al.; 2018).

Na continuidade da proposta, foram explanados, de acordo com os princípios operacionais relacionados à sistematização do conteúdo e das principais estratégias de ensino:



o jogo e a descoberta guiada. Os princípios operacionais de proteger e acertar o alvo foram selecionados primeiramente por serem perceptíveis e significativos para os alunos, que se sentiram entusiasmados em efetua-los no jogo formal, mesmo que intuitivamente. Dentro da sistematização do conteúdo, entendeu-se que haveria maior facilidade e prazer para os alunos, se eles comessem por algo que gostassem de fazer, justamente para se habituarem ao modelo de ensino e quebrarem a barreira dos pequenos jogos.

Foi proposto jogos de 1vs1, 2vs1 e 3vs1, todos com as mãos, sendo o implemento bolas de borracha. O alvo predominante foi um cone que o defensor deveria proteger, enquanto os membros da equipe de ataque deveriam acertá-lo com a bola. O campo de jogo, nesse momento inicial, foi definido pelos próprios alunos, pois eles dividiram-se em diversos grupos pela quadra de handebol.

Os jogos propostos corroboram estudos, que se respaldaram nos princípios operacionais de proteger e acertar o alvo. Eles contribuíram para a compreensão dos alunos sobre atacar e finalizar, defender e recuperar a posse de bola – principais fases dos JDCI (GARGANTA, 2004; REVERDITO; SCAGLIA, 2007; PEREIRA et al., 2016; SANTANA, 2017).

Muitos alunos intuitivamente realizavam gestos técnicos eficazes, ou seja, conseguiam resolver o problema, porém não com suficiente eficiência, que corresponderia a gestos mais harmoniosos e com menor gasto de energia. Os alunos conseguiam acertar e proteger o alvo, porém, quando o objetivo proposto foi entender o melhor momento de executar a tarefa, o contexto mudou. Alguns tiveram dificuldades para processar, havendo muitas finalizações precipitadas (muito distantes, com boa marcação da defesa, ângulo ruim...) dentro dos pequenos jogos, o que se pode considerar normal para uma criança de dez anos de idade que está em desenvolvimento, corroborando Garganta (1998) quando fala sobre o conceito de jogo anárquico.

Durante esse período, foram adotados os princípios de Kroger e Roth (2005) de reconhecer os espaços, oferecer-se e orientar-se – regras de ações importantes para que os alunos compreendessem o melhor momento para finalizar, vista a dificuldade na realização desta ação. O pouco tempo de aula e de intervenção não contribuiu para enfatizar o subconteúdo, o qual foi executado por alguns alunos, porém esquecido em aulas posteriores.

Uma regra de jogo que inicialmente foi utilizada, quando se trabalhou o subconteúdo de progressão, foi de não poder conduzir a bola quando o jogador tinha seu controle. A ideia era que os alunos aprendessem a progredir com passes, no entanto, mais



uma vez, a falta de entendimento sobre o reconhecimento dos espaços foi um problema para conquistar o objetivo de progredir. Essa regra exigia muito de quem estava sem a bola, a fim de dar condições a um companheiro para executar o passe para frente. O pouco tempo de intervenção não contribuiu para que os alunos conseguissem internalizar o objetivo. Alguns demonstraram um nível de inteligência de jogo mais avançado, ou seja, responderam mais rápido aos estímulos e tomaram decisões mais assertivas. Esses destacaram-se mesmo com apenas uma aula adotando tal regra.

As tomadas de decisão devem ser estimuladas durante o ensino dos JDCl, pois no jogo e, nesse caso, na utilização da progressão, elas são fundamentais para o desenvolvimento do aluno. Por conta de o ensino estar centrado no aluno, ele precisa ser criativo e autônomo, pois se torna responsável pelas próprias ações. Pela reflexão e compreensão, fomenta-se a inteligência de jogo (GRAÇA; MESQUITA, 2009).

Na segunda aula do subconteúdo, a regra em questão foi 'quebrada' pelo professor. Os alunos com controle da bola podiam conduzir, entretanto, quando tocados pelo adversário, perdiam a posse da bola. Por conseguinte, os alunos começaram a conduzir a todo momento, resultando em muitas trocas de posse de bola. Entende-se que os alunos compreendiam que deveriam progredir, porém não sabiam a melhor forma nem quando realizá-la, ou seja, erravam na tomada de decisão. Acredita-se que pode ter havido um erro na formulação das regras, por se ter começado sem a possibilidade de condução, porque isso dificultou muito a tomada de decisão, talvez decorrente da pouca exposição dos alunos a essas situações.

Buscou-se, por meio de pausas e intervenções durante a aula, deixar implícitos, com uma verbalização mais simples, os princípios de reconhecer os espaços e de oferecer-se e orientar-se, para que os alunos compreendessem o objetivo das atividades. Em consequência, o jogo realizado no segundo dia apresentou melhora, devido às tomadas de decisão dos alunos e por haver um espaço maior como campo de jogo (quadra de futsal), em confrontos de 3vs3 e 4vs4, com o objetivo de passar com a bola controlada à linha de fundo adversária.

Estudos referem a importância da adaptação e da modificação das regras para que o jogo possa acontecer e também para auxiliar no processo de compreensão dos alunos. Esses podem contribuir para que regras e jogos sejam modificados a partir de situações que



emergem e requerem diálogo (professor e alunos) (PAES, 2006; SCAGLIA; REVERDITO; GALATTI, 2014; PEREIRA et al., 2018; SCAGLIA et al., 2021).

Após os alunos terem a experiência de avançar/impedir a progressão no campo de jogo, assim como atacar e proteger a meta (alvo), o objetivo passou a ser conservar a posse da bola ou recuperá-la. Foi então utilizado um jogo de duas equipes, com as seguintes regras: se uma equipe executasse 'n' passes seguidos e posteriormente acertasse a meta contrária, ao final da jogada obtinha (n + 1) pontos. Apesar da modificação funcional, mantiveram-se as referências estruturais como quadra de futsal, equipes de 4vs4 até 6vs6, as mesmas regras de progressão dos dias anteriores.

O efeito dessa regra de pontuação provocou tanto a alguns benefícios como alguns comportamentos ruins. Os alunos começaram a executar mais passes e aqueles sem a posse da bola utilizaram regras de ação como linha de passe, o que consistia em grande dificuldade nas atividades de progressão. Em certos momentos, quando havia oportunidade de finalizar ao alvo ou de progredir no campo de jogo, os jogadores optavam por passes arriscados, algumas vezes, desnecessariamente, para trás, tentando aumentar a pontuação e, em consequência acabavam perdendo a posse da bola.

Esse tipo de comportamento resulta em circulação sem objetividade relativa à lógica interna dos jogos. Em vista dessa percepção, foi alterada a regra de pontuação: a realização do ponto acertando o alvo dobraria a quantidade do valor de passes. Isso levou o objetivo ficar novamente de acordo com a lógica interna. Aos poucos, o entendimento da lógica do jogo e o respeito aos princípios operacionais voltaram a se manifestar.

Como proposta para o fechamento das intervenções, em sala foi proposto o desafio de os alunos criarem seus próprios JDCl. Eles foram organizados em três grandes grupos, nos quais debateram a construção de um JDCl, tendo como base as aulas e os princípios propostos pelo professor-estagiário.

O estímulo ao desenvolvimento de jogos pelos alunos, indo ao encontro da lógica interna dos JDCl, fomenta a criatividade e contribui para o aprendizado de situações que ocorrem durante o jogo formal. O professor pode avaliar as propostas e dialogar com os alunos, seguindo a relação dos princípios operacionais e as fases do jogo por eles escolhido (SCAGLIA, 2007; GRAÇA; MESQUITA, 2009).

Um dos grupos teve maior dificuldade em realizar a tarefa, devido à dificuldade de colocar regras, havendo, então, a contribuição por meio da descoberta guiada para que



alcançassem objetivo da aula. Os outros grupos, apesar de elaborarem jogos muito próximos dos anteriormente propostos, conseguiram concluir a atividade e colocá-los em prática nas aulas seguintes, com alguns alunos exercendo até mesmo a função de 'árbitro' dentro das atividades formuladas por eles. Essa atividade teve um retorno muito interessante por parte dos alunos, pois demonstraram euforia em criar e praticar os jogos, demonstrando maior autonomia nas últimas aulas incluídas no período de estágio.

A sistematização das aulas por meio do modelo pendular (DAOLIO, 2002), relacionando princípios operacionais (BAYER, 1994) e jogos situacionais (KROGER; ROTH, 2005), pode contribuir para ampliar a criatividade e a autonomia dos alunos, além de oportunizar a prática esportiva a partir do jogo. Esse resultado corrobora autores da pedagogia do esporte, os quais ressaltam o ensino dos JDCI desde sua lógica interna e de suas semelhanças e características, rompendo os paradigmas que fragmentam o ensino pela reprodução gestual (SCAGLIA; REVERDITO; GALATTI, 2014; GONZÁLEZ; DARIDO; OLIVEIRA, 2017; SCAGLIA et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência de uma intervenção proporcionada pelo estágio curricular supervisionado apresentou uma proposta embasada no modelo pendular (DAOLIO, 2002), relacionando princípios operacionais (BAYER, 1994) e jogos situacionais (KROGER; ROTH, 2005). Ela sinaliza a possibilidade de romper com modelos de ensino dos JDCI voltados à fragmentação e à reprodução gestual e oportuniza aos alunos a resolução de situações-problema que ocorrem durante os jogos. A experiência proporcionou ao estagiário elaborar uma proposta de ensino e aplicá-la em contexto escolar, contribuindo para sua formação como futuro professor, e aos alunos a compreensão e a vivência de jogos que corroboram o processo de ensino e de aprendizagem dos JDCI, bem como o desenvolvimento da inteligência de jogo, a partir da descoberta guiada.

Os alunos que participaram das aulas relatadas conheciam a ideia de que, para ganhar nos JDCI, era necessário fazer pontos, porém com possibilidades muito restritas de atingir o objetivo do jogo, ou seja, a lógica dos JDCI. Ao se proporem pequenos jogos, por meio dos quais se sistematizou o conteúdo dos princípios operacionais (BAYER, 1994), foi possível contribuir para a compreensão da lógica interna dos jogos formais, levando os alunos



a jogarem melhor (GARGANTA, 1998), distanciando-se do jogo anárquico e, por conseguinte, a potencializarem a inteligência de jogo. Ressalta-se a importância de tratar pedagogicamente o conteúdo dos JDCl, visando ao aprendizado dos alunos de forma adequada e com o tempo necessário.

Propostas futuras precisarão de maior número de aulas para que o trabalho não fique comprometido, pois, nesse reduzido período de aplicação, os alunos não conseguiram concretizar o processo de retenção do aprendizado. Eles adquiriram conhecimento, mas pela falta de prática, devido ao curto tempo de aula e de intervenção, a segunda fase da aprendizagem foi interrompida.

Na avaliação, as relações com as dimensões dos objetivos foram realizadas por meio das observações das aulas, quando se efetuaram anotações referentes ao grupo como um todo. Esse é um procedimento muito importante no processo de aprendizagem, porém, como os JDCl envolvem ações de todos os alunos ao mesmo tempo, surge o problema de como individualizar a avaliação, pois há desigualdade entre a *performance* coletiva avaliada dentro dos jogos e o resultado individual solicitado para registro no boletim escolar.

Quanto ao modelo pendular, uma sugestão é inverter a base (princípios) com o centro (regras de ação), devido à falta de execução de regras de ação referente à lógica interna dos jogos. Assim seriam enfatizados os subconteúdos do segundo item para que, posteriormente, os alunos realizem os princípios operacionais com maior facilidade, ressaltando-se que, para o cumprimento da lógica interna, um item do modelo não se sustenta sem o outro.

O conteúdo dos JDCl por meio do modelo abordado foi muito importante para a aquisição do conhecimento das semelhanças que esses jogos possuem, ultrapassando a dimensão procedimental. O que mais chamou a atenção foi a verbalização entre os colegas, durante a prática dos JDCl. Os alunos realizaram mais relações interpessoais (atitudinal) através da comunicação verbal conceituada (conceitual) de acordo com o conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Livro sem fim**. São Paulo: Loyola, 2002.

BARROSO, André Luís Ruggiero; DARIDO, Suraya Cristina. A pedagogia do esporte e as dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal. **Revista da educação física/UEM**, v. 20, n. 2, p. 281-289, 2009.



BAYER, Claude. **O ensino dos desportos coletivos**. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 13. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: Secretaria da Educação Básica, 2017.

BUNKER, David; THORPE, Rod. A model for the teaching of games in secondary schools. **Bulletin of physical education**, v. 18, n. 1, p. 5-8, 1982.

CLEMENTE, Filipe Manuel Batista; MENDES, Rui Manoel Sousa. **Treinar jogando: jogos reduzidos e condicionados no futebol**. Lisboa, Portugal: Prime Books 2015.

COSTA, Luciane Cristina Arantes; NASCIMENTO, Juarez Vieira. O ensino da técnica e da tática: novas abordagens metodológicas. **Revista da educação física/UEM**, v. 15, n. 2, p. 49-56, 2004.

DAOLIO, Jocimar. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos - modelo pendular a partir das idéias de Claude Bayer. **Revista brasileira ciências e movimento**, v. 10, n. 4, p. 99-104, 2002.

DARIDO, Suraya Cristina. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 18, n. 1, p. 61-80, 2004.

_____. **Educação física na escola: conteúdos, duas dimensões e significados**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

GALATTI, Larissa Rafaela e colaboradores. O ensino dos jogos esportivos coletivos: avanços metodológicos dos aspectos estratégico-tático-técnico. **Revista pensar a prática**, v. 20, n. 3, 2017.

GALATTI, Larissa Rafaela e colaboradores. Pedagogia do esporte: tensão na ciência e o ensino dos jogos esportivos. **Revista da educação física/UEM**, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014.

GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues; DARIDO, Suraya Cristina. A pedagogia do esporte: livro didático aplicado aos jogos esportivos coletivos. **Motriz**, v. 16, n. 3, p. 751-761, 2010.

GARGANTA, Júlio. Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos. In: GRAÇA, Amândio; OLIVEIRA, José. **O ensino dos jogos desportivos**. Porto, Portugal: Rainho & Neves, 1998.



_____. Conhecimento e acção nos jogos desportivos. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, v. 4, p. 55-56, 2004.

GARGANTA, Júlio e colaboradores. Fundamentos e práticas para o ensino e treino do futebol. In: TAVARES, Fernando. **Jogos desportivos coletivos: ensinar a jogar**. Porto, Portugal: FADEUP, 2013.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino dos esportes coletivos**. Vitória, ES: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri. **Práticas corporais e a organização do conhecimento: 1 esportes de invasão**. 2. ed. Maringá, PR: EdUEM, 2017.

GRAÇA, Amândio; MESQUITA, Isabel. Ensino dos jogos desportivos: concepções, modelos e avaliação". In: ROSADO, Antônio; MESQUITA, Isabel (Orgs.). **Pedagogia do desporto**. Lisboa, Portugal: Edições FMH, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Instituto Estadual de Educação: Florianópolis, SC, 2017.

KROGER, Chistian; ROTH, Klaus. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. São Paulo: Phorte, 2002.

LEONARDO, Lucas; SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva. O ensino dos esportes coletivos: metodologia pautada na família dos jogos. **Motriz**, v. 15, n. 2, p. 236-246, 2009.

MOREIRA, Ana Elisa da Costa. **Relações entre as estratégias de ensino do professor, com as estratégias de aprendizagem e a motivação para aprender de alunos do ensino fundamental 1**. 2014, 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2014.

NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira; MALDONADO, Daniel Teixeira. **Práticas pedagógicas inovadoras nas aulas de educação física escolar: indícios de mudanças 2**. Curitiba, PR: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Felipe Távora Freitas e colaboradores. A didática na periodização tática. **Revista brasileira de futebol**, v. 14, n. 1, p. 80-99, 2021.

PAES, Roberto. Pedagogia do esporte: especialização esportiva precoce. In: TANI, Go; BENTO, Jorge; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza (Ogs.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.

PEREIRA, Marcos Paulo Vaz de Campos e colaboradores. O jogo como estratégia pedagógica para o ensino da Educação Física escolar no 5º ano do ensino fundamental I. **Corpoconsciência**, v. 20, n. 1, p. 1-8, 2016.



PEREIRA, Marcos Paulo Vaz de Campos e colaboradores. Reflexões sistêmicas do jogo: contribuições para a educação física. **Journal of sport pedagogy and research**, v. 4, n. 3, p.60-64, 2018.

PEREIRA, Marcos Paulo Vaz de Campos; FARIAS, Gelcemar Oliveira. Professores de educação física e o jogo: reflexões no contexto escolar. **Corpoconsciência**, v. 24, n. 2, p. 82-90, 2020.

REVERDITO, Riller; SCAGLIA, Alcides. A gestão do processo organizacional do jogo: uma proposta metodológica para o ensino dos jogos coletivos. **Motriz**, v. 13, n.1, p. 51-63, 2007.

SANTANA, Wilton Carlos. A pedagogia do esporte e a tarefa de ensinar além do esporte. In: GALATTI, Larissa Rafaela e colaboradores (Orgs.). **Múltiplos cenários da prática esportiva**. Campinas, SP: UNICAMP, 2017.

SCAGLIA, Alcides José. **O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés**: todos semelhantes, todos diferentes. 164f. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

_____. **Referencial curricular da educação básica das escolas públicas municipais de Franca**. Franca, SP: Secretaria Municipal de Educação de Franca, 2007.

SCAGLIA, Alcides José e colaboradores. O ensino dos jogos esportivos coletivos: as competências essenciais e a lógica do jogo em meio ao processo organizacional sistêmico. **Movimento**, v. 19, n. 4, p. 227-249, out./ dez., 2013.

SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller; GALATTI, Larissa. A contribuição da pedagogia do esporte ao ensino do esporte na escola: tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez; OLIVEIRA, Amauri Aparecido (Orgs.). **Legados do esporte brasileiro**. Florianópolis, SC: UDESC, 2014.

SCAGLIA, Alcides José e colaboradores. Possibilidades e potencialidades técnico-táticas em diferentes tradicionais jogos/brincadeiras de bola com os pés. **Retos**, v. 39, p. 312-317, 2021.

SIEDENTOP, Daryl. **Sport education**: Quality PE through positive sport experiences. Champaign, USA: Human Kinetics, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia e colaboradores. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

Dados do primeiro autor:

Email: gabrielpelozato@gmail.com

Endereço: Avenida Deputado Diomício Freitas, 1.000, Carianos, Florianópolis, SC, CEP: 88047-400, Brasil

Recebido em: 15/01/2021

Aprovado em: 22/06/2021

**Como citar este artigo:**

ROSA, Gabriel Pelozato Farias da; PEREIRA, Marcos Paulo Vaz de Campos; FLORIANO, Leandro Teixeira. Sistematização dos jogos desportivos coletivos de invasão nos anos finais do ensino fundamental: um relato de experiência. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 49-70, set./ dez., 2021.

**POSSIBILIDADES DE DISCUSSÃO SOBRE OS PROCESSOS DE
INCLUSÃO/ EXCLUSÃO: AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO
SUL EM FOCO**

**POSSIBILITIES OF DISCUSSION ABOUT THE INCLUSION/ EXCLUSION
PROCESSES: THE FEDERAL UNIVERSITIES OF THE SOUTH REGION IN
FOCUS**

**POSIBILIDADES DE DISCUSIÓN SOBRE LOS PROCESOS DE
INCLUSIÓN/ EXCLUSIÓN: LAS UNIVERSIDADES FEDERALES DE LA
REGIÓN EN FOCO**

Beatriz Mendes

<http://orcid.org/0000-0003-2805-840X> 

<http://lattes.cnpq.br/1801747474312014> 

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ – Brasil)
pfm.beatriz@gmail.com

Roberta Gomes

<http://orcid.org/0000-0003-2635-6171> 

<http://lattes.cnpq.br/2134750071323392> 

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ – Brasil)
r.gomes.silva28@gmail.com

Michele Pereira de Souza da Fonseca

<https://orcid.org/0000-0003-0355-2524> 

<http://lattes.cnpq.br/3628782671116228> 

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ – Brasil)
michelepsf22@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva analisar as disciplinas que compõem o currículo dos cursos de Licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais da região sul do Brasil, verificando como se apresentam as possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/exclusão, em termos documentais. Apoiando-nos num conceito amplo de inclusão/exclusão, realizamos um mapeamento nesses cursos a fim de destacar como questões como deficiência, raça/etnia, gênero, faixa etária, sexualidade, classes sociais se apresentam nos documentos que regem as disciplinas. De acordo com os dados encontrados, foi possível elencar 3 categorias, sendo elas deficiência; gênero e diferenças. Neste artigo apresentaremos as discussões das 2 últimas. Com isso, constatamos algumas evidentes possibilidades de discussão contemplando inclusão e diferenças.

Palavras-chave: Inclusão; Formação Docente; Educação Física.

Abstract

This article aims to analyze the disciplines that make up the curriculum of Physical Education Degree courses at Federal Universities in the southern region of Brazil, verifying how the possibilities of discussion on inclusion/exclusion processes are presented, in documentary terms. Based on a broad concept of inclusion / exclusion, we mapped these courses in order to highlight how disability, race / ethnicity, gender, age group, sexuality, social classes appear in the documents that guide the disciplines. Thus, it was possible to list 3 categories: disability; gender and differences. In this article we will present you the last two. With that, we found some evident possibilities of discussion, contemplating inclusion and differences.



Keywords: Inclusion; Teacher Education; Physical Education.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las disciplinas que componen el plan de estudios de los cursos de Grado de Educación Física en las Universidades Federales en la región sur de Brasil, verificando cómo se presentan las posibilidades de discusión sobre los procesos de inclusión / exclusión, de acuerdo con la documentación. Basado en un concepto amplio de inclusión / exclusión, mapeamos estos cursos para resaltar cómo los problemas como discapacidad, raza / etnia, género, edad, sexualidad, clases sociales se presentan en los documentos que rigen las disciplinas. Según los datos encontrados, fue posible enumerar 3 categorías, a saber, discapacidad; género y diferencias. En este artículo presentaremos las discusiones de los 2 últimos. Con eso, notamos algunas posibilidades evidentes de discusión contemplando la inclusión y las diferencias.

Palabras clave: Inclusión; Formación del Profesorado; Educación Física.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação dos professores/as de Educação Física considerando uma perspectiva inclusiva para lidar com as diferenças no contexto escolar se constitui em importante desafio atualmente. Assim, este estudo se desenvolve a partir de três importantes pilares: Educação Física Escolar, Inclusão e Formação Docente.

Visando melhor explorar essas temáticas em congruência, o objetivo desse artigo é analisar as disciplinas que compõem o currículo dos cursos de Licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais da região sul do Brasil, verificando como se apresentam as possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/exclusão em termos documentais.

A partir de um referencial teórico abrangente que entende o conceito de inclusão como sendo processual, dialético e infundável, consideramos amplamente todas as diferenças humanas e suas singularidades em processos de inclusão/exclusão (SAWAIA, 2017; BOOTH; AINSCOW, 2011, SANTOS; FONSECA; MELO, 2009). Mesmo assumindo que historicamente a inclusão tem sido mais vinculada à deficiência, a amplitude de nossas preocupações avança a considerar questões inclusivas/excludentes que possam permear discussões sobre gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, classe social, religiosidade, deficiências e outras tantas.

Inquieta-nos, portanto, refletir sobre como essas questões se apresentam no âmbito da Educação Física escolar e seus desdobramentos na ação e na formação docente. Assim, como se dão as discussões sobre inclusão na formação inicial docente nesse campo?

A Educação Física carrega marcas de uma história excludente (SILVA, 2004; SILVA, 2008; FONSECA, 2014). Tal histórico excludente talvez se explique pelas influências inicialmente vinculadas aos aspectos higienistas e militaristas, o que foi fato determinante para sua concepção, sua finalidade e sua forma de ser abordada, evidenciando hábitos de saúde que visavam manter-se livres de doenças e corpos fortes e saudáveis (BRASIL, 1997).



Bracht (1999) e Castellani Filho (1988) apontam que a partir do Movimento Renovador/Progressista a Educação Física inicia a superar a perspectiva biologizante e novas propostas pedagógicas se apresentam. Porém, mesmo com avanços em termos do discurso e de referenciais teóricos, Darido (1995), Silva (2004) e Fonseca (2014) sinalizam preocupação com a formação de professores de Educação Física que ainda se mostra com grande ênfase no treinamento e na preparação de técnicos, ficando reduzida aos aspectos físicos, se articulando pouco com as ações pedagógicas. Assim, torna-se excludente quando voltada majoritariamente para a técnica ou qualquer situação que exija aptidão física ou a padronização de movimentos, posto que o objetivo é formar docentes e não atletas, como também reforça Fonseca (2014).

Para ressignificar essa ênfase excludente, faz-se mister pensar outras estratégias para além de ser mera reprodutora de movimentos, propondo uma formação docente crítica e reflexiva, como afirma Nóvoa (2009), que se aproxime da realidade e das demandas dos estudantes, considerando a perspectiva inclusiva. Conforme Fonseca (2014, p. 61) aponta “Se todos têm direito à prática da Educação Física, é importante que as concepções de Educação Física possibilitem tal direito efetivamente, se refletindo na formação e na ação docente”, sendo assim “Uma formação docente que não problematiza as igualdades e as diferenças, produz uma visão não crítica, não real sobre os próprios futuros professores e sobre quem estes encontrarão em sua prática futura nas escolas.” (FONSECA, 2014, p. 63).

Problematizando a formação docente, é fundamental entendermos o currículo e as relações que se estabelecem a partir das complexidades envolvendo o processo educativo. Silva (1996, p. 23) afirma que:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Dada essa amplitude e complexidade, não intencionamos esgotar as discussões resumindo currículo às ementas das disciplinas, porém, estes se constituem, pelo menos em termos documentais, nas diretrizes dos cursos de formação e são parte importante do currículo, embora muitas vezes não seguidos à risca. A pesquisa e a extensão também são parte fundamental dessas relações curriculares, porém, neste artigo nos ateremos à questão do ensino, com foco nos documentos que norteiam as disciplinas.



Com isso, a partir da perspectiva inclusiva aqui apresentada, este artigo objetiva analisar as disciplinas que compõem o currículo dos cursos de Licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais da região sul do Brasil, verificando como se apresentam as possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/exclusão, em termos documentais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Enfocamos a análise em 7 universidades que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física: UFPR Universidade Federal do Paraná, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FURG – Universidade Federal do Rio Grande, UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa, UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, UFPel – Universidade Federal de Pelotas, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa documental foi realizada com base nos documentos norteadores das disciplinas obrigatórias e eletivas que compõem o currículo de formação de professores de Educação Física nas Universidades pesquisadas, no ano de 2018. Utilizamos a expressão 'documentos norteadores', pois, em contato com os coordenadores de curso ou nos documentos disponíveis no site oficial das instituições, foram disponibilizadas as ementas, os objetivos e/ ou súmulas. Por isso, independente da terminologia, consideramos os documentos onde se apresentam as ideias gerais que serão abordadas ao longo da disciplina. Para a leitura inicial, utilizamos como critério, as seguintes palavras-chave: inclusão/exclusão, deficiência, raça/etnia, gênero, sexualidade, faixa etária, classes sociais, necessidades educacionais especiais e diferença/diversidade. Todas essas palavras deveriam estar dentro do contexto aqui proposto, para que a disciplina fosse considerada nesse trabalho.

A partir da leitura dos documentos, organizamos as categorias: **Deficiência**, apresentando disciplinas com foco exclusivo na deficiência; **Gênero e sexualidade**, disciplinas com foco exclusivo na sexualidade e gênero; **Diferenças**, apresentando disciplinas com foco em temas como classe social, raça/etnia, aspectos geracionais, considerando diversos marcadores sociais da diferença. No presente recorte, discutiremos os achados referentes as últimas duas categorias citadas.



ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Com relação à categoria gênero e sexualidade, 3 universidades oferecem disciplinas com enfoque específico nessa temática, todas eletivas. Essa categoria foi elencada porque 4 disciplinas assumem esse tema diretamente no título, somente uma dessas, intitulada Gênero, Sexualidade e Educação: corpos que dançam – UFSM, não consta ementa, súmula ou objetivo da disciplina disponível para análise.

Discussão e análise temática a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade, enfocando o ensino e aprendizagem dessas questões nos diversos espaços educativos. Análise do processo de produção dessas temáticas nas distintas instâncias sociais e pedagogias culturais. (Ementa da disciplina Gênero e Sexualidade nos Espaços Educativos, eletiva – FURG).

Introduzir o acadêmico nas discussões sobre gênero adequando-as ao contexto da educação física. Introduzir o acadêmico nas discussões sobre corpo adequando-as ao contexto da educação física. Introduzir o acadêmico nas discussões sobre sexualidade adequando-as ao contexto da educação física. (Ementa da disciplina Gênero, Corpo e Sexualidade na Educação Física, eletiva – UFSM).

Estereótipos e socialização nas relações de gênero na cultura. Teorias de gênero e a investigação na Educação Física: masculinidade e feminilidade nas culturas de movimento. Educação Física e coeducação. (Ementa da disciplina Gênero na Educação Física, eletiva – UFSC).

Para Sousa e Altmann (1999, p.53), “gênero é entendido como a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres”. Goellner (2010) explica que gênero se diferencia de sexo, sendo este último referente às características anatômicas dos indivíduos. Abordar a temática de gênero na formação se mostra relevante já que este é um assunto de grande disputa no campo político brasileiro. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi aprovada vetando a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Em contrapartida, desde os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) essa temática já se encontrava por meio de temas transversais, entendendo a importância de discutir essas questões que segregam e excluem em razão do sexismo muito presente em nossa sociedade e refletido nas aulas.

Também é importante abordar esse tema devido aos constantes casos de meninas que são excluídas das aulas por se sentirem incapazes de realizar determinadas atividades diante dos meninos. Esse discurso muitas vezes parte do/a docente que reforça uma concepção de sociedade machista, que não valoriza e nem reconhece a mulher em muitos espaços.



Na escola, não se pode afirmar que as meninas são excluídas de jogos nas aulas de educação física apenas por questões de gênero, pois o critério de exclusão não é exatamente o fato de elas serem mulheres, mas por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas. (SOUSA; ALTMANN, 1999, p. 56).

Mas avançamos ainda em relação à oposição entre homens e mulheres. Scott (1995, p. 18) diz que “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica nos termos da diferença sexual”. Devemos pensar na pluralidade de representações masculinas e femininas existentes.

Compreendendo ainda que novas configurações humanas vêm surgindo, temos que considerar gênero e sexualidade como duas camadas que não se distanciam, mas que não são sinônimos. Lidar com o corpo, com o movimento, com as expressões, os desejos, requer entendimento e certo domínio nas questões que permeiam a fluidez humana, no que tange às orientações sexuais e as identidades de gênero, para que assim, seja possível oferecer igualdade de oportunidades sem diferenciar as atividades de maneira biológica baseada numa cultura que privilegia uns e diminui outros. Assim, desconstruir estereótipos e reforçar a socialização nas relações é uma ação inclusiva. Nesse sentido, Louro (1997, p. 72) ressalta que:

Nas aulas de educação física o processo de educação é, igualmente, mais explícito e evidente. Ainda que várias escolas e professores as venham trabalhando em regime de coeducação, a educação física parece ser a área em que as resistências ao trabalho integrado persistem, onde as resistências provavelmente se renovam, a partir de outras argumentações ou de novas teorizações.

Pelo que percebemos nas ementas, essas importantes discussões sobre gênero, sexualidade e temas correlatos estão presentes nas intenções documentais, porém ainda não em todos os cursos e ainda não de modo obrigatório. Portanto, ao menos no campo do ensino, essa discussão está garantida a quem já demonstra certo interesse na temática ao se inscrever nas disciplinas eletivas em tela e não para todos os docentes em formação.

A categoria diferenças, apresenta disciplinas que reúnem temas como classe social, racialidade, etnia, gênero, sexualidades, deficiências, aspectos geracionais. Três universidades oferecem disciplinas obrigatórias que abordam diferentes marcadores identitários, destacando-se a UFRGS com uma maior oferta para essas discussões apresentando 3 disciplinas intituladas Estudos Socioculturais (I, II e III)

Aborda conceitos básicos sobre natureza, cultura e sociedade, tematizando o corpo e as práticas corporais, na sua relação com esses conceitos. Discute criticamente acerca do corpo e das práticas corporais no contexto da diversidade cultural, problematizando as suas relações com estética e saúde, considerando diferentes marcadores identitários, tais como: gênero;



raça/etnia; classe social; geração; e populações com necessidades especiais. Estimula a reflexão crítica acerca das distintas perspectivas e autores tratados, estabelecendo entre eles: diferenças e semelhanças, continuidades e descontinuidades, contradições e complementaridades. Prevê até 20% da carga horária em atividades EAD. (Ementa da disciplina Estudos Socioculturais I - UFRGS).

Aborda aspectos históricos e socioculturais da Educação Física, do esporte e do lazer. Estuda distintas práticas corporais (esportivas ou não), no contexto da diversidade cultural e na relação com diferentes espaços sociais. Analisa criticamente acerca de aspectos históricos e socioculturais da Educação Física, do esporte e do lazer, na relação com diferentes práticas corporais e da complexidade das dinâmicas sociais. Instiga os estudantes a refletir criticamente e tomar posição acerca das temáticas abordadas e autores tratados, estabelecendo entre eles: diferenças e semelhanças, continuidades e descontinuidades, contradições e complementaridades. Prevê até 20% da carga horária em atividades EAD. (Ementa da disciplina Estudos Socioculturais II – UFRGS).

Estuda temas contemporâneos sobre práticas corporais, esporte e lazer, e as suas relações com a Educação Física (a mídia; a globalização; questões de gênero; raça; classe social; populações com necessidades especiais; o mercado esportivo; outros). Analisa e discute criticamente acerca desses temas, problematizando seus vínculos com ações de intervenção social (políticas sociais; desigualdade social; exclusão social; educação e cidadania; voluntariado; outros). Provoca a tomada de posições sobre atividades e projetos de intervenção social e as suas relações com a Educação Física. Estimula os alunos a refletir criticamente acerca de distintas perspectivas e autores tratados, estabelecendo entre eles: diferenças e semelhanças, continuidades e descontinuidades, contradições e complementaridades. (Ementa da disciplina Estudos Socioculturais III – UFRGS).

Os assuntos que norteiam as questões envolvidas entre os aspectos socioculturais abarcando as diferenças estão em evidência diariamente no contexto da escola. As disciplinas citadas acima, portanto, se apresentam como possibilidades de problematizar esses temas durante a formação, de modo que se possa, a partir de uma formação aprofundada nas relações sociais, refletir sobre a prática de maneira inclusiva, contemplando a todos os estudantes em todos os campos, sejam eles culturais, afetivos, cognitivos, psicológicos e sociais. Nota-se, conforme previsto nas ementas, uma densidade de discussões visando ações que possibilitem valorizar cada um dos sujeitos, considerando as diferenças e problematizando aspectos históricos e socioculturais da Educação Física e sua relação com as desigualdades em uma visão crítica da realidade.

Faz-se necessário, como aponta Candau (2016) apoiada em Emília Ferreiro (2001) encarar as diferenças como vantagem pedagógica, não devendo então tratá-las como problemas a serem solucionados, mas reconhecendo-as e valorizando-as. A autora ainda



ressalta que os termos diferença e igualdade não se opõem, posto que igualdade faz oposição à desigualdade, sendo a dinâmica entre diferença e desigualdade uma questão complexa, permeada por relações de poder assimétricas. (CANDAUI, 2020).

A UFRGS ainda apresenta outras duas disciplinas que demonstram a preocupação em distanciar a formação de um olhar genérico sobre os sujeitos e se preocupa em demarcar o direito ao lazer e à educação evidenciando diferentes marcadores sociais da diferença, e ainda a produção e reprodução das desigualdades sociais que assolam nosso país, como nos exemplos a seguir.

Aborda necessidades e demandas relativas às práticas corporais voltadas ao lazer de **peessoas, grupos e coletividades, nas suas dimensões biopsicossocioculturais**. Discute o planejamento e a coordenação de jornadas e serviços recreativos em âmbitos vinculados ao lazer, com ênfase em experiências corporais lúdicas, em articulação com outras manifestações culturais (linguagens), **considerando diferentes marcadores sociais (geração, classe social, religião, gênero, raça e etnia) e condição de saúde das pessoas e coletivos participantes**. (Ementa da disciplina Dinamização de programas recreativos e de lazer – UFRGS, grifos nossos).

Estudo analítico do processo histórico de escolarização moderna no Brasil, com destaque para as práticas educativas e visões pedagógicas presentes na institucionalização da escola. **A educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais**. Investigação das campanhas ou lutas de movimentos sociais em direção à universalização da educação escolar. (Súmula da disciplina História da Educação: história da Escolarização Brasileira e Processos Pedagógicos – UFRGS, grifos nossos).

Lazer e educação são assegurados como direitos sociais de todos e todas e se apresentam no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil. O direito à educação também se expressa no artigo 205 onde se afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Tais discussões são fundamentais de estar inseridas em contextos educacionais diferentes e nos espaços de formação docente de modo que aproxime os futuros docentes de reflexões sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais e decorrentes processos de inclusão/exclusão presentes na sociedade e refletidos nas escolas.

No sentido dessa categoria, a UFPR e a FURG também apresentam disciplinas que preveem discussões sobre gênero, sexualidade, classe, etnia, aspectos geracionais,



considerando ainda diferentes realidades educacionais, apontando para o contexto específico de ensino da Educação Física.

Processos educativos para diferentes grupos sociais, mediados pelos elementos da cultura corporal: gênero/sexualidade, classe e etnia. (Objetivo da disciplina Pedagogias da Educação Física – UFPR).

Estudo e construção de propostas de ensino na Educação Física relacionando as intenções pedagógicas com as diferentes realidades educacionais (faixa etária, população, região etc.). (Ementa da disciplina da Pedagogia da Educação Física I – FURG).

Embora tenhamos elencado anteriormente uma categoria de gênero, com disciplinas que abordam especificamente essa temática, elencamos na presente categoria 'diferenças', disciplinas que preveem a discussão de relevantes aspectos interseccionais e que fazem parte do cotidiano escolar. Exatamente pelo fato de a escola ser um espaço plural, com estudantes em suas singularidades, é possível entender que gênero pode ser atravessado pelos marcadores de raça e classe. Para Atikorene (2018, p. 14) "A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado".

Considerando isso, é importante insistir em uma proposição de Educação Física que se pautar na perspectiva inclusiva. Enquanto as aulas forem pautadas no desempenho e aptidão, tanto na Educação básica quanto no Ensino superior, estamos excluindo grande parte dos nossos estudantes. Para se pensar em processo de inclusão, é preciso colocar em prática ações que fortaleçam o objetivo de participação plena, dentro das possibilidades de cada um.

Dentre as eletivas, a UFRGS oferece 1 disciplina que aborda em sua ementa aspectos importantes a serem fomentados na formação.

Disciplina que visa criar condições para os alunos analisarem/articularem os saberes, os poderes, o saber-poder, as competências e as habilidades a partir de questões de raça/etnia, gênero, geração e **outros marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente**. (Súmula da disciplina Ensino e Identidade Docente – UFRGS, grifos nossos).

Incentivar a discussão abarcando marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente vai ao encontro do que Fonseca (2014) vem elaborando, desdobradas em estudos de Fonseca e Leme (2021) e Fonseca (2021) sobre a formação docente **na e para** perspectiva inclusiva, no sentido de que se considere não só a formação **para** lidar com as diferenças e necessidades específicas dos estudantes em sua futura atuação na educação básica, mas também de considerar tais diferenças e necessidades dos futuros



professores **na** formação, ao longo de seu percurso formativo, que muitas vezes são invisibilizadas.

Destacamos, por fim, mais uma disciplina da FURG na qual percebemos uma preocupação importante ao abordar o conceito amplo de inclusão, tendo ainda como base as políticas, permeando inclusões e exclusões no âmbito escolar. Porém, está entre as eletivas.

Estudo da inclusão no cenário brasileiro e mundial e as questões legislativas. A escola e a Educação Física no processo inclusivo. Mecanismos de in/exclusão escolar. (Ementa da disciplina Educação Física e Processos Inclusivos – FURG)

Apoiadas em Sawaia (2017), é preciso pensar a inclusão como um processo dialético em relação a exclusão, pois se buscamos mecanismos de promover a inclusão é porque de fato, existem exclusões de toda ordem que abrangem questões étnicas, culturais, de gênero, dentre outras, e essas diferenças são tão marcadas e discriminadas quanto a deficiência. Essas discussões permeiam nossos cotidianos educacionais e não podem estar ausentes ao longo da formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mapear as disciplinas que compõem o currículo dos cursos de Licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais da região sul do Brasil, verificando como se apresentam as discussões sobre os processos de inclusão/exclusão em termos documentais, observamos algumas possibilidades nesse sentido, considerando o que está previsto nas ementas.

Entendemos que a formação docente não se dá somente no campo do ensino focando unicamente nas disciplinas cursadas, embora seja componente importante e muito presente, mas a pesquisa e a extensão são fundamentais na trajetória formativa dos professores e questões relativas à inclusão e diferenças também devem permear esses campos. O diálogo indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, base da vida universitária, solidifica as ações e abre caminhos para transformar o cenário educacional, aproximando docentes em formação de professores já atuantes na educação básica, robustecendo a formação baseada nas experiências instituintes do que é ser docente em aproximação direta com a realidade escolar.

Considerando isso, esse artigo busca apresentar somente uma parte dessa formação, com um olhar a partir do prisma voltado ao ensino, por meio dos documentos que orientam as disciplinas. Assim, pode ser que essas discussões sejam efetivadas ou não durante



a formação docente, pois depende de alguns fatores que não buscamos analisar aqui neste estudo, somente, nos ativemos ao que prevê os documentos que orientam as disciplinas e que podem ou não ser seguidos à risca pelos docentes ministrantes. De fato, observamos que a discussão sobre inclusão e diferenças está prevista em algumas citadas disciplinas.

Ressaltamos que a pesquisa aqui exposta é um recorte onde foram apresentadas possibilidades de discussão envolvendo gênero e sexualidade e outras diferenças em intersecção. A partir dessa análise também foi elencada uma categoria específica sobre deficiências, discussão essa, muito presente nas universidades aqui pesquisadas e que será apresentada em uma outra publicação.

Percebemos, portanto, que os dados que discutimos nesse estudo apresentam avanços quando apontam disciplinas que discutem questões sociais muito relevantes, contemplando as diferenças interseccionadas em sexualidade, gênero, racialidade e etnia, aspectos geracionais, manifestações culturais e contextos específicos. Tais discussões mostram que a discussão sobre inclusão pode e deve abranger diversos marcadores sociais da diferença e não somente questões estritas à deficiência, que também é fundamental estar presente na formação.

Além disso, é importante ressignificar a ideia de que somente uma disciplina ou um pequeno grupo de disciplinas que especificamente trazem esses temas claramente, devem ser responsáveis por discutir as questões ligadas à inclusão e diferenças. É fundamental que discussões envolvendo pessoas e suas singularidades sejam consideradas em todas as disciplinas, posto que nos formamos professores/as para atuar junto a pessoas com peculiaridades diversas e as especificidades das disciplinas devem responder a essa demanda.

Obviamente, por ser uma pesquisa documental, as práticas podem ser diferentes, porém sinalizamos esse trabalho como um convite à reflexão e ação na luta por uma educação mais igualitária, justa e democrática. Intencionamos, dessa forma, ressignificar a ação e a formação docente na e para a perspectiva inclusiva, de modo a contemplar todas as pessoas e seus direitos, para que possamos aprender uns com os outros a reconhecer, valorizar e respeitar as diferenças.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.



- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas em educação física. **Caderno Cedes**, ano 19, n. 58, p. 69-88, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>>. Acesso em: 26 de mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília, DF: MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a Inclusão**. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Rio de Janeiro: LaPEADE, 2011.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de pesquisa**, v. 161, p. 802-820, 2016.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Didática, Interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, edição especial, n. 8, p. 28-44, jan./ abr., 2020.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. São Paulo: Papyrus, 1988.
- DARIDO, Suraya. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação física. **Motriz**, v. 1, n. 2, p. 124-128, dez., 1995.
- FERREIRO, Emilia. Diversidad y proceso de alfabetización: de la celebración a la toma de conciencia. In: FERREIRO, Emília. **Pasado y presente de los verbos leer y escribir**. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económico, 2001.
- FONSECA, Michele Pereira de Souza da. **Formação de professores de educação física e seus desdobramentos na perspectiva dos processos de inclusão/exclusão: reflexões sobre Brasil e Portugal**. 202f. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- _____. Formação docente em educação física na e para perspectiva inclusiva: reflexões sobre Brasil e Portugal. **Revista Aleph**, v. 1, p. 42-74, 2021.
- FONSECA, Michele Pereira de Souza da; LEME, Erika. Abecedário da inclusão: entrecruzando memória e formação docente. **Teias**, v. 22, p. 41-54, 2021.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, p. 71-83, 2010.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



NÓVOA, Antônio. **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa, Portugal: Educa, 2009.

SANTOS, Mônica; FONSECA, Michele Pereira de Souza da; MELO, Sandra. **Inclusão em educação**: diferentes interfaces. Curitiba, PR: CRV, 2009.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Ana Patrícia da. **O princípio da Inclusão em educação física escolar**: um estudo exploratório no município de São João Del Rei. 106f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Katia Regina Xavier da. **Criatividade e inclusão na formação de professores**: representações e práticas sociais. 421f. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 48, p. 52-68, 1999.

Dados da primeira autora:

Email: pfm.beatriz@gmail.com

Endereço: Rua Pio Dutra, casa 202, Freguesia, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21911-200, Brasil.

Recebido em: 05/07/2021

Aprovado em: 07/09/2021

Como citar este artigo:

MENDES, Beatriz; GOMES, Roberta; FONSECA, Michele Pereira de Souza da. Possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/ exclusão: as universidades federais da região sul em foco. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 71-83, set./ dez., 2021.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE,
LAZER E SAÚDE: PARA PENSAR A POLÍTICA DE ESTADO E O ESTADO
DAS POLÍTICAS**

**PUBLIC POLICIES ON EDUCATION/PHYSICAL EDUCATION, SPORT,
LEISURE AND HEALTH: TO THINK ABOUT STATE POLICY AND STATE
POLICIES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN/EDUCACIÓN FÍSICA, DEPORTE,
OCIO Y SALUD: PARA PENSAR EN LA POLÍTICA ESTATAL Y EL
ESTADO DE LAS POLÍTICAS**

Cristiano Neves da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS – Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4888-520X> 
<http://lattes.cnpq.br/3683963283231609> 
cristneves_rs@yahoo.com.br

Eliane Elicker

Universidade Federal do Acre (Rio Branco, AC – Brasil)
elielicker@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5803-3874> 
<http://lattes.cnpq.br/0632322441320060> 

Fernando Henrique Silva Carneiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Inhumas, GO – Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-2800-1895> 
<http://lattes.cnpq.br/5663804273821960> 
fernandohenriques@gmail.com

Frederico Jorge Saad Guirra

Universidade Federal de Mato Grosso (Barra do Garças, MT – Brasil)
fredguirra@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8685-1417> 
<http://lattes.cnpq.br/1529623142626012> 

Resumo

Este texto tem o objetivo de contextualizar a sessão temática “Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde”. A sessão temática é uma parceria entre o Grupo de Trabalho da Temática de políticas públicas do Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte e a Revista Corpoconsciência. Foram aprovados para publicação 8 diferentes produções de diversas regiões do país. As reflexões têm como ponto de partida a busca para que as políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde sejam fortalecidas e materializadas como direitos sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Física; Esporte; Lazer; Saúde.

Abstract

This text aims to contextualize the thematic session “Public policies on education/physical education, sport, leisure and health.” The thematic session is a partnership between the Public Policy Thematic Working Group of the Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte and Revista Corpoconsciência. Eight different productions from different regions of



the country were approved for publication. The reflections have as their starting point the search for the public policies of education/physical education, sport, leisure and health to be strengthened and materialized as rights social.

Keywords: Public Policy; Physical Education; Sport; Leisure; Health.

Resumen

Este texto tiene como objetivo contextualizar la sesión temática “Políticas públicas en educación/educación física, deporte, ocio y salud”. La sesión temática es una alianza entre el Grupo de Trabajo Temático de Políticas Públicas del Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte and Revista Corpoconsciência. Se aprobaron para su publicación ocho producciones diferentes de distintas regiones del país, las reflexiones tienen como punto de partida la búsqueda de que las políticas públicas de educación/educación física, deporte, ocio y salud se fortalezcan y materialicen como derechos sociales.

Palabras clave: Políticas Públicas; Educación Física; Deporte; Ocio; Salud.

INTRODUÇÃO

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade científica que congrega pesquisadoras/es ligadas/os à área de Educação Física/Ciências do Esporte, foi criado em 1978. Damasceno (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada “30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências Do Esporte: Educação Física e a construção de uma hegemonia”, nos diz que o CBCE e a Educação Física avançaram muito a partir de sua fundação, principalmente, à medida que esta passa por um movimento de renovação nos anos oitenta, impactada pelas transformações societárias ocorridas em meio ao processo de redemocratização do Brasil. Sua organização se dá a partir de Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs), liderados por uma Direção Nacional. O GTT de Políticas Públicas do CBCE foi criado em 1997, por ocasião da realização do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) realizado na cidade de Goiânia-GO. Atualmente o GTT de Políticas Públicas do CBCE conta com a seguinte ementa:

Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer. (CBCE, 2021, s. p.).

Ao longo de sua trajetória, o GTT de Políticas Públicas do CBCE tem vivido um processo de consolidação e diversificação das pesquisas, já tendo, essa produção, sido objeto de estudos variados que buscaram analisar a produção do conhecimento do referido GTT (HÚNGARO et al., 2009; AMARAL; PEREIRA, 2009; STAREPRAVO, 2011). De acordo com Starepravo (2011, p. 168), “O principal fórum de discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer, o GTT de Políticas Públicas do CBCE mostrou o avanço quantitativo na área,



materializado no aumento de produção científica circulante no grupo, especialmente quando da realização dos CONBRACES.”

Em tempos pandêmicos, em que as ações dos GTTs do CBCE ficaram limitadas a encontros virtuais, incluindo a realização do XXII CONBRACE e IX CONICE em Belo Horizonte-MG, no ano de 2021, período marcado pelo uso das tecnologias virtuais, a atual composição do GTT de Políticas Públicas do CBCE propôs a realização de uma sessão temática com trabalhos sobre “Políticas Públicas de Educação/Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde”. Esta foi direcionada às pesquisadoras e pesquisadores que tematizam Políticas Públicas de Educação/Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde no âmbito dos processos de agendamento, formulação, implementação e/ou avaliação tematizando diversos aspectos: legislação, configuração, abrangência, financiamento, gestão, controle social e democrático, federalismo, relação entre Estado e sociedade civil, megaeventos esportivos, formação e desenvolvimento profissional etc. A busca foi por produções individuais e coletivas que demonstrassem aquilo que foi e vem sendo desenvolvido na temática proposta.

Considerando que políticas públicas resultam de processos decisórios e que as relações políticas e sociais acabam influenciando como elas são estabelecidas, compreendê-las e analisá-las torna-se uma empreitada, complexa, desafiadora, e especialmente, um imperativo. Imperativo na medida em que não se pode perder de vista, por exemplo, o lugar ocupado pelo esporte e o lazer na Constituição Federal de 1988 (CF 88), onde o esporte ganhou status de direito, estando presente no artigo 217, e o lazer aparece no rol dos direitos sociais, sendo o esporte um dos principais componentes do lazer na dimensão do esporte de participação/lazer. O esporte e o lazer também são mencionados como direito social em outros documentos: no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, de 1990; no Estatuto do Idoso, instituído pela Lei 10.741, de 2003; e no Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.288, de 2010.

Ao considerar os elementos elencados acima, bem como as inconstâncias contemporâneas da nossa jovem e permanente trajetória democrática sob judge, aliado a acentuação das práticas do governo da vez que vem promovendo cortes de gastos públicos, assim como, a descontinuidade de um conjunto de projetos e programas, a presente sessão temática ganha correspondentes para que possamos pensar o atual estado das políticas públicas.



Assim, a sessão temática visa contribuir com o compromisso de estimular a produção, difusão do conhecimento, debates e reflexões no âmbito das políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde, que para além dessa aspiração e responsabilidade, é reflexo de nossa inquietação do atual processo de extinções de pastas ministeriais com orçamento próprio – leia-se aqui os extintos Ministérios do Esporte e Ministério da Cultura –, cortes e contingenciamentos de orçamentos e a não continuidade de projetos e programas até então consolidados ao longo dos 16 anos de governos progressistas no país.

Entendemos que a interlocução teórica com as pesquisadoras e pesquisadores ocorrem em processo. Deste pensamento, foi realizado contato com os editores da Revista Corpoconsciência para que acolhessem a publicação da referida sessão temática no ano de 2021. A escolha por esta revista se deu por sua destacada e reconhecida relevância no campo da Educação Física/Ciências do Esporte e seu posicionamento crítico ante as realidades que vivenciamos e experienciamos na vida coletiva. Cabe ainda destacar que essa sessão temática acolhida pela Revista Corpoconsciência é a continuidade dos diálogos propostos pelo GTT Políticas Públicas do CBCE na sessão temática “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer” publicado na Revista Motrivivência que objetivou ampliar a visibilidade aos diferentes grupos de pesquisa existentes no país – e até no continente – acerca dos estudos em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer.

Nesse contexto, é relevante que as pesquisas acadêmicas tenham os seus resultados publicados propiciando que suas leituras e análises críticas favoreçam práticas que não só estimulem pensamentos contra hegemônicos, mas que aliado a isso possibilitem aos gestores públicos ideias e propostas de formulação de políticas que efetivamente venham a dar garantias dos direitos na sua implementação e execução.

São 8 artigos que tratam de forma consistente o fenômeno social da educação física, do esporte, lazer e saúde, pois, basta olharmos para as praças, parques, as ruas das chamadas comunidades e bairros, clubes, escolas, centros de saúde, associações, que compreenderemos o quanto cabe afirmar que é uma necessidade humana, ainda que paradoxalmente, o esporte e o lazer em especial, não goze de prestígio social quando tratadas como política pública, o que ora corrói tais políticas, ora se apresentam como apêndice de outras políticas sociais.



À luz do conjunto destas inquietações e da compreensão de que sempre temos algo a fazer, o primeiro texto, “O desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileira”, de autoria de Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira, Daniel Minuzzi de Souza e Wanderley Marchi Júnior, faz um resgate histórico sobre o desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil abordando os movimentos estruturais internos que influenciaram sua consolidação entre os anos 1970 e 1990. Para tanto, as autoras/es abordam o desenvolvimento dos projetos esportivos no Brasil, especialmente na década de 1970, período em que as ações direcionadas ao esporte estavam voltadas para a manutenção da ordem e a disciplina da nação. Aborda-se ainda as mudanças nos significados atribuídos ao esporte a partir da crise do capital até a constitucionalização do direito quando as práticas formais e não formais de promoção social passaram a integrar as propostas governamentais. Além disso, são trazidos os principais movimentos estruturais que envolveram os projetos esportivos, entre eles, o Decreto-Lei 6.251/1975 que reconheceu um Sistema Esportivo Nacional, compreendendo o esporte de caráter estudantil, militar, comunitário e classista, concomitantemente a Política Nacional esportiva, o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), o movimento “Mexa-se”, que foi a primeira etapa do movimento “Esporte Para Todos” (EPT), a instituição da Comissão de Reformulação do Desporto em 1985 através do decreto nº 91.452 que buscava maior reconhecimento para a área na estrutura institucional do Estado.

O segundo trabalho, “Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao 'não mais!'”, de autoria de Pedro Fernando Avalone Athayde, Silvana Martins de Araújo e Ednaldo da Silva Pereira Filho, nos apresenta a ideia de que a partir de 2010, mesmo ano em que foi realizada a III Conferência Nacional de Esporte e Lazer, que trouxe como slogan “Por um time chamado Brasil” e como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, entramos no período denominado “década perdida” para o esporte nacional, quadro este, que muito se agravou no governo Bolsonaro, um período de regressão nas políticas públicas de esporte e lazer, marcada pela desresponsabilização estatal na esfera federal para garantia do direito ao esporte.

O terceiro trabalho, “Lazer e participação social: e experiência do Conselho Gestor do PELC em São Bernardo do Campo”, de autoria de Evandro Brandão Secco e Edmur Antonio Stoppa, apresenta reflexões acerca do lugar e papel de um Conselho Gestor para o bom desenvolvimento da política pública, tendo como estudo de caso um núcleo do Programa



Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. O Conselho Gestor é um dos elementos que assegura a participação social no PELC e que está previsto nas diretrizes e os objetivos do Programa. Trata-se de uma instância que reúne membros dos diferentes segmentos da sociedade, discutindo e decidindo sobre as questões locais, relacionadas ou não ao Programa, que se apresenta relevante para o desenvolvimento da política pública e a efetivação do direito constitucional ao lazer. A pesquisa desenvolvida por meio de observação participante e entrevistas com os gestores, agentes sociais e beneficiários do Programa indica que os atores envolvidos consideram o Conselho Gestor como substancial instância de participação, o qual no caso em estudo, identificou-se avanços na gestão participativa a partir do envolvimento e protagonismo da comunidade nas decisões e execução do Programa.

A quarta produção, intitulada “O perfil das gestoras da Federação do Espírito Santo de Ginástica e as perspectivas acerca da sua gestão”, de autoria de Isabela Christ Maximo, Letícia Bartholomeu de Queiroz Lima, Myrian Nunomura e Maurício Santos Oliveira, analisa a gestão da ginástica espírito-santense e o perfil das gestoras administradoras da entidade. O estudo direciona o olhar para as supostas lacunas na formação dos gestores do esporte no Brasil e a emergência de programas de formação em gestão esportiva. As autoras/es problematizam se a gestão da Ginástica do Brasil é condizente com os resultados proeminentes das/os ginastas brasileiras/os e a necessidade de que a administração esportiva seja profissional, tanto na esfera pública quanto privada, e que contemple os níveis governamentais (federal, estadual e municipal), as estruturas de poder (ligas, federações e confederações) e as instituições onde se manifestam suas práticas (clubes, escolas, empresas, projetos e programas sociais). As/os autoras/es observam ainda que no cenário nacional da gestão de instituições esportivas, o processo em direção à profissionalização é paulatino e está aquém quando comparada às potências esportivas internacionais. Assim, o planejamento, a organização, a execução e controle de programas de gestão esportiva em nível de clubes, federações e órgãos estatais são atividades complexas. E, aquelas/es que as desempenham necessitam de conhecimento especializado para propiciar o seguimento destes princípios de maneira a atender as demandas coerentemente.

O quinto texto, “Políticas públicas e gestão de novos esportes no Brasil – o caso do FUTSAC”, escrito por Narayana Astra van Amstel, Igor Alexandre Silva Bueno e Wanderley Marchi Júnior, apresenta os elementos que nortearam a criação e o desenvolvimento do



FUTSAC no Brasil - modalidade esportiva que emergiu no Estado do Paraná em 1988. A prática se desenvolveu rapidamente, sendo reconhecida como modalidade esportiva pelo então Ministério do Esporte em 2014. O objetivo reside na contribuição aos gestores esportivos, apresentando subsídios científicos que possam ser acolhidos nas suas ações. São destacados os elementos favoráveis e os obstáculos encontrados na criação de uma nova modalidade esportiva no país. Além disso, traz reflexões acerca das relações entre o mercado e esporte, a relação das entidades públicas e os representantes políticos com essa nova modalidade. Em síntese, o trabalho apresenta um panorama histórico da formulação da ideia do FUTSAC, ainda em formato de jogo, em 1998 e que se estende até 2018; analisa a relevância das parecerias para a divulgação e como elas foram fundamentais para a estruturação da nova modalidade; apresenta reflexão teórica a respeito de como se estrutura o cenário esportivo brasileiro e as ações feitas para a oficialização do FUTSAC enquanto modalidade esportiva, e por fim, destaca-se ainda os elementos de gestão, políticos e sociais envolvidos na sua criação.

O sexto trabalho, "Lei de Incentivo ao Esporte: quais seus objetivos pela visão oficial dos formuladores (agentes políticos)", escrito por Rafael Silva Diniz, Marcus Peixoto de Oliveira e Luciano Pereira da Silva, nos convida a pensar quais seriam os reais objetivos desta lei, e se realmente ela cumpre com o seu papel primeiro, qual seja, o de ser promotora do financiamento de políticas públicas, em parceria com o Estado brasileiro. Cabe destacar, que a Lei de Incentivo ao Esporte, de número 11.438/2006, se traduziu em uma importante alternativa no financiamento das políticas de esporte e lazer, destinando uma parcela do que empresas e pessoas físicas pagariam ao Imposto de Renda (RI), em projetos esportivos, após aprovação pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Nesse contexto, os autores nos chamam a atenção de que apesar da importância deste instrumento legal dentro da cadeia produtiva do esporte nacional, ela se traduz como uma política transitória, prevista para expirar em 2022, caso não receba nova renovação de prazo.

Já o sétimo trabalho, "As políticas públicas e as pautas LGBT+ no Brasil: o lugar do lazer", de autoria de Luiza Cupertino Xavier da Silva, Cathia Alves e Hélder Ferreira Isayama, nos apresenta as pautas LGBT+ relacionados as políticas públicas de lazer no cenário brasileiro. Por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, o trabalho coloca luz ao silenciamento em torno das pautas LGBT+ na produção documental das políticas públicas de lazer no cenário nacional, a ausência de produções de conhecimento específicas acerca dessa população, das suas necessidades no tocante às suas experiências e vivências de lazer e a



reprodução de políticas isoladas resumidas a eventos de representação de lazer LGBT+, em que pese ainda tais políticas públicas se apresentar associadas ao controle da vida por meio da normatização de questões de saúde isoladas das violências de toda ordem que os afetam. O estudo sugere que durante a administração petista, ainda que se tenham lançado mão de práticas e tomadas de decisões políticas essenciais no que diz respeito a legislação de direitos sociais da população LGBT+, entretanto o direito ao lazer acabou por não avançar. Tal constatação, soma-se ao momento atual em que vivemos processos de desconstrução e descontinuidade das políticas promovidas pelo governo que extingue conselhos, retira direitos e ataca a população LGBT+ em discursos públicos. Podemos sugerir que o presente texto nos convida a reflexão de que não há possibilidades de pensar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e igualdade social, logo pensar as políticas de educação, esporte, lazer e saúde enquanto direito sem atentar para conjunto de discriminações e preconceitos endereçados a determinadas populações e grupos que estruturam as relações sociais. Assim, a pauta LGBT+ está entre os fenômenos constituintes para que possamos pensar e projetar um efetivo direito social à educação, esporte, lazer e saúde.

Finalmente, o oitavo texto, "Diagnóstico das leis estaduais de Incentivo ao Esporte no Brasil", de autoria de Sabrina de Lima Vitória, Leandro Eduardo Cerbi, Bruna Lindman Bueno e Clara Sanchez da Trindade Santos, nos oferece um diagnóstico das Leis de Incentivo ao Esporte (LIEs) em âmbito Estadual, indicando as características destas ações realizadas pelas unidades federativas. A autoria no caso em específico direcionando o olhar para os Estados da federação, nos convida a pensar em que medida e se a lei vem cumprindo com o seu papel de ser promotora do financiamento de políticas públicas. Por intermédio da produção e apresentação de uma riqueza de dados produzidos que foram extraídos de fontes documentais obtidas através dos sites oficiais de cada Secretaria ou órgão semelhante responsável pelas políticas públicas de Esporte nos Estados, as/os pesquisadoras/es nos sinalizam ações relacionadas ao incentivo do esporte via isenção fiscal em 15 Estados, todas envolvendo o tributo ICMS, variedades com relação às porcentagens de valor destinadas, bem como uma diversificação das manifestações esportivas em cada Estado. Uma significativa contribuição para avaliações de como está sendo essa Política Pública em âmbito estadual, com seus desdobramentos e possíveis benefícios para o desenvolvimento esportivo nos Estados e no país.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde são elementos constitutivos das mudanças sociais. Deste modo tanto o Estado quanto as populações e grupos que compõem a sociedade civil são partes constitutivas da correlação de forças ou das relações de poder situados em um contexto histórico e social, afetados e perpassados por distintos projetos societários.

Considerando que o esporte e o lazer, em nível de reconhecimento jurídico e direito universal, são direcionados, de modo indistinto, a todas/os, todavia, em nível de importância social, ainda são compreendidos como uma demanda de menor relevância, mesmo percebendo o quanto as pessoas e grupos os valorizam, seja investindo tempo e recursos – para quem dispõe – para ter acesso a momentos de lazer, seja o lazer esportivo ou o não esportivo praticado e vivenciado nas ruas, praças, parques públicos, clubes, associações e centros de saúde com o seu conjunto de objetivos e interesses (educação, lazer, performance, saúde), a sessão temática visa dar a sua parcela de contribuição nos debates e reflexões acerca da política de Estado e o estado das “Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde”.

Desta perspectiva, fica aqui o convite à leitura, onde em cada artigo vai sendo gestada a disposição de que as políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde contribuam junto a outras políticas fundamentais no atendimento as necessidades humanas e os direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista brasileira de ciências do esporte**. v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.

CBCE. **GTT 12 – Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://cbce.org.br/gtt/gtt12-politicaspublicas>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

DAMASCENO, Luciano Galvão. **30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia**. 2011. 330f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

HÚNGARO, Edson Marcelo e colaboradores. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HÚNGARO, Edson



Marcelo; SOUZA, Wilson Luiz Lino de (Orgs.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2009.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer: aproximações, intersecções, rupturas, e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

Dados do primeiro autor:

E-mail: cristneves_rs@yahoo.com.br

Endereço: Rua Piauí, 261, Niterói, Canoas, RS, CEP: 92130-240, Brasil.

Recebido em: 24/11/2021

Aprovado em: 06/12/2021

Como citar este artigo:

ROSA, Cristiano Neves da e colaboradores. Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 84-93, set./ dez., 2021.

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: REFLEXÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS BRASILEIRA (1970-1990)

THE HISTORICAL DEVELOPMENT OF SOCIAL SPORT PROJECTS: REFLECTIONS ON BRAZILIAN POLITICAL, SOCIAL, AND EDUCATIONAL TRANSFORMATIONS (1970-1990)

EL DESARROLLO HISTÓRICO DE LOS PROYECTOS DEPORTIVOS SOCIALES: REFLEXIONES SOBRE LAS TRANSFORMACIONES POLÍTICAS, SOCIALES Y EDUCATIVAS BRASILEÑAS (1970-1990)

Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-3275-5227> 

<http://lattes.cnpq.br/5919357245427500> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)
alewfo@hotmail.com

Daniel Minuzzi de Souza

<https://orcid.org/0000-0001-9960-4020> 

<http://lattes.cnpq.br/0218070374462534> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)
daniel.souza@ifc.edu.br

Wanderley Marchi Júnior

<https://orcid.org/0000-0002-4911-9702> 

<http://lattes.cnpq.br/5253611850382694> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)
wmarchijr@gmail.com

Resumo

Os projetos sociais esportivos no Brasil surgiram a partir das transformações políticas, sociais e educacionais, resultando em um produto de disputa no campo político transpassando as áreas da educação e assistência social. Mas, como um espaço dotado de uma lógica própria, o esporte social contou com diversos agentes e instituições que mantiveram a sua disposição e interesse em "jogo". Nessa esteira, o objetivo desta pesquisa foi realizar um resgate histórico para analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil e quais foram os movimentos estruturais internos responsáveis pela sua consolidação. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica e para a análise reflexiva amparou-se na "Teoria dos Campos", de Pierre Bourdieu. Em suma, a consolidação do esporte social ocorreu a partir das mudanças sociais impulsionadas pelas articulações dos diferentes agentes e instituições que identificaram possibilidades para suprir as demandas sociais servindo, também, como mecanismos de manutenção de poder.

Palavras-chave: Projetos Sociais Esportivos; Políticas Públicas; Esporte Social; Pierre Bourdieu.

Abstract

Sports social projects in Brazil emerged from the political, social and educational transformations, resulting in a product of dispute in the political field crossing the areas of education and social assistance. But as a space with its own logic, social sport had several agents and institutions that maintained their willingness and interest in "game". In this context, the objective was to carry out a historical rescue to analyze how the development process of social sports projects took place in Brazil and which were the internal structural movements responsible for their



consolidation. We opted for a bibliographic research and for the analysis we used as a foundation the "Theory of Fields" by Pierre Bourdieu. In short, the consolidation of social sport occurred based on social changes driven by the articulations of different agents and institutions that identified possibilities to meet social demands, also serving as mechanisms for maintaining power.

Keywords: Sports Social Projects; Public Policy; Social Sport; Pierre Bourdieu.

Resumen

Los proyectos de deporte social en el Brasil surgieron de transformaciones políticas, sociales y educativas, lo que dio lugar a un producto de disputa en el campo político que cruzó las áreas de educación y asistencia social. Pero como espacio dotado de una lógica propia, el deporte social contaba con varios agentes e instituciones que mantenían su disposición e interés en el "juego". En esta estela, el objetivo era realizar un rescate histórico para analizar cómo se produjo el proceso de desarrollo de los proyectos sociales deportivos en Brasil y cuáles fueron los movimientos estructurales internos responsables de su consolidación. Optamos por una investigación bibliográfica y para el análisis utilizamos la "Teoría de los Campos" de Pierre Bourdieu como base. En definitiva, la consolidación del deporte social se produjo a partir de los cambios sociales impulsados por las articulaciones de los diferentes agentes e instituciones que identificaron posibilidades de abastecer las demandas sociales sirviendo, también, como mecanismos para mantener el poder.

Palabras clave: Proyectos Sociales Deportivos; Políticas Públicas; Deporte Social; Pierre Bourdieu.

INTRODUÇÃO

O presente artigo está relacionado com a seção temática da Revista *Corpoconsciência* (2021) intitulada "Políticas Públicas Educação/Educação Física, esporte, lazer e saúde", envolvendo estudos sobre a implementação de políticas públicas e o esporte social. É, também, parte integrante da tese de doutorado, que busca aprofundar o olhar frente aos projetos sociais esportivos inseridos na sociedade brasileira, utilizando para este fim as obras de Pierre Bourdieu.

Nessa esteira de discussão, na sociedade brasileira a vinculação dos projetos sociais, ora educacional, ora esportivo, à resolução de problemas político-sociais redefiniu os objetivos e fins alcançáveis pela prática esportiva em função das necessidades oriundas de um tempo social, de uma determinada história. Conforme nos aproximamos da história do esporte, é possível perceber que as demandas sociais, próprias do desenvolvimento das sociedades, provocam mudanças nas regras e na estrutura esportiva seja no lazer, no rendimento ou no espetáculo (ELIAS, 2001; AFONSO, 2011; MARCHI JÚNIOR, 2015), sem que altere a sua essência ou o objetivo principal da prática, servindo à um propósito e atingindo uma necessidade específica.

Entre as décadas de 1970 e 1990, os primeiros projetos sociais esportivos vieram impulsionados pelo movimento de abertura democrática das relações sociais e políticas, um momento marcado por significativa transformação na sociedade brasileira (LINHALES, 1996; GONÇALVES; FERREIRA, 2013; CUNHA, 2017). Neste processo de transição do regime militar para o democrático, algumas mudanças foram percebidas, principalmente, no papel de



atuação do Estado, que passou a descentralizar as suas ações e discursos em função das diferentes demandas sociais, nas quais envolviam a inserção de políticas públicas voltadas ao acesso de todos os brasileiros a educação, a saúde e a prática de atividades esportivas (RODRIGUES, 2008; GODOY, 2013; CUNHA, 2017).

Diante da necessidade de um Brasil “mais democrático”, as políticas públicas, em diferentes áreas, surgiram para garantir ao povo o acesso aos direitos constitucionais, contando com o apoio financeiro e participativo do terceiro setor na implementação de algumas ações, como na criação de projetos socioeducativos e socioesportivos voltados à criança e ao adolescente (LINHALES, 1996). As políticas públicas nas mais diversas áreas, relacionadas a este público-alvo, ganharam visibilidade na agenda política, pois, a ideia de cidadania nas pautas dos novos conteúdos políticos era inadiável (LINHALES, 1996; CUNHA, 2017). Entre as áreas de alcance social, o esporte foi percebido como elemento para contribuir no desenvolvimento das comunidades (CARON, 2018). Nos anos de 1980 a 1990, o esporte esteve na interface entre duas políticas distintas (as políticas públicas educacionais e as políticas públicas esportivas), em princípio, com atividades extracurriculares no ambiente escolar “o esporte, em cada escola, não podia ser mais do que o ‘agrupamento instantâneo’ dos melhores do futebol, do basquete, do atletismo, etc.” (LINHALES, 1996, p. 164).

Deste modo, as transformações político-sociais permitiram a visibilidade das políticas sociais, entretanto, o esporte - “como atividade de lazer, que possui valor em si mesmo e constitui um direito de todos” e dever do Estado - passava por um processo de redirecionamento entre as demandas públicas e privadas, entre o desenvolvimento dos projetos educacionais e esportivos (LINHALES, 1996, p. 186; CUNHA, 2017), com o intuito de garantir os direitos sociais, a continuidade ou consolidação da prática e das ações educativas e sociais em conformidade com as demandas provenientes da sociedade.

Neste contexto histórico brasileiro, o esporte social começou a ganhar espaço na sociedade, na política e na educação, possibilitando o alcance de inúmeros objetivos a fim de suprir as demandas sociais. A sua função, ou o sentido de existir, esteve vinculado aos agentes envolvidos nas diversas instituições promotoras do desenvolvimento social do país, seja no ambiente escolar ou nos diversos espaços públicos esportivos, entre a educação e o rendimento.

O objetivo desta pesquisa foi realizar um resgate histórico para analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil e quais foram



os movimentos estruturais internos responsáveis pela sua consolidação entre as décadas de 1970 e 1990. Como procedimento metodológico, optou-se por uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), refere-se à pesquisa que depende de material já publicado. Para a análise das obras, livros e artigos encontrados, utilizou-se a proposta de análise de Pierre Bourdieu sobre a “Teoria dos Campos” de modo a compreender os movimentos, as tensões e as lutas, sumariamente, o “jogo” envolvendo o esporte, a legislação e o contexto social. Em conformidade com o exposto, o presente escrito, baseia-se em textos sobre as principais legislações e políticas públicas para o esporte, os projetos sociais esportivos, o esporte no ambiente formal e não formal de ensino, como também a própria história da Educação Física e do esporte no Brasil. Portanto, selecionaram-se os seguintes autores que apresentaram semelhanças ao dialogarem com a temática proposta: Linhales (1996), Zaluar (1994), Tubino (2010), Caparroz (2005), Rodrigues (2008), Godoy (2013) e Cunha (2017), como poderá ser visto a seguir.

O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS NO BRASIL

Na eminência da abertura dos primeiros projetos sociais esportivos, entre as décadas de 1970 até final de 1980, havia no país o regime militar que permaneceu presente durante o primeiro governo civil, denominado período de “tutela” militar, no início dos anos de 1990, as forças armadas ainda mantinham uma posição politicamente preeminente. Neste período, a intervenção Estatal respondia às próprias exigências do interior da estrutura política e, dificilmente, às necessidades da sociedade, visto que havia um regime militar direcionando suas ações aos movimentos de defesa, ordem e disciplina da nação.

As consequências do regime militar foram observadas nos anos seguintes, com a chamada “crise do capital”, ocasionando o desemprego, a precarização trabalhista e educacional, atingindo a realidade de crianças e adolescentes desamparadas em níveis de escolarização e em diversas formas de violência. As leis e políticas de maneira geral, apresentavam dificuldades de implementação, no caso do esporte eram limitadas a uma dimensão, muitos recursos para o esporte escolar recaíam no esporte rendimento (GODOY, 2013). Além disso, deixavam de garantir a aplicabilidade de ações para o esporte social provocando uma série de questionamentos sobre o esporte formal, não formal e sua função social, nas aulas de Educação Física (LINHALES, 1996).



Somente com a homologação da Constituição Federal de 1988, somado aos movimentos internacionais de ressignificação do “Esporte para Todos” e a aprovação das leis de amparo à criança e ao adolescente, as práticas esportivas formais e não-formais de promoção social ingressaram na agenda política, timidamente nas propostas governamentais educacionais e assistenciais, redimensionando as suas funções e significados (CUNHA, 2017). O Estado a partir de políticas públicas, nesta “janela de oportunidade”, vinculou a abertura dos projetos sociais esportivos à assistência social e à formação para a cidadania adquirindo um cunho socioeducativo (RODRIGUES, 2008; CUNHA, 2017), o esporte social vinculado à área da educação parecia estabelecer um vínculo duradouro, atraindo os interesses de iniciativas privadas e não governamentais. Até o dado momento, supõe-se que havia o entendimento da prática esportiva apenas como objeto de suporte para suprir as necessidades da sociedade sem considerar o fato de o esporte social conter significados, intencionalidades e funcionalidades em desenvolvimento.

Nesta época, vários projetos sociais esportivos e educacionais foram abertos no país fora do ambiente escolar, entre eles, pode-se citar O PRIESP (Programa Privado de Iniciação Esportiva da Fundação Roberto Marinho, 1978-1988) que “tinha como objetivo preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas mais pobres da população” em colaboração com o órgão público (ZALUAR, 1994, p. 45). Este projeto significou para a comunidade à ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes, lazer e enriquecimento das relações sociais, já para os professores a sua função estava associada ao ensino do esporte, propriamente dito. Não obstante, o projeto cumpria apenas com o objetivo de aprendizagem do esporte, posto que existiam dificuldades financeiras para oportunizar a continuidade e alcance dos grandes clubes para a tão sonhada profissionalização no esporte. Além disso, o trabalho realizado neste projeto priorizava a técnica esportiva centralizada na aprendizagem e nos fundamentos das modalidades. Ambas as situações mencionadas causavam o desinteresse e o abandono da prática esportiva (ZALUAR, 1994).

Posteriormente, o projeto foi assumido pelo Estado e substituído pelo Programa RECRIANÇA, em 1987, associado a uma entidade prioritariamente pública coordenada pela equipe do Ministério da Previdência Social e executada pelas prefeituras de algumas cidades brasileiras, como em Curitiba no subprograma Programa Irmão Menor (PIM), reunindo atividades de recreação com técnicas artesanais e ensino profissionalizante, ou seja, não se restringia à educação esportiva. O objetivo passou a ser o de oportunizar o esporte de maneira



recreativa e educativa. Segundo Zaluar (1994), existia uma preocupação veemente entre os estudiosos da época na associação entre o esporte e a pedagogia, transformando-o em um veículo de apêndice da política de Estado, o que poderia significar o fim do esporte no seu caráter lúdico social. Todavia, a concepção de esporte nos projetos sociais educacionais não se dava de maneira consensual, nem na formulação do projeto, nem na prática dos educadores. Nesse cenário, o esporte social foi incorporado à área da Educação, possivelmente na política educacional adquirindo inúmeros significados: ocupação do tempo livre, entretenimento da sociedade, lazer comunitário, saída profissional para jovens pobres, etc. (ZALUAR, 1994). o seu significado e a essência da prática esportiva social foram direcionados por diferentes frentes e incorporados às intenções do Estado para a resolução dos problemas sociais.

Nesta perspectiva, o Estado, presumidamente, assumiu seu papel de financiador do projeto social incorporando o viés educacional para suprir as dificuldades sociais apresentadas pelo elevado índice de criminalidade, exclusão e violência vividas pela sociedade de maneira geral. A permanência do Estado como órgão balizador da política social, estava atrelada ao cenário de dificuldade em estabelecer a “política do bem estar social, a redemocratização, juntamente com o fracasso escolar”, ocasionados pelo rápido crescimento econômico do país e pelo êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (PEREIRA, 2015, p. 10). Ao que tudo indica, o processo de centralização estatal pouco atendeu às necessidades da população, devido à ausência de diálogo entre as propostas implementadas e às demandas da comunidade local, como também, dificultou a proposta de autonomia para o terceiro setor.

Somente no início dos anos de 1990 (passados cinco anos do término do regime) no país, se intensificou o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos voltados aos segmentos sociais isolados e o aumento de empresas privadas ou organizações não governamentais envolvidas com a “causa”. De maneira geral, o esporte conhecido pela sua prática restrita nos clubes esportivos e nas escolas recebe uma nova conotação, popularmente, chamado de projeto social esportivo ou, como denominamos, “esporte social”. Em outras palavras, é um subcampo esportivo constituído pela disposição de outros campos, o qual se estabelece e, possivelmente, se legitima a partir das inter-relações entre o contexto social, político, científico e institucional. de maneira geral, o esporte conhecido pela sua prática restrita nos clubes esportivos e nas escolas recebe uma nova conotação, popularmente, chamado de projeto social esportivo ou, como denominamos, “esporte social”. Em outras



palavras, é um subcampo esportivo constituído pela disposição de outros campos, o qual se estabelece e, possivelmente, se legitima a partir das inter-relações entre o contexto social, político, científico e institucional. Contudo, o esporte social ainda estava em processo de redirecionamento e se estabelecia nos ambientes educacionais incorporando outras políticas e buscando atingir a população com menor acesso aos bens culturais, principalmente, crianças e adolescentes, pois as políticas voltadas a este público era pauta nas assembleias e a escola se tornava uma instituição para o possível alcance de todos.

Essa centralização do esporte, como complemento educacional, supostamente corroborava para o direcionamento das políticas públicas, das iniciativas privadas e não governamentais, à área educacional.

Em princípio, o esporte social significou para a sociedade civil, para o Estado, para a rede privada e não governamental o caminho em direção à resolução das problemáticas sociais, buscando na prática esportiva um sentido que pudesse combater as consequências de uma sociedade desigual. Embora, tenha permitido a abertura de um espaço propício para a disputa de diferentes iniciativas, seja para o engajamento de uma "marca" ou de um agente popularmente conhecido, até mesmo, para o benefício de um determinado campo, como o educacional. A sua função, ou o sentido de existir, esteve/está vinculado aos agentes envolvidos nas diversas instituições promotoras do desenvolvimento social do país, seja no ambiente escolar ou nos espaços públicos, entre o esporte de cunho educacional e esportivo. A seguir, identificamos como essas estruturas e agentes (leis, políticas públicas, ações políticas, etc.) disputavam o campo esportivo, transformando o meio social e influenciando o desenvolvimento dos projetos sociais esportivos, estabelecendo diálogo com a "Teoria dos Campos" de Pierre Bourdieu (2014; 2017; 2019).

DA CONSTITUIÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS AOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS ESTRUTURAIS ENTRE 1970-1990

Na década de 1970, algumas mudanças foram percebidas no cenário esportivo, como o Decreto-Lei 6.251/1975 que reconheceu um Sistema Esportivo Nacional, compreendendo o esporte de caráter estudantil, militar, comunitário e classista, sob a coordenação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura. (BRASIL, 1975). Concomitantemente, foi elaborada a "Política Nacional" para o setor e um novo "Plano



Nacional de Educação Física e Desporto” (PNED) (LINHALES, 1996). Segundo Linhales (1996), antes da homologação desta lei, havia no país um baixo nível de aptidão física e um precário desenvolvimento da Educação Física escolar, além da inoperância do Governo Federal em relação ao controle, planejamento e evolução da Educação Física e do esporte. Apesar do ingresso de políticas públicas, as ações governamentais ainda priorizavam o esporte universitário de desempenho em relação às outras dimensões, mesmo com a aprovação anterior do decreto nº 69.540/1971 (BRASIL, 1971) que determinava a iniciação esportiva a partir da quinta série do ensino fundamental no ambiente escolar (DA COSTA, 2006). No artigo 27 do Decreto-Lei 6.251/1975, por exemplo, o esporte escolar não constava no Sistema Esportivo Nacional (TUBINO, 2010), muito menos o esporte social. Neste sentido, a centralidade do Estado no redimensionamento do esporte pouco priorizava ações voltadas à participação popular (LINHALES, 1996), o que denota como a estrutura do campo estava engajada em interesses próprios, ou seja, em benefício de um grupo específico.

Em contrapartida, a sociedade daquela época demonstrava grande descontentamento com o autoritarismo vigente, aclamando pelo fim dos governos militares, a partir de reivindicações e de movimentos sociais como as “Diretas Já” (1983-1984) as quais refletiram em todas as instâncias sociais, inclusive, na área da Educação Física (CAPARROZ, 2005). O ambiente de descontentamento com o regime ditatorial contribuiu com os debates da área, uma vez que lançava questionamentos no campo teórico e inseria um olhar histórico e sociológico sobre a biologização do movimento humano na formação de atletas por meio da pedagogia tecnicista (CAPARROZ, 2005, p. 9). O diálogo entre a academia, a prática na Educação Física e o esporte, possivelmente, atravessava uma estrutura político-social durável que dificultava o romper com a lógica tradicional instaurada, e essa estrutura apesar de mutável parecia impor uma lógica universal para o esporte visto, até o momento, como instrumento utilizado para a monopolização de determinada classe ao poder.

Para exemplificar, após participar do Congresso Mundial de Educação Física em Bruxelas (1973), o autor Manoel Tubino publicou na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1975) o resultado de uma pesquisa sobre “As tendências internacionais para a educação física”, e conclui que apesar de existirem estudos de orientação dogmática e pragmática, ou seja, novas pesquisas para o ensino da Educação Física e do esporte:

Os desportos transformaram-se num dos principais instrumentos de propaganda política. A educação Física, mesmo amparada por uma reação



muito grande dos verdadeiros educadores, tende a tornar-se um meio para o desporto de alto nível [...] por enquanto, como nos demais aspectos de enfoque social, os interesses políticos continuam vencendo (TUBINO, 1975, p. 8-11).

É perceptível que o exercício democrático havia iniciado e que ambos os lados lutavam para manter ou conquistar espaço no campo político e social, agindo conforme a sua posição e disputando o capital social (relacionado à participação e pertencimento em determinados grupos que lhe conferem poder) e simbólico (objeto, mérito ou agente valorizado no espaço). Além disso, fica evidente que o habitus produzido por uma estrutura estruturada e estruturante na época da ditadura ainda era um princípio gerador das práticas e das representações que norteavam o comportamento dos agentes envolvidos (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

O cenário político-social após a ditadura, demonstra como as antigas condições de produção reproduziam as estruturas passadas, ao passo que haviam estratégias de subversão, os menos providos de capital utilizavam o discurso defensivo e crítico para romper com as imposições dos dominantes (ou seja, a heresia) e estratégia de conservação, pelo mais provido de capital em defesa da ortodoxia (ORTIZ, 2003; BOURDIEU, 2019).

Ainda nesse contexto, mas direcionando o olhar para o espaço esportivo, o interesse político acerca do Decreto-Lei 6.251/1975 ao mencionar no Art. 26 “para efeito de sua organização e estruturação, o desportivo estudantil será dividido em universitário e escolar” pareceu ser substancial para o momento social do país, visto que a Educação Física na escola se tornou pauta de discussões que previam romper com a influência tecnicista no ensino. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o esporte de desempenho se mantinha como foco principal nas políticas públicas do país, mesmo quando se questionava a exclusividade desta prática (BRASIL, 1975). Exemplificando este fato, segundo Tubino (2010), em 1981 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) estabeleceu normas e aplicações financeiras em programas de apoio ao esporte de caráter competitivo, neste cenário “o esporte de rendimento, nas competições escolares do Brasil, permanecia como objeto do esporte escolar” (TUBINO, 2010, p. 83).

A intenção em instituir normas para o esporte na sociedade brasileira ainda marcava o distanciamento e a luta entre a participação popular e os órgãos públicos responsáveis, assim como, a reprodução de um sistema estruturado que valorizava o “senso de aplicação” no produto economicamente e politicamente rendável, em outras palavras, as



relações que se estabeleciam no campo esportivo social eram similares às representações no campo político e social, o agente detentor de poder conduzia as ações em prol de uma dimensão específica, ou seja, em benefício de sua classe. Essa centralidade do esporte nas mãos do Estado foi marcante nos anos 1964-1984, posto que os governos tinham afinidades com o movimento tenentista de 1930 conhecido pela presença onipotente do Estado em todos os segmentos sociais, para exemplificar, na economia tínhamos um “capitalismo protegido” e a abertura do mercado exterior ocorreu apenas na década de 1990, até lá:

No Brasil, as elites de todas as épocas sempre foram especialmente eficientes na preservação e no avanço de suas regalias e privilégios e pouquíssimo eficazes quando se tratou de influir para que o país se modernizasse e se tornasse mais justo e equitativo na distribuição de suas riquezas e de seu progresso (CASTOR, 2000, p. 41).

Em 1975, ações com significativa expressão crítica à primazia do esporte educacional e de alto rendimento, foram desenvolvidas pela mídia, a campanha chamada “MEXA-SE”, pela Rede Globo de televisão, assessorada por Lamartine Pereira da Costa, foi a primeira etapa do processo de execução do “Esporte Para Todos” (EPT) no Brasil, que internacionalmente já estimulava práticas por meio de campanha publicitária (KRAVCHYCHYN et al., 2019). Iniciava o processo conhecido como “massificação do esporte”, considerado um marco para o esporte social que se estabelecia entre o nível intermediário do educacional e do alto nível (LINHALES, 1996; CUNHA, 2017), entrando para disputar o campo social e político, isto é, o valor do esporte social passou a ter uma marca e um senso de aplicação cultural e simbólica, fato é, que as instituições promotoras do esporte pareciam encontrar uma oportunidade de lucro material.

Entrou em vigor em 1976, o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), em decorrência da Política Nacional, firmando parceria entre o Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o ingresso de iniciativas privadas e a mobilização dos estados e municípios, na Campanha Esporte Para Todos (EPT) agregando 10 milhões de voluntários, entre eles, profissionais de Educação Física que trabalhavam em prol da extensão esporádica da prática esportiva/recreativa para a população. Para o Governo Federal, o EPT significou a utilização da prática esportiva no enfrentamento dos problemas sociais, principalmente, nas camadas populares destituídas de condições mínimas sociais. Naquela época, o esporte deveria ser desenvolvido através da movimentação popular espontânea com o uso de estratégias de baixo custo e rápida



efetivação, caso surgissem “grandes atletas” o esporte de massa deveria também promover o encaminhamento ao esporte de alto nível (LINHALES, 1996).

Na medida em que o esporte social ingressava como um apêndice do educacional e do alto nível, agregava em suas funções a prática no tempo livre como suporte às demandas sociais e políticas, que não se refere apenas a área da Educação Física, mas, à educação, saúde e assistência social. Neste contraponto, ganhou reconhecimento e o valor no jogo político que valia a pena ser jogado (BOURDIEU, 2019).

No primeiro semestre de 1985, o esporte na Educação Física foi pauta de discussão em vários setores da sociedade envolvendo, principalmente, secretários estaduais de educação e esporte e as associações de professores. Os debates salientavam sobre a necessidade de “incorporar efetivamente a prática da Educação Física ao processo da educação geral e integral, bem como de se considerar o esporte com a profundidade do fenômeno social que já se caracterizava” (DA COSTA, 2006, p. 508). Logo, foi instituída a “Comissão de Reformulação do Desporto” pelo decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, prevendo a necessidade de revisão do esporte e buscando mais reconhecimento na estrutura institucional do Estado (LINHALES, 1996). Com a consolidação de um novo conceito de esporte pela Constituição de 1988, como será abordado na sequência, foi realizado estudos sobre o esporte nacional indicando novos caminhos para a reformulação da política para o setor. Em relatório enviado para o MEC, quatro indicações discorriam sobre a necessidade de conceituar o esporte brasileiro, porquanto que o esporte como fenômeno de rendimento, dentro ou fora do ambiente escolar, já não supria as necessidades de âmbito social, escolar e acadêmico, ou seja, no entendimento da comissão se tornava necessário uma nova conceitualização do esporte (TUBINO, 2010) que permitisse a participação de todos e independente do talento contribuísse para a formação de uma educação integral e permanente (DA COSTA, 2006).

Conforme a Comissão supracitada: “historicamente o esporte no Brasil tem sido entendido numa visão limitada, que muitas vezes levou a opinião pública a vê-lo apenas na perspectiva do esporte de alta competição” (BRASIL, 1985). Ainda nesse decreto, é mencionado que o esporte foi percebido como instrumento de “sustentação hegemônica” e que estariam, portanto, reconstituindo o conceito e atribuindo a prática esportiva como uma manifestação cultural da sociedade brasileira, a fim da liberdade de criação. Essa nova reformulação do esporte demonstra a pretensão dos órgãos públicos em romper com aquilo que se entendia por esporte na escola e no desempenho, trazendo uma outra perspectiva e abrindo espaço



para articular o esporte social que já havia adquirido uma nova crença e, possivelmente, alterado o *habitus* da classe dominante. Desta comissão, o esporte foi reconhecido em três eixos: esporte-educação, esporte-participação e esporte performance, suprimindo a ideia anteriormente posta no Decreto-Lei 6.251/1975 com uma certa autonomia, ainda tímida, para as entidades esportivas (LINHALES, 1996).

Essa breve mudança no setor esportivo tangenciava a recente Constituição promulgada no ano de 1988, institucionalizando o esporte como um direito social e reconhecendo, no artigo 217, o dever do Estado no fomento de práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um:

A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988).

Além disso, no terceiro inciso estabeleceu que “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” e, por conseguinte, no artigo 227 dispôs do dever da família, da sociedade e do Estado sobre o direito à Educação, Cultura, Desporto, e Lazer desde a infância até a juventude (BRASIL, 1988). Deste modo, com a influência da Carta Magna passou a ser dever do Estado “assumir o compromisso legal e moral, além de criar as condições (fomento) para ampliar os direitos do cidadão a fim de garantir seu acesso ao esporte” (GODOY, 2013, p. 99). Nesta “nova” constituição, foi redesenhado o sistema de proteção social com o reconhecimento de uma política assistencial destinada ao acesso dos mais necessitados aos “mínimos sociais”, o que incluiu a prática esportiva constitucionalizada e oficializada como um bem cultural de direito, assim como, o lazer nas políticas públicas do país (CUNHA, 2017). Por mais que houvesse essas mudanças na legislação esportiva poucas ações foram percebidas na prática, propriamente, dita.

Como é possível observar, o esporte social ficou condicionado à promoção da prática educacional, de rendimento ou participação, não sendo mencionado na legislação, mas incorporado às outras dimensões. Sobre estes aspectos, intensificou-se a multiplicidade de funções e atribuições, dificultando o entendimento do esporte social como um espaço dotado de uma lógica própria e contendo suas particularidades, ou seja, as disposições de um *habitus* (ORTIZ, 2003; BOURDIEU, 2017).



Simultaneamente, iniciou o processo de descentralização estatal nas ações de cunho social com a participação financeira e administrativa de empresas privadas e ONGs no desenvolvimento do esporte social fora da escola, vários projetos sociais foram abertos e direcionados aos segmentos sociais isolados, principalmente, com a retratação do esporte nas políticas públicas e com o encurtamento das ações estatais marcada pela política econômica de valorização da lógica privada (CUNHA, 2017). Atletas consagrados e bem sucedidos financeiramente deram seus nomes ou apadrinharam projetos e iniciativas de caráter social, assim como, leis esportivas (RODRIGUES, 2008). Contudo, haviam indefinições sobre o esporte que precisavam ser solucionadas, ainda mais, com o fortalecimento da iniciativa privada e inclusão de grandes nomes nos programas sociais, entre as problemáticas encontradas estavam a organização do esporte no país, o papel de cada ente (Municipal, Estadual e Federal) e por fim o entendimento de esporte social nas políticas públicas.

CONCLUSÕES

Conforme avançamos na história percebemos que o esporte vem se resignificando, o que pode ser chamado de elasticidade semântica, em cada tempo é articulado e definido a sua prioridade mediante às demandas oriundas da sociedade. Nas décadas de 1970 a 1990, foi possível perceber como os campos político, social e educacional, estiveram envolvidos na disputa pelos capitais econômico, social e cultural. Nesta disputa, o capital total (a soma de todos os capitais: econômico, social, acadêmico e simbólico) foi ganhando interesse dos grupos envolvidos, com o intuito de manter a sua posição política e/ou ascender ao poder utilizando o esporte social como discurso ou meio para responder as demandas oriundas da sociedade.

Contudo, seja no campo educacional ou no político, as articulações para alcançar os objetivos propostos nem sempre foram racionalmente explicitadas na história e/ou na legislação dos projetos sociais esportivos. Deste modo, a consolidação dos projetos sociais esportivos nas décadas de 1970 a 1990, no Brasil, esteve intrinsecamente envolvida com agentes e instituições que previam manter o interesse e o capital de disputa ativo, já que havia uma estrutura permitindo as condições necessárias (maior poder e capital em jogo) para o esporte social se estabelecer no sistema educacional, de rendimento e, posteriormente, de participação.



Em suma, a consolidação do esporte social ocorreu a partir das mudanças sociais impulsionadas pelas articulações dos diferentes agentes e instituições que identificaram possibilidades para suprir as demandas sociais servindo, também, como mecanismos de manutenção de poder. No entanto, esse movimento colaborou para a multiplicidade de funções e atribuições, dificultando o entendimento do esporte social como um espaço dotado de uma lógica própria com suas particularidades, ou seja, das disposições de um *habitus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Gilmar Francisco. **A reinvenção do voleibol de praia: agentes e estruturas de uma modalidade espetacularizada (1983 – 2008)**. 2011. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

_____. **Questões de sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BRASIL. Decreto nº 69.459, de 1 de novembro de 1971. **Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 6.251, de outubro de 1975. **Política Nacional de Educação Física e Desporto**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002156.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985. **Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

BRASIL. Artigo nº 217, de 5 de outubro de 1988. **Do Desporto**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola**. São Paulo: Autores Associados, 2005.



CARON, Ana Elisa Guginski. **“Ataques e defesas” no ensino dos valores por meio do esporte**: metodologia compartilhar de iniciação ao voleibol. 2018. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho. Curitiba, PR: EBEL: IBQP-PR, 2000.

CUNHA, Thayane Santos Crespo da. **Pobreza, desigualdades e projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes**: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

DA COSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GODOY, Letícia. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil**: revelações e possíveis delineamentos. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

GONÇALVES, Emília de Fátima Miterofe; FERREIRA, Gabrielle Gomes. As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, V, 2013. **Anais...** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf>. Acesso em 9 de novembro de 2020.

KRAVCHYCHYN, Claudio e colaboradores. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The journal of the latin american socio-cultural studies of sport** (ALESDE), v. 10, n. 1, p. 53-68, 2019.

LINHALES, Meily Asbu. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 1996. 242f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O esporte “em cena”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. **The journal of the latin american socio-cultural studies of sport**. v. 5, n. 1, p. 46-67, 2015.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’Água, 2003.

PEREIRA, Angélica Regina. **Expectativas de participantes, professores de educação física e assistentes sociais de um projeto social esportivo de pólo aquático**. 2015. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2015.



PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO (Arquivo Nacional). **MOBRAL**, 2019. Disponível em: <<http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Anelise Lopes. **A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias**. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da educação física. **Revista brasileira de educação física e desportos**, ano 7, n. 26, 1975.

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá, PR: EdUEM, 2010.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta; Campinas: Unicamp, 1994.

Dados da primeira autora:

Email: alewfo@hotmail.com

Endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, 129, Cajuru, Curitiba, PR, CEP: 82960-000, Brasil.

Recebido em: 16/06/2021

Aprovado em: 12/08/2021

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Alessandra Weiss Ferras de; SOUZA, Daniel Minuzzi de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileira (1970-1990). **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 94-109, set./ dez., 2021.

DÉCADA PERDIDA DO ESPORTE: 10 ANOS PARA LEVAR O BRASIL AO “NÃO MAIS”!

**LOST DECADE OF SPORT: 10 YEARS TO TAKE BRAZIL TO THE “NO
MORE”!**

**DÉCADA PERDIDA DE DEPORTE: ;10 AÑOS PARA LLEVAR BRASIL AL
“NO MÁS”!**

Pedro Fernando Avalone Athayde

<http://orcid.org/0000-0001-7219-3444> 

<http://lattes.cnpq.br/7539895900034042> 

Universidade de Brasília (Brasília, DF – Brasil)

pedroavalone@gmail.com

Silvana Martins de Araujo

<http://orcid.org/0000-0003-3084-0740> 

<http://lattes.cnpq.br/1151031301755221> 

Universidade Federal do Maranhão (São Luís, MA – Brasil)

silvanaaraujo@elointernet.com.br

Ednaldo da Silva Pereira Filho

<https://orcid.org/0000-0001-7996-2939> 

<http://lattes.cnpq.br/4035546674329473> 

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS – Brasil)

ednaldo@unisinos.br

Resumo

Este artigo apresenta como hipótese central a ideia de que, a partir de 2010, iniciou-se no Brasil a trajetória de uma “década perdida” para o esporte, que se agrava na inóspita conjuntura atual. A construção argumentativa dessa tese teve como objetivo geral identificar e interpretar o retrocesso na política pública esportiva nacional entre os anos de 2010 e 2020, adotando como categorias de análise a legislação, a orientação programática e o financiamento. Quanto à metodologia, a investigação se caracteriza pelo caráter descritivo-analítico, com utilização da técnica de pesquisa documental. Como resultado, identificamos a pertinência da suposição inicial, confirmada pela desresponsabilização estatal na esfera federal para garantia do direito ao esporte. Essa condição se reflete nos temas prioritários da legislação esportiva, no redirecionamento das deliberações das Conferências Nacionais do Esporte e no abandono do Sistema Nacional de Esporte, bem como na redução dos gastos públicos e mudança no perfil das fontes.

Palavras-chave: Política Pública; Esporte; Lazer; Legislação; Financiamento.

Abstract

This article presents as its central hypothesis the idea that since 2010 there has been a “lost decade trajectory” for sports in Brazil, which has deteriorated further in the current conjecture. The argumentative structure for that thesis aims to identify and interpret the recession in national public policies for sports between the years of 2010 to 2020, taking as categories for analysis legislation, programmatic orientation, and financing sources. In relation to methodology, the investigation is characterized by its descriptive-analytical nature, with the use of documental analysis. For our results, we have identified the pertinence of the initial assumption, as confirmed by state negligence in the federal sphere to ensure the right to sports. That condition is reflected upon the priority themes in sports legislation, in redirections taken during deliberations at the National Sport Conferences, and in the abandonment of the National System of Sport, as well as in the reduction in public expenses and changes in the sources of financing profiles.



Keywords: Public Policy; Sport; Leisure; Legislation; Financing.

Resumen

Este artículo presenta como hipótesis central la idea de que, a partir de 2010, se inició en Brasil la trayectoria de una “década perdida” para el deporte, que se agrava en la inhóspita situación actual. La construcción argumentativa de esta tesis tuvo como objetivo general identificar e interpretar el retroceso en la política pública deportiva nacional entre 2010 y 2020, adoptando como categorías de análisis la legislación, la orientación programática y el financiamiento. En cuanto a la metodología, la investigación se caracteriza por el carácter descriptivo-analítico, utilizando la técnica de investigación documental. Como resultado, identificamos la pertinencia del supuesto inicial, confirmado por la falta de responsabilidad del estado a nivel federal para garantizar el derecho al deporte. Esta condición se refleja en los temas prioritarios de la legislación deportiva, en la reorientación de las deliberaciones de las Jornadas Deportivas Nacionales y en el abandono del Sistema Deportivo Nacional, así como en la reducción del gasto público y cambio en el perfil de fuentes.

Palabras clave: Política Pública; Deporte; Ocio; Legislación; Financiación.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o setor esportivo brasileiro passou a contar – ainda que tardiamente quando comparado a outras áreas sociais – com um importante mecanismo de democratização e de controle social das políticas públicas: as Conferências Nacionais de Esporte, realizadas nos anos de 2004, 2006 e 2010, durante o governo Lula. O balanço governamental “Brasil: 2003 a 2010” (BRASIL, 2010) identificou nas Conferências um caráter inovador devido ao seu desenho organizacional, com a realização de etapas municipais, estaduais e nacional, que possibilitava aos segmentos sociais a apresentação de suas demandas e propostas.

Entretanto, a importância e o potencial desses mecanismos para atendimento às necessidades sociais e garantia do direito constitucional ao esporte foram mitigados por um redirecionamento da agenda esportiva nacional. Essa reorientação, com enfoque nos grandes eventos esportivos, evidenciou-se na III Conferência Nacional de Esporte (CNE), no ano de 2010, que trouxe como slogan “Por um time chamado Brasil” e como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

De acordo com Araujo (2016), o direcionamento do debate da III CNE para a elaboração de um Plano Decenal demonstrou a opção, do ainda Ministério do Esporte, de deslocar o foco da consolidação do Sistema Nacional de Esporte (SNE), transferindo a centralidade da política para os megaeventos esportivos a serem realizados no país. Para a autora, essa decisão política revela que o discurso de inclusão, democratização e universalização se configurou apenas como exercício de retórica ao não priorizar a materialização do SNE.



A partir dessa orientação, nossa argumentação se aproxima da hipótese da “década perdida”, alinhada a Pereira Filho e Saldanha Filho (2020), que compreende que a partir de 2010 foi iniciado um período de regressão nas políticas públicas para a garantia do direito ao esporte, que se agravou com o “golpe constitucional” de 2016 (SANTOS, 2017) e se aprofunda contundentemente com a “não gestão pública” do governo Bolsonaro. O termo “década perdida” foi convencionalmente utilizado para caracterizar os anos 1980 em razão da estagnação econômica, sobretudo na América Latina. A convulsão econômica responsável pela rotulação depreciativa contrastava com a efervescência ideopolítica. No caso do Brasil, consolidou-se o processo de transição/abertura democrática, que encerrou a ditadura militar e passou o bastão autocrático à burguesia nacional. Destaca-se como marco fundamental deste período a promulgação da Constituição Federal de 1988, alcunhada de “Constituição Cidadã”, devido ao esforço de seu texto em reconhecer legalmente os direitos de cidadania, subjugados pelo regime militar.

Passadas quatro décadas, parece que conforme nos alertava Marx (2011, p. 25) no *18 de Brumário de Louis Bonaparte*, “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. Se os anos da ditadura militar marcaram tragicamente nossa história recente, atualmente – nos limites de uma frágil democracia e do colapso institucional – nos deparamos com um (des)governo que opera pelo falseamento, pela beligerância e pela incompetência, características expostas e agravadas pelas crises sanitária e econômica atuais e que se consubstanciam na condução desastrosa do combate à pandemia da Covid-19 e no genocídio de nossa população (até novembro de 2021 o país registrou mais de 611 mil mortes pelo vírus SARS-CoV-2). De acordo com Pereira (2010), esse (des)governo é intencional, visto que desde os anos 1990 ocorre uma defesa da desresponsabilização do Estado.

De forma mais particular, considerando o campo das políticas esportivas, nosso argumento se aproxima da hipótese de que as características deste governo de destruição agudizaram a condição periférica do direito ao esporte na agenda governamental, encerrando uma “década perdida” nessa esfera. Esse período teria se iniciado em 2010, durante a realização da III Conferência Nacional do Esporte, que, ao priorizar os megaeventos esportivos, afastou-se das deliberações das edições anteriores e, portanto, da perspectiva de construção de um Sistema e uma Política nacionais para a garantia do direito ao esporte no Brasil.

Durante 2019, o Chile foi marcado pela eclosão de manifestações populares nas ruas, culminando em um plebiscito que aprovou uma reforma constituinte. Dentre os vários



movimentos sociais que integravam essa mobilização sem precedentes na história recente do país, encontrava-se o “*No más AFP (Administradoras de Fondos de Pensiones)*”, constituído por aposentados contra a previdência 100% privatizada. O “não mais” que finaliza o título deste texto, por um lado, refere-se ao desejo de não repetirmos retrocessos e a barbárie que vivenciamos atualmente, por outro lado, também denuncia a ausência do direito ao esporte na agenda deste setor. Portanto, para não repetirmos a tragédia atual como uma farsa em nosso horizonte futuro, mais ou tão importante quanto identificá-la é saber interpretá-la, visando buscar soluções que modifiquem essa situação.

Diante desta tarefa, observamos algumas iniciativas no campo acadêmico, com destaque para a publicação do volume 31, número 60, da revista *Motrivivência* (UFSC), que pautou a extinção do Ministério do Esporte, especialmente os textos de Castellani Filho (2019), Carneiro e colaboradores (2019), Taffarel e Santos Junior (2019) e Frizzo (2019). Na tentativa de contribuir com esse desafio, o presente artigo tem como objetivo identificar e interpretar o retrocesso na política pública esportiva nacional entre os anos de 2010 e 2020, a partir da legislação, da orientação programática e do financiamento.

Para tanto, o artigo foi estruturado em seis partes. Após esta introdução, há uma descrição da metodologia utilizada, a problematização das três categorias analíticas mais abrangentes e de estruturação da pesquisa e, finalmente, a exposição das considerações finais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva-analítica, que identifica, descreve e interpreta a regressão na política pública esportiva nacional, entre os anos de 2010 e 2020, a partir de abordagem uma qualitativa. Na dimensão procedimental, utilizamos a técnica de pesquisa documental, que tem como fonte documentos no sentido amplo (SEVERINO, 2007). Mais especificamente, adotamos documentos contemporâneos de arquivos públicos e fontes estatísticas do tipo escrito, primário e secundário (MARCONI; LAKATOS, 2019), destacadamente aqueles referentes à legislação e ao financiamento do esporte.

Inicialmente, identificamos a legislação esportiva, a fim de interpretar as principais alterações no marco regulatório deste setor. As normativas foram buscadas no Portal da Legislação do Governo Federal, com utilização dos descritores “desporto” e “esporte” e os seguintes filtros: (i) tipo de legislação (Leis Complementares e Ordinárias); (ii) situação (não



consta revogação expressa); (iii) recorte temporal (01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2020). O somatório das buscas iniciais retornou 110 documentos. A retirada da duplicidade e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou em uma amostra final composta por 23 instrumentos legais.

A apuração da orientação programática consistiu no mapeamento dos programas, projetos e ações do Ministério do Esporte (2010-2018) e da Secretaria Especial do Esporte (2019-2020). Para levantamento dessas informações, adotamos como fonte primária de consulta o site da Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania, bem como da campanha Esporte para Todos.

Na pesquisa documental, para coleta dos dados referentes ao financiamento, foram adotadas como fonte de pesquisa: a) SIGA Brasil, sistema de informações sobre orçamento público federal do Senado Federal e b) Transparência no Esporte, ferramenta de monitoramento e visualização gráfica dos recursos públicos do esporte na esfera federal produzida e atualizada pelo Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade de Brasília, o Avante-UnB. Por fim, para obter o deflacionamento dos valores encontrados, com intuito de corrigir o efeito inflacionário de valores nominais e obter o valor em termos reais, utilizamos a Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>), adotando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

O período do Estado Novo (1937-1945) registrou as primeiras medidas no sentido de estabelecer um padrão de intervenção do Estado no setor esportivo (MANHÃES, 2002; VERONEZ, 2005). Dentre essas ações, destacamos a publicação do Decreto Lei nº 3.199/1941, que definiu as bases de organização dos desportos em todo o país. Reproduzindo o discurso nacionalista, as características autocráticas e a ação regulatória centralizadora do governo da época, essa norma concebia o esporte como fenômeno de identidade nacional e integração social e determinava que as entidades desportivas, instituições de organização e administração



das diferentes modalidades esportivas, fossem diretamente subordinadas ao Conselho Nacional de Desportos.

Até a constitucionalização do direito ao esporte, outros vários instrumentos legais foram editados para o setor esportivo, mas em razão do escopo e do limite deste texto não os abordaremos neste momento. A Constituição Federal de 1988, embora tenha acolhido o direito ao esporte, reconhecido o dever do Estado em fomentar sua prática e estabelecido a prioridade de investimentos no esporte educacional, também deflagrou o processo de liberalização esportiva (LINHALES, 1996), recrudescido com a promulgação das Leis Zico (nº 8.672/1993) e Pelé (nº 9.615/1998).

Athayde e colaboradores (2016), ao analisarem a legislação esportiva infraconstitucional até o ano de 2014, identificaram que a maioria dos documentos não abordava diretamente a questão do direito ao esporte. Ao mesmo tempo, os autores sinalizaram que a legislação promoveu uma modernização conservadora da estrutura esportiva brasileira, atendendo aos interesses liberalizantes e ampliando as fontes de recurso para atendimento ao esporte de rendimento.

Nesta pesquisa também adotamos os instrumentos infraconstitucionais que versam sobre o esporte, porém utilizando o recorte temporal de 2010 a 2020. Para composição da amostra final foram utilizados os seguintes critérios de exclusão: a) documentos que não se referem diretamente ao setor esportivo, mas citam o esporte como um conteúdo subsidiário da legislação, como por exemplo a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); b) documentos que regulamentam ou abordam modalidades esportivas de forma específica, como por exemplo a Lei nº 13.873/2019, que reconheceu o rodeio, a vaquejada e o laço como manifestações da cultural nacional, atendendo ao setor agropecuário que pertence à base de apoio do atual governo; c) documentos que tratam do planejamento e organização do orçamento federal de forma genérica, como as leis anuais de estimativa de receita e fixação de despesa da União para o exercício financeiro, bem como abertura de crédito especial, extraordinário ou suplementar junto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

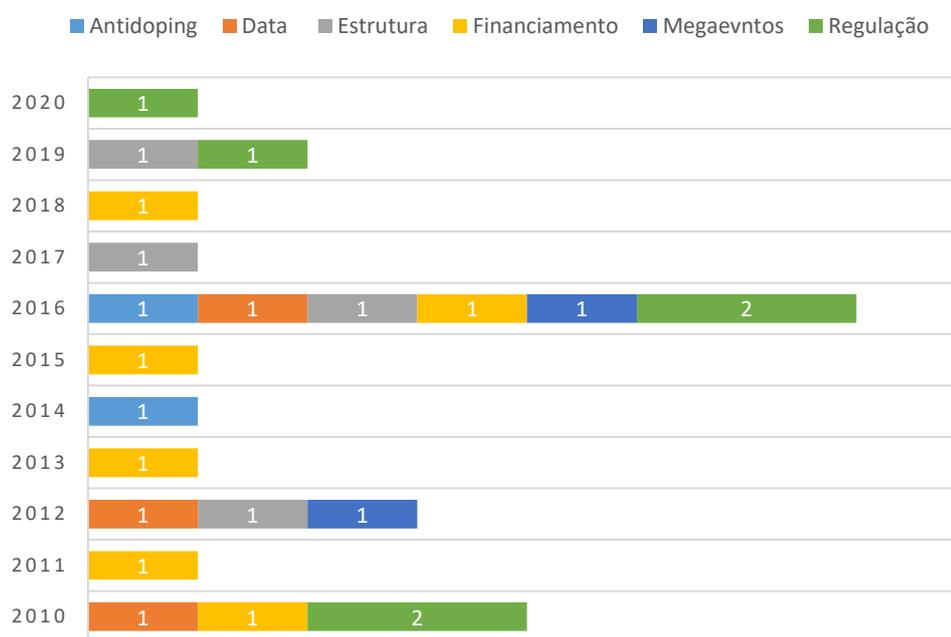
Após a aplicação dos critérios acima e a leitura flutuante como técnica de familiarização inicial com o *corpus* de análise, delimitamos um universo de 23 documentos, organizados/agrupados em seis categorias temáticas, definidas a partir do conteúdo desses instrumentos legais: (i) *Antidoping*, normas que abordam o controle de dopagem e



estabelecem regras *antidoping*; (ii) *Data Comemorativa*, normas que instituem dias ou anos comemorativos relacionados a temáticas esportivas; (iii) *Estrutura Organizativa*, normas que modificam a estrutura dos órgãos responsáveis pela gestão pública do esporte em âmbito federal; (iv) *Financiamento*, normas que promovem alterações ou criam novas fontes de recurso público para o setor esportivo; (v) *Megaeventos*, normas que dispõem sobre medidas relativas aos grandes eventos esportivos; (vi) *Regulação*, normas que definem regras ou procedimentos gerais.

O Gráfico 1 demonstra a distribuição por categoria em cada um dos anos analisados. Observamos, inicialmente, três aspectos que dialogam com as hipóteses destacadas na introdução deste texto. O primeiro diz respeito à distribuição longitudinal das categorias de análise, com destaque para o tema do financiamento presente em 6 dos 10 anos analisados, característica que desenvolveremos adiante.

Gráfico 1 – Legislação Esportiva por ano e categoria (2010-2020)



Fonte: Dados do Portal da Legislação do Governo Federal.

Nota: construção dos autores.

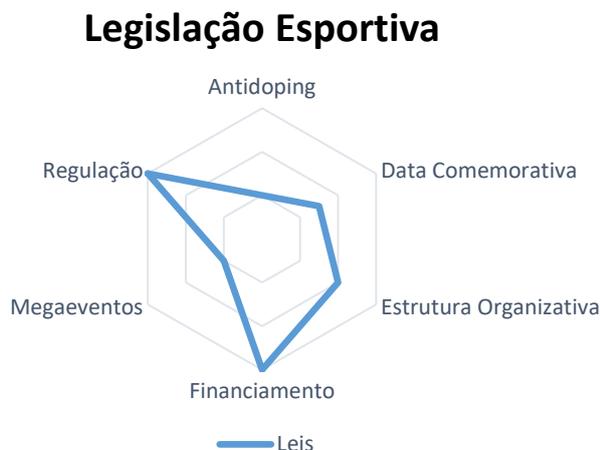
O segundo, de caráter mais particular, refere-se à proeminência de publicações no ano de realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. A priori, a distribuição equilibrada entre as categorias da legislação no ano de 2016 falseia o impacto dos Jogos Olímpicos na esfera



legislativa. Entretanto, ao aprofundarmos a leitura das normas, identificamos que a Lei nº 13.284/2016, embora caracterizada como financiamento, versa de forma específica sobre medidas tributárias referentes à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, assunto também abordado na Lei nº 13.322/2016, cuja maior parte do texto dedica-se ao controle de dopagem, outra exigência vinculada aos grandes eventos esportivos. Finalmente, as duas normas sobre regulação impõem regras relacionadas ao uso de símbolos nacionais (bandeira e hino nacional) em projetos e competições esportivas, resgatando o discurso nacionalista e a relação entre identidade nacional e esporte, fortemente estimulada em governos autocráticos, sobretudo em eventos de maior repercussão.

O terceiro aspecto nos remete aos últimos dois anos que marcam a gestão governamental atual. Neste período, existem apenas três leis que abordam o tema do esporte, sendo duas regulatórias e uma que versa sobre estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios, confirmando a extinção do Ministério do Esporte e sua transformação em Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania. As normas de regulação, Lei nº 13.912/ 2019 e 14.073/2020 tratam, respectivamente, do enrijecimento e ampliação de penalidade prevista no Estatuto de Defesa do Torcedor e o estabelecimento de ações emergenciais destinadas ao setor esportivo durante estado de calamidade pública.

Excluindo-se a distribuição temporal e observando apenas as categorias de análise, torna-se possível identificar o tema, no campo da legislação, que esteve marcadamente presente na atuação estatal: o financiamento (ver Gráfico 2). Essa constatação confirma o resultado encontrado por Athayde e colaboradores (2016).

**Gráfico 2** – Categorização da Legislação Esportiva (2010-2020)

Fonte: Dados do Portal da Legislação do Governo Federal.

Nota: construção dos autores.

No âmbito da legislação, a opção pela criação de fontes de recursos que financiam o esporte de alto rendimento indica o não cumprimento do preceito constitucional de priorização de investimento no esporte educacional e o abandono da regulamentação do direito ao esporte no Brasil (CANAN et al., 2017). Ao mesmo tempo, o modelo de gestão confirma o formato minimalista de Estado, que renuncia a sua função de regulação e acompanhamento, descentralizadas às entidades de direito privado, e mantém-se apenas na função de financiador (CASTELLANI FILHO, 2008).

Ao mesmo tempo, ressaltamos a preocupação com a prática regulatória, ainda que com regras de abrangência e impacto reduzidos ou específicos, como os exemplos tratados anteriormente. De forma geral, o Gráfico 2 ilustra a transformação do papel do Estado no âmbito das políticas esportivas, eximindo-se do papel de executor direto da política e adjudicando a função de regulação e financiamento.

ORIENTAÇÃO PROGRAMÁTICA

A orientação programática deste texto estrutura-se em dois sentidos. O primeiro, de caráter mais amplo, refere-se ao espectro político e ao eixo gravitacional que articula e direciona a agenda pública para o setor esportivo. O segundo, em uma dimensão mais restrita e instrumental, diz respeito às ações governamentais que capitaneiam e materializam essa



orientação mais geral. Tais dimensões se articulam em uma unidade dialética e, portanto, serão abordados de maneira associada.

Taffarel e Santos Junior (2019) identificam que entre 2003 e 2016 foram envidados esforços para a construção de políticas de Estado para o setor esportivo. Nesse sentido, os autores destacam a construção da Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005), as políticas setoriais, seus programas e ações, bem como iniciativas de “ampliar e diversificar o financiamento do esporte; aprimorar o marco legal; estruturar a gestão do esporte sob mecanismos democráticos de participação e controle social” (VERONEZ, 2013, n.p). No plano mais restrito e procedimental, os autores destacam nove ações: (i) Programa Segundo Tempo, incluindo a ação intersetorial Esporte da Escola; (ii) programa Atleta da Escola; (iii) Programa Esporte e Lazer da Cidade junto com o programa Vida Saudável; (iv) Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento; (v) Políticas Ciência e Tecnologia; (vi) Projeto Referências do Esporte de Alto Rendimento; (vii) Projeto Inteligência Esportiva; (viii) Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, incluindo as edições do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social; (ix) Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE.

Não obstante os destaques realizados pelos autores acima, estudos de Araujo (2011), Castelan (2011), Bernabé e Starepravo (2015) localizam uma reorientação política da agenda esportiva em período anterior, simbolizada de forma mais aparente na mudança dos objetivos e deliberações das Conferências Nacionais de Esporte (CNEs). Trata-se de um redirecionamento, caracterizada por um deslocamento do foco na construção de uma política nacional e uma organização sistêmica que orientasse a ação do Ministério do Esporte – presente nas duas edições de 2004 e 2006 – para a legitimação de uma planificação direcionada à promoção dos grandes eventos esportivos, consolidada na terceira e última edição de 2010. De acordo com Castellani Filho (2019), essa alteração de rota explicitou o comprometimento do Governo Federal com os anseios do setor conservador do campo esportivo.

O comportamento e movimento de instâncias colegiadas, que subsidiam a formulação de agenda e políticas públicas, ajuda-nos a problematizar a dimensão mais ampla da orientação programática. Tais espaços de consulta e deliberação são importantes para compreendermos as ações e omissões na construção e configuração da política e do Sistema Nacional de Esporte. Diante disso, além das CNEs, é importante analisar o Conselho Nacional de Esporte.



Em sua pesquisa de doutorado, Araujo (2016) demonstrou que o Conselho Nacional de Esporte:

[...] não cumpriu, no período investigado (2003-2014), nem a metade das suas atribuições definidas legalmente e no que concerne aos temas deliberados nas suas reuniões, obteve-se um resultado limitado, voltado prioritariamente para a dimensão de alto rendimento do esporte. Assim, concluiu-se que este Conselho teve um caráter legitimador das políticas de interesse do Poder Executivo, numa concepção da política esportiva associada ao mercado, que não apontou para a universalização do esporte como um direito social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, mas, sim, para o favorecimento do segmento do esporte de alto rendimento, capitaneado por suas entidades privadas (ARAUJO, 2016, p. 8-9).

O direcionamento político que, pelo menos desde 2010, priorizou a realização dos megaeventos esportivos, exauriu-se juntamente com esses, cujos legados são altamente questionáveis, conforme demonstram Reis (2018) e Silva e colaboradores (2021). Entretanto, seus reflexos sobre a dimensão mais restrita das ações governamentais foram visíveis. Esse esgotamento do ciclo de grandes eventos esportivos no Brasil se associou no tempo histórico ao Golpe (jurídico-midiático-parlamentar) de 2016, engendrando interrupção, descontinuidade e fragilização da agenda esportiva. Um exemplo do impacto mais direto nos programas e projetos pode ser identificado na campanha “Esporte para Todos”, criada pela gestão pós-golpe para divulgar as ações sociais do Ministério do Esporte, que não obteve efeitos práticos e se caracterizou como uma estratégia de propaganda e não como uma ação programática.

Vale lembrar que a concepção e a estratégia do Esporte para Todos (EPT) não é uma invenção brasileira e nem de período recente, uma vez que tem sua origem na Noruega, em 1967, quando do lançamento da campanha TRIM, que buscava estimular as pessoas a sair do sedentarismo. O EPT foi implementado no Brasil em 1977, durante vigência da ditadura civil-militar, para efetivar o esporte de massa a partir de um convênio firmado entre o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Esse cenário desértico se tornou ainda mais árido com o pleito eleitoral de 2018 e a chegada ao poder de um governo anti-institucional e antipolítica, “disposto a destruir políticas e políticos” (AVRITZER, 2020, p. 10). A lógica de desmonte e o discurso da redução do Estado se expressaram em uma reforma administrativa no início da gestão, que teve como uma das consequências a extinção do Ministério do Esporte. Segundo Castellani Filho (2019), essa



decisão excluiu a possibilidade, já fragilizada, de a política esportiva assumir o *status* de uma política de Estado.

O quadro abaixo resume os programas e serviços sob gestão das secretarias finalísticas da Secretaria Especial do Esporte. As ações da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento (SNEAR), além dos programas Segundo Tempo (PST), Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Seleções do Futuro são remanescentes de gestões anteriores. Na consulta ao site da Secretaria Especial do Esporte, identificamos como característica recorrente a ausência de dados e informações, com exceção das ações da SNEAR e do Programa Academia e Futebol. Em casos como o PST, PELC, o Projeto Integra e programas da Secretaria Nacional de Paradesporto (criada em 2020) há carência de informações. Existe, ainda, repaginações de programas anteriores, com o intuito de imprimir uma nova identidade, como é o caso do Brincando com Esporte, legatário do Programa Recreio nas Férias.

Quadro 1 – Programas e serviços da Secretaria Especial do Esporte

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor	Secretaria Nacional de Paradesporto
Programa Bolsa Atleta	Programa Segundo Tempo	Programa Seleções do Futuro	Programa Educação Paradesportiva
Projeto Inteligência Esportiva	Programa Esporte e Lazer da Cidade	Projeto Integra	Programa Pró-Brasil
	Brincando com Esporte	Programa Academia e Futebol	

Fonte: Dados da Secretaria Especial do Esporte (2020).

Nota: construção dos autores.

A antipolítica brasileira, engendrada por uma mescla de punitivismo jurídico e uma concepção moralista da política, retirou do cenário a noção de que o Estado e as políticas públicas são relevantes (AVRITZER, 2020). Neste momento nos deparamos, portanto, com a “não-política esportiva” e o caso da possibilidade do reconhecimento do esporte como direito e de uma política de Estado para o setor. Hoje, identificamos a inação ou não-ação consentida, que produz consequências severas como a desresponsabilização estatal pelo fomento do acesso ao esporte e a transferência dessa responsabilidade a entidades da esfera privada, tanto no sistema esportivo federado quanto no âmbito das organizações sociais.

Finalmente, vale lembrar que no âmbito parlamentar há ações vinculadas à orientação política para o setor esportivo. Desde 2018, tramita na Câmara dos Deputados o



Plano Nacional do Desporto (PND), aprovado pelo CNEsp. No Senado Federal, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 68, de 2017, que institui a Lei Geral do Esporte, dispondo sobre o Sistema Nacional do Esporte, a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva e o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte.

FINANCIAMENTO ESPORTIVO

Salvador e Teixeira (2014, p. 16) conceituam que o “fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia”, cujo orçamento público é sua parte mais visível. Atualmente, configura-se como uma chave interpretativa fundamental para compreender as correlações de força e as prioridades de uma política. De acordo com os autores, “O fundo público vem sendo o padrão dominante no financiamento do capital” (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 16). Oliveira (1998) e Behring (2004) asseveram o papel estrutural e central que o fundo público tem no capitalismo.

Boschetti (2009), ao propor o exame das políticas sociais, recomenda o estudo de três indicadores na dimensão do financiamento: fonte, direção e magnitude. Como o escopo deste texto não contempla o estudo aprofundado e específico sobre o financiamento, buscamos adotá-lo como categoria de análise para elucidar a orientação mais geral da política esportiva, observando apenas o exame longitudinal das fontes e dos montantes dos recursos públicos destinados ao setor e seu respectivo órgão gestor federal.

Para análise dos gastos referentes ao Ministério do Esporte (ME), utilizamos como fonte de pesquisa o Siga Brasil, do Senado Federal e a série histórica de 2010 a 2017, uma vez que os dados de 2018 a 2020 não estão disponíveis nessa base de dados (ao tentar acessar as informações, por diversas vezes, ocorreu erro no carregamento dos relatórios da execução da LOA 2018). Os valores foram deflacionados pelo IGP-DI da FGV a valores de dezembro de 2020. Com relação às categorias de execução orçamentária, Carneiro (2018, p. 233-236) explica que:

Autorizado é a Dotação Inicial acrescida e/ou deduzida dos créditos adicionais e/ou bloqueios. [...] O Liquidado é a segunda etapa da despesa orçamentária, que se dá quando a unidade executora recebe o objeto do Empenho, confirmando que o bem foi entregue ou o serviço foi executado. [...]. O Restos a Pagar (RP) correspondem a despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

O Gráfico 3 demonstra que a destinação de recursos para o ME, após atingir o ápice no ano de 2013, sofreu queda acentuada atingindo seu menor valor (R\$ 2225 milhões) no ano de 2017. Tal comportamento, em certa medida, confirma o desprestígio do esporte na

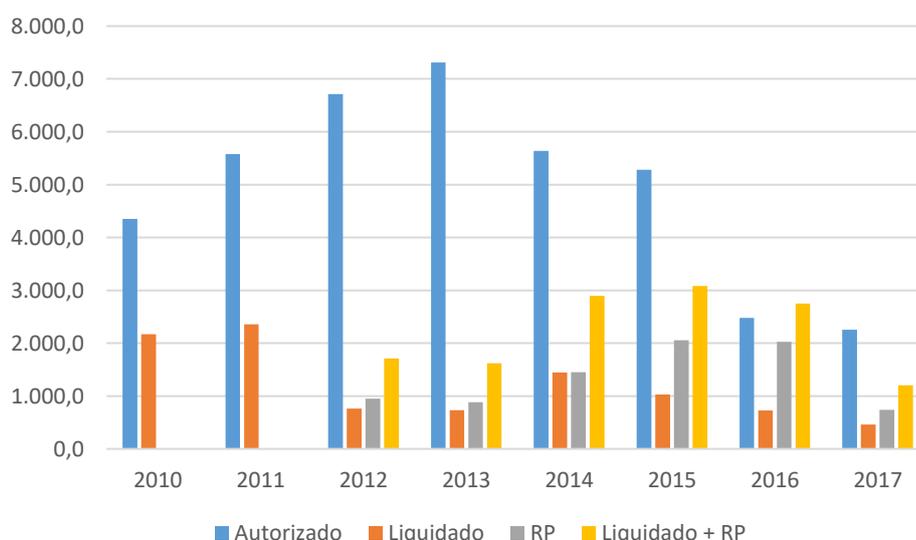


agenda governamental, sobretudo com o esgotamento da pauta dos megaeventos esportivos. Ao mesmo tempo, pode significar o deslocamento dos gastos públicos com o esporte para os entes federativos. Santos e colaboradores (2019) atribuem aos municípios papel central no investimento das políticas públicas de esporte e lazer.

Já no aspecto da utilização dos recursos, que envolvem os valores liquidados e os restos a pagar, identificamos comportamento oscilante. Inicia-se com pequeno crescimento nos dois primeiros anos, seguido por uma queda nos anos de 2012 e 2013, nova ascensão até o ano de 2015, encerrando com decréscimo de dois anos e alcançando os menores valores em 2017 (R\$ 461,9 milhões – liquidado e R\$ 740,1 milhões – restos a pagar), bem inferiores àqueles liquidados no início da série histórica.

Ao longo do período analisado também são perceptíveis os limites na aplicação dos recursos, com uma média de execução orçamentária de 52%. Ademais, destacamos situações atípicas como no ano de 2013 que, embora tenha registrado o maior valor autorizado (R\$ 7311 milhões), obteve uma execução orçamentária (diferença entre valores autorizados e efetivamente liquidados) de apenas 22% deste montante, ao passo que o ano de 2016, devido a créditos adicionais, alcançou uma execução de 110%.

Gráfico 3 – Gastos do Ministério do Esporte (2010-2017), valores em milhões R\$



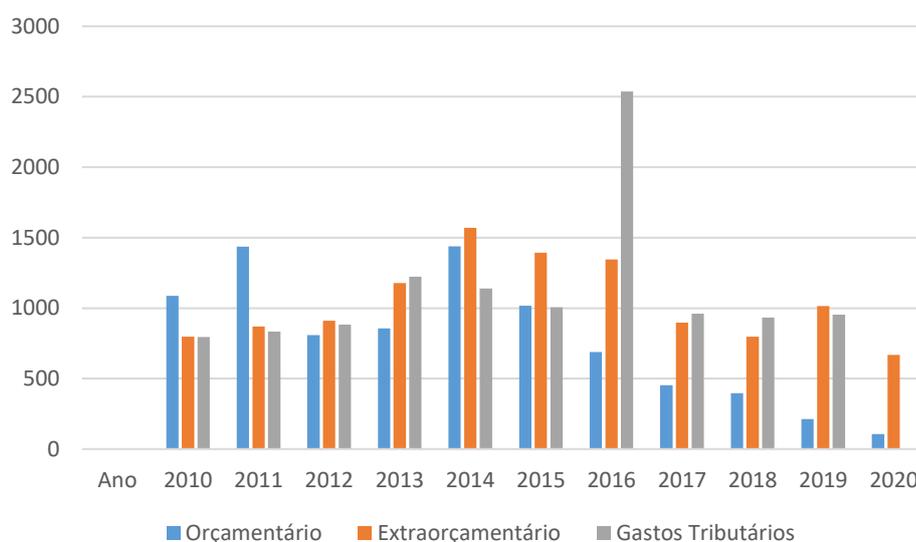
Fonte: Dados do Siga Brasil – Senado Federal.

Nota: construção dos autores.



Depois de examinar os recursos administrados pelo Ministério do Esporte, dedicamo-nos à função “Desporto Lazer”, conforme disposto na classificação funcional-programática, e sua distribuição entre as fontes de financiamento (orçamentária, extraorçamentária e gastos indiretos). O Gráfico 4 abrange a década objeto de análise deste texto e, novamente, observamos como característica mais geral o desempenho errático, com tendência de queda a partir de 2014. Tais características reforçam a configuração de uma “década perdida” para o esporte e, ao mesmo tempo, a mudança no perfil das fontes sinaliza a perda da centralidade do ME (atual Secretaria Especial do Esporte) como financiador direto e, portanto, de seu papel na organização e promoção da política esportiva nacional.

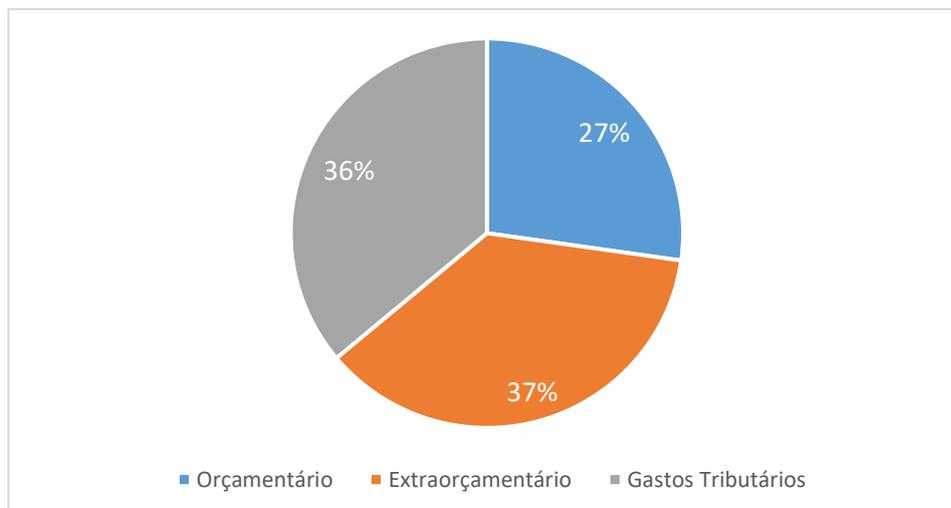
Gráfico 4 – Valores liquidados da Função Desporto e Lazer (2010-2020), valores em milhões R\$



Fonte: Dados da Transparência no Esporte.

Nota: construção dos autores.

A fonte orçamentária, depois de oscilação inicial, alcança a recuperação dos valores de 2011 em 2014, porém sofre queda acentuada e finaliza essa série histórica correspondendo a 27% do total dos valores liquidados (Gráfico 5). A título de comparação, é importante destacar que entre 2004 e 2015 essa era a principal fonte, respondendo por 55,5% dos recursos públicos para o esporte (CARNEIRO, 2018).

**Gráfico 5** – Percentuais dos valores liquidados por fonte de financiamento (2010-2020)

Fonte: Dados da Transparência no Esporte.

Nota: construção dos autores.

No caso da fonte extraorçamentária, o crescimento é constante até 2014, seguido por queda até 2018, com pequena recuperação em 2019 e nova queda no último ano, com seu menor valor (R\$ 667,6 milhões), o que certamente reflete os impactos da pandemia. Cabe destacar que esta fonte é composta por repasses sobre concursos prognósticos e loterias para entidades esportivas, patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e a contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria (CARNEIRO, 2018).

A despeito das oscilações e da queda acentuada depois de 2016, esta foi a principal fonte de financiamento (37%) no período, conforme disposto no Gráfico 5. Anteriormente, destacamos que uma das principais características da legislação esportiva pós-Constituição foi a criação de fontes de financiamento para o setor, o que se manifesta nesta distribuição. Ademais, é importante ressaltar que, conforme Amaral (2005 apud CARNEIRO, 2018, p. 207), "os concursos prognósticos e loterias têm um caráter regressivo, vez que é a população de menor poder aquisitivo que mais acessa este serviço".

Finalizando, destacamos a fonte dos gastos tributários, que correspondem a desonerações tributárias e isenções fiscais. A exceção de 2016, quando essa fonte correspondeu a 56% dos valores daquele ano, os gastos tributários demonstraram comportamento mais constante. Na dimensão longitudinal, essa fonte respondeu por 36% (Gráfico 5) dos gastos, reforçando a "desresponsabilização estatal", expressa pela opção de



financiamento indireto, que tende a ser capturado pelos interesses comerciais vinculados ao setor esportivo, afastando-se da garantia do direito ao esporte, conforme demonstrado por Matias e colaboradores (2015) ao analisar a Lei de Incentivo ao Esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, inicialmente, argumentos de que a entrada (ratificada pela terceira edição da CNE) e o esgotamento do ciclo de grandes eventos esportivos no Brasil (expresso sobretudo no recuo do financiamento), diferentemente da retórica anunciada, pavimentaram o caminho de uma “década perdida” para o esporte no país. Uma trajetória marcada por um golpe e, tragicamente, agudizada e encerrada por uma conjuntura pandêmica que assola o mundo e por um (des)Governo Federal que extermina vidas e sonhos. Para colocar à prova essa hipótese analisamos a legislação esportiva, a orientação programática e o financiamento das fontes entre os anos de 2010 e 2020.

Na esfera da legislação esportiva, confirmamos a preocupação com a criação e ampliação de fontes de financiamento do esporte, sem o necessário acompanhamento por uma distribuição equânime entre as dimensões esportivas. Ao mesmo tempo, a concepção do esporte como direito e os elementos necessários à sua consubstanciação foram preteridos.

Na orientação programática, resgatamos a mudança de rumos das Conferências Nacionais de Esporte e o esvaziamento do Conselho Nacional do Esporte como espaços de deliberação coletiva e direção política da agenda governamental para o esporte e lazer, o que se reflete, por exemplo, no obscurecimento da pauta sobre o Sistema Nacional de Esporte. Na dimensão restrita e procedimental, isso se manifesta na depreciação dos programas e ações de gestões anteriores a partir de 2016, culminando agora com a inação ou uma gestão destrutiva, que atesta perda do esporte como objeto de atenção do Estado no âmbito da União, sobretudo na perspectiva da garantia de direitos.

Uma desresponsabilização estatal que também se expressa no campo do financiamento, com a queda nos gastos públicos com o esporte a partir de 2014 e 2016, bem como na alteração do perfil de composição das fontes de financiamento.

As conclusões ora apresentadas parecem confirmar nossa hipótese inicial, porém mais do que uma conclusão definitiva, desejamos provocar o debate junto à comunidade científica, recuperando a trajetória iniciada em 2003 e bruscamente interrompida,



problematizando o lugar e a situação atual da política de esporte e lazer no Brasil para, finalmente, “não mais” retornarmos à barbárie do tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Silvana Martins de. **Conselhos estaduais de esporte e lazer no nordeste brasileiro: participação popular e controle social em questão**. São Luís, MA: EDUFMA, 2011.

ARAUJO, Silvana Martins de. **Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte**. 2016. 316f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

AVANTE. Universidade de Brasília. **Transparência no esporte**, 2021. Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br>. Acesso em: 08 abr. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone e colaboradores. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. **Motrivivência**, v. 28, n. 49, p. 38-53, dez., 2016.

BEHRING, Elaine. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivanete e colaboradores (Orgs.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília, DF: UnB, 2004.

BERNABÉ, Andressa Peloi; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Reflexões a respeito da proposta de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL) no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 19, CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 6, 2015. **Anais...** Vitória, ES: CBCE, 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ ABEPSS (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Brasil: 2003 a 2010**. Brasília: DF, 2010.

_____. **Portal da Legislação**, 2021. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

CANAN, Felipe; MILANI, Fernanda Gimenez; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Considerações sobre o “fomento” ao esporte no Brasil. **Revista ALESDE**, v. 8, n. 1, p. 74-88, jul., 2017.



CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil**: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma. 2018. 385f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

CARNEIRO, Fernando Henrique; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um Ministério do Esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-22, out./dez., 2019.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. O estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

_____. A política esportiva brasileira: de 'política de estado' ao 'estado da política'. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-18, out./ dez., 2019.

FRIZZO, Giovanni. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 1-15, out./ dez., 2019.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte, 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATIAS, Wagner Barbosa e colaboradores. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 91-104, jan./ mar., 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário e colaboradores (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010.



PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva; SALDANHA FILHO, Matheus Francisco. Políticas públicas de esporte e lazer: muito para ensinar e mais ainda para aprender sobre democracia. In: ARAUJO, Silvana Martins de e colaboradores (Orgs.). **Políticas públicas e movimentos sociais**. Natal, RN: EDUFRRN, 2020.

REIS, Rômulo Meira. Copa do Mundo FIFA 2014 Brasil: gestão e legados da candidatura ao pós-evento. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 8, n. 1, p. 89-90, jan./ abr., 2018.

SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista políticas públicas**, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./ jun., 2014.

SANTOS, Edmilson Santos dos e colaboradores. O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. **Licere**, v. 22, n. 1, p. 49-68, mar., 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SENADO FEDERAL. **SIGA Brasil**: portal do orçamento, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Dirceu Santos e colaboradores. Copa do Mundo da FIFA e Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil: legados no município de Campinas-SP. **Retos**, n. 40, p. 87-94, 2021.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JUNIOR, Claudio de Lira. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do Ministério do Esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 1-33, out./ dez., 2019.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo; GANZER, Vinicius Rosa; BLANK, Priscila. O método de gestão do Ministério do Esporte. **Lecturas**, v. 18, n. 179, abr., 2013.

Dados do primeiro autor:

E-mail: pedroavalone@gmail.com

Endereço: SQN 205, Bloco L, Apto. 402, Asa Norte, Brasília, DF, CEP: 70843-120, Brasil.

Recebido em: 13/09/2021

Aprovado em: 17/11/2021

Como citar este artigo:

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; ARAUJO, Silvana Martins de; PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao "não mais"! **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 110-130, set./ dez., 2021.

**Agradecimentos:**

Nossos agradecimentos a todos/as pesquisadores/as que compuseram o Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) durante as gestões de 2015-2017, 2017-2019 e 2019-2021.

LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO PELC EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

LEISURE AND SOCIAL PARTICIPATION: THE EXPERIENCE OF THE PELC MANAGEMENT BOARD IN SÃO BERNARDO DO CAMPO

OCIO Y PARTICIPACIÓN SOCIAL: LA EXPERIENCIA DE LA JUNTA DIRECTIVA DEL PELC EN SÃO BERNARDO DO CAMPO

Evandro Brandão Secco

<https://orcid.org/0000-0002-4819-0304> 

<http://lattes.cnpq.br/8472186412982543> 

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (São Bernardo do Campo, SP – Brasil)

esecco@hotmail.com

Edmur Antonio Stoppa

<https://orcid.org/0000-0002-7131-6454> 

<http://lattes.cnpq.br/1303396760085915> 

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)

stoppa@usp.br

Resumo

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é um Programa de promoção do lazer e do esporte recreativo que, em suas diretrizes, estimula a participação social a partir do desenvolvimento de Conselhos Gestores locais. O presente artigo é resultado de um estudo de caso em um núcleo do PELC no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. Pretende-se apresentar os principais aspectos observados em campo sobre o funcionamento dessa instância de participação, apresentando dados obtidos junto aos profissionais e beneficiários do programa, especificamente, no que tange a participação e reconhecimento da importância do Conselho Gestor para o bom desenvolvimento da política pública. Verificou-se ainda que os atores envolvidos consideram como relevante essa instância de participação, indicando avanços na gestão participativa a partir do envolvimento e protagonismo da comunidade nas decisões e execução do Programa.

Palavras-chave: Lazer; Participação Social; Política Pública; PELC.

Abstract

The City Sports and Leisure Program (PELC) is a program to promote leisure and recreational sport which, in its guidelines, encourages social participation through the development of local Management Councils. This article is the result of a case study in a PELC nucleus in the city of São Bernardo do Campo, metropolitan region of São Paulo. It is intended to present the main aspects observed in the field about the functioning of this instance of participation, presenting data obtained from the professionals and beneficiaries of the program, specifically, with regard to participation and recognition of the importance of the Management Board for the good development of public policy. It was also found that the actors involved consider this instance of participation as relevant, indicating advances in participatory management based on the involvement and protagonism of the community in the decisions and execution of the Program.

Keywords: Leisure; Social Participation; Public Policy; PELC.

Resumen

El Programa Ciudad de Deporte y Ocio (PELC) es un programa de fomento del ocio y el deporte recreativo que, en sus directrices, fomenta la participación social a través del desarrollo de Consejos de Gestión locales. Este artículo es el resultado de un estudio de caso en un núcleo PELC en la ciudad de São Bernardo do Campo, región metropolitana de São Paulo. Se pretende presentar los principales aspectos observados en campo sobre el funcionamiento de esta instancia de participación, presentando los datos obtenidos de los profesionales y



beneficiarios del programa, específicamente, en lo que respecta a la participación y reconocimiento de la importancia del Consejo de Administración para la buen desarrollo de la política pública. También se encontró que los actores involucrados consideran relevante esta instancia de participación, indicando avances en la gestión participativa basada en el involucramiento y protagonismo de la comunidad en las decisiones y ejecución del Programa.

Palabras clave: Ocio; Participación Social; Política Pública; PELC.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar os resultados obtidos em pesquisa de mestrado (SECCO, 2019) sobre o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, em especial, versa acerca dos aspectos relacionados à sua gestão, controle social e democrático.

A pesquisa de campo contou com uma análise da política pública, verificando seu desenvolvimento por meio de uma observação participante e de entrevistas com os gestores, agentes sociais e beneficiários do Programa. Um dos aspectos relevantes do estudo foi à identificação de um Conselho Gestor local, contando com a participação efetiva de representantes da comunidade, discutindo e propondo alternativas para o desenvolvimento do PELC.

O Conselho Gestor é um dos elementos que assegura a participação social no PELC, e está diretamente ligado com as diretrizes e os objetivos do Programa. Trata-se de uma instância que reúne membros dos diferentes segmentos da sociedade, discutindo e decidindo sobre as questões locais, relacionadas ou não ao Programa, mas pertinentes ao desenvolvimento da política pública e a efetivação do direito constitucional ao lazer.

A relevância do presente artigo se encontra na descrição do funcionamento dessa instância do Programa, visto que, apesar da temática da participação permear os estudos no campo do esporte e lazer a muitos anos, pouco são os registros na literatura e na produção acadêmica, especialmente no que tange a relatos de experiências.

Importante ressaltar que este texto representa um recorte de um estudo mais amplo, que buscou descrever o desenvolvimento de um núcleo do PELC. Neste sentido, da totalidade de dados obtidos em campo, extraíram-se para o presente artigo, as informações relacionadas ao funcionamento do Conselho Gestor, com o objetivo de abordar a temática da participação social no âmbito do esporte e do lazer, buscando contribuir com o desenvolvimento do referido campo de conhecimento, oferecendo subsídios para a reflexão



e produção de conhecimento na área, reconhecendo as limitações inerentes a um estudo de caso.

METODOLOGIA

Os dados apresentados nesse artigo foram obtidos em um estudo de caso realizado em um dos dez núcleos do PELC no município de São Bernardo do Campo. O núcleo em questão foi o situado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, um equipamento esportivo público que contém um campo de futebol e um salão multiuso para atividades esportivas. As atividades do PELC foram oferecidas gratuitamente à população, mediante inscrição prévia junto aos agentes sociais contratados pelo Programa.

A justificativa para a escolha do local se deu pelo fato do equipamento esportivo ter sido totalmente revitalizado e entregue a população no ano de 2011, iniciando suas atividades como núcleo do PELC. Desde então, durante todo esse período, foram pactuados três convênios com o então Ministério do Esporte, para realização do Programa no espaço. Além disso, um dos pesquisadores participou do processo de desenvolvimento do primeiro convênio como coordenador de núcleo (biênio 2011-2012) e, posteriormente, como professor de Educação Física e coordenador geral do equipamento esportivo no período compreendido entre os anos de 2013-2015.

A opção pelo estudo de caso (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) se deu pelo interesse em aprofundar e reunir a maior quantidade de informações sobre o objeto de estudo, no caso, o núcleo do PELC. Compreende ainda a investigação principal, uma pesquisa descritiva (GIL, 2008), composta por um estudo bibliográfico, documental e empírico (SEVERINO, 2007), com a realização de uma observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), entrevistas centradas e/ou focalizadas (THIOLLENT, 1987) realizadas junto aos profissionais envolvidos, e entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) realizadas junto aos beneficiários do Programa.

A definição de amostra se deu de forma não probabilística e intencional para o local a ser estudado, documentos analisados, profissionais e gestores entrevistados, respeitando os critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Em relação à entrevista semiestruturada com os beneficiários do



Programa a definição de amostra se deu por saturação (MAGNANI, 2003), ou seja, a coleta de informações foi encerrada quando se observou a ausência de novos elementos nas respostas.

A pesquisa bibliográfica foi estabelecida mediante o levantamento de estudos relacionados à promoção do lazer, políticas públicas e participação social. As referências foram levantadas no Sistema de Bibliotecas da USP e da UNICAMP, bem como sites específicos de busca no sistema de computadores da rede mundial, cita-se o Google Scholar, a Plataforma SciELO e o Banco de Teses da CAPES.

A pesquisa documental (SEVERINO, 2007) foi realizada a partir do levantamento de textos e produções governamentais, no âmbito do Ministério do Esporte, relacionados ao PELC e legislação correlata. A combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, possibilitou uma melhor compreensão do fenômeno social em foco. Neste sentido, o estudo recorreu às contribuições de Triviños (1987) para organizar o conhecimento considerando a técnica da triangulação de dados, compreendendo o objeto de estudo em suas diferentes dimensões e vinculado à realidade social em que está inserido.

A interpretação dos dados coletados se estabeleceu com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), organizando o conhecimento em três etapas fundamentais: a análise primária dos dados, sua escolha, organização e classificação; a exploração do material coletado e a análise propriamente dita; e por fim, ao tratamento dos resultados obtidos, permitindo a inferência e a interpretação dos mesmos à luz do conhecimento científico já estabelecido.

Importante ressaltar que todo o processo de pesquisa de campo foi registrado em caderno de campo, respeitando uma ordem cronológica de observação e coleta, sendo esses dados, organizados e sistematizados, para posterior análise e elaboração do texto final. Destaca-se por fim que, todos os procedimentos éticos vigentes relacionados ao desenvolvimento de pesquisas com seres humanos foram respeitados, sendo os instrumentos e procedimentos de pesquisa, aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, com parecer cadastrado na Plataforma Brasil sob número 1.964.998.



ESPORTE, LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), impôs aos governantes nas três esferas, inúmeras responsabilidades e obrigações junto à população. Mesmo com baixa representatividade popular (MEYER; STERAPRAVO, 2019), a assembleia constituinte reuniu diferentes setores da sociedade para estabelecer os diferentes papéis do esporte e do lazer na Carta Magna.

No *caput* do art. 6º, do capítulo que trata dos direitos sociais, encontra-se a menção do lazer, dentro de uma perspectiva mais ampla. Já no art. 217 do mesmo diploma, temos uma seção destinada ao desporto, ressaltando que é dever do Estado fomentar as práticas desportivas, formais e não formais, como forma de promoção social. Por fim, no art. 227, o constituinte assegura à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito ao lazer como uma responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade (BRASIL, 1988).

Mesmo considerando a relevância social do esporte e do lazer, como é possível verificar sua previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), somente na CF 1988 temos seu reconhecimento como direito social. Cumpre ressaltar ainda que, conforme destaca Menicucci (2006), essa previsão constitucional, por si só, não é suficiente para sua efetivação junto à sociedade, visto que, para isso, é fundamental a adoção de políticas públicas pelos entes governamentais.

Pintos e colaboradores (2016), também ressaltam a importância da implementação de políticas públicas para a efetivação desse direito constitucional, apresentando a importância da mobilização social na construção dessa política. Marcellino (2006; 2008), também aponta a importância de o poder público estabelecer laços com a sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, para não correr o risco de uma ação se tornar desconectada da realidade. O autor alerta ainda para a necessidade de se implementar políticas intersetoriais, ou seja, capazes de dialogar com os diferentes setores da sociedade.

Ainda que o diálogo e a ampliação da participação seja um elemento norteador da política, não se deve ignorar as recomendações de Capi (2016), ao defender que, a responsabilidade primeira de implementar processos educativos de participação e universalização dos direitos sociais, tal qual o direito ao lazer, será sempre do Estado, que deve assumir o papel de liderança em oposição a lógica do sistema que tende a subtrair os direitos daqueles economicamente mais vulneráveis.



Sobre a participação social nas políticas públicas pós Constituição Federal de 1988, Avritzer (2013), destaca que se trata de um processo histórico, que se fortaleceu ao longo dos anos 1990, especialmente a partir de iniciativas como o Orçamento Participativo em alguns governos locais, mas que rapidamente, permitiram ao beneficiário final da política, se reconhecer como parte do processo de organização das ações do Estado.

Quando se aborda a temática das políticas públicas, é importante estabelecer as diferenças entre os conceitos de política pública (em inglês *policy*) e de política (em inglês *politics*). Ruas (2014) apresenta o entendimento de que a política (*politics*) é considerada a atividade dos representantes políticos eleitos pelo povo, nos espaços específicos, tais como câmaras, assembleias, dentre outros. Já em relação às políticas públicas (*policy*), a autora define como o resultado dessa atividade política junto à população, ou seja, corresponde à:

[...] formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política (*politics*). (RUAS, 2014, p.17).

Ao discutir sobre a essência de uma política pública, Secchi (2014), destaca que o valor que determina se uma política é ou não pública, não necessariamente deve ser a pessoa jurídica que toma a decisão final, mas sim, o objeto final do problema a ser resolvido. Para o autor, sendo este objeto de interesse público, há que se falar em política pública.

Frente a tais considerações, compreendendo o lazer e o esporte como direitos constitucionalmente reconhecidos, considerando a necessidade de implementação de políticas públicas para sua efetivação, e considerando a participação social como um elemento capaz de agregar valor ao desenvolvimento dessas políticas pressupõe-se relevante promover estudo sobre o desenvolvimento de programas como o PELC, visto que o mesmo defende em suas diretrizes, a participação e o controle social como estratégias de trabalho.

CONSELHO GESTOR DO PELC: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO

O PELC é uma política pública criada no ano de 2003, pelo então Ministério do Esporte, com o objetivo de democratizar o acesso e a permanência ao lazer e ao esporte recreativo. Ao longo dos últimos anos, o Programa se consolidou como uma importante política pública preocupada com o desenvolvimento da intersetorialidade e do controle social, especialmente por prever a conscientização de entidades parceiras sobre a



necessidade de transformar as políticas públicas de esporte e lazer em políticas de Estado (BRASIL, 2019).

São objetivos do PELC: o compromisso de estimular a gestão participativa entre os atores locais, direta e indiretamente envolvidos; o estímulo a implantação de uma metodologia de trabalho participativa e democrática, buscando o desenvolvimento de ações intersetoriais de lazer e esporte recreativo; promover a formação inicial e continuada dos agentes e gestores municipais; valorizar a cultura local; ressignificar e qualificar os espaços e equipamentos de lazer; e, democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas (BRASIL, 2019).

Para atingir esses objetivos, o governo federal realiza em parceria com estados e municípios, núcleos de esporte e lazer, disponibilizando recursos para a contratação de uma equipe de profissionais, assim como, para a aquisição de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das atividades de esporte e lazer (BRASIL, 2019).

Além da oferta de uma grade de atividades que estimula a ampliação da cultura corporal de movimento, um dos aspectos importantes do Programa, diz respeito ao compromisso de se implementar, concomitantemente com o desenvolvimento das atividades práticas, uma instância de participação aberta à comunidade, que recebe o nome de Conselho Gestor do Programa (BRASIL, 2019).

O Conselho Gestor do PELC possui caráter consultivo, deliberativo e executivo, e deve ser composto por representantes dos diferentes segmentos envolvidos com o desenvolvimento das ações nos núcleos, compreendendo representantes de cada um dos núcleos de atividades, representantes de entidades parceiras e da entidade de controle social, dos agentes sociais de esporte e lazer contratados, dos coordenadores e representantes da entidade que executa o Programa (BRASIL, 2019).

Essa obrigatoriedade de implementação de um Conselho Gestor, desencadeou, no município de São Bernardo do Campo, a implementação de conselhos gestores descentralizados, um em cada um dos dez núcleos de esporte e lazer da cidade. Cabe ressaltar que, essa particularidade, não está prevista nas diretrizes, no entanto, pelo fato de o município ter pactuado, entre os anos de 2008 e 2020, quatro convênios do PELC com o Ministério do Esporte, diferentes aspectos das diretrizes foram incorporados no funcionamento geral dos equipamentos esportivos da cidade.



No biênio 2009/2010, o município realizou o convênio PELC/PRONASCI, que foi desenvolvido em cinco núcleos de extrema vulnerabilidade social. Nos anos de 2011 e 2012, o convênio PELC “Todas as Idades” aconteceu em doze equipamentos esportivos da cidade. Já nos anos de 2014 e 2015, foi realizado o convênio PELC “Vida Saudável”, voltado para o público adulto e idoso, em cinco centros esportivos. Por fim, o convênio recentemente finalizado foi o PELC “Urbano”, objeto deste estudo, com vigência entre novembro de 2016 e novembro de 2018, e foi executado em quatorze equipamentos esportivos, dentre eles, o Centro Esportivo do Jardim Lavínia.

Esse histórico de convênios já foi objeto de estudo e reflexão. Ao avaliar o desenvolvimento do PELC “Vida Saudável” em São Bernardo do Campo, Capi e Assis (2017), identificaram o envolvimento da comunidade na gestão e no planejamento das ações de implementação e execução do convênio. Os autores destacam o papel dos Conselhos Gestores locais na sensibilização dos gestores públicos sobre a importância do desenvolvimento das atividades físicas e de lazer, inclusive reivindicando a continuidade das ações após o final do convênio.

Secco e Stoppa (2017), em estudo sobre a importância da formação profissional em esporte e lazer, apresentam o papel do Conselho Gestor no processo de formação em serviço realizado com os agentes sociais do PELC, no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. Os autores discutem ainda, o papel da comunidade no direcionamento dos trabalhos realizados pelo Programa, especialmente nas questões relacionadas a organização do espaço, eventos, oficinas, realização de palestras e exposições.

Mais que um participante no processo de formação continuada, o Conselho Gestor do equipamento se consolidou como um espaço de exercício da cidadania, seja no engajamento em ações sociais, verificado como relevante e necessário pelos próprios usuários, seja na consolidação de uma gestão participativa do equipamento, respeitando as diretrizes do Programa, valorizando as necessidades locais e estimulando a participação social (SECCO; STOPPA, 2017).

Tais elementos contribuem para que se vislumbrem caminhos para a participação e o controle social a partir da realização de uma política pública de esporte e lazer. No próximo tópico, será discutido como o envolvimento da comunidade é capaz de estimular o protagonismo social e o engajamento comunitário, desde as decisões mais simples do dia a



dia, até situações complexas, tais como a organização e realização de grandes eventos e ações sociais, a partir de uma experiência concreta em um núcleo do PELC.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO JARDIM LAVÍNIA

O Centro Esportivo do Jardim Lavínia, foi reformado e entregue totalmente revitalizado em agosto de 2011, já com uma equipe do PELC “Todas as Idades”, e com o compromisso de implementar as diretrizes do Programa, dentre elas, um Conselho Gestor do espaço. Desde então, o equipamento recebeu outras duas edições do PELC, o “Vida Saudável”, nos anos de 2014 e 2015, e o PELC “Urbano”, entre novembro de 2016 e novembro de 2018. Nos intervalos, coube ao município manter a oferta de atividades no Centro Esportivo e estimular o funcionamento do Conselho Gestor.

O estudo de caso que forneceu subsídios para este artigo é resultado da observação em campo, realizada no período entre novembro de 2017 e abril de 2018, onde se acompanhou, além das oficinas de práticas esportivas, eventos e ações sociais, a atuação do Conselho Gestor do núcleo esportivo.

O artigo pretende apresentar os principais aspectos observados nas reuniões desse Conselho, em encontros que aconteceram com periodicidade mensal, ocorrendo regularmente na primeira segunda feira de cada mês, no período da tarde, às 14 horas. Eventualmente, verificou-se a ocorrência de reuniões extraordinárias, ações sociais e realização de eventos, nos quais a responsabilidade de organização coube aos integrantes do Conselho Gestor local.

O espaço definido para as reuniões foi o salão multiuso do Centro Esportivo, mesmo local onde aconteciam as oficinas e atividades gerais do PELC. Nesses encontros, estavam presentes os profissionais vinculados ao Programa, os professores de Educação Física efetivos, os beneficiários, além de outras pessoas eventualmente convidadas para alguma situação específica, tais quais, palestrantes ou colaboradores, ou por vezes, familiares dos envolvidos.

A pauta das reuniões era disponibilizada com certa antecedência, visto que, cada professor e/ou agente social, ao realizar o convite da reunião nas suas turmas, já mencionava os assuntos a serem abordados, convidando os presentes a contribuírem com a reunião. Os principais temas verificados nas reuniões versavam sobre aspectos relacionados ao



funcionamento do espaço, a realização dos eventos locais, além de discussões sobre as ações sociais realizadas pela equipe gestora.

Como o período de observação culminou com o encerramento do ano de 2017 e início do ano seguinte, a primeira reunião observada teve como pauta, o processo de inscrições e matrículas para as oficinas desenvolvidas no núcleo. A reunião foi conduzida pela coordenadora de núcleo, e a pauta se iniciou com a definição do papel de cada pessoa no processo de inscrições, funcionários e conselheiros, atuando juntos no atendimento à comunidade. Além disso, ela apresentou uma sugestão de calendário de eventos para o primeiro semestre do ano seguinte, partindo do trabalho realizado nos anos anteriores e alinhado com o calendário geral da Secretaria de Esportes.

Verificou-se o engajamento e a defesa da coordenadora sobre a importância de a equipe gestora contribuir com o processo de inscrições, tanto na ajuda formal, preenchendo as fichas de inscrição junto aos professores, quanto no atendimento aos interessados, plantão de dúvidas. Ela citou ainda a participação como instrumento de fiscalização e controle de todo o processo. Os presentes demonstraram concordância com as ponderações e, alguns deles, se dispuseram a contribuir voluntariamente com o processo de inscrições.

Já em relação a apresentação do calendário de eventos, ficou evidente certo desconforto da coordenadora em "apressar" a definição da programação do ano seguinte. No entanto, ela informou que se tratava de uma cobrança dos superiores, de modo a organizar o trabalho da Secretaria. Neste aspecto, os participantes não demonstraram incômodo com a necessidade de definir as datas com antecedência, no entanto, alguns dos presentes solicitaram a palavra para se posicionar em relação ao tema.

Como os conselheiros exercem suas atribuições de forma voluntária, e são fundamentais na realização dos eventos locais, alguns demonstraram insatisfação pelo fato de poucas pessoas assumirem tantas responsabilidades, sem verificar o mesmo comprometimento por parte de grande parte dos frequentadores do espaço. Uma frase que marcou essa discussão foi a afirmação de que *"o Lavínia tem cerca de 700 alunos inscritos nas diferentes oficinas, mas nos dias de eventos, são sempre os mesmos alunos que ficam responsáveis pelo trabalho e pela organização"* (Relato de um conselheiro).

Frente a tal situação, a coordenadora pediu a palavra e se comprometeu a passar em todas as turmas, convidando novamente as pessoas para participarem dos eventos. No entanto, aproveitou o ensejo para valorizar e reconhecer o trabalho dos envolvidos,



afirmando ainda que esse reconhecimento também existe por parte de grande parte dos usuários, e citou como exemplo, um baile de *Halloween* realizado no Centro Esportivo, onde a decoração realizada pelo grupo foi objeto de inúmeros elogios por parte dos presentes.

Mesmo após as considerações, alguns dos presentes ainda demonstravam insatisfação quanto à falta de envolvimento dos demais usuários do equipamento. A coordenadora passou então para o próximo item da pauta, que dizia respeito ao zelo pelo espaço público e materiais disponíveis. Novamente o “clima esquentou”, pois os membros do Conselho denunciaram o fato de que algumas mesas e cadeiras, que são utilizadas nas oficinas de artesanato, foram identificadas no bar anexo ao campo de futebol, no final de semana, gerando um clima de insatisfação geral em todos os presentes.

Neste momento, o representante da gestão municipal presente na reunião pediu a palavra, valorizando e ratificando a importância de todos no comprometimento frente ao zelo com o espaço público. Informou também que todos os materiais e equipamentos do espaço são de uso público, e poderiam ser utilizados por outros municípios, desde que atendendo a finalidade do objeto e de forma a não destruir os mesmos. No entanto, ressaltou o papel de fiscalização dos conselheiros, informando que a denúncia seria repassada aos superiores, solicitando que todos continuassem a exercer esse papel, informando a administração no caso de eventuais desvios de conduta na utilização dos equipamentos e do espaço.

Esse comprometimento com o bem público ficou muito evidente nessa e em outras situações observadas nas reuniões do Conselho Gestor do equipamento. Em reuniões seguintes, também se verificou a comunidade cobrando do poder público o mesmo zelo que eles tinham com os materiais e com o equipamento esportivo. Tal percepção, também foi relatada em entrevista com a coordenadora do núcleo, que reafirmou a criticidade do grupo gestor, o papel de fiscalização e o envolvimento nas ações de interesse coletivo.

Sobre a forma de composição da equipe gestora do núcleo, a coordenadora relatou que os conselheiros também são considerados líderes nas próprias turmas, ou seja, são aqueles que procuram ajudar os profissionais no desenvolvimento das oficinas, transmitir recados e organizar pequenos eventos e atividades locais. No entanto, a entrevistada relatou que percebe uma certa dificuldade no acolhimento de novos integrantes, principalmente pelo fato de que grande parte do grupo, faz parte do Conselho desde o primeiro ano de instalação, cerca de sete anos atrás.



Trata-se de uma afirmação interessante, visto que, ao mesmo tempo em que os gestores cobram a participação de novas pessoas como colaboradores, também demonstram dificuldade em delegar funções e atribuições para estimular a adesão de novos interessados. Segundo a coordenadora, é possível que a intensidade de envolvimento de alguns participantes, faça com que os demais já se sintam suficientemente representados, minimizando assim a necessidade de novos líderes.

Outro ponto observado nas reuniões diz respeito ao comprometimento dos conselheiros em promover ações sociais junto à comunidade. O grupo implementou uma rotina de campanhas sociais permanentes, definindo a cada três ou quatro meses, uma nova meta para a comunidade. A coordenadora afirmou que já participou de diferentes campanhas, dentre elas, citou as campanhas do agasalho, das fraldas geriátricas, de arrecadação de alimentos, confecção de toucas para crianças com câncer, dentre outras.

Durante a pesquisa de campo, foi possível acompanhar uma campanha para arrecadar cobertores para idosos acamados em um dos asilos na cidade. No entanto, a ação não consistia apenas na arrecadação e distribuição, pelo contrário, cada um dos cobertores arrecadados, foi cuidadosamente bordado nas laterais pelos integrantes do grupo de artesanato. Assim, os cobertores estilizados, foram entregues pessoalmente pelos conselheiros, de forma carinhosa e com muita conversa junto aos idosos.

Em relação aos eventos realizados no núcleo, foi possível presenciar a realização do tradicional "Sarau do Lavínia", um evento de grande importância para a comunidade e que acontece com periodicidade a cada dois ou três meses. O Sarau conta com apresentações diversas, estimulando os alunos "artistas" da própria comunidade e de bairros vizinhos a declamar poesias, cantar, representar, além de reunir apresentações dos conteúdos desenvolvidos nas oficinas locais, tais como dança, capoeira, ginástica, e do próprio artesanato.

No Sarau, os conselheiros são totalmente responsáveis pela organização, decoração do espaço, e realização do evento. A entrada no evento é gratuita, no entanto, existe a tradição de que cada pessoa contribua com um prato de doce ou salgado, ou refrigerante. Neste particular, uma situação interessante observada, o fato de que os próprios conselheiros são responsáveis por receber os alimentos, dividir em pequenas porções, e redistribuir, de mesa em mesa, para os espectadores. Trata-se de uma experiência única, visto que são colegas de turma, voluntariamente servindo os colegas, sem esperar nada em troca.



Já nas entrevistas realizadas com os usuários dos equipamentos, identificou-se que, apesar do Conselho existir no espaço e realizar ações com frequência, grande parte dos entrevistados não conseguem reconhecer a importância desse espaço de participação. De um total de setenta e seis entrevistados, apenas sete faziam parte do Conselho. Tal constatação alinha-se com as reivindicações dos próprios conselheiros, ou seja, o anseio de ampliar o quantitativo de pessoas envolvidas com essa ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas percepções, relatadas no caderno de campo, foram obtidas a partir da observação nas oficinas, eventos e reuniões mensais do Conselho Gestor do equipamento esportivo, e nos permitem refletir sobre as diferentes formas de apropriação do espaço público. Mesmo que ainda incipiente e em desenvolvimento, a experiência do Conselho Gestor local no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, se apresenta alinhada com os objetivos previstos na política pública.

Assim como Ribeiro e Ferraz (2016), identificaram potencial de auto-organização no Conselho Gestor da cidade de Barroquinha (CE), ressaltando que as questões locais prevalecem sobre as demais, o que se verificou em São Bernardo do Campo (SP), foi o exercício da participação social a partir de questões relacionadas ao cotidiano dos usuários do equipamento, ora no comprometimento em zelar e cuidar do espaço, ora na organização de eventos e ações sociais.

O exercício da participação contribui para que políticas públicas como o PELC, se tornem mais plurais e efetivas, favorecendo uma experiência de crescimento individual e coletivo, pessoal e político aos envolvidos. Assim, o presente texto concorda com Bonalume (2007), ao reconhecer que somente a inserção dos sujeitos de forma ativa no processo de construção e realização das políticas públicas, possibilita vislumbrar o exercício da cidadania, superando uma visão alienada e conformista do lazer.

Importante salientar, que o processo que envolve a participação social, além de promover mudanças individuais e coletivas, se configura também como elemento capaz de superar as inúmeras limitações pertinentes ao desenvolvimento de qualquer política pública quando é realizada exclusivamente pelo ente estatal, sem a participação da sociedade (SECCHI, 2014).



Neste sentido, preconiza-se ser fundamental que as intervenções públicas no campo do lazer e do esporte recreativo, estimulem a participação social e sejam capazes de valorizar a cultura local, ressignificar e qualificar seus espaços e equipamentos, democratizando assim o acesso e a permanência ao direito social, atendendo às determinações previstas na CF de 1988.

Por fim, entende-se que o presente estudo retrata apenas uma parcela mínima do que representa o PELC e seus desdobramentos em todo território nacional, logo, não deve ser tomado como verdade absoluta e final sobre o tema. No entanto, a partir do material coletado em campo, analisado à luz do conhecimento científico já produzido, cumpre seu papel apresentando uma realidade sobre o tema, estimulando assim a realização de novos estudos, sempre no sentido de ampliar e valorizar a importância da participação social nas políticas públicas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo (Org.) **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html> Acesso: 28/08/2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**: diretrizes 2019. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte. 2017.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAPI, André Henrique Chabaribery; TAVARES, Marie Luce; CORREIA, Khellen Cristina Pires. Avaliação do PELC: reflexões com base na formação. In: PINTOS, Ana Elenara da Silva; ISAYAMA, Helder Ferreira (Orgs.). **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

CAPI, André Henrique Chabaribery; ASSIS, Aniele Fernanda Silva de. Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável em Santa Cruz dos Milagres/PI e São Bernardo do Campo/SP: caminhos para a consolidação de uma política pública de esporte e lazer. **Revista esporte e lazer**: direito de todos. Brasília, DF, p. 64-77, jul., 2017.



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços da cidade. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006.

_____. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006.

MEYER, Felipe Canan; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Demandas populares relacionadas ao esporte na Assembleia Nacional Constituinte do Brasil. **Revista de investigações constitucionais**, v. 6, n. 3, p. 595-629, set./ dez., 2019.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 21/11/2021.

PINTOS, Ana Elenara da Silva e colaboradores. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 3, p. 38-52, 2016.

RIBEIRO, Sheylazarth; FERRAZ, Eduardo Martins. Programa Esporte e Lazer da Cidade: autogestão em foco. **Corpoconsciência**, v. 20, n. 2, p. 10-22, mai./ ago., 2016.

RUAS, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC/ CAPES: UAB, 2014.

SECCO, Evandro Brandão; STOPPA, Edmur Antonio. A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 4, n. 2, p. 3-21, mai./ ago., 2017.

SECCO, Evandro Brandão. **O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer**: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo. 2019. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

Dados do primeiro autor:

E-mail: esecco@hotmail.com

Endereço: Avenida Kennedy, 1155, Parque Anchieta, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09726-263, Brasil.

Recebido em: 31/08/2021

Aprovado em: 22/11/2021

Como citar este artigo:

SECCO, Evandro Brandão; STOPPA, Edmur Antonio. Lazer e participação social: a experiência do conselho gestor do PELC em São Bernardo do Campo. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 131-146, set./ dez., 2021.

O PERFIL DAS GESTORAS DA FEDERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO DE GINÁSTICA E AS PERSPECTIVAS ACERCA DA SUA GESTÃO

THE MANAGERS' PROFILE OF ESPÍRITO SANTO GYMNASTICS FEDERATION AND THE PERSPECTIVES ABOUT THEIR MANAGEMENT

EL PERFIL DE LOS DIRIGENTES DE LA FEDERACIÓN DEL ESPÍRITO SANTO DE GIMNASIA Y LAS PERSPECTIVAS SOBRE SU GESTIÓN

Isabela Christ Maximo

<https://orcid.org/0000-0002-5747-3592> 

<http://lattes.cnpq.br/8202515547852064> 

Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, ES – Brasil)

isabela.christ@hotmail.com

Letícia Bartholomeu de Queiroz Lima

<https://orcid.org/0000-0002-3570-7343> 

<http://lattes.cnpq.br/1972028713208884> 

Centro Universitário Herminio Ometto (Araras, SP – Brasil)

leticia_queiroz@hotmail.com

Myrian Nunomura

<https://orcid.org/0000-0002-3669-0571> 

<http://lattes.cnpq.br/0318875503554406> 

Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto, SP – Brasil)

mnumur@usp.br

Maurício Santos Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-4779-0092> 

<http://lattes.cnpq.br/4786947482425420> 

Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, ES – Brasil)

mauricio.s.oliveira@ufes.br

Resumo

A Ginástica do Brasil esteve sob os holofotes nas primeiras décadas do século XXI. No entanto, ao longo desse período, problemas relativos à gestão emergiram e ofuscaram, em parte, os resultados logrados. Essa problemática nos motivou a desenvolver esse estudo que teve como objetivo analisar a gestão e o perfil dos gestores da Federação do Espírito Santo de Ginástica. Para tanto, optamos pela abordagem de um estudo de caso. Constatamos que a Ginástica capixaba estava sob o comando de mulheres, presidente e vice-presidente, que possuíam um histórico de envolvimento com a Ginástica Artística e a Ginástica Rítmica, respectivamente. As dirigentes atuavam de forma voluntária e desenvolviam atividades que ultrapassavam os limites da sua formação profissional em Educação Física. Apesar dos desafios, emergiu no discurso das dirigentes a motivação para continuar o trabalho devido ao amor e o desejo de apoiar o desenvolvimento da Ginástica no Espírito Santo.

Palavras-chave: Gestão do Esporte; Organização Esportiva; Ginástica; Gestor Esportivo.

Abstract

Brazilian Artistic Gymnastics was spotlighted in the first decades of 21th century. However, throughout this period, problems related to the management of Brazilian gymnastics emerged and, partly, overshadowed the results achieved. This problem related to the management of Brazilian gymnastics motivated us to develop this study, which aims to analyze the management and the managers' profile of State Federation of Espírito Santo. Therefore,



we chose the case study methodological approach. We noticed that the Gymnastics in Espírito Santo was under command of women, president and vice president, who had a history of involvement with Artistic Gymnastics and Rhythmic Gymnastics, respectively. The managers worked voluntarily and developed activities that exceeded the limits of their professional training in Physical Education. Despite the challenges, the motivation to continue the work emerged in the managers' discourse due to the love and the desire to support the development of Gymnastics in Espírito Santo.

Keywords: Sports Management; Sports Organization; Gymnastics; Sport Manager.

Resumen

La Gimnasia de Brasil estuvo en punto de destaque en las primeras décadas del siglo 21. Sin embargo, a lo largo de este período, problemas relacionados con la administración surgieron y obscurecieron, en parte, los resultados logrados. Esta problemática nos motivó a desarrollar este estudio, que tiene como objetivo analizar la gestión y el perfil de los administradores de la Federación de Gimnasia del Espírito Santo. Metodológicamente, elegimos un estudio de caso. Observamos que la Gimnasia de Espírito Santo estaba bajo el mando de mujeres, presidenta y vicepresidenta, que tenían un record de participación con Gimnasia Artística y Gimnasia Rítmica, respectivamente. Las administradoras trabajaron voluntariamente y desarrollaron actividades que excedían los límites de su formación profesional en Educación Física. A pesar de los desafíos, constatamos la motivación de las administradoras en seguir el trabajo debido al amor y el deseo de apoyar el desarrollo de la Gimnasia en Espírito Santo.

Palabras clave: Gestión Deportiva; Organización Deportiva; Gimnasia; Administradores Deportivos.

INTRODUÇÃO

Piekarz (2009) analisa que muitas pessoas falham em perceber a importância que a indústria do Esporte adquiriu no mundo contemporâneo. A autora destaca que o Esporte é um negócio que emprega milhões de pessoas, gera grande quantidade de recursos financeiros, serve como instrumento político e, assim, incide na qualidade de vida de muitos indivíduos.

Com esse crescimento e abrangência, a administração de instituições esportivas adquiriu importância proeminente, principalmente, aquelas orientadas ao esporte com vista ao alto rendimento, o que acarretou a necessidade de que a gestão do esporte seja exercida por profissionais competentes capazes de catalisar a excelência nos campos esportivo e administrativo (MATTAR; MATTAR, 2013).

Capinussú (2002) cita que na década de 1970, mais especificamente após a conquista do tricampeonato na Copa do Mundo, o treinador Flávio Costa afirmou que o futebol brasileiro apresentava uma grande progressão que emergia da boca do túnel para dentro de campo, mas que fora das quatro linhas a desorganização permanecia. Bastos (2003), ao analisar a obra Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil (COSTA, 1971), alude que naquele período já era perceptível o desenvolvimento da indústria do esporte no que concerne aos materiais esportivos, construções e instalações para as práticas e treinamentos, mas não havia menção às questões de gestão do esporte.



A partir da demanda do mercado, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria esportiva naquele período da década de 1970, observamos a emergência de programas de formação em gestão do esporte no Brasil. Bastos (2003) destaca o curso realizado na Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo em 1978, o qual foi um marco para a área no contexto brasileiro, sendo sucedido pela oferta de disciplinas, de cursos de curta e de longa duração e que foram organizados, desde aquele momento até os dias de hoje, por Universidades, faculdades, sindicatos e entidades profissionais.

Nesse sentido, observamos que ações formativas foram realizadas na área da gestão do esporte, inclusive organizadas pelo Comitê Olímpico do Brasil no contexto contemporâneo (COB, 2021). Mas, corroboramos Bastos (2003) que apenas a participação em cursos que repassam e discutem os conceitos básicos da área não são suficientes, principalmente, devido às demandas atuais da indústria do esporte. Ademais, Mazzei, Amaya e Bastos (2013) alertam para as lacunas na formação do gestor do esporte no Brasil, independentemente do formato do curso, bem como na oferta dos mesmos.

Essa questão formativa incide diretamente na atuação daqueles que estão à frente das organizações esportivas e o sucesso de ligas competitivas, clubes e associações dependem de indivíduos capacitados dentro e, também, fora de campo. Corroboramos Bastos (2003) que o desenvolvimento de algumas modalidades no Brasil foi influenciado de forma preponderante pelo desempenho da gestão do esporte, como é o caso do voleibol. E, o êxito de organizações esportivas está diretamente ligado às ações dos indivíduos que as compõem (HUMS; MACLEAN, 2004), o que aumenta a necessidade de formação específica que atenda às relações complexas que permeiam a gestão do esporte.

A partir da reflexão do ex-treinador da seleção brasileira Flávio Costa (CAPINUSSÚ, 2002), salvaguardando as diferenças entre as modalidades, podemos nos questionar se a gestão da Ginástica do Brasil é condizente com os resultados proeminentes dos ginastas brasileiros, os quais foram conquistados nas primeiras décadas que marcaram o início do século XXI.

Ao analisarmos as conquistas da Ginástica brasileira em Jogos Olímpicos, observamos que na edição do Rio de Janeiro em 2016, a ginástica do Brasil foi representada nas três modalidades do programa olímpico e conquistou três pódios na competição. As medalhas de prata dos atletas Diego Hypólito e Arthur Zanetti, assim como o bronze do Arthur Nory, colocaram a Ginástica Artística (GA) em um novo patamar. Compete lembrar



que o ginasta Arthur Zanetti foi campeão olímpico em Londres 2012. E, mais recentemente, a ginasta Rebeca Andrade logrou duas medalhas, ouro e prata, nos Jogos de Tóquio 2020.

Apesar desse grande sucesso, observamos que o êxito dos(as) atletas foi ofuscado por problemas administrativos da Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), os quais emergiram antes e após esses megaeventos esportivos. Problemas na transparência da gestão, pagamento de salários acima do mercado, remuneração duplicada de serviços e problemas relacionados à compra de equipamentos foram noticiados pela mídia esportiva nacional fundamentada nos pareceres do Tribunal de Contas da União (GARCIA; VALENTE, 2017; LIMA, 2020; CASTRO, 2021).

Concordamos com Mattar e Mattar (2013) que, para que haja desenvolvimento contínuo e eficaz do esporte, seria necessário e fundamental que a administração esportiva fosse profissional, tanto na esfera pública quanto privada, e que contemplasse os níveis governamentais (federal, estadual e municipal), as estruturas de poder (ligas, federações e confederações) e as instituições esportivas onde é praticado (clubes, escolas, empresas, prefeituras, projetos sociais). Observamos no cenário nacional da gestão de instituições esportivas que a evolução em direção à profissionalização é lenta e está aquém quando comparada às potências esportivas internacionais (BASTOS; MAZZEI, 2015). Mattar e Mattar (2013) e Barros e Mazzei (2012) afirmam que a gestão do esporte no Brasil ainda se encontra em estágio amador. Os autores destacam que há raras exceções e que isso incide no desenvolvimento pleno do esporte nacional.

Nesse sentido, Capinussú (2002) alude que o reflexo dessa desorganização na gestão do esporte brasileiro pode ser sentido no momento em que os(as) atletas participam nas competições, pois "aquela paz interior que técnicos e atletas tanto necessitam para desempenhar com êxito seu papel deixa de existir, pois uns e outros passam a se preocupar com problemas atinentes à falta de verbas, casos disciplinares, apoio logístico deficiente, entre os mais comuns" (CAPINUSSÚ, 2002, p. 13). Evidencia-se a ausência de uma retaguarda competente, constituída de gestores(as) capazes de tomar a si a solução de tais problemas. Enfim, falta material humano em quantidade e, principalmente, qualidade, para atender a demanda que o mercado impõe.

Corroboramos Capinussú (2002) que o planejamento, organização, execução e controle de programas de gestão do esporte, em nível de clubes, federações e órgãos estatais são atividades complexas. E, aqueles(as) que as desempenham precisam de



conhecimento especializado para propiciar o seguimento destes princípios de forma disciplinada e coerente (AMARAL; BASTOS, 2015; ZANATTA et al., 2018).

Tendo em vista essa problemática, assim como o número reduzido de estudos sobre o perfil de gestores(as) esportivos no Brasil e a necessidade de pesquisas nesta vertente apontada por Amaral e Bastos (2015), o objetivo desse estudo foi analisar a gestão da ginástica espírito-santense e o perfil das gestoras que administram essa entidade, as quais: presidente e vice-presidente. Acreditamos que o diagnóstico do perfil das gestoras que atuam na Federação do Espírito Santo de Ginástica (FESG), bem como aspectos relacionados à gestão, podem nos auxiliar a compreender e propor ações que auxiliariam a enfrentar problemas que incidem no desenvolvimento das modalidades gímnicas no âmbito estadual e, conseqüentemente, nacional. Ademais, corroboramos Azevedo, Barros e Suaiden (2004) que a gestão do esporte carece de investigações contínuas, a qual apresenta lacunas que precisam ser preenchidas pela produção de conhecimento. Trata-se de tema atual e relevante, principalmente, numa sociedade que cada vez mais exige transparência e competência no trato de questões administrativas que envolvem o uso de recursos públicos.

METODOLOGIA

Dentre os tipos de pesquisa de campo, optamos pelo estudo de caso que “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007, p. 384).

Para a coleta dos dados, optamos pela técnica da entrevista semiestruturada, a qual foi implementada com as colaboradoras do estudo que foi constituída pelas gestoras da FESG, mandato 2017-2020, sendo: presidente e vice-presidente. Utilizaremos uma sigla devido às possíveis implicações políticas e administrativas dos assuntos abordados na pesquisa. Assim, utilizamos a sigla G (gestora) seguida de uma numeração (Exemplo: G1) para efeito de organização.

Para a análise das entrevistas, recorreremos à Análise de Conteúdo de Bardin (2011). De acordo a autora, os dados são codificados, classificados e categorizados, processo que torna possível uma análise sobre as mensagens que emergem do conteúdo e que se referem aos pontos de interesse para a pesquisa (BARDIN, 2011).



Dentre as várias possibilidades de categorização, objetivamos uma análise temática que “consiste em descobrir núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135). Esse procedimento permitiu a construção de quadros de resultados com o objetivo de condensar e revelar as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 2011), o que favoreceu a inferência e a interpretação dos resultados de acordo com os objetivos estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destinada a reunir as entidades desportivas que possuem o interesse na prática da Ginástica no estado do Espírito Santo, a FESG tem como um de seus objetivos “promover a realização de Campeonatos, Avaliações, Festivais, Cursos, Pesquisa, Intercâmbio e qualquer outro ato que objetive o desenvolvimento e fomento da Ginástica Estadual” (FESG, 2019, p. 1) e abrange, em âmbito estadual, o que diz respeito à Ginástica Escolar, Universitária, de Clubes e entre Entidades Filiadas (FESG, 2019).

Nesse contexto, observamos que a importância do(a) gestor(a) esportivo(a) aumenta e, na mesma proporção, cresce a necessidade de profissionais cada vez mais especializados, qualificados (BARROS FILHO et al., 2013). Torna-se pertinente conceituar que Mullin (1980), já na década de 1980, definia o(a) gestor(a) esportivo(a) como o indivíduo cujo trabalho e atuação abrangiam o planejamento, a organização, o direcionamento e o controle de ações realizadas no contexto das organizações esportivas, no qual o produto ou serviço primário ou predominante era o esporte ou relacionado a esse fenômeno. Pires e Lopes (2001), ao analisarem diferentes estudos internacionais, pontuam que a gestão do esporte se consolida como uma área de intervenção profissional que provoca uma série de aproximações de ideias políticas, estratégicas e pedagógicas que, na concepção dos autores, orientam o esporte no geral e das instituições esportivas em particular.

No caso da FESG, compete ao(à) gestor(a) esportivo(a) o ato de “supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas” (FESG, 2019, p. 5), com o fim de promover as diferentes formas de ginástica no estado. E, ao analisarmos o perfil das gestoras que ocupam a função de presidente e vice-presidente da FESG, observamos que ambos os cargos são ocupados por mulheres.



Zanatta e colaboradores (2018) alertam para o baixo índice de representação das mulheres nos quadros administrativos. Gomes (2005) destaca o percentual de 6,5% da participação de mulheres em federações estaduais. No entanto, os dados aqui obtidos vão de encontro à análise de Gomes (2005) ao apontar que das federações esportivas analisadas até o ano de 2004 apenas 7% eram presididas por mulheres e estas sendo na maioria federações de Ginástica.

No que concerne à idade das gestoras capixabas, verificamos que G1 possui 30 anos e G2 54. Destarte, salvaguardando as diferenças, esse escore está dentro da média dos dados encontrados na literatura que indicam um valor médio de no mínimo 32,8 anos e de no máximo 57 anos (COUTO et al. 2011; ZANATTA et al., 2018). Concordamos com Barros Filho e colaboradores (2013) que o perfil profissional dessa classe é jovem com possibilidade de crescer em termos de conhecimento e experiência no decorrer do tempo.

No Quadro 1, verificamos o envolvimento prévio das gestoras com o intuito de averiguar se a origem desse relacionamento com a ginástica pode ter contribuído na decisão de se enveredar no universo da gestão do esporte.

Quadro 1 – Categoria: envolvimento com a ginástica

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Atleta	G1: “Fui atleta por mais ou menos 12 a 15 anos de alto rendimento [...]”.
Técnica	G2: “Eu sou professora de escolinha de esporte [...]”.

Fonte: construção dos autores.

Nas respostas das participantes do estudo, constatamos que uma das gestoras foi ginasta de alto rendimento na modalidade GA. Tal perfil vai ao encontro da literatura, que aponta que a maioria dos(as) gestores(as) foram ex-praticantes de modalidades esportivas (ZANATTA et al., 2018). No caso de G2, essa teve sua origem na dança e, posteriormente, se envolveu com o treinamento de Ginástica Rítmica (GR) e formou ginastas que compuseram a seleção brasileira. Compete destacar que a irmã de G2 foi ginasta da GR, o que auxiliou a estreitar os laços da gestora com a modalidade e a sua inserção profissional no meio gímnico.

Embora consideremos que esse contato e experiência prévia com a ginástica sejam importantes, concordamos com Zanatta e colaboradores (2018) que essa experiência



não dispensa a necessidade da formação específica para atuar nas atividades que a gestão requer. Ponderamos que a experiência prévia facilitaria a inserção nesse meio devido à familiarização e, também, colaboraria para uma perspectiva mais ampla dos problemas e ações a serem desenvolvidas no cotidiano da federação (ZANATTA et al., 2018). Mas, isso não isentaria a necessidade de se preparar o(a) gestor(a) em relação às competências específicas da gestão que a vivência como treinador(a) ou ex-atleta não proporcionaram. Esse envolvimento prévio influenciou, em certa medida, a seleção para o cargo (Quadro 2) que ocorreu, no caso de G1, por convite e, para G2, por indicação.

Quadro 2 – Categoria: seleção para o cargo

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Convite	G1: “Na verdade, eu fui convidada [...]. Eu aceitei mais pelo fato de ter o apoio [...]”.
Indicação	G2: “O meu foi indicação mesmo. [...] e me indicaram por eu me dar bem com todos”.

Fonte: construção dos autores.

G1 destaca que o convite para o cargo de gestão ocorreu por meio de membros dos Comitês Técnicos da GA e da GR que tinham a intenção de apoiar uma chapa com a presença de indivíduos que atuavam nessas modalidades. A atuação de G1 como ginasta, treinadora e árbitra de GA foram fatores ponderados para o estabelecimento desse convite. Esse apoio foi importante para que G1 aceitasse concorrer ao cargo. Com relação à G2, foi perceptível que, além da atuação da gestora na GR, como treinadora e árbitra, o fato dela ter bom convívio com todos foi decisivo.

Isayama e colaboradores (2011) se respaldam na concepção de que as relações e as escolhas políticas são baseadas na representação de interesses múltiplos e que isso afeta os cidadãos envolvidos. Esse aspecto foi evidenciado em nosso estudo pela atuação dos membros dos Comitês Técnicos e de membros da gestão anterior. Destacamos que tanto G1 quanto G2 não tinham a intenção de atuar na gestão da federação. Mas, em ambas as respostas, ficou evidente que o apoio da comunidade e o interesse em contribuir com a organização da ginástica capixaba foram aspectos essenciais para a decisão. Com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre a motivação para exercer o cargo de gestão, questionamos as participantes do estudo acerca disso (Quadro 3).

**Quadro 3** – Categoria: motivação para exercer a função de gestão

Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Motivação Extrínseca	Trabalho em conjunto	G1: “Então essa questão da divisão certinha dentro da federação, eu acho que foi o que me deu mais vontade de trabalhar [...]”.
Motivação Intrínseca	Amor pela ginástica	G2: “O amor pela ginástica! Não tem explicação”.

Fonte: construção dos autores.

A resposta de G1 está relacionada aos aspectos supracitados, ou seja, sobre a seleção para o cargo (Quadro 2). A gestora destaca que a possibilidade de trabalhar em equipe foi determinante para a decisão. Já G2, alude ao seu amor pela ginástica como aspecto motivacional para assumir o cargo de gestão do esporte: “A gente quer ajudar, não importa a forma e queremos que a ginástica cresça”. Além disso, G2 afirma que também temia que alguém sem experiência pudesse assumir o cargo e prejudicasse o desenvolvimento das modalidades: “Então, eu fiquei com receio de que assumisse uma pessoa que fosse acabar com a ginástica”.

A preocupação de que alguém sem experiência pudesse assumir a presidência pode estar relacionada ao inciso 5. do Estatuto da federação (FESG, 2019) que destaca que caso não haja chapa composta por pessoas habilitadas e qualificadas no prazo de 60 dias antes da eleição, uma chapa que não atenda a esses preceitos poderá ser inscrita. No Quadro 4, podemos acompanhar os aspectos relacionados à formação profissional das participantes do estudo.

Quadro 4 – Categoria: formação profissional

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Graduação em andamento	G1: “[...] estou terminando o curso de educação física”.
Pós-graduação	G2: “Eu sou pós-graduada em educação física escolar”.

Fonte: construção dos autores.

Parkhouse (1996), ao analisar a formação dos(as) gestores(as) esportivos(as), disserta que essa tem sido fundamentada em cursos de graduação e de especialização em dois pilares, os quais: Educação Física e Administração. Isso coincide com o apontamento de Zanatta e colaboradores (2018), de que a maioria dos(as) gestores(as) brasileiros(as) é graduado(a) em Educação Física. Especificamente, no nosso estudo, verificamos que G1 e G2



seguem esse perfil formativo hegemônico, pois ambas buscaram a formação em Educação Física.

Corroboramos Barros Filho e colaboradores (2013) que o profissional de Educação Física conquistou o seu espaço na gestão do esporte no Brasil, o qual está amparado pela Lei 9.696 que, no 3. Artigo, alude que

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 2021).

Ainda de acordo com a Lei 9.696, salientamos que o “O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física” (BRASIL, 2021).

No entanto, sabemos que os conhecimentos obtidos na graduação não são suficientes para atender as demandas da gestão do esporte na atualidade. Há a necessidade de aprofundamento, que pode ser obtido em cursos de formação continuada de curta e de longa duração. Cientes disso, questionamos as participantes do estudo sobre a preparação para assumir o cargo após a eleição (Quadro 5).

Quadro 5 – Categoria: preparação para o cargo de gestão

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Treinamento	G1: “Não [...] é muito na cara e na coragem!”. G2: “Não, nenhuma. Só aprendemos mesmo no dia a dia”.

Fonte: construção dos autores.

Tanto G1 quanto G2 afirmaram que não houve a realização de treinamento ou curso que as preparassem para a atuação na gestão da FESG. É pertinente destacar que G2 citou o apoio da ex-presidente que lhe ensinou algumas coisas, mas nas palavras da gestora: “o restante, eu quebro a cabeça tentando aprender”. O desafio de “aprender no dia a dia” da atividade de gestão é grande em virtude do número de atribuições. Bastos (2003) afirma que a administração esportiva envolve o emprego de conceitos e teorias gerais da administração do esporte, assim como o papel que o fenômeno esportivo exerce na sociedade. E, ademais, o estudo da área inclui conhecimento multidisciplinar e que, segundo Nolasco e



colaboradores (2005, p. 760), é constituída por “um corpo de conhecimento interdisciplinar que se relaciona com a direção, liderança e organização do esporte, incluindo dimensões comportamentais, ética, marketing, comunicação, finanças, economia, negócios em contextos sociais, legislação e preparação profissional”.

Em complementação, Gomes (2001) expõe que os(as) gestores(as) têm a função de organizar, definir os objetivos, promover as atividades e assegurar o funcionamento e o futuro da própria organização. Assim, podemos inferir que o(a) gestor(a) esportivo(a) possui uma gama de atribuições que fica evidente nos discursos de G1 e G2 (Quadro 6).

Quadro 6 – Categoria: principais atividades no cargo

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Organização de tudo	G1: “Eu praticamente faço o auxílio de tudo [...]”. G2: “Organizar os eventos [...]. A gente organiza também o uso dos ginásios [...] também tem a parte financeira que é aí que pega com as prestações de conta”.

Fonte: construção dos autores.

No caso da FESG ficou perceptível que as gestoras lidam com aspectos que vão desde a manutenção das estruturas físicas, sede da entidade e ginásios cedidos em parcerias com o setor público, até a organização dos aspectos financeiros. Tanto G1 quanto G2 enfatizaram a organização de festivais, copas, torneios e campeonatos como a principal atividade exercida na gestão. Embora o rol de atividades seja amplo, ambas atuam de forma voluntária e não recebem qualquer auxílio financeiro (Quadro 7).

Quadro 7 – Categoria: remuneração

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Pagamento	G1: “Não, nadinha [...] só dor de cabeça”. G2: “Sim, tudo voluntário. Eu não posso tirar dinheiro da federação nem pra transporte”.

Fonte: construção dos autores.

O discurso de G2 evidencia que nem as despesas oriundas do exercício da função são restituídas, ou seja, compete ao(à) gestor(a) arcar com esses gastos que são inevitáveis no cotidiano da federação. Gomes (2001) sintetiza bem essa questão ao dizer que os(as) gestores(as):



[...] em regime de benevolato, dedicam largas horas do seu tempo às tarefas de gestão de clubes e associações desportivas, para que crianças, jovens e adultos possam praticar uma actividade desportiva, abdicando, por vezes, de maiores desempenhos nas actividades profissionais e ao convívio familiar (p. 62).

Essa situação financeira vai em direção contrária ao que se espera de uma gestão profissional, pois, conforme Pimenta (2001, p. 9), “o ambiente esportivo necessita cada vez mais de um quadro técnico, formado por profissionais capacitados e gabaritados das diversas áreas envolvidas nesse setor, incluindo-se o gerencial”. Ainda segundo o autor, “aquela prática voluntariosa sustentada na boa vontade e no amadorismo deixou de ser o modelo operacional” (PIMENTA, 2001, p. 10). Essa afirmação está alinhada ao pensamento de Ribeiro (2012) e Barros e Mazzei (2012) que destacam que a indústria do esporte no Brasil é gerida, entre outros, por entidades privadas sem fins lucrativos, dentre elas as federações, que são comandadas em sua maioria por gestores(as) amadores(as) e voluntários(as) que ocasionam problemas de eficiência. Bastos e Mazzei (2020, p. 64), ao se referirem ao setor privado sem fins lucrativos “[...] destacam as organizações voluntárias que atuam em prol de causas sociais, de interesses específicos ou necessidades de seus membros. Pessoas eleitas por seus membros, com mandato determinado, atuam em comitês executivos e na diretoria, estabelecendo a gestão estratégica”. Fatos estes que, conseqüentemente, afastam investidores e indicam a necessidade de profissionalização da gestão do esporte no âmbito das federações, assim como a necessidade de processos de avaliação e acompanhamento contínuos.

No Quadro 8, sintetizamos as respostas relativas às perspectivas para a organização da ginástica em longo prazo.

Quadro 8 – Categoria: perspectivas acerca da organização da ginástica

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Parcerias com o setor público	G1: “[...] ir às prefeituras e, de repente, [...] tentar colocar polos de ginástica. Isso movimentaria melhor o esporte no estado em geral”.
	G2: “[...] esse envolvimento político acaba tendo algumas facilidades, acordos, parcerias, enfim, cada um tem o seu lado e aí tem uma facilidade.”.

Fonte: construção dos autores.



É perceptível que as gestoras, ao serem questionadas sobre as perspectivas de organização da ginástica no estado, remeteram aos fatores políticos do meio esportivo. Bastos e Mazzei (2015) citam que nos últimos anos houve o aumento gradativo da importância das políticas públicas do esporte, o qual se reflete na elaboração de Leis, na criação do Ministério do Esporte e no número de pesquisas realizadas na área. Nesse percurso, observamos que o apoio de políticas públicas consistentes seria o ideal para uma estrutura esportiva de sucesso (BARROS; MAZZEI, 2012). Devemos ponderar, fundamentados em Pimenta (2001, p. 78), que “é evidente que falta ao país uma clara política de desenvolvimento do esporte, mas existe também uma acomodação por parte da grande maioria das entidades de administração de não querer sair debaixo do “guarda-chuva” do Poder Público”.

No caso do nosso estudo, observamos que o apoio dos municípios e do estado seja necessário para a cessão e manutenção das estruturas esportivas utilizadas pela FESG e, também, por meio das leis que incentivam o esporte de base e de alto rendimento. No decorrer da entrevista, não verificamos a busca por parcerias com o setor privado.

Quando questionamos o relacionamento entre a FESG e a CBG, verificamos que ele é visto como distante. No entanto, G2 considera ser positivo (Quadro 9).

Quadro 9 – Categoria: relação com a CBG

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Relacionamento distante	G1: “A presidente eu sei que vai na assembleia, que normalmente é no começo do ano. E, depois disso, acredito que só em tópicos bem específicos”.
Bom relacionamento	G2: “É boa”.

Fonte: construção dos autores.

A fala de G1 sinaliza que o distanciamento se deve ao pouco contato ao longo do ano, o qual se restringe no encontro durante a Assembleia Geral da entidade. A oportunidade de ter ido como chefe de delegação em uma Copa do Mundo emergiu no posicionamento de G2 sobre esse assunto: “Eu fui chamada em setembro para ir como chefe de delegação na Copa do Mundo. Eles pagaram tudo para eu ir. Sinal que é uma boa relação”. No entanto, podemos inferir que mesmo com esse sinal de “boa relação”, o depoimento de G1 é mais condizente com o fato de não haver visitas ou encontros periódicos com a CBG. Essa relação observada vai ao encontro do apontamento de Lima



(2020), em que a relação das federações de ginástica no país com a CBG ocorre, em sua maioria, apenas por meio de filiação para participação em campeonatos e eventos. E, da mesma forma, não observamos a preocupação no acompanhamento das ações federativas. Essas questões podem ser complementadas com os dados relativos ao suporte oferecido pela CBG (Quadro 10).

Quadro 10 – Categoria: suporte da CBG

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Esporádico	G1: “Nada. Só se eles acharem que nós estamos dando problema”.
Apoio financeiro	G2: “A CBG, esse ano, recebeu o patrocínio da CAIXA que foi repassado R\$1000,00 por 8 meses.

Fonte: construção dos autores.

Segundo G1, o apoio é esporádico e ocorreria se houvesse um problema. Já G2 cita o repasse financeiro ao longo de 8 meses que auxiliou no pagamento de despesas como o aluguel da sede da federação e as contas de manutenção desse espaço. Mas, destacamos que esse repasse não cobre todos os meses do ano e foi iniciado nessa metade de ciclo olímpico como apontado pela G2. Não evidenciamos, nos depoimentos de G1 e G2, o suporte por meio de cursos ou consultoria que pudessem apoiar o trabalho das gestoras. Essa ausência de apoio pode incidir nos fatores destacados como desafios da gestão (Quadro 11).

Quadro 11 – Categoria: desafios da gestão

Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Organização de eventos	G1: “Hoje é justamente esse. Da gente tentar fazer (os eventos). [...] Os eventos da GA eram mal organizados. Tinha evento que durava seis horas [...]”. G2: “Os eventos de grande porte [...]. O evento começou a ser montado na segunda, sem dinheiro nenhum [...]”.

Fonte: construção dos autores

Ambas as gestoras explicitaram em seus discursos que o grande desafio está vinculado aos eventos. Rubio (2007) reflete que não basta o Brasil organizar megaeventos esportivos se não realizamos, de forma adequada, os pequenos e normais do dia-a-dia, ou seja, os(as) gestores(as) necessitam de apoio no planejamento, implementação, avaliação e prestação de contas dos eventos locais, regionais e estaduais, para além daqueles



organizados em âmbito nacional e internacional. Concordamos com Rubio (2007) que se queremos ter padrões regulares de eficiência e segurança nos níveis internacionais, devemos operar os eventos e ações menores com excelência. G2 expõe que o desafio está na captação de recursos e nas promessas de repasse público que são cancelados quando o evento está prestes a ocorrer.

No Quadro 12, expomos os pontos fracos e fortes da gestão na opinião das participantes. Um dos pontos fracos, enunciado por G2, está relacionado à falta de apoio. É perceptível que as demandas recaiam sobre os(as) gestores(a), treinadores(as) e, até mesmo, os pais dos(as) ginastas.

Quadro 12 – Categoria: pontos fortes e fracos da gestão

Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Pontos fortes	As modalidades	G1: “[...] os pontos fortes que a gente tem é a modalidade [...]”.
	Os clubes	G2: “[...] a parceria da federação com os clubes que nós temos aqui no estado [...]”.
Pontos fracos	Confusões internas	G1: “[...] muitas confusões internas na ginástica com os clubes e a CBG. E acredito que se chamassem todos os clubes ou as federações pra darem mais opiniões [...] seria melhor, com mais comprometimento”.
	Falta de apoio	G2: “A falta de apoio eu acho que é um ponto fraco, pois é tudo em cima do técnico, do professor, dos pais”.

Fonte: construção dos autores.

Além da falta de apoio, G1 pontua as confusões internas como um ponto fraco e que poderiam ser sanadas com a maior participação dos clubes e federações nas ações da CBG. Segundo Oliveira (2010), a estrutura da ginástica no Brasil segue o modelo de organização esportiva internacional, a qual é hierarquizada e vertical. Assim, na base da estrutura da ginástica capixaba estão os clubes/associações/academias que são organizados pela FESG que, por conseguinte, é vinculada à CBG que está subordinada à FIG. Nesse percurso, muitas decisões são tomadas nas estruturas superiores dessa pirâmide organizacional e, assim, os clubes/associações/academias que estão na base não tem o poder de decisão. Conforme Boudens (2002), se seguirmos a lógica da legislação civil, o ideal



seria a ordem inversa, ou seja, essa lógica está invertida no esporte institucionalizado em que as normas são ditadas do topo da hierarquia para a base.

Dentre os aspectos positivos, o potencial de desenvolvimento das modalidades e o apoio dos clubes são relacionados pelas gestoras com os pontos fortes da gestão. É pertinente mencionar que, no ano de 2019, a ginasta Natália Gaudio conquistou a medalha de bronze nos Jogos Pan-americanos na GR e quatro medalhas no Campeonato Sul-americano. No âmbito nacional, enaltecemos os resultados de Thais Lourencini na categoria juvenil da GR que conquistou um bronze e uma prata no Campeonato Brasileiro (CBG, 2019). E, no adulto, a Escola de Campeãs e o Clube Ítalo Brasileiro lograram a prata e o bronze, respectivamente, na disputa por equipes. Ademais, Natália Gaudio e Geovanna da Silva colocaram o Espírito Santo no pódio desta competição no individual (CBG, 2019).

Esses resultados citados facilitam a compreensão das respostas de G1 e G2 com relação aos pontos positivos. No entanto, é perceptível que apenas a GR exhibe resultados proeminentes. Após todas essas informações, nas quais discutimos alguns problemas e desafios da atuação na gestão do esporte, questionamos as motivações para permanecer no cargo de gestora (Quadro 13).

Quadro 13 – Categoria: motivação para permanecer na gestão

Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
Motivação intrínseca	Apoiar o desenvolvimento da ginástica	G1: "Tentar ajustar todos esses pontinhos que eu acredito que tem como ajustar".
	Amor	G2: "Mas é amor, até por querer ver o crescimento delas (ginastas)".

Fonte: construção dos autores.

Tanto G1 quanto G2 apresentaram motivações de origem intrínseca que estão relacionadas ao desejo de contribuir com o desenvolvimento da ginástica e o amor, o qual está relacionado às atletas e à Ginástica. Ryan e Deci (2017) citam que a motivação intrínseca está relacionada à propensão inerente ao indivíduo em realizar determinada tarefa. E, no discurso das gestoras, é perceptível que as recompensas e, por conseguinte, as motivações, estejam relacionadas à atividade em si, seja o prazer em sentir que está contribuindo para o esporte ou o amor pela Ginástica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a gestão do esporte brasileiro, concordamos com Bastos (2003) que houve mudanças em termos organizacionais e administrativos. Isso é evidenciado por meio do desenvolvimento de algumas modalidades esportivas que só foram obtidos com a intervenção de uma gestão profissional. Mas, ainda conforme Bastos (2003), isso não é a regra. E, na compreensão de Mocsányi e Bastos (2005), a qualificação dos(as) gestores(as) esportivos(as) pode ser considerada um dos maiores problemas desse segmento, pois incide diretamente no trabalho dos(as) treinadores(as) e atletas.

No contexto capixaba, não observamos estudos que retratam a história da gestão das entidades esportivas e, mais especificamente, da FESG. Trata-se de uma lacuna que dificulta a análise dessa entidade e do contexto espírito-santense de gestão do esporte, pois impede uma verificação pormenorizada de possíveis avanços, estagnação ou retrocessos.

No decorrer do nosso estudo, foi possível evidenciar que a ausência de formação específica na área administrativa dificultou a realização exitosa das atividades inerentes à rotina da gestão federativa da Ginástica espírito-santense, o que tornou mais desafiador o planejamento, a organização, a execução e o controle das atividades. Ponderamos que é necessário que haja substituição do modelo de gestão das organizações brasileiras que possuem características amadoras por aquela centrada em profissionais qualificados na área, ou seja, que não esteja alicerçada na intervenção de ex-atletas, ex-praticantes, pais ou dirigentes sem formação específica.

No entanto, baseado nos resultados apresentados, ressaltamos que se não fosse pelo envolvimento das gestoras em questão com a ginástica, os desafios relatados poderiam ser ainda maiores. Isso nos motiva a pensar que apenas a qualificação profissional na área administrativa não seria suficiente para o desenvolvimento de uma gestão eficiente e que há necessidade de conhecimento do fenômeno esportivo e da sua influência na sociedade.

Podemos concluir que, para uma gestão eficaz, é necessário que haja tanto a formação específica, seja por meio da graduação ou de cursos preparatórios de formação continuada, quanto o engajamento com a modalidade a qual está sendo gerida. Acreditamos que a junção da qualificação na área administrativa e a afinidade pelo esporte somariam mais benefícios para a Ginástica capixaba, seja no âmbito dos(as) gestores(as), dos(as) treinadores(as) e, principalmente, dos(as) atletas.



Em suma, esta pesquisa buscou trazer contribuições referentes a gestão da Ginástica no estado do Espírito Santo e, conseqüentemente, no Brasil. Principalmente, tendo em vista as lacunas de pesquisa apontadas nesta área e, em especial, relacionadas a Ginástica no país. Por fim, sugerimos que outras localidades do Brasil sejam investigadas e analisadas visando um melhor desenvolvimento das instituições que regem as modalidades gímnicas no país e o desenvolvimento da Ginástica como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Cacilda Mendes dos Santos; BASTOS, Flávia da Cunha. O gestor esportivo no Brasil: revisão de publicações no país. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 5, n. 1, p. 68-78, 2015.

AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas de França; SUAIDEN, Samir. Caracterização do perfil do gestor esportivo dos clubes da primeira divisão de futebol do Distrito Federal e suas relações com a legislação esportiva brasileira. **Revista da educação física**, v. 15, n. 1, p. 33-42, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BARROS FILHO, Marcos Antônio e colaboradores. Perfil do gestor esportivo brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 3, supl. 1, p. 44-52, 2013.

BARROS, José Arthur Fernandes; MAZZEI, Leandro Carlos. Gestão de clubes esportivos. In: MAZZEI, Leandro Carlos; BASTOS, Flávia da Cunha (Orgs.). **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ícone, 2012.

BASTOS, Flávia da Cunha. Administração esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência**, n. 20-21, p. 295-306, 2003.

BASTOS, Flávia da Cunha; MAZZEI, Leandro Carlos. Gestão do Esporte no Brasil. In: VANCE, Patrícia de Salles; NASSIF, Vânia Maria Jorge; MASTERALEXIS, Lisa Pike. **Gestão do Esporte: casos brasileiros e internacionais**. São Paulo: LTC, 2015.

_____. Organizações esportivas: conceitos, (des) entendimentos – propostas de modelo teórico unificado para o Brasil. **Revista de gestão e negócios do esporte**, v. 5, n. 2, p. 55-81, 2020.

BOUDENS, Emile. **(CPI CBF/NIKE: textos e contexto VI) Estruturas esportivas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002.

CAPINUSSÚ, José Maurício. **Administração desportiva moderna**. São Paulo: Ibrasa, 2002.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA. **Final do brasileiro Caixa de ginástica rítmica comemora fortalecimento da modalidade.** 2019. Disponível em: <<https://www.cbginastica.com.br/noticia/1397/final-do-brasileiro-caixa-de-ginastica-ritmica-comemora-fortalecimento-da-modalidade>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CASTRO, Lucio. **Os negócios ocultos da Confederação Brasileira de Ginástica.** 2021. Disponível em: <<https://agenciasportlight.com.br/index.php/2021/08/20/os-negocios-ocultos-da-confederacao-brasileira-de-ginastica/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Programa de gestores.** Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/cob/home/instituto-olimpico-brasileiro/programa-de-gestores>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

COSTA, Lamartine Pereira da. **Diagnóstico da educação física/desportos no Brasil.** Rio de Janeiro: Fename, 1971.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio e colaboradores. Perfil do gestor esportivo: análise centrada na região metropolitana de Belo Horizonte. **FIEP Bulletin**, v. 81, p 1-5, 2011.

FEDERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO DE GINÁSTICA (FESG). **Estatuto.** Disponível em: <<http://www.fesg.com.br/portal/images/phocadownload/estatuto%20fesg%20-%202015.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

GARCIA, Diego; VALENTE, Rafael. **Ginástica teve equipamentos jogados em galpão, pagamentos duplicados e despesas fantasmas.** 2017. Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/662128_ginastica-teve-equipamentos-jogados-em-galpao-pagamentos-duplicados-e-despesas-fantasmas>. Acesso em: 30 mai. 2017.

GOMES, Euza Maria Paiva. Esporte e inclusão social: mulheres na gestão esportiva brasileira. In: COSTA, Lamartine Pereira da. **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GOMES, Manuel Álvaro Ferreira. **Estratégia de desenvolvimento do associativismo desportivo: uma proposta para a quantificação do índice de satisfação do praticante.** 2001. 182f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desporto). Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2001.

HUMS, Mary A.; MACLEAN, Joanne. **Governance and policy in sport organizations.** Scottsdale, USA: Halcomb Hathaway, 2004.

ISAYAMA, Hélder Ferreira e colaboradores. Lazer, políticas públicas e formação profissional. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira e colaboradores. **Gestão de políticas de esporte e lazer.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2011.

LIMA, Leticia Bartholomeu de Queiroz. **Fatores que influenciam o sucesso esportivo internacional da ginástica artística feminina brasileira.** 311f. 2020. Tese (Doutorado em



Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

MAZZEI, Leandro Carlos; AMAYA, Katherine; BASTOS, Flávia da Cunha. Programas acadêmicos de graduação em gestão do esporte no Brasil. **Revista mackenzie de educação física e esporte**, v. 12, n. 1, p. 219-234, 2013.

MATTAR, Michel Fauze; MATTAR, Fauze Najib. **Gestão de negócios esportivos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAZZEI, Leandro Carlos; BASTOS, Flávia da Cunha. Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas. In: MAZZEI, Leandro Carlos; BASTOS, Flávia da Cunha (Orgs.). **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ícone, 2012.

MAZZEI, Leandro Carlos; BARROS, José Arthur Fernandes. Gestão de federações esportivas. In: MAZZEI, Leandro Carlos; BASTOS, Flávia da Cunha (Orgs.). **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ícone, 2012.

MOCSÁNYI, Vinícius; BASTOS, Flávia da Cunha. Gestão de pessoas na administração esportiva: considerações sobre os principais processos. **Revista mackenzie de educação física e esporte**, v. 4, n. 4, p. 55-69, 2005.

MULLIN, Bernard J. Sport management: the nature and utility of the concept. **Arena review**, v. 4, n. 3, p. 1-11, 1980.

NOLASCO, Verônica Perisse e colaboradores. Administração/gestão esportiva. In: COSTA, Lamartine Pereira da (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

OLIVEIRA, Maurício dos Santos. **O panorama da ginástica artística masculina brasileira: um estudo histórico-crítico do período 2005-2008**. 2010. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

PARKHOUSE, Bonnie L. **The management of sport: its foundation and application**. 2. ed. St. Louis, USA: Mosby Year Book, 1996.

PIEKARZ, Mark. An overview of sport management. In: BILL, Karen (Org.). **Sport management**. Exeter, England: Learning Matters, 2009.

PIMENTA, Rogério da Costa. **O perfil profissional do gestor de organizações esportivas brasileiras**. 2001. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

PIRES, Gustavo Manuel Vaz Silva; LOPES, José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes. Conceito de gestão do desporto: novos desafios, diferentes soluções. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, v. 1, n. 1, p. 88-103, 2001.



RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá. **Modelos de governança e organizações esportivas**: uma análise das federações e confederações esportivas brasileiras. 2012. 136f. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

RUBIO, Kátia. **Mega eventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RYAN, Richard; DECI, Edward. **Self-determination theory**: basic psychological needs in motivation, development and wellness. New York, USA: Guilford, 2017.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da sociedade brasileira de cardiologia**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

ZANATTA, Thaís Camargos e colaboradores. O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura. **Movimento**, v. 24, n. 1, p. 291-304, 2018.

Dados da primeira autora:

E-mail: isabela.christ@hotmail.com

Endereço: Centro de Educação Física e Desportos da UFES), Núcleo de Pesquisa em Ginástica - NPG, Avenida Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Vitória, ES, CEP: 29075-810, Brasil.

Recebido em: 20/10/2021

Aprovado em: 29/11/2021

Como citar este artigo:

MAXIMO, Isabela Christ e colaboradores. O perfil das gestoras da federação do espírito santo de ginástica e as perspectivas acerca da sua gestão. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 147-167, set./ dez., 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE NOVOS ESPORTES NO BRASIL: O CASO DO FUTSAC

PUBLIC POLICIES AND MANAGEMENT OF NEW SPORTS IN BRAZIL: THE CASE OF FUTSAC

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTIÓN DE NUEVOS DEPORTES EN BRASIL: EL CASO DE FUTSAC

Narayana Astra van Amstel

<https://orcid.org/0000-0002-8707-2423> 

<http://lattes.cnpq.br/8205771844342227> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)

narayana.astra@gmail.com

Igor Alexandre Silva Bueno

<https://orcid.org/0000-0002-1346-3368> 

<http://lattes.cnpq.br/2974910263661385> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)

igoralexandre.silvabueno@gmail.com

Wanderley Marchi Júnior

<https://orcid.org/0000-0002-4911-9702> 

<http://lattes.cnpq.br/5253611850382694> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)

wmarchijr@gmail.com

Resumo

O Futsac é um esporte inventado pelo empresário Marcos Juliano Ofenbock, a partir de um jogo que conheceu na Austrália em 1998 e adaptou para o Brasil em Curitiba – PR. Apesar de ser pouco conhecido popularmente, é uma modalidade que, através de um modelo gerencial, inseriu-se no cenário esportivo brasileiro, sendo oficialmente reconhecido pelo Ministério do Esporte em 2014. A presente pesquisa buscou indicar as negociações e relações políticas que marcaram as etapas de elaboração desse esporte brasileiro. Como resultados, observamos qualidades de formatação da modalidade como produto esportivo, uma aproximação política à parlamentares e entidades públicas empenhadas em pautas do esporte, bem como a fabricação de elementos simbólicos que agradem o público potencialmente consumidor do Futsac. Dessa forma, apresentamos alguns pontos norteadores de como se constrói um novo esporte no cenário brasileiro atual.

Palavras-chave: Esporte; Políticas Públicas do Esporte; Gestão do Esporte.

Abstract

Futsac is a sport invented by businessman Marcos Juliano Ofenbock, from a game he met in Australia in 1998 and adapted for Brazil in Curitiba - PR. Despite being little known popularly, it is a modality that, through a management model, entered the Brazilian sports scene, being officially recognized by the Ministry of Sport in 2014. The present research sought to indicate negotiations and political relations that marked the stages of elaboration of this Brazilian sport. The results of our research showed that the formatting qualities of Futsac as a sports product, a political approach to parliamentarians and public entities engaged in sports guidelines, as well as the manufacture of symbolic elements that please the public that is potentially a consumer of Futsac. Thus, we present some guiding points of how to build a new sport in the current Brazilian scenario.

Keywords: Sport; Sport Policy; Sport Management.



Resumen

Futsac es un deporte inventado por el empresario Marcos Juliano Ofenbock, de un juego que conoció en Australia en 1998 y adaptado para Brasil en Curitiba - PR. A pesar de ser poco conocida popularmente, es una modalidad que, a través de un modelo de gestión, ingresó al escenario deportivo brasileño, siendo reconocida oficialmente por el Ministerio de Deporte en 2014. La presente investigación buscó señalar negociaciones y relaciones políticas que marcaron las etapas de elaboración de este deporte brasileño. Como resultado, observamos las cualidades de formato del deporte como producto deportivo, un acercamiento político a los parlamentarios y entidades públicas comprometidas con las pautas deportivas, así como la fabricación de elementos simbólicos que agradan al público potencialmente consumidor de Futsac. Así, presentamos algunos puntos rectores de cómo construir un nuevo deporte en el actual escenario brasileño.

Palabras clave: Deporte; Políticas Deportivas Públicas; Gestión Deportiva.

INTRODUÇÃO

Criar um esporte brasileiro já não é mais uma novidade em nosso país. De maneira sucinta, é possível lembrar algumas das modalidades produzidas em solo nacional, tais como futebol de areia, futevôlei, capoeira, jiu-jitsu brasileiro, peteca, entre outros. O Futsac, criado em 1998 pelo empresário Marcos Juliano Ofenbock em Curitiba, PR, é uma modalidade reconhecida pelo Ministério do Esporte em 2014, momento em que passou a estar apta a angariar recursos da Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa Atleta. Para se ter noção do que isso representa de maneira concreta, o projeto “Futsac – Semente do Paraná”, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, sinaliza a captação de R\$120.710,25 para o fomento do desporto educacional. A descrição do projeto detalha melhor a atividade: “O projeto Futsac Semente do Paraná prevê a criação de dois núcleos de iniciação ao Futsac, sendo um na capital e um no norte pioneiro do estado, com atendimento previsto para 100 alunos entre 10 e 17 anos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2018, p. 70). Tendo em vista tal movimentação financeira aplicada a um esporte brasileiro, torna-se importante compreender como esse esporte atingiu tal patamar.

Desde sua criação em 1998, ainda como uma brincadeira, até seu estado atual como esporte, muitas etapas marcaram o desenvolvimento do Futsac. Esse esporte, ainda pouco conhecido, apresentou determinadas ações políticas por parte de seu idealizador, inserindo a modalidade em cenários como escolas, clubes, parques, lojas, presídios e reformatórios. Por conta de tais ações, meticulosamente planejadas por uma estratégia de gestão, marketing esportivo e articulação política, o Futsac já possui três federações estaduais, uma confederação brasileira e uma Federação internacional na Suíça. Além disso, o Futsac, na época de seu desenvolvimento, obteve visibilidade na mídia, tendo sido noticiado em telejornais como ESPN Brasil, Globo Esporte e em jornais como Jornal O Estado de São Paulo



e Gazeta do Povo. Em 2017, a modalidade passou a integrar a matriz curricular de Educação Física no ensino estadual do Paraná, elevando sua importância no campo esportivo ao adentrar o meio educacional (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, 2016).

É possível observar um rápido desenvolvimento do Futsac desde sua criação. Assim nos perguntamos: como tal modalidade, criada tão recentemente, evoluiu de maneira tão rápida? E como pode-se criar um novo esporte, seguindo determinados mecanismos observados?

A priori, observamos que apontar os elementos que norteiam a criação de uma modalidade esportiva dentro do quadro de negociações e relações políticas de esporte no Brasil possibilita aos gestores da área melhor coordenarem suas atividades, embasando-as em critérios científicos que muitas vezes não podem ser supridos apenas por dados quantitativos. As estratégias adotadas pelos envolvidos na criação do Futsac podem destacar os elementos favoráveis, bem como os obstáculos, os quais podem se manifestar futuramente na criação de novos esportes no Brasil. Para além desse fim, a presente pesquisa sugere a possibilidade de entender como as relações entre mercado, esporte, oferta e demanda se reproduzem no cenário esportivo brasileiro, bem como quais as relações das entidades públicas e representantes políticos com novos esportes criados no Brasil.

Metodologicamente, adotamos como objetivo principal investigar os elementos de relações políticas – *policy network* (FREY, 2000), envolvidos na criação do Futsac como esporte. Para Frey (2000), a *policy network* consiste em uma rede de relações sociais, no âmbito político, de caráter um tanto informal, porém regular. Nas palavras do autor:

Para a análise de políticas públicas, as '*policy networks*' ou '*issue networks*' são de grande importância, sobretudo enquanto fatores dos processos de conflito e de coalizão na vida político-administrativa. Foi observado, no caso da realidade política das democracias mais consolidadas, que os membros de tais *policy networks* costumam rivalizar-se, mas acabam criando laços internos de solidariedade, o que lhes possibilita se defender e agir contra os outros *policy networks* considerados concorrentes (FREY, 2000, p. 222)

Para atender a isso, a pesquisa orientou-se por um caráter qualitativo, sendo um estudo de caso. Para a obtenção dos dados, utilizamos referências diversas, tal como o livro "O nascimento de um esporte – Como inventei um esporte no fundo de quintal", de Marcos Juliano Ofenbock (2016), o canal de Youtube "Universidade do Futsac"; as leis que oficializaram a modalidade (lei municipal de Curitiba nº 14.784, e lei estadual do Paraná nº 18.739); reportagens sobre o Futsac, obtidas em portais de notícias; o documentário "Futsac – O



nascimento de um esporte”, do jornalista João Pellanda (2016) ; e dados apresentados pela Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2018, sob o tema “Debate sobre os esportes de criação nacional” .

Sendo assim, este trabalho está dividido em três momentos. Iniciamos com um panorama histórico da formulação da ideia do Futsac (ainda em formato de brincadeira e não esporte) em 1998 e que se estende até 2018, quando efetuados os repasses de verbas da Lei de Incentivo ao Esporte, por parte do governo brasileiro, para o desenvolvimento nacional do Futsac. Os dados histórico-descritivos da modalidade foram obtidos de Ofenbock (2016) e Pellanda (2016). Posteriormente, analisamos a importância das parecerias para a divulgação e como elas foram fundamentais para a estruturação da nova modalidade. Na sequência, é feita uma reflexão teórica, de caráter sociológico, a respeito de como se estrutura o cenário esportivo brasileiro para criação de novos esportes e quais foram as ações feitas para que o Futsac se tornasse uma realidade.

A FORMULAÇÃO DO FUTSAC: DE UMA BRINCADEIRA ENTRE AMIGOS AO ESPORTE-PRODUTO

O pesquisador Allen Guttmann, em sua obra clássica *From ritual to record* (2004), estabeleceu uma distinção conceitual entre brincadeiras, jogos e esportes. Para Guttmann, brincar compreenderia toda atividade que ocorre de forma espontânea e livre, seja ela física ou mental, atendendo a uma busca de diversão em sentido autotélico, isto é, fazendo referência a si mesma: brincar por brincar, distinguindo-se claramente do trabalho e da seriedade, os quais tem metas definidas. Nos jogos haveria uma brincadeira mais organizada, com regras e papéis mais definidos, de forma que a espontaneidade não seria mais uma característica presente. Ou seja, as brincadeiras que não sejam espontâneas e totalmente livres são consideradas jogos. Já nas disputas, existiria uma postura de seriedade explícita, podendo abranger desde um vestibular ou concurso público (competições mentais) até as competições físicas, as quais denominamos esportes, por serem atividades que se opõem à natureza da espontaneidade da brincadeira ou da ludicidade dos jogos. Assim, Guttmann dirá que esporte é toda “competição não-utilitária que inclui uma importante mensuração física, bem como intelectual” (GUTTMANN, 2004, p. 7, tradução livre).



O Futsac desenvolveu-se inicialmente como uma brincadeira, a partir do contato do empresário Marcos Ofenbock durante uma viagem na Austrália em 1998, com um produto conhecido como *footbag*. Ao trazer a bolinha do *footbag* para Curitiba – PR, Ofenbock começou a praticar, em formato de brincadeira de roda com os amigos, uma atividade de “embaixadinha” com a bolinha (RECHIA, MACHADO, TSCHOKE e SANTANA, 2016; OFENBOCK, 2016). Como seus colegas sempre relatavam que nunca haviam visto aquela atividade e a achavam muito divertida, Ofenbock conta que, em determinado momento, decidiu produzir as bolinhas de *footbag* para vender no Brasil. Chamou esse produto de *Footsack*, uma mistura de *footbag* com *Hackysack*, o nome da marca da bolinha que trouxe da Austrália. O Futsac, ainda em estágio de concepção e em formato de brincadeira, já começava a adquirir os contornos para, futuramente, torna-se uma modalidade esportiva que seria vendida a diferentes consumidores, sejam eles atletas, fãs, clubes, escolas, entidades diversas, etc. Nesse sentido, o esporte-produto é apresentado como demanda fabricada, ainda desconhecida pelos clientes em potencial, e por isso dependendo de uma natureza gerencial (OFENBOCK, 2016; PELLANDA, 2016).

Logo no início, Ofenbock já começou a pesquisar sob costura de bolas, possíveis recheios para o interior do material, bem como o registro das patentes de seus protótipos no Instituto de Propriedade Industrial (INPI). Em 2002, Ofenbock criou uma empresa, a Juba Materiais Esportivos LTDA (OFENBOCK, 2016; PELLANDA, 2016). Estava em curso o processo de formação do que chamaremos de esporte-produto.

Podemos perceber os primeiros movimentos de aspecto gerencial do Futsac. Os processos gerenciais estão relacionados ao ato de gerir, que por sua vez envolve o conhecimento, perspectiva e atitude relacionada com a tomada de decisões que, de algum modo, objetivam o planejamento, a estruturação, o controle e o desenvolvimento de determinada atividade e organização. Como apontam Chiavenato (2011) e Maximiano (2006), o cuidado com os aspectos gerenciais envolve o inter-relacionamento com pessoas e administração de recursos em conjunto. Nesse sentido, as movimentações feitas por Ofenbock relacionaram-se com a criação de um produto esportivo, amparado por proteção intelectual de patente e uma empresa formal, visando oferecer um produto que ainda não possuía demanda (tendo em vista que o público visado ainda desconhecia a prática do *footsack*).

Desenvolvendo a ideia gradualmente, Ofenbock preparou uma logomarca para a modalidade, e passou a produzir mais bolinhas, por meio das quais presenteava amigos,



estudando informalmente as reações que essas pessoas tinham ao conhecerem aquela brincadeira. Nota-se aqui um caráter de divulgação do futuro esporte-produto, ao mesmo tempo em que se realizou uma pesquisa de mercado.

Em 2003, Ofenbock conta que ainda se praticava apenas o formato freestyle, ou seja, formava-se uma roda cooperativa onde cada participante realizava embaixadinhas, manobras e passes com as bolinhas de futsack, em que não existia uma competição ou vencedores. Foi só em 2006 que de fato passou-se a conceber uma versão competitiva e com elementos de esportivização mais salientes, ou seja, formava-se a ideia de um jogo e abria-se a chance de tornar-se um esporte. Ofenbock projetou uma rede divisória em uma quadra e tornou a prática uma “quimera” de diferentes modalidades já conhecidas, tal como o vôlei, tênis de mesa, futevôlei, futebol de mesa, etc. Nesse mesmo ano, Ofenbock passou a tentar vender as bolinhas em lojas de brinquedos e materiais esportivos, mas descobriu que era necessária uma certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para a comercialização das bolinhas de futsack.

Percebemos que a criação de uma logomarca, a formação esportivizada do jogo e a consulta aos possíveis pontos de venda dos materiais para a prática esportiva constituíram elementos gerenciais importantes na trajetória do Futsac. Como destaca Mazzei e Rocco Júnior (2017), para gerir algo relacionado com o universo esportivo, é fundamental o conhecimento da prática, da atividade, do serviço e do produto esportivo em questão. Ter esse conhecimento torna a atividade coerente e orientada a um objetivo (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017). Sendo assim, o processo de desenvolvimento do Futsac teve essa orientação estratégica de forma bem marcada e rápida, principalmente no que se refere ao processo de esportivização da atividade.

Em 2004, Ofenbock adotou um recheio granulado feito a partir de garrafas PET para o interior das bolinhas. Isso se constituiria uma das suas principais movimentações de marketing da modalidade, tendo em vista que o Futsac adotaria um discurso ecológico frente aos consumidores; disso decorreram alcunhas como “esporte verde”, “esporte amigo da natureza” e “semente esportiva do Paraná”. O recheio da bolinha de Futsac é feito de plástico granulado reciclado, gerando uma grande contrapartida de sustentabilidade. Nesse sentido, o Futsac buscou mostrar-se como um esporte “amigo da natureza”. Na confecção de uma bolinha são necessários aproximadamente 50 gramas de plástico reciclado, o que equivale ao material plástico de uma garrafa PET de 2 litros (OFENBOCK, 2016).



Esse aspecto gerencial sustentável da modalidade, que também é um dos elementos sociais analisados em nossa pesquisa, aparece em conjunto com outras formas de marketing do Futsac, como por exemplo, o caráter social. A parte externa das bolinhas é feita de crochê. São confeccionadas por crocheteiras de baixa renda da Associação de Crocheteiras do Paraná (ACDC), criadas por Ofenbock em 2006 (OFENBOCK, 2016; PELLANDA, 2016). De acordo com os dados apresentados na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados em 11/04/2018 (COMISSÃO DO ESPORTE, 2018), mais de 50 crocheteiras de baixa renda costuram bolinhas de Futsac com recheio de granulado PET, o que demonstra uma ação conjunta das responsabilidades sociais e ambientais sendo apresentados como uma necessidade para a formação bem-sucedida na construção de um novo esporte no Brasil.

Em 2007, o Futsac atingiu novas etapas de consolidação. Entre elas, destacamos a criação da Associação Brasileira de Foolsack, como forma de preparar árbitros para futuras competições; a realização do primeiro campeonato da modalidade; e o contato com o Ministério do Esporte, em que Ofenbock descobriu que, para uma modalidade ser oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro, necessita de uma confederação nacional regendo três federações estaduais. Diante desse processo, houve o primeiro contato com uma importante entidade política da área esportiva, o Conselho Regional de Educação Física do Paraná, sob a figura do presidente Antonio Eduardo Branco. Essa parceria teria influência direta na inserção do Futsac na matriz curricular das escolas paranaenses, dentro da disciplina de Educação Física. Essa nos parece ser a primeira conexão direta a uma *policy network*, ao estabelecer contato com o CREF, um conselho de classe com influência política na área da Educação Física e do esporte.

Ainda em 2007, novo passo foi dado na gestão: a oferta de bolinhas licenciadas por clubes do Campeonato Brasileiro de Futebol. Ao perceber que o público consumidor do Futsac era em sua maioria composto de fãs e praticantes de futebol, Ofenbock utilizou essa estratégia de mercado para criar um interesse entre as pessoas que ainda não conheciam esse esporte recém-criado. Essa atenção ao gosto do público em relação às bolinhas se replicaria em outros momentos. Por exemplo, mais recentemente o jogo de celular *Pokémon Go* se mostrava uma febre no mundo todo, e isso não era diferente no Brasil. As bolinhas de Futsac passaram a ser ofertadas com o mesmo design popular das bolas que existem no jogo de celular em questão, como forma de aumentar as vendas desse produto esportivo.



Essa fase das bolinhas licenciadas, que se mostrou uma aproximação com os clubes de futebol, iria se manifestar de outras maneiras. Os gerenciadores do Futsac realizaram apresentações desse esporte durante os intervalos de partidas do Campeonato Brasileiro, de forma que um grande público acabava por conhecer a modalidade. Uma estratégia eficiente de divulgação, que destacamos como um dos elementos de gestão essenciais do Futsac. Entretanto, cabe destacar a forte ligação que a modalidade precisou construir com o futebol de campo para se estabelecer no cenário esportivo. Sendo o esporte mais popular do país, estabelecer esse contato é um elemento social imprescindível para abarcar a popularidade necessária na massificação de uma nova modalidade esportiva. Por conta de o futebol brasileiro ter forte caráter gerencial e de marketing esportivo (PRONI, 1998), torna-se vantajoso para o Futsac estar associado a essa modalidade, ainda que indiretamente.

O primeiro campeonato de Futsac foi realizado em 2007 (OFENBOCK, 2016). No ano seguinte, o lançamento oficial da modalidade ocorreu em um campeonato brasileiro, sendo realizado em Curitiba. Como o número de atletas ainda era pequeno, a maior parte dos competidores vieram da região sul do Brasil. Esse evento tem um caráter simbólico muito específico: Ofenbock relata que havia movimentações de políticos cariocas lhe ofertando a possibilidade de lançar o Futsac no Rio de Janeiro, porém seria necessário afirmar oficialmente que a modalidade era uma criação daquele estado. Ofenbock preferiu ignorar essa proposta e procurou políticos de Curitiba e do Paraná para apoiarem seu lançamento em Curitiba. Desses agentes contatados, destacamos o presidente do CREF - PR, Antonio Branco, bem como figuras políticas do legislativo com perfil associado ao esporte, tal como o vereador Felipe Braga Cortês e o deputado estadual Ney Leprevost (ambos do PSD – Partido Social Democrático). Não menos importante foi o apoio da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, ente administrativo da capital paranaense responsável por apoiar eventos do gênero. Novas etapas de *policy network* materializando-se na criação do Futsac.

É interessante notar o interesse dos políticos cariocas, tal como relatado por Ofenbock: podemos observar o capital político da criação de uma modalidade, despertando a atenção de pessoas interessadas em popularizar a modalidade, contanto que recebam o devido capital simbólico e político que acabam por “nascer” nessas trocas (MARCHI JÚNIOR, 2004).

Dessas ações políticas importantes para o avanço do Futsac, cabe ressaltar que os aspectos formais e legislativos da estruturação da modalidade não foram ignoradas na criação



desse esporte. Através do contato com os agentes políticos citados, Ofenbock conseguiu a aprovação de uma lei municipal e estadual que reconheciam o Futsac como esporte criado oficialmente em Curitiba – PR: a lei nº 14.7847, de 13 de janeiro de 2016, foi apresentada pelo já citado vereador Felipe Braga Cortês; já a Lei Estadual 18.7398, apresentada pelo deputado estadual Ney Leprevost, foi sancionada em 30 de março de 2016. Essas duas ações legislativas foram fundamentais para alicerçar o Futsac como esporte que desejava ser oficializado pelo Ministério do Esporte. Porém, cabe salientar que desde 2008 havia um contato com essas autoridades políticas, o que demonstra que tais ações exigiram uma movimentação mais prolongada.

Além dos deputados apresentados, também são citados por Ofenbock como importantes na articulação parlamentar para criação do Futsac os políticos Ricardo Gomyde (que já foi membro do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, e que em 2017 filiou-se ao PSB – Partido Socialista Brasileiro), o prefeito Gustavo Fruet (membro do PDT – Partido Democrático Trabalhista) e o governador Beto Richa (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira). Dessa forma, observamos que a *policy network* envolvida na criação do Futsac exigiu contato com membros de diferentes grupos do espectro partidário brasileiro.

Do privado para o público: processos em curso para a estruturação do Futsac

Durante o processo de desenvolvimento da modalidade Futsac, algumas ações e parcerias foram implementadas por Ofenbock com o objetivo de tornar o novo esporte conhecido. Para isso, foram usadas táticas de divulgação da modalidade, principalmente em estabelecimentos privados. Por exemplo, a realização de competições em shopping centers, em que espaços como estacionamentos eram reservados, contando-se com patrocínio de lojas de artigos esportivos (OFENBOCK, 2016). Como as quadras de Futsac são móveis e relativamente pequenas, eram espaços interessantes de divulgação da modalidade, tendo em vista a visibilidade propiciada pelos clientes do shopping que Ofenbock relata terem vindo assistir curiosos o novo esporte. Essas competições de Futsac eram filmadas e tinham vídeos com as melhores jogadas publicadas em redes sociais, divulgando cada vez mais a modalidade. Com o uso de músicas de fundo, edição de vídeo com replays dos melhores momentos e uso de zoom introduziam elementos de espetacularizar a modalidade, ao destacar os aspectos estéticos da modalidade, em sentido similar ao descrito por Marchi Júnior (2004). A



convocação de emissoras para realizar reportagens sobre essas partidas tornou-se estratégia de promoção da modalidade no meio televisivo.

Tais vídeos seriam fundamentais para, em anos seguintes, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) contatar Ofenbock para realizar uma matéria sobre o Futsac, em uma série de reportagens sobre a Copa do Mundo que seria realizada no Brasil em 2014. A divulgação por parte da entidade máxima do futebol no planeta acabaria por dar uma visibilidade especial para o Futsac. Após esse vídeo ser publicado pela FIFA em seu canal oficial do Youtube, Ofenbock (2016) conta que recebeu contato de diversos países, com gestores querendo implementar o Futsac em escolas, clubes, centros de treinamento, etc. Esse aspecto gerencial de divulgação adotado pela administração do Futsac talvez tenha sido o mais relevante até então, por ser uma estratégia de marketing apoiada por um aliado poderoso no cenário esportivo mundial.

Outras estratégias observadas foram a implantação de centros de treinamento e quadras de Futsac em cidades que dispunham de pouco recursos para investir em esportes. Ao oferecer algumas bolinhas e redes, pintar linhas em espaços livres e capacitar alguns alunos e professores para iniciarem a prática do Futsac onde esse esporte ainda era desconhecido, a modalidade crescia no interior de estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como relata Ofenbock (2016), a administração pública, representada por essas prefeituras do interior dos estados, não costumam dispor de muito dinheiro para investir em esportes. O Futsac, apresentado como uma modalidade de baixo custo, torna-se uma opção viável e interessante para os administradores políticos. Isso se torna mais evidente na fala de Ofenbock, proferida na Comissão do Esporte de 11 de abril de 2018:

[...] Em 2008, eu levei o esporte para Santa Catarina. Uns amigos meus começaram a jogar na Praia de Itapema. No final de 2008, conseguimos fazer o primeiro campeonato brasileiro da modalidade, na praça. O Secretário de Esporte viu como era barato implantar o esporte. Ele só pintou no paver as linhas, chumbou as traves e, com 3 mil reais, ele colocou três quadras na praça pública. [...] esse é um esporte muito barato de ser implantado. É possível adaptá-lo. É muito interessante, porque agora estamos implantando o Futsac em muitas cidades do interior que não têm recursos. O problema hoje é recurso. Desenvolver um esporte caro, que precisa de muitos recursos para ser implantado, é uma barreira. Isso não ocorre com o Futsac. Estamos implantando-o em mais de 40 Municípios do interior do Estado [...] (COMISSÃO DO ESPORTE, 2018, p. 22-26).

Pode-se notar, por essa afirmação, que a introdução do Futsac no interior dos estados parece obter resultados tão frutíferos quanto nas capitais. O Futsac foi ofertado à



administração política como uma opção mais vantajosa que outras modalidades que, embora mais estabelecidas no gosto popular, talvez não disponham de uma receita de custo baixo para implementação. Essa ação gerencial de oferecer o Futsac por preços atraentes, aliada à aproximação com políticos interessados em desenvolver o esporte em locais com uma receita pequena, acaba por se mostrar um mecanismo eficiente de criação bem-sucedida de um novo esporte. Nem sempre os políticos e gestores do esporte dispõem de recursos suficientes para implementar uma quadra poliesportiva, um novo ginásio, um parque, comprar materiais esportivos, etc. Na busca por alternativas de baixo custo, que possam ser entregues e implementados rapidamente, o Futsac acabou se destacando.

Em relação à aplicação do Futsac em escolas e demais espaços com crianças, Ofenbock empregou uma adaptação de seu produto esportivo no tocante às regras. O Futsac oficialmente não permite o contato das mãos com as bolinhas, porém em diversos momentos Ofenbock observou a dificuldade das crianças (e até mesmo adultos) em aprenderem a jogar o Futsac, por conta da dificuldade de domínio da bolinha. Para sanar tal dificuldade, que seria um obstáculo muito grande na popularização da modalidade, foi adaptada uma regra nas categorias de iniciação, permitindo que um toque com uma das mãos seja realizado para dominar a bolinha. Isso permitiu maior fluidez no aprendizado, e Ofenbock afirma que graças a essa nova metodologia de ensino as crianças passaram a gostar mais da modalidade.

Podemos observar o movimento de apropriação de outras modalidades para que o Futsac fosse mais facilmente assimilável. Para Bourdieu (1990) as diferentes formas de apropriação das práticas pelos diferentes grupos sociais e a elasticidade semântica promovida por eles promovem usos e entendimentos que dependem dos sentidos atribuídos pelos agentes ou pela influência do ambiente. Nesse sentido, a prática do Futsac foi adaptada para diferentes realidades, com o objetivo de facilitar sua aceitabilidade pelos diferentes grupos sociais. O esporte, que antes era difícil de ser praticado por exigir uma coordenação óculo-pedal, passou a tornar-se mais acessível com a flexibilização das regras.

Outros elementos de adaptação ocorreram em diferentes elementos desse esporte, como no nome da modalidade. Inicialmente *footsack*, o esporte foi rebatizado de Futsac, ou Futebol de Saco, para se adequar a um público brasileiro, o principal consumidor dessa modalidade até então. Ao apertuguesar o nome do esporte, o Futsac reforça o sentido simbólico de esporte oficialmente criado no Brasil. É interessante que o criador da modalidade relata que inicialmente gostava mais do nome em inglês, mas percebeu que as pessoas não



achavam que se tratava de um esporte realmente brasileiro por conta do estrangeirismo no nome do esporte. Frente a isso, a mudança de Foolsack para Futsac foi uma medida gerencial apontada como frutífera pelo criador da modalidade. Desse modo observamos que a modificação do nome e o atrelamento ao futebol se ligam aos processos de apropriação e transformação ou até mesmo de reconfiguração do esporte pelos processos de esportivização e espetacularização. Assim, o significado gerado e produzido por essas formas de nomear e praticar o Futsac são atravessados por fatores e condições sociais específicas que influenciaram o modo como esporte se configurou.

Em 2009, a criação da Federação Paranaense de Futsac, foi a etapa inicial do reconhecimento formal por parte do Ministério do Esporte. Em 2013, com a fundação das Federações Catarinense e Gaúcha, estava autorizado o registro jurídico da Confederação Brasileira de Futsac. Essas ações seriam primordiais para estabelecer um contato mais formal com o ministério, tal como relata Ofenbock (2016). Observando o processo de institucionalização do Futsac fica claro a busca do capital simbólico e legitimação da prática diante dos órgãos competentes. Tal capital foi buscado visto que é importante dentro do campo, realça as relações de força (MARQUES, 2010). É um crédito dado aos que recebem reconhecimento suficiente percebido pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 1996). Assim, o conhecimento pelo Ministério do Esporte traz legitimidade ao portador dessa propriedade. Outro aspecto fundamental na elaboração e consolidação da modalidade foi o projeto “Universidade do Futsac”. Parodiando a Universidade do Futebol, criada pelo professor João Medina, Ofenbock passou a ofertar cursos de formação de professores da modalidade:

[...] estava recebendo muitos contatos de todas as regiões do Brasil, de professores dos mais diversos estados. Todos estavam muito interessados em conhecer mais sobre o esporte, por isso, tive a ideia de fazer uma capacitação de Futsac pela internet. Seriam vários módulos em vídeo, mostrando todos os aspectos do esporte, com toda a história, os campeonatos, as regras e situações de jogo e, o mais importante, todos os exercícios, desde a iniciação no esporte até o nível mais avançado. Seria uma grande ferramenta para dar suporte ao crescimento do Futsac em todo o Brasil (OFENBOCK, 2016, p. 185).

Tais aulas de capacitação estão disponíveis na plataforma de vídeos Youtube, indicando mais um elemento gerencial adotado na elaboração do Futsac como esporte e produto. Afinal, um dos fatores de estímulo à popularização da modalidade acaba perpassando por sua divulgação entre professores interessados em ensinar essa nova prática, dentro de plataformas conhecidas e de fácil acesso.



Ao demonstrar a capacidade de preparar professores para ensinar a modalidade, o Futsac dava um passo em direção a sua inserção no meio escolar. Em 2017, o Futsac adentraria a Matriz Curricular Estadual de Educação Física do Paraná, tal como relatou o criador do novo esporte:

[...] o Futsac entrou na matriz curricular de todos os colégios estaduais do Paraná. Eu capacitei, no ano passado, 140 professores de 140 Municípios do Estado e, agora, fizemos uma oficina para os 32 núcleos regionais de educação. Até o final do ano, vamos capacitar 3.000 professores de Educação Física do Estado do Paraná, porque o Futsac está na matriz curricular (COMISSÃO DO ESPORTE, 2018, p. 24).

Por se tornar conteúdo curricular das escolas paranaenses, o Futsac garantia uma maior visibilidade entre as crianças e adolescentes, que passariam a ter a aproximação inicial com a modalidade. Um elemento gerencial e social importante que não teria se efetivado sem o aspecto de contato político com os representantes legislativos do Paraná, que possibilitaram essa inserção na matriz curricular.

Ainda tratando do público infanto-juvenil, ressaltamos que, além da adaptação das regras no uso das mãos, também foi criado uma seção no livro “O nascimento de um esporte”, com desenhos de jogadores de Futsac realizando movimentos complexos da modalidade com nomes lúdicos: passe da coruja (toque em que o atleta direciona a cabeça para o lado contrário), peito de pomba (jogada onde o atleta domina a bolinha com o peitoral), tartaruga (domínio com as costas), borboleta (toque com o calcanhar oposto, de forma que um pé cruza sobre o outro), chute do canguru (um chute saltando), escorpião (um golpe realizado com a perna no plano posterior do corpo) e ataque muay thay (um toque realizado com um dos joelhos), entre outros. Ao utilizar tais elementos lúdicos, o Futsac apresenta uma proposta mais atraente para os jovens, consumidores em potencial desse novo esporte. Medida gerencial adotada na construção do Futsac que ajuda a torná-lo permeável no público infanto-juvenil.

Porém, esse alcance aos jovens e crianças não se deu apenas em escolas públicas e privadas. Elemento social importante é destacado na promoção do Futsac em ambientes de reclusão penal. Em 2009, a Federação Paranaense de Futsac levou a modalidade para o Educandário de Curitiba, a instituição que mantém presos os menores infratores da região. Em 2010, foi a vez da Colônia Agrícola Penal abrigar um campeonato de Futsac entre os detentos (OFENBOCK, 2016). Tais ações perante uma das camadas excluídas da sociedade, os presidiários, constitui uma tentativa de marketing da modalidade através do discurso da responsabilidade social, algo que já vinha sendo feito de outras formas nesse esporte, tal como



os já citados exemplos das crocheteiras fabricantes das bolinhas, bem como o material sustentável de garrafa PET como recheio.

Fica patente, após os dados apresentados, o quão racionalizado foi a organização institucional do Futsac, desde sua concepção inicial em 1998 até o presente momento. O reconhecimento da modalidade pelo Ministério do Esporte em 2014 permitiu o amadurecimento do Futsac, tendo em vista suas diversas reformulações apresentadas ao longo dos resultados aqui demonstrados. Em 2018, ao obter mais de R\$120 mil reais para fomento da modalidade, novos desdobramentos do Futsac hão de surgir. Diante do que foi apresentado até aqui, quais ensinamentos podem ser aproveitados da criação do Futsac como novo esporte nacional?

O JOGO POLÍTICO NA CRIAÇÃO DE UM ESPORTE NO BRASIL

Para entender como se cria um esporte no Brasil, é preciso compreender como se estrutura o cenário esportivo brasileiro, mapeando seus agentes e instituições, bem como as relações sociais mantidas entre eles, e quais as regras que orientam a formulação de um esporte no Brasil; dessa forma poderemos entender a motivação por trás de cada ação, e seu resultado dentro do cenário em questão (STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2013). Nesse sentido, buscamos entender o Futsac mediante a discussão e comparação com outras pesquisas que prestaram análises do esporte brasileiro, em vista de traçar um panorama conciso que permita conectar os dados relativos ao Futsac com o que se discute no campo de políticas públicas para o esporte, mais especificamente na dimensão da *policy network*, isto é, as redes de relações políticas e de contatos (FREY, 2000).

Em primeiro lugar, é patente que o reconhecimento do Futsac como manifestação legitimada pelo Ministério do Esporte foi primordial para essa modalidade atingir o status que possui atualmente, isto é, apta a obter recursos da Lei de Incentivo ao Esporte e inserida em currículos escolares de Educação Física. Desde o início da elaboração desse esporte, seu fundador buscou nortear a modalidade mediante as regras estabelecidas pelo ministério no que se refere ao reconhecimento oficial do Futsac. Como visto, são necessárias três federações estaduais ao redor do país e uma confederação nacional para esse processo ser legitimado. Tendo conhecimento dessa regra, o criador do Futsac orientou suas ações gerenciais, políticas



e sociais tendo essa meta: a oficialização do Futsac perante o Ministério do Esporte. Essa instituição política é uma das mais proeminentes no cenário esportivo brasileiro; apesar da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, conceder relativa autonomia às entidades administrativas do esporte brasileiro, ainda existe o repasse de verbas públicas através desse órgão federal, o que denota seu poder na condução das políticas públicas em esporte e lazer no quadro nacional (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010).

Para Almeida e Marchi Júnior (2010), essa legitimação concedida pelo Ministério do Esporte faz parte do poder que essa instituição possui ao ser integrante do Estado burocrático, que incorpora poderio econômico, militar, judiciário e simbólico. Ao inserir o Futsac dentro de uma entidade administrativa do Estado brasileiro em 2014, a modalidade tornou-se permeável para receber recursos públicos (tal como ocorreu em 2018, com a Lei de Incentivo ao Esporte), adentrar currículos de Educação Física Escolar do Paraná e de outros estados (tal como ocorreu em 2017, no currículo escolar do Paraná), entre outras atividades importantes.

A criação das federações em nível estadual foi um processo mais amplo onde a gestão do Futsac atuou em diferentes frentes, buscando sua consolidação como prática nacional legitimada por uma parcela da população. Mas como se dá essa legitimação? Para entender isso, é preciso verificar as frentes de atuação do Futsac desde o início. Suas ações ocorreram no plano educacional (a inserção da modalidade nas escolas através da matriz curricular de Educação Física), no de lazer (criação de quadras públicas de Futsac em parques e praças em diferentes municípios) e no de rendimento (competições de nível local, estadual e federal). No campo privado, o contato com os clubes de futebol, bem como a FIFA, foram ações para legitimarem a modalidade dentro do campo esportivo.

Para Almeida e Marchi Júnior (2010), para entender o campo esportivo brasileiro, é preciso situá-lo dentro do espectro político da direita e esquerda. Quando nos referimos ao esporte responsável pela correção de mazelas sociais, tal como o combate a violência e a dependência química, acredita-se que a mão esquerda esteja nessa área. Quando se refere aos megaeventos ou mesmo o esporte de rendimento, a atuação da mão direita seria mais evidente. Ao analisarmos a trajetória do Futsac, percebemos movimentações dentro dos dois lados do espectro político. O Futsac legitima-se tanto por sua ação para combater os problemas sociais brasileiros quanto no desenvolvimento do esporte de rendimento e dos eventos esportivos, tendo em vista o desejo do criador da modalidade em tornar o Futsac um



esporte olímpico no futuro (OFENBOCK, 2016). Dessa forma, a criação de uma modalidade, como esporte-produto a ser ofertado para diferentes públicos, não pode se limitar apenas ao esporte educacional, de lazer ou de rendimento: sua divulgação bem-sucedida deve atuar em todas as frentes e dialogando tanto com a esquerda quanto com a direita na gestão esportiva. Isso fica mais evidente quando observamos que o contato de Ofenbock foi efetuado com políticos de diferentes siglas partidárias, tal como PSDB, PCdoB, PDT, entre outros.

Para o reconhecimento maior dentro do campo esportivo, no caso, por parte do Ministério do Esporte, Ofenbock e os demais agentes do Futsac começaram atuando em nível municipal, buscando a legitimação da Prefeitura de Curitiba e posteriormente do governo estadual. Sem o diálogo com as classes políticas dessas esferas executivas e legislativas, o Futsac talvez não teria se inserido nas matrizes curriculares de Educação Física, não seria reconhecido por meio de leis e, conseqüentemente, não obteria visibilidade nacional. Cabe destacar a boa relação com a mídia, destacando as ações de desenvolvimento desse esporte, tal como apresentado nos resultados.

Esse processo de legitimação foi em parte sustentado pelo discurso do “esporte sustentável” que sempre foi associado ao Futsac, graças à confecção das bolinhas por crocheteiras de baixa renda, bem como o material de origem reciclável. Dessa forma, quando uma prefeitura ou uma escola adquirem material do Futsac, estão adquirindo um esporte-produto que os concede um aspecto de distinção social, visto ser um material considerado sustentável, prática cultural esportiva diversificada, inovadora e patriótica (já que foi criado no Brasil, ou seja, valorizariam uma nova prática nacional). Sobre essa distinção social proporcionada pelos produtos esportivos, remetemos à Souza e Marchi Júnior (2010, p. 308):

O esporte é uma dessas práticas classificadas, classificantes e classificadoras. Não obstante, os próprios produtos e bens culturais atrelados, direta ou indiretamente, à indústria do esporte também o são; definem posições distintas a serem antecipadas por agentes dotados do senso de percepção e apreciação requisitada. E isso essencialmente porque o esporte e os bens culturais correlatos se tratam de práticas objetivamente classificadas e com potencialidade a se converter em práticas classificadoras, isto é, a se tornarem um lucro e expressão simbólica da condição de classe.

Dessa maneira, a oferta do Futsac, com seus elementos sociais destacados, confere uma distinção especial aos seus consumidores. Isso também é explorado de outras formas pelo criador da modalidade, tal como as bolinhas licenciadas pelos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro. Nesse caso, é possível observar também o consumo não de uma prática esportiva (o Futsac) mas sim de um produto esportivo em si (a bolinha licenciada), ou



seja, é possível que os consumidores adquiram a bolinha não necessariamente para jogar Futsac, mas justamente por ser um produto licenciado de seu clube favorito.

Outro elemento que observamos é o papel adquirido pela Confederação Brasileira de Futsac dentro do campo esportivo brasileiro. Ao tomar o status de modalidade oficialmente reconhecida pelo governo, passou a poder pleitear recursos públicos na Lei de Incentivo ao Esporte e programa Bolsa Atleta para modalidades não-olímpicas. Dessa forma, a Confederação passa a competir com demais esportes por recursos. Ao verificar o debate nacional sobre os esportes nacionais, realizado na Câmara dos Deputados em 2018, é possível observar diversas outras entidades de esportes não-olímpicos pleiteando maior visibilidade e desejando apresentar suas novas modalidades para o cenário político: Sorvebol, Manbol e Surf na Pororoca, cada um em uma região específica do país, também demonstraram que almejam disputar recursos para fomentar seus projetos (COMISSÃO DO ESPORTE, 2018). O Futsac, nesse sentido, tornou-se mais um esporte legitimado a disputar esses recursos junto com essas modalidades em ascensão.

Por fim, observamos que o Futsac tem se inserido no cenário esportivo nacional em áreas como lazer, educação física escolar e rendimento, todas ao mesmo tempo e com aspectos gerenciais evidentes em cada uma delas; isso parece seguir um caminho traçado pela mercantilização da modalidade, sendo ofertada para diferentes públicos e para diversos fins, dentro dos ditames do mercado, pela lógica da oferta e procura. Essa estratégia, também observada no voleibol por Marchi Júnior (2004), poderá ser ainda mais evidente se, no futuro, os processos de espetacularização do Futsac começarem a se manifestar, caso sua popularidade cresça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa buscamos indicar os elementos gerenciais, políticos e sociais que constituíram a trajetória de criação de uma nova modalidade, no caso, o Futsac; em nossa discussão dos resultados, vinculamos os dados encontrados com a discussão de pesquisadores que se embasam na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu para tentar explicar o fenômeno esportivo.

Acreditamos que se tornou evidente que as características gerenciais, políticas e sociais mostraram-se indissociáveis na construção do Futsac. Todo o planejamento



administrativo da modalidade visava o reconhecimento político, o qual só seria alcançado por seus benefícios sociais sendo demonstrados ao público. Ao mesmo tempo, a modalidade se “sustentou” por todo esse tempo sendo comercializada, através da venda dos materiais esportivos, cursos de capacitação, livros e divulgação, com muito suporte da mídia e de entidades parceiras, fossem elas de natureza pública ou privada.

Com a entrada dos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte, é provável que novas etapas da formação do Futsac continuem manifestando-se em breve, porém não cabe a nós especularmos aqui quais serão essas fases. O que pudemos fazer concretamente foi demonstrar como esses processos da criação do Futsac se deram nos diferentes momentos. Para quem deseja construir um novo esporte no Brasil, ou ao menos entender processualmente como se dá essa empreitada, pode encontrar nessa pesquisa alguns pontos norteadores.

Por fim, recomendamos a futuros estudos a investigação das outras modalidades que vêm sendo produzidas no Brasil em outras regiões, tais como o Manbol e o Sorvebol. Identificar quais semelhanças e diferenças podem existir entre a criação do Futsac com essas modalidades poderá orientar melhor a gestão esportiva brasileira, bem como ampliar a discussão científica das políticas públicas em esporte no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Deliberação nº 1.230, de 12 de novembro de 2018**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/217358296/dou-secao-1-13-11-2018-pg-82?ref=next_button>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

BRASIL. **Lei n. 14.784, de 13 de janeiro de 2016**. Reconhece o futsac como modalidade esportiva criada na cidade de Curitiba. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2016/1479/14784/lei-ordinaria-n-14784-2016-reconhece-o-futsac-como-modalidade-esportiva-criada-na-cidade-de-curitiba>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

_____. **Lei n. 18.739, de 30 de março de 2016**. Reconhece o futsac como modalidade esportiva criada no estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAtos=154688>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.



_____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

COMISSÃO DO ESPORTE. **Debate sobre os esportes de criação nacional – Reunião nº 0124/18**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/documentos/notas-taquigraficas/notas-taquigraficas-2018?b_start:int=15>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York, USA: Columbia University Press, 2004.

_____. **Sports: the first five millennia**. Boston, USA: University of Massachusetts Press, 2004.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu**. 285f. 2010. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

MAXIMIANO, Antonio. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital** São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZEI, Leandro; ROCCO JÚNIOR, Ary. Um ensaio sobre a gestão do esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil. **Revista de gestão e negócios do esporte**, v. 2, n. 1, p. 96-109, 2017.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Pauta da 119ª reunião ordinária da comissão técnica da lei de incentivo ao esporte – 05 de setembro de 2018**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2018. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/leiIncentivoEsporte/Pauta_119_Reunio_Ordinaria.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

OFENBOCK, Marcos. **O nascimento de um esporte: como inventei um esporte no fundo de quintal**. Curitiba, PR: Futsac, 2016.

PELLANDA, João Guilherme. **Documentário audiovisual: FUTSAC: o nascimento de um esporte**. 56f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.



PRONI, Marcelo. Esporte espetáculo e futebol-empresa. 262f. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

RECHIA, Simone e colaboradores. Esportivização de um jogo: algumas considerações sobre o Futsac. **Kinesis**, v. 34, p. 37-50, 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE. **Futsac entra na matriz curricular da rede estadual de ensino do Paraná**. Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Futsac-entra-na-matriz-curricular-da-rede-estadua>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 293-315, 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; NUNES, Ricardo Sonoda.; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14 [e] CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3. 2009, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA: CBCE, 2009.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 35, n. 3, p. 785-798, 2013.

Dados do primeiro autor:

E-mail: narayana.astra@gmail.com

Endereço: Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Rua General Carneiro, 460, Centro, Edifício Dom Pedro I, 9º andar, sala 906, Curitiba, PR, CEP: 80060-150, Brasil.

Recebido em: 31/10/2021

Aprovado em: 29/11/2021

Como citar este artigo:

AMSTEL, Narayana Astra van; BUENO, Igor Alexandre Silva; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Políticas públicas e gestão de novos esportes no Brasil: o caso do futsac. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 168-187, set./ dez., 2021.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE: QUAIS SEUS OBJETIVOS PELA VISÃO OFICIAL DOS FORMULADORES (AGENTES POLÍTICOS)

SPORTS INCENTIVE LAW: WHAT ARE YOUR OBJECTIVES FOR THE OFFICIAL VIEW OF THE FORMULATORS (POLITICAL AGENTS)

LEY DE INCENTIVOS DEPORTIVOS: CUÁLES SON TUS OBJETIVOS PARA LA VISTA OFICIAL DE LOS FORMULADORES (AGENTES POLÍTICOS)

Rafael Silva Diniz

<https://orcid.org/0000-0002-4116-6010> 

<http://lattes.cnpq.br/8767883262228412> 

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG – Brasil)

paje_ltnda@yahoo.com.br

Marcus Peixoto de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-8632-2961> 

<http://lattes.cnpq.br/9649433431588575> 

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG – Brasil)

po.marcus@gmail.com

Luciano Pereira da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-3456-5766> 

<http://lattes.cnpq.br/4935803105467960> 

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG – Brasil)

lpereira45@hotmail.com

Resumo

A Lei de Incentivo ao Esporte foi criada como alternativa no financiamento das políticas de esporte e lazer. O artigo buscou investigar os objetivos da LIE pelo ponto de vista dos seus formuladores (agentes políticos). Analisamos os projetos de lei e suas justificativas, além do relatório das comissões parlamentares e a transcrição do debate no Congresso Nacional, tentando compreender as intencionalidades existentes na sua aprovação. Da análise emergiram cinco palavras-chaves, que foram convertidas nos seus potenciais objetivos: 1) promover o esporte e o lazer pelo potencial benefício social; 2) minimizar a escassez financeira do setor; 3) ampliar a contribuição financeira do setor privado; 4) dar maior celeridade entre a fase de formulação e implementação das políticas; 5) aumentar a quantidade de atletas profissionais no país. A partir da definição dos objetivos da LIE é possível verificar seu impacto na sociedade de forma mais precisa.

Palavras-chave: Mecenato Esportivo; Financiamento Público; Esporte e Lazer.

Abstract

The Sports Incentive Law (SIL) was created as an alternative to finance sports and leisure policies. The article investigated the objectives of the SIL from the point of view of its formulators (political agents). We analyzed the bills and their justifications, in addition to the report of the parliamentary committees and the transcript of the debate in the Congress, trying to understand the intentions existing in its approval. Five keywords emerged from the analysis, which were converted into their potential objectives: 1) promoting sport and leisure for the potential social benefit; 2) minimize the sector's financial scarcity; 3) expand the financial contribution of the private sector; 4) greater speed between the formulation and implementation of policies; 5) increase the number of professional athletes in the country. Based on the definition of LIE objectives, it is possible to verify its impact on society more precisely.



Keywords: Sports Patronage; Public Financing; Sports and Leisure.

Resumen

La Ley de Incentivo al Deporte (LID) se creó como una alternativa para financiar las políticas deportivas y de ocio. El artículo indaga sobre los objetivos de la LID del punto de vista de sus formuladores (agentes políticos). Analizamos los proyectos de ley y sus justificaciones, además del informe de las comisiones parlamentarias y la transcripción del debate en el Congreso, tratando de comprender las intenciones existentes en su aprobación. Del análisis surgieron cinco palabras clave, que se convirtieron en sus objetivos potenciales: 1) promover el deporte y el ocio para el potencial beneficio social; 2) minimizar la escasez financiera del sector; 3) ampliar la contribución financiera del sector privado; 4) mayor rapidez entre formulación y implementación de políticas; 5) incrementar el número de deportistas profesionales. A partir de la definición de los objetivos de LIE, es posible verificar con mayor precisión su impacto en la sociedad.

Palabras clave: Mecenazgo Deportivo; Financiamiento Público; Deportes y Ocio.

INTRODUÇÃO

Com a posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP) o esporte e o lazer ganharam maior foco na agenda pública nacional. O marco inicial foi dado pela Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, que criou o Ministério do Esporte, a partir da desvinculação do turismo (BRASIL, 2003a). À frente da pasta estava o Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), personagem que atuou ativamente no Congresso Nacional para a aprovação do financiamento dos esportes olímpicos na Lei n.º 10.264, de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo/Piva). Todavia, gerindo o menor orçamento entre os ministérios da época, passou a ser uma das metas do ministro aumentar o capital disponível para o esporte. Para isso, planejou criar uma lei de incentivo fiscal ainda no primeiro semestre de 2003, com finalidade explicada por ele mesmo: "A ideia é a de ampliar o financiamento no esporte como um todo. Vamos fazer com que as empresas privadas invistam em algo positivo, saudável, de sucesso, além de promover o desenvolvimento do povo brasileiro" (BRASIL, 2003b).

Tabu em outros governos, o tema do incentivo fiscal ao esporte passou a circular nos corredores do poder executivo federal como alternativa viável para complementar o orçamento do esporte, ao ponto de ser citado no discurso do Presidente da República na solenidade de abertura da I Conferência Nacional do Esporte. "Tenho certeza de que sairão daqui contribuições substanciais que vão balizar também a criação de uma Lei de Incentivo ao Esporte" (BRASIL, 2004a).

Apesar da identificação do ministro com o setor esportivo, no dia 02 de março de 2006 ele anunciou seu afastamento para participar das eleições daquele ano. Logo, o Secretário-executivo Orlando Silva (PCdoB/SP) passou a responder interinamente pelo órgão e foi empossado na função definitiva no dia 06 de abril. A mudança de chefia não



comprometeu a organização da II Conferência Nacional do Esporte, fórum onde finalmente foi apresentado a comunidade esportiva o projeto da Lei de Incentivo ao Esporte, que também seria a sugestão normativa aos demais entes federativos. No dia seguinte ao término do evento (08/05/2006) foi protocolado no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 6.999, tratando sobre benefícios fiscais para a área do esporte (BRASIL, 2006a).

A iniciativa do executivo foi apensada ao Projeto de Lei n.º 1.367, de 1º de julho de 2003, do Deputado Federal Bismarck Maia (PSDB/CE), por ser o mais antigo sobre o tema ainda em análise no parlamento (BRASIL, 2003c). Outras quatro propostas de mesmo teor ainda foram agrupadas ao processo, mostrando a complexidade na discussão da isenção fiscal no esporte. O trâmite seguiu em regime de urgência, o que deu celeridade ao seu exame, e da discussão desse conjunto de projetos foi aprovado na última sessão plenária da Câmara dos Deputados de 2006 a Lei n.º 11.438, que popularmente ficou conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (BRASIL, 2006b).

Ao longo dos 13 anos fiscais do seu funcionamento (2007-2019), a LIE injetou cerca de 2,6 bilhões de reais, mostrando sua relevância para movimentar a cadeia produtiva do esporte e também como mecanismo de participação social na “coisa pública”, uma vez que elegeu as associações e fundações sem fins econômicos, denominadas de organizações da sociedade civil (OSC), como protagonistas na promoção do esporte e do lazer (BRASIL, 2020). Contudo, esta política de parceria público-privada nasceu com vigência temporária, inicialmente estipulada para 2015 e estendida até 2022 pela Lei n.º 13.155/2015 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte). Diante da proximidade de término da legislação, torna-se importante refletir sobre suas limitações e potencialidades, ao mesmo tempo em que também é preciso pensar sobre a sua capacidade de suprir com o estado de problema social para o qual a política foi idealizada. Nesse sentido, o presente artigo buscou investigar os objetivos da LIE pelo ponto de vista oficial dos formuladores (agentes políticos) da política pública.

Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa, exploratório-descritiva. O estudo foi caracterizado dessa forma pois, apesar de conseguirmos catalogar seis dissertações de mestrado específicas sobre a LIE (SOUZA, 2021; OLIVEIRA, 2020; NASCIMENTO, 2019; DINIZ, 2016; GUERREIRO, 2016; SILVA, 2015), no sítio eletrônico do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e nove artigos científicos (DINIZ; SILVA, 2019; CABRAL et al., 2019; CAMPOS;



NASSIF, 2017; SANTOS; JUCHEM; MADURO, 2017; REGINATTO; SOUZA, 2016; MATIAS et al., 2015; SANTOS; BONIN; DONHA, 2014; PEREIRA et al., 2012, BASTIDAS; BASTOS, 2011; CAVAZZONI; BASTOS; KURLE, 2010), no sítio eletrônico do Google Acadêmico, nenhum deles teve como foco principal os objetivos estabelecidos para esse mecanismo de fomento. Desta forma notamos uma lacuna na discussão acadêmica sobre os efeitos e resultados esperados da política pública e suas expectativas iniciais enquanto instrumento estatal de indução de comportamento na sociedade. Além do mais, pela relevância financeira que a LIE tem ganhado ao longo dos anos, esperávamos uma produção acadêmica mais robusta no levantamento bibliométrico, que, apesar de conciso, ficou marcado pela falta de diálogo entre as produções. Por isso, o presente estudo pretende resgatar as intenções iniciais dos formuladores da política de isenção fiscal ao esporte para contribuir com novas discussões sobre o resultado alcançado pela LIE e o impacto gerado na sociedade.

Compuseram as fontes dessa pesquisa a legislação existente sobre a LIE, os projetos de lei e suas justificativas, o relatório das comissões parlamentares que se debruçaram sobre o tema e os registros de transcrição dos debates parlamentares na sessão plenária do Congresso Nacional. Todas essas fontes estão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O recorte temporal da pesquisa documental foi de 2003 a 2006, mas acrescido de um único projeto de lei de 1988, adicionado ao escopo devido a sua citação dentro do dossiê de aprovação da LIE e também por representar a argumentação dos agentes políticos a primeira tentativa de implementação de uma política federal de incentivo fiscal ao esporte – Lei Mendes Thames (Lei n.º 7.752/1989). O caminho metodológico adotado foi a leitura de todas as fontes para a compreensão do contexto de aprovação da LIE e a busca de trechos que expressassem de forma explícita o(s) objetivo(s) da política pública. Na ausência de documento oficial com esta informação, selecionamos o projeto de lei e sua justificativa como fonte primordial de análise, pois, através dos argumentos escritos, é possível deduzir as intencionalidades dos autores da norma. Esse material foi examinado pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), de onde emergiram expressões-chave que sintetizaram a relação de causa e efeito esperada com a implementação da política pública, que para este estudo será interpretado como objetivo a ser alcançado pelo ponto de vista dos seus formuladores.



OBJETIVO(S) DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Ao examinar o sítio eletrônico do programa encontramos diversas normativas editadas pelo poder executivo com um detalhamento de regras de funcionamento da LIE, mas nenhuma que expresse formalmente o objetivo central da política pública. Santos e colaboradores (2017) adotaram em sua pesquisa o trecho “promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social”, do parágrafo primeiro, do Art. 2º da LIE como objetivo da política pública. Todavia, esta passagem nos parece mais uma recomendação normativa de aplicação do recurso da lei do que um objetivo para alcançar a mudança social de um estado de problema.

Na ausência de um documento oficial que trouxesse explicitamente o objetivo da política, tanto por parte do poder executivo quanto do poder legislativo, fizemos a opção de tentar compreender as narrativas dos seus formuladores (agentes políticos) e a partir dessa análise delinear de maneira mais adequada o(s) objetivo(s) da política pública. De acordo com a informação de tramitação da LIE, identificamos seis projetos de lei que compõem o seu dossiê, sendo a abertura do processo em 01/07/2003 e a última proposta pensada no dia 08/05/2006. Somente com esta última proposta, enviada pelo Ministério do Esporte, o processo ganhou força na Câmara dos Deputados, principalmente por ser prerrogativa exclusiva do poder executivo iniciar o debate sobre o tema que impacta no orçamento público, como no caso da isenção fiscal ao esporte. No entanto, os quase três anos que antecedem esta proposta são importantes para movimentar os parlamentares sobre o tema na Comissão de Turismo e Desporto, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, acumulando capital político para validar este modelo de fomento estatal.

Contudo, poucos documentos e pareceres das comissões corroboram para identificar de maneira explícita um objetivo da legislação, embora sejam relevantes para a compreensão das dificuldades técnicas na aprovação de uma norma que impacta na capacidade de arrecadação do Estado. Por isso, a escolha seguinte foi realizar uma leitura exploratória do conteúdo textual de cada justificativa dos seis projetos de lei, organizando as motivações e argumentos adotados em expressões-chave, que foram sintetizadas no quadro 1.

**Quadro 1** – Expressões-chaves e síntese das justificativas dos projetos de lei que compõem o dossiê de aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei n.º 11.438/2006)

1) Projeto de Lei n.º 1.367 (01/07/2003) - Deputado Federal Bismarck Maia (PSDB/CE)

a) Escassez financeira: É dever constitucional do Estado fomentar as práticas desportivas, o que tem acontecido de forma exclusiva ao esporte olímpico pela Lei Agnelo/Piva (Lei n.º 10.264/2001). Tendo em vista a experiência positiva do incentivo fiscal à cultura e a previsão deste mecanismo na Lei Pelé (Lei. N.º 9.615/1998), é favorável a criação de mecanismo similar, mas que abarque todas as manifestações do esporte. Somasse ao fato, o histórico de baixa e irregular dotação orçamentária, o que se mostra insuficiente.

b) Benefícios do esporte e do lazer: Como o esporte é importante ferramenta de promoção da eugenia, da saúde, da educação, da moral, do civismo e da inclusão social, torna-se preciso criar condições para garantir o acesso de toda a população. Ao mesmo tempo, é preciso estimular o desenvolvimento da indústria brasileira do esporte/entretenimento, relacionada ao alto rendimento, a desenvolver a infraestrutura para o país hospedar Megaeventos que serão molas propulsoras do desenvolvimento econômico e do turismo.

2) PL n.º 1.663 (12/08/2003) - Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP);

c) Formação de atleta: Reativar a Lei Mendes Thame (Lei n.º 7.752/1989), primeira lei de incentivo fiscal ao esporte, pois ela tem potencial de estimular o setor privado a patrocinar os esportes, assim aumentando a quantidade de praticantes amadores e, por consequência, aumentando a base de formação de novos atletas profissionais.

Justificativa do Projeto de Lei n.º 418, de 02 de março de 1988, que dá origem a Lei Mendes Thame:

d) Escassez financeira/Contribuição financeira do setor privado: O Estado não tem conseguido arcar com o investimento adequado (de modo desorganizado e quase insignificante) no esporte, embora seja prática apreciada pelo povo. Neste contexto, o ideal seria incentivar empresas privadas a participar desse fomento a partir do estímulo de incentivo fiscal.

3) PL n.º 2.331 (21/10/2003) - Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG);

e) Benefícios do esporte e do lazer: A prática do esporte traz ganhos psicossociais, além de ser forma de promoção da saúde, se tornando importante atividade profilática diante do crescente percentual de obesidade na população. Além do mais, o esporte pode atuar como atividade capaz de diminuir a criminalidade ou de afastar os jovens dela. Por isso, todas as formas de incentivo a prática esportiva são benéficas, inclusive aquelas vindas pelo incentivo fiscal.

4) PL n.º 4.207 (06/10/2004) - Deputado Federal Takayama (PMDB/PR);

f) Escassez financeira: O investimento público gerou bons resultados na participação da China e da Grécia nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, o que mostra a relevância para o



país criar política similar. Diante do orçamento escasso e dos gastos públicos crescentes, não resta outra alternativa do que chamar grupos privados para auxiliar no investimento do esporte.

g) Benefícios do esporte e do lazer: “a prática desportiva proporciona o desenvolvimento integral do ser humano, forja o caráter e estimula a inteligência emocional, preparando o indivíduo para o exercício da vida em coletividade e da capacidade de suplantar óbices”.

5) PL n.º 4.306 (21/10/2004) - Deputado Federal Joaquim Francisco (PTB/PE)

h) Celeridade processual: A escolha do incentivo fiscal como forma de financiamento público do dever constitucional do Estado com o esporte e lazer dos jovens se deve pela maior dinamicidade em relação ao recurso orçamentário.

i) Benefícios do esporte: O esporte é fundamental para o desenvolvimento físico, emocional e social dos jovens, mas as ações previstas neste projeto são para o custeio de despesas de locomoção destes em competições regionais e nacionais.

6) PL n.º 6.999 (08/05/2006), de iniciativa do poder executivo.

j) Benefícios do esporte e do lazer: Estimular a promoção do esporte e do lazer, importantes instrumentos de inclusão social, para serem matéria tão essencial quanto a educação e saúde;

k) Contribuição financeira do setor privado: O Ministério do Esporte tem conseguido ampliar ações nas parcerias com entidades públicas, clubes sociais e ONGs, mas falta uma sinalização para o setor empresarial. Por meio do incentivo fiscal pode-se criar um poderoso instrumento a colaborar no desenvolvimento da atividade esportiva mediante transferência de recursos.

Fonte: BRASIL (1988); BRASIL (2003c); BRASIL (2003d), BRASIL (2003e), BRASIL (2004b), BRASIL (2004c) e BRASIL (2006a).

Nota: construção dos autores.

Cinco das sete propostas concentraram parte da sua linha argumentativa em mostrar que o objeto setorial a ser fomentado era de relevância social, gerador de potencial benefício para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a expressão-chave “benefícios do esporte e do lazer” emergiu como a mais recorrente, por isso a assumimos como um fim esperado pelos agentes políticos para a aprovação da LIE, podendo ser convertida em objetivo 1) promover o esporte e o lazer pelo potencial benefício social. Todas estas propostas apresentaram uma visão positiva do esporte e do lazer, de forma geral ou específica a grupos etários, como no caso dos jovens em idade escolar destacados no PL n.º 4.306/2004 (BRASIL,



2004c). Este tipo de argumento encontra consonância na sociedade, tanto que na pesquisa feita por Reginatto e Souza (2016), na Região do Vale do Paranhana e da Serra, no Rio Grande do Sul, também verificou a promoção do bem-estar social e o estímulo a responsabilidade social empresarial como a principal motivação para apoiar um projeto da LIE entre os profissionais de contabilidade.

No entanto é necessário ponderar essa narrativa, pois, em algumas passagens textuais, as propostas de lei reforçavam um viés salvacionista e funcionalista destes elementos de cidadania, como a tradicional vinculação da capacidade do esporte em diminuir “a criminalidade e a violência”, presente no PL n.º 2.331/2003 (BRASIL, 2003e). Além da justificativa não apresentar uma relação racional direta de causa e efeito, baseada em evidências empíricas, este tipo de fundamento tende a enfraquecer a discussão pautada nos direitos sociais, pois traz uma visão do esporte e do lazer como meio para a garantia de outros direitos.

No decorrer da análise de conteúdo textual também verificamos como recorrente o argumento da insuficiência orçamentária para o adequado fomento do esporte e do lazer, sendo fato criticado no PL n.º 1.367/2003, como uma desobrigação do Estado com suas responsabilidades constitucionais, mas percebido como uma tarefa árdua no PL n.º 4.207/2004, diante de um cenário de recurso escasso e de crescente demandas sociais e econômicas (BRASIL, 2003c; BRASIL, 2004b). A expressão-chave “escassez financeira no setor esportivo” acumulou três citações, assumindo o segundo lugar entre os argumentos mais utilizados na justificativa dos projetos de lei. Desta forma, o assumimos como objetivo 2) minimizar a escassez financeira do setor esportivo, por apresentar um estado social de problema a ser solucionado pela aprovação da política pública, que pode ser acompanhado pela sua capacidade de complementar o investimento orçamentário.

Essa característica da LIE, de ser um quase segundo orçamento setorial, ecoa na comunidade esportiva como uma das suas principais finalidades (BRASIL, 2006b). Todavia, esta leitura da política setorial sinaliza para o orçamento público como o *locus* do problema, o que nos parece estabelecer uma contradição conceitual, haja visto que este é o espaço material das soluções estatais para as questões sociais em pauta na agenda pública. Nesse sentido, torna-se relevante observar o recurso injetado pela LIE no setor, mas a existência de mecanismo de complementação orçamentaria não é capaz de mudar, por si só, o *status quo* da insuficiência financeira para as políticas setoriais de esporte e lazer. Por isso, a escolha dos



formuladores em eleger as OSC de esporte como agentes de implementação da política pública é uma engrenagem importante para a formação de novos agentes sociais/políticos e para o acúmulo no setor de capital burocrático – familiarização com a burocracia pública. Estes dois elementos são cruciais para que o setor esportivo possa atuar de forma mais efetiva no debate do orçamento público, pois este não é um espaço neutro, mas uma arena de disputa em que na relação entre os diversos agentes sociais/políticos emerge as prioridades estatais (OLIVEIRA, 2012). Em outras palavras, objetivo 2) minimizar a escassez financeira do setor esportivo deve ser monitorado tanto pelo percentual da LIE em relação ao orçamento liquidado pelo órgão gestor, aquele efetivamente executado, como também pelo seu potencial de formação de novos atores sociais capazes de mudar o contexto da partilha orçamentária.

Com relação a este segundo ponto, o estudo de Matias e colaboradores (2015) classificou a LIE como uma política de “contrarrevolução”, pois diminui a presença do Estado no desenvolvimento de políticas públicas democratizantes, devido a alocação do recurso acontecer exclusivamente pela tomada de decisão privada. Ao mesmo tempo em que a LIE também tem demonstrado capacidade limitada de formação de novos atores sociais, pois continua a beneficiar um mesmo grupo conservador do esporte de alto rendimento, o qual já era destinatário do financiamento público da Lei Agnelo-Piva (Lei n.º 10.264/2001). Numa tentativa de explicar o melhor desempenho dos agentes do esporte de rendimento na LIE, o estudo de Santos, Bonin e Donha (2014) se baseou na teoria de Bourdieu para deduzir que ainda não há um novo *habitus* esportivo (capital cultural incorporado) na sociedade brasileira pós-Constituição Federal de 1988, assim prevalecendo a imagem do esporte de rendimento no imaginário social como a forma ideal da sua prática. Por isso, as OSC de atletas e ex-atletas possuem maior capital simbólico - prestígio, reputação ou o acúmulo de feitos esportivos, que tornam o agente reconhecido em um campo – refletindo no maior êxito na captação de recurso.

Parte da narrativa dos agentes políticos sobre a escassez financeira também atrelou a discussão a criação de um estímulo público para sensibilizar o setor privado com fins econômicos a participar da cadeia produtiva do esporte. Desta forma, o aumento de capital circulante para o setor envolvia tanto a complementação de recurso público, quanto estratégias de atrair investimento privado ao montante público investido. A expressão-chave “contribuição financeira do setor privado” surgiu em duas justificativas, indicando que o incentivo fiscal seria meio adequado para induzir a aproximação afetiva/comercial entre OSC



de esporte e investidor privado. Este termo foi convertido no objetivo 3) ampliar a contribuição financeira do setor privado a causa esportiva; porém temos que chamar a atenção que o desenho da política pública escolhida pelos formuladores autorizou que o apoiador privado pudesse deduzir integralmente o valor da sua doação na Declaração de Imposto de Renda. Desta forma, apesar do argumento apontar para a injeção de capital privado, na prática temos um mecanismo que transforma o investimento privado em recurso público indireto. Para Cabral e colaboradores (2019) a conversão do apoio privado em recurso público pode gerar a falsa sensação à sociedade de atuação empresarial na área de responsabilidade social, quando o que temos é uma participação privada restrita a alocação do recurso público na área esportiva, isto é, um modelo de política de orçamento participativo empresarial.

Neste contexto, o mecanismo somente é efetivo no aumento do capital circulante por conta do valor destinado pelo contribuinte tomar a forma de adiantamento financeiro, um tipo de sistema de crédito público por meio do setor privado. Este sistema traz parte do orçamento público do ano seguinte para o vigente, aumentando a oferta financeira para a área do esporte. Embora isso tenha consequências na capacidade de arrecadação pública no próximo ano, quando o Estado deve quitar o crédito com o mercado, o setor esportivo continua a se beneficiar por ser uma parcela de recurso que tradicionalmente não conseguiria reservar na disputa do orçamento público federal.

Apesar da crítica na conversão do recurso, existia na época da formulação da LIE a expectativa por parte do Ministério do Esporte que, a partir da benéfica relação criada entre setor empresarial e esporte, fosse possível a geração de novos negócios. Assim, paulatinamente, o capital privado seria introduzido a cadeia produtiva do esporte, diminuindo a dependência do recurso público, como pode ser observado no trecho da justificativa do PL n.º 6.999/2006.

A possibilidade de utilização do incentivo fiscal para as atividades esportivas é um meio adequado de desenvolver um processo de mobilização que leve a uma nova visão empresarial, cujo resultado positivo já poderá ser sentido nos Jogos PanAmericanos de 2007, a ser realizado no Brasil, pois o resultado positivo que se conseguir em evento dessa magnitude deverá tornar irreversível o investimento privado nas atividades esportivas, principalmente naquelas ligadas, direta e indiretamente, ao alto rendimento, por serem as que recebem a maior atenção da mídia (BRASIL, 2006a)

Ainda em relação as limitações no desenho da política pública em atrair efetivo capital privado, a pesquisa de Campos e Nassif (2017) sobre o estudo de caso de adesão de um clube recreativo de alto poder aquisitivo da Região do Grande ABC Paulista a LIE, mostrou



a possibilidade de ações e despesas esportivas já existentes serem absorvidas em projeto da LIE. “Inicialmente, não víamos a LIE como uma oportunidade ou como ação estratégica, pois não pensávamos em abrir o clube para outras pessoas além de nossos associados”, transcrição da fala do diretor do clube. No entanto, passou a valer a pena como forma de subsidiar despesas institucionais, dando como contrapartida o acesso a infraestrutura. Este projeto analisado pelos pesquisadores custeou todos os materiais esportivos e os recursos humanos (professor, gestores, entre outros), sendo que alguns profissionais já eram do próprio quadro do clube, assim diminuindo o custo de operação institucional. Desta forma, é indiscutível que o aumento de capital circulante proporcionado pela LIE gerou um maior número de ações esportivas no país, mas que não permite identificar o que é ampliação de ação já existente, nova ação e o que foi apenas uma troca da origem da fonte de financiamento da atividade esportiva.

Uma quarta linha argumentativa esteve presente exclusivamente no PL n.º 4.306/2004, fazendo emergir a expressão-chave “celeridade processual”, a qual pode ser convertida no objetivo 4) maior celeridade entre a fase de formulação e implementação das políticas de esporte. De acordo com este formulador, a cadeia competitiva do esporte juvenil escolar possui uma lógica sequencial em etapas (jogos municipais, regionais, estadual e nacional), na qual existe um grau de incerteza relacionada ao resultado esportivo. Por isso, o tempo entre o sucesso de uma etapa e o acesso ao recurso financeiro que viabiliza a participação seguinte tem que ser ágil para que o desempenho esportivo e o fluxo da competição não sejam prejudicados. Nesse sentido, a escolha do incentivo fiscal seria a mais assertiva para o fomento do esporte por ser de acesso mais rápido ao recurso, do que o tradicional trâmite do orçamento público, que além das diversas amarras normativas, ainda tem um planejamento que exige uma previsibilidade anual (BRASIL, 2004c).

De acordo com Castelan (2011), o argumento da maior rapidez com que o recurso do incentivo fiscal chega à atividade fim, somada a inconstância orçamentária para a área, emergiram como os motivos de uma quase unanimidade da LIE entre os participantes da III Conferência Nacional do Esporte. Mesmo os setores de tradição política de esquerda, que geralmente são contrários a delegação das políticas sociais pelo Estado, se mostraram a favor desta política pública na área do esporte. Do ponto de vista burocrático, a Secretaria da Receita Federal também corrobora com esta perspectiva abordada pelo formulador da LIE,



reconhecendo a escolha do mecanismo de incentivo fiscal como uma medida processual simplificada em relação ao trâmite do orçamento público (BRASIL, 2019).

No entanto, na pesquisa realizada por Oliveira (2020), que analisou as dificuldades e insucessos das propostas apresentadas a LIE pelas OSC sediadas em Minas Gerais, entre 2014 e 2019, o tempo de tramitação foi citado como excessivo, em alguns casos chegando a ultrapassar mais de um ano fiscal até a sua aprovação, isto é, tempo superior ao próprio ciclo anual do orçamento público. Além do mais, cerca de 60% dos projetos são indeferidos do pleito, sendo que uma parcela relevante deste montante nem tem o mérito esportivo analisado, devido à ausência ou vencimento de algum documento obrigatório. De acordo com o autor, a partir da publicação de diversas portarias ministeriais, entre 2018 e 2020, o órgão gestor da LIE passou a alterar a sequência processual de análise dos projetos, dando maior celeridade ao trâmite interno e buscando superar o passivo de projetos acumulados ao longo dos anos de implementação da política pública.

A quinta e última linha de argumentação dos agentes políticos esteve presente no PL n.º 1.663/2003, que foi uma reapresentação da Lei Mendes Thame, primeira tentativa frustrada do setor esportivo em implementar uma lei de incentivo fiscal ao esporte. De acordo com o formulador, a criação de uma política específica de estímulo fiscal ao setor privado teria potencial de fomentar o esporte amador e aumentar a quantidade de praticantes no país. Esta circunstância seria benéfica para o surgimento de um número maior de talentos esportivos, aumentando a base de formação de novos atletas profissionais (BRASIL, 2003d). Temos como expressão-chave a “formação de atletas”, que foi convertida no objetivo 5) aumentar a quantidade de atletas profissionais nas modalidades esportivas no país.

Todavia, a configuração de atleta profissional (esportista profissional) no Brasil é tema controverso, pois apenas o futebol e o peão de rodeio (Lei n.º 10.220/2001) possuem a obrigatoriedade na Lei Pelé (Lei n.º 9.615/1996) da categoria profissional. Além do mais, apesar de presente no senso comum, a ideia de que a massificação de uma modalidade pode gerar resultados positivos em um esporte não possui evidências científicas comprovadas, o que pode ser verificado no próprio caso olímpico brasileiro, em que a vela é o destaque nacional com sete medalhas de ouro. Longe do Brasil ser considerado o país da vela ou ter uma base significativa de praticantes, fato que mostra que outros fatores talvez sejam mais relevantes para se atingir o alto desempenho atlético internacional. Por outro lado, grande parte da inspiração textual do PL n.º 418/1988 e do PL n.º 1.663/2003 teve origem na extinta Norma



Geral do Esporte do período da ditadura militar, Lei nº 6.251/1975, o que fez com que a terminologia adotada fosse desatualizada e também considerasse esta submissão das demais expressões do esporte a manifestação de alto rendimento.

A partir da disposição das informações no Quadro 1 conseguimos levantar estas cinco expressões-chaves para delinear os potenciais objetivos da LIE, de acordo com o ponto de visão dos seus formuladores (agentes políticos). Cabe ressaltar que o incentivo fiscal é uma exceção à regra de tributação de um país, que busca uma intervenção indireta (indutora) do Estado sobre o comportamento do contribuinte, ao mesmo tempo em que também estamos tratando do financiamento de elementos constitucionais de cidadania, isto é, de deveres estatais que tem no orçamento público uma expressão explícita da intenção do governo. Nesse sentido, é importante ter clareza nos objetivos desta política pública para que seja possível verificar o grau de relevância dado pelos governos ao direito ao esporte e lazer em nossa sociedade.

A Figura 1 apresenta uma visão resumida e esquemática das expressões-chave e os potenciais objetivos levantados para LIE nesta pesquisa, que visa contribuir com as discussões do tema do financiamento público do esporte e lazer no país.

Figura 1 – Expressões-chave para levantamento dos objetivos da LIE



Fonte: BRASIL (1988); BRASIL (2003c); BRASIL (2003d), BRASIL (2003e), BRASIL (2004b), BRASIL (2004c) e BRASIL (2006a). Elaboração dos autores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da importância da LIE para movimentar a cadeia produtiva do esporte, esta é uma política pública de vigência temporária, prevista para expirar em 2022, caso não receba nova renovação de prazo. No entanto, toda intervenção estatal na realidade social almeja romper com um estado de problema, que produza prejuízo a sociedade como um todo ou a grupo específicos de pressão. Ao verificar o texto da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei n.º 11.438/2006), no sítio eletrônico do programa, não identificamos de forma explícita quais seus objetivos ou problemas sociais que busca resolver durante a sua vigência. Nesse sentido, resgatamos a tramitação parlamentar para investigar a linha argumentativa presente nos projetos de lei que formaram o dossiê de aprovação da LIE. A partir da análise desse conjunto de sete propostas identificamos os seguintes objetivos: 1) promover o esporte e o lazer pelo potencial benefício social; 2) minimizar a escassez financeira do setor esportivo; 3) ampliar a contribuição financeira do setor privado a causa esportiva; 4) maior celeridade entre a fase de formulação e implementação das políticas de esporte; 5) aumentar a quantidade de atletas profissionais nas modalidades esportivas no país.

Embora alguns desses objetivos possam apresentar controvérsia, principalmente em relação a escolha do incentivo fiscal como meio adequado de financiamento público destes elementos de cidadania, ainda falta diálogo entre os poucos trabalhos acadêmicos produzidos para chegarmos a uma conclusão sobre os resultados da política pública. Da mesma forma, que a falta de consenso nos argumentos dos formuladores e a ausência dos objetivos explícitos da LIE sinalizam para uma incompreensão do que esperar da execução desta política pública, pra além do recurso público não conquistado na partilha do orçamento federal. Assim, sem pretensões de esgotar o debate sobre os objetivos da LIE, o presente trabalho buscou contribuir com reflexões sobre o assunto, tentando estimular novas produções sobre esta importante política de fomento das OSC de esporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BASTIDAS, Marina Gallego; BASTOS, Flávia da Cunha. A lei de incentivo fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 1, n. 2, p. 111-121, 2011.



CABRAL, Bruno Ferreira e colaboradores. **Leis de incentivo ao esporte**: novas perspectivas para o desporto brasileiro. São Paulo: CREF4/SP, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/crefsaopaulo/docs/livro_15_leis_de_incentivo_ao_esporte_novas_pers>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMPOS, João Gurgel de; NASSIF, Vânia Maria Jorge. A Lei de Incentivo ao Esporte como ação estratégica em uma associação desportiva. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 7, n. 3, p. 214-227, dez., 2017.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

CAVAZZONI, Pedro Bataglioli; BASTOS, Flávia da Cunha; KURLE, Giovani. Lei de incentivo ao esporte: aplicação nas manifestações do esporte e captação de recursos. **Efdeportes**, ano 15, n. 146, jul, 2010.

DINIZ, Rafael Silva. **Mecenato esportivo**: o trajeto da lei federal de incentivo ao esporte em Belo Horizonte. 2016. 195f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

DINIZ, Rafael Silva; SILVA, Luciano Pereira da. Lei federal de incentivo ao esporte: análise da distribuição do mecenato esportivo no território de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, Helder Ferreira. SILVA, Luciano Pereira da (Orgs.). **A constituição brasileira de 1988 e as políticas públicas de esporte e lazer**: produção em programas de pós-graduação. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

GUERREIRO, Robson Coelho. **Capital social e desempenho institucional**: o relacionamento entre os agentes da lei federal de incentivo ao esporte. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração - Gestão do Esporte). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

MATIAS, Wagner Barbosa e colaboradores. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./ mar., 2015.

NASCIMENTO, Amanda Sousa do. **A lei federal de incentivo ao esporte**: análise do perfil dos proponentes e financiadores dos projetos esportivos (2007-2016). 2019. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

OLIVEIRA, Fabricio Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, Marcus Peixoto. **As dificuldades e insucessos dos proponentes da lei de incentivo ao esporte do governo federal**. 2020. 167f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2020.



PEREIRA, Renan José Guedes Alcoforado e colaboradores. Análise das aprovações e captações de recursos através da lei de incentivo ao esporte por manifestação esportiva. **Revista mineira de educação física**, edição especial, n. 1, p. 1520-1529, 2012.

REGINATTO, Douglas Augusto; SOUZA, Antonio Osnei. Análise dos incentivos fiscais ao desporto e paradesporto no âmbito da lei nº 11.438/2006. **Revista eletrônica de ciências contábeis**, n. 8, 2016.

SANTOS, Edmilson Santos dos; JUCHEM, Luciano; MADURO, Luiz Alcides Ramires. Esporte rendimento, renúncia fiscal e Lei de Incentivo ao Esporte. **Journal physical education**, v. 28, e2834, 2017.

SANTOS, Natasha; BONIN, Ana Paula Cabral; DONHA, Eliza. Notas sobre a lei de incentivo (2009-2012). **Revista portuguesa de ciências do desporto**, p. 617-631, jan., 2014.

SOUZA, João Daniel Bove Gomes de. **Lei de incentivo ao esporte – Lei 11.438/2006, resultados da implementação na formação de atletas do paradesporto na Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE**. 2021. 95f. Dissertação (Mestre em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS:

BRASIL. **Projeto de Lei N.º 418**, 2 de março de 1988. Dispõe sobre benefícios fiscais, na área do Imposto de Renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Brasília: Congresso Nacional, 1988a. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=176602>. Acesso em: 8 jul. 2020.

_____. **Medida Provisória n.º 103**, de 1º de janeiro 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências – Convertida na Lei N.º 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília: Presidência da República, 2003a. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. **Ministro quer assegurar lei de incentivo fiscal no 1º semestre**. Site da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, 08 de janeiro de 2003. 2003b. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/noticiaslie/119-noticias-lie/43956-ministro-quer-assegurar-lei-de-incentivo-fiscal-no-1-semester>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 1.367**, de 1º de julho de 2003. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2003c. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=122383>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 1.663**, de 12 de agosto de 2003. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Brasília:



Congresso Nacional, 2003d. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127666>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 2.331**, de 21 de outubro de 2003. Concede benefício fiscal às pessoas físicas e jurídicas que apoiarem, mediante doações, projetos e programas de incentivo à atividade esportiva. Brasília: Congresso Nacional, 2003e. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=138754>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Presidente (2003 – 2010: Luiz Inácio Lula da Silva)**: Abertura 1ª Conferência Nacional do Esporte. Brasília, 17 de junho de 2004. 2004a. Disponível em: <www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/571-i-conferencia-nacional-de-esporte>. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 4.207**, de 6 de outubro de 2004. Concede dedução no imposto de renda das pessoas físicas de doações para o desporto, nas condições que estabelece. Brasília: Congresso Nacional, 2004b. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=265849>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 4.306**, de 21 de outubro de 2004. Permite a dedução, como despesa operacional de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, de gastos com passagens aéreas e rodoviárias, relativas ao deslocamento de atletas infantis ou juvenis, para participação em competições esportivas regionais ou nacionais. Brasília: Congresso Nacional, 2004c. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267627>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 6.999**, de 8 de maio de 2006. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização de projetos desportivos e paradesportivos e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006a. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=323484>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Comissão de atletas lança manifesto em favor da lei de incentivo ao esporte**. Brasília: Conselho Nacional do Esporte, 10 de dezembro de 2006. 2006b. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/conselho-nacional-do-esporte/comissoea/119-noticias-lie/40591-comissao-de-atletas-lanca-manifesto-em-favor-da-lei-de-incentivo-ao-esporte>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Lei n.º 11.438**, de 29 de dezembro de 2006. - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006c. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2020.



_____. **Gasto tributário:** conceito e critérios de classificação. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, 03 de maio de 2019. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

_____. **Relatório de gestão da lei de incentivo ao esporte 2019.** Brasília: Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. 2020. Disponível em: <www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte/relatorios-atendimentos-presenciais-e-relatorios-de-gestao>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Dados do primeiro autor:

Email: paje ltda@yahoo.com.br

Endereço: POLIS – POLIS - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901, Brasil.

Recebido em: 05/05/2021

Aprovado em: 03/12/2021

Como citar este artigo:

DINIZ, Rafael Silva; OLIVEIRA, Marcus Peixoto de; SILVA, Luciano Pereira da. Lei de incentivo ao esporte: quais seus objetivos pela visão oficial dos formuladores (agentes políticos).

Corpoconsciência, v. 25, n. 3, p. 188-205, set./ dez., 2021.

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PAUTAS LGBT+ NO BRASIL:
O LUGAR DO LAZER**

**PUBLIC POLICIES AND LGBT+ AGENTS IN BRAZIL:
THE PLACE OF LEISURE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS Y AGENTES LGBT+ EN BRASIL:
EL LUGAR DEL OCIO**

Luiza Cupertino Xavier da Silva

<https://orcid.org/0000-0001-8324-9159> 

<http://lattes.cnpq.br/8790129049950144> 

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte, MG – Brasil)

luiza.cupertino.xavier@gmail.com

Cathia Alves

<https://orcid.org/0000-0002-4768-0539> 

<http://lattes.cnpq.br/5651840768879486> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Salto, SP – Brasil)

cathiaal@hotmail.com

Hélder Ferreira Isayama

<https://orcid.org/0000-0002-4442-5356> 

<http://lattes.cnpq.br/0667395123212935> 

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG – Brasil)

helderisayama@yahoo.com.br

Resumo

Ao compreender que vivemos em uma sociedade que exclui e silencia os sujeitos de práticas sociais e culturais, devido às avenidas identitárias que essas pessoas atravessam e que resultam em diversas discriminações – entre eles, as populações LGBT+ e tendo ainda em vista que essa exclusão promove uma negação do acesso a direitos, como o lazer, o presente estudo teve como objetivo identificar e analisar as pautas LGBT+ relacionadas às políticas públicas de lazer no cenário brasileiro. Como estratégia metodológica, utilizamos o recorte da pesquisa documental e a revisão bibliográfica. Para a análise documental foi realizada uma investigação das políticas públicas de lazer desenvolvidas em projetos de lei, no Plano Nacional de Direitos Humanos, resoluções, decretos, os textos-base para as conferências nacionais e os relatórios. Como resultados, percebemos o silenciamento em torno das pautas LGBT+ na produção documental das políticas públicas relacionadas ao lazer no cenário nacional, a ausência de conhecimentos e pesquisas específicas sobre esse público e suas necessidades no que diz respeito ao lazer, a reprodução de eventos como políticas isoladas de representação de lazer dessa população e, ainda, a existência de políticas públicas associadas especificamente ao controle e à biopolitização da vida por meio da normatização de questões de saúde isoladas das violências que essa população sofre.

Palavras-chaves: Lazer; LGBT+; Políticas Públicas; Políticas LGBT+; Políticas de Lazer.

Abstract

By understanding that we live in a society that excludes and silences the subjects of social and cultural practices, due to the identity avenues that these people cross and that result in various discriminations - among them, the LGBT+ populations, and considering that this exclusion promotes a denial of access to rights such as leisure, this study aimed to identify and analyze LGBT+ agendas related to public leisure policies in the Brazilian scenario. As a methodological strategy, we used the clipping of documentary research and literature review. For the document analysis, an investigation of public leisure policies developed in bills, in the National Human Rights Plan, resolutions, decrees, basic texts for national conferences and reports was carried out. As a result, we notice the



silencing around LGBT+ agendas in the documentary production of public policies related to leisure in the national scenario, the absence of specific knowledge and research on this audience and their needs with regard to leisure, the reproduction of events as policies isolated from the representation of leisure of this population, and also the existence of public policies specifically associated with the control and biopoliticization of life through the regulation of health issues isolated from the violence that this population suffers.

Keywords: Leisure; LGBT+; Public Policy; LGBT+ Policies; Leisure Policies.

Resumen

Entendiendo que vivimos en una sociedad que excluye y silencia a los sujetos de prácticas sociales y culturales, por las avenidas identitarias que atraviesan estas personas y que resultan en diversas discriminaciones - entre ellas, las poblaciones LGBT+, y considerando que esta exclusión promueve una negación del acceso a derechos como el ocio, este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar las agendas LGBT+ relacionadas con las políticas públicas de ocio en el escenario brasileño. Como estrategia metodológica se utilizó el recorte de la investigación documental y la revisión de la literatura. Para el análisis documental se llevó a cabo una investigación de las políticas públicas de ocio desarrolladas en proyectos de ley, en el Plan Nacional de Derechos Humanos, resoluciones, decretos, textos básicos para congresos e informes nacionales. Como resultado, notamos el silenciamiento en torno a las agendas LGBT+ en la producción documental de políticas públicas relacionadas con el ocio en el escenario nacional, la ausencia de conocimiento e investigación específicos sobre esta audiencia y sus necesidades en materia de ocio, la reproducción de eventos como políticas aislado de la representación del ocio de esta población, y también la existencia de políticas públicas específicamente asociadas al control y biopoliticización de la vida a través de la regulación de los problemas de salud aislados de la violencia que sufre esta población.

Palabras clave: Ocio; LGBT+; Políticas Públicas; Políticas LGBT+; Políticas de Ocio.

INTRODUÇÃO E PASSO A PASSO DA PESQUISA

Falar sobre o público LGBT+ no Brasil é um desafio e também um chamado para a mobilização e o ativismo acadêmico. Dessa forma, alguns estudos (SILVA; ISAYAMA, 2020) vêm sendo realizados sobre as políticas voltadas à população LGBT+, constituída por “grupos cujas identidades de orientação sexual e de gênero têm sido secularmente consideradas anômalas quando comparadas à normatividade heterossexual e misógina, culturalmente empedernida na maior parte do mundo” (MELO, 2016, p. 207).

É possível afirmar que os integrantes dos grupos que constituem a população LGBT+ se encontram “em situação de vulnerabilidade, na medida em que, ao romper com o modelo heteronormativo de orientação sexual e identidade de gênero, sofrem preconceito, discriminação e intolerância, materializada na homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia”, entre outras formas de discriminação (GROSS; CARLOS, 2015, p. 748).

Nessa perspectiva, uma das formas por meio da qual buscamos compreender essa “não atitude” governamental em relação às pautas LGBT+ é recorrendo aos estudos de Rúa (1988). Segundo a autora, uma situação denominada de “estado de coisas”, que está relacionada a algo que incomoda, prejudica ou gera insatisfação para muitos indivíduos, mesmo que exista há algum tempo em uma sociedade pode não se encontrar entre as



prioridades daqueles que detêm o poder da tomada de decisão. Essa situação permanece como um “estado de coisas” e não se torna um problema político, não é posta em pauta.

Rua (1998) aponta que algumas dessas situações permanecem nesse estado devido à existência de barreiras culturais e institucionais que impedem o avanço de um debate público sobre o assunto, constituindo, assim, uma não decisão.

No caso das populações LGBT+, essa não decisão está principalmente ligadas à influência de crenças religiosas fundamentalistas, consequência da ascensão de uma direita conservadora no país e na política brasileira. Antes “escancaradas” em meio ao legislativo e atualmente pelo próprio presidente do Executivo Federal, essas intervenções conservadoras e de âmbito religioso, em um Estado que se diz laico, são alguns dos principais empecilhos para o avanço das políticas voltadas para o público LGBT+. Sob a ótica de se pensar a construção de políticas públicas de lazer que garantam que as pautas do Movimento LGBT+ não se perpetuem como um “estado de coisas”, é preciso tratar essas políticas entendendo que esse grupo constitui uma minoria social. Isso porque seus integrantes enfrentam diversas questões de desigualdades sociais provocadas pela LGBTfobia, preconceito estabelecido historicamente e perpetuado em nosso contexto. Dito isso, o objetivo desta pesquisa é apresentar historicamente os fatos e documentos legais que perpassaram pelas pautas LGBT+ e que se relacionam com o lazer.

Diversos estudos que conectam lazer e outras avenidas identitárias têm sido realizados apontando a importância de ações de lazer voltadas especificamente para o público LGBT+ em torno das questões de sexualidade, sociabilidade, turismo, espaços e acessibilidade a essa dimensão da cultura (OSORIO; HENZ, 2018; BRAÚNA; MEDRADO, 2019; NEVES; BRAMBATTI, 2019; ALMEIDA, 2020).

Sobre a temática das políticas públicas de lazer, Tavares (2011) identificou que, embora seja constatado um aumento de estudos que envolvam a temática LGBT+, este é ainda um tema pouco explorado, carecendo de mais estudos que possibilitem o entendimento desse público e do movimento social, bem como de suas particularidades no contexto da esfera pública, principalmente no que diz respeito às questões sociais. Buscando discutir sobre os desafios das políticas públicas de lazer para a população LGBT+, Reis e Martins (2020) observaram que são escassas as pesquisas que abordam a temática e indicaram a premência em se realizarem investigações sobre essa população. Essas análises deverão avaliar a existência de serviços públicos que trabalhem com o lazer, verificando se,



nessas ações, são incluídas atividades voltadas para o público LGBTQ+, buscando compreender se essas pessoas conseguem ter acesso à cidade e se o direito ao lazer é garantido a elas pelo poder público. Nesse sentido, Bonalume (2011, p. 3) afirma que as políticas públicas de lazer foram, na maioria das vezes, caracterizadas como “seletivas, fragmentadas, excludentes, setorizadas e, especialmente, desenvolvidas em forma de assistência e bem-estar”.

Logo, consideramos alguns documentos, a nível federal, para a análise tais como: projetos de lei, o Plano Nacional de Direitos Humanos, resoluções, decretos, os textos-base para as conferências nacionais e os relatórios (BRASIL, 1997, 1998, 2004, 2009, 2011, 2016, 2019), do contexto que se inicia no processo de redemocratização do país até os dias atuais. A análise desses documentos, conforme aponta Bardin (2011, p. 51), tem como objetivo “dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”.

Assim, a leitura e análise desses textos, foi realizada por meio de buscas por palavras-chave, tais como os termos “LGBT”, “lésbica”, “gay”, “transexuais”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”, em que buscou-se identificar os possíveis contextos em que as políticas abordassem a temática do lazer. Bardin (2011) aponta para a possibilidade de estabelecimento de categorias a priori, sugeridas pelo referencial teórico e elaboradas após a análise do material. Logo, o tratamento dos documentos pela análise de conteúdo é o de assinalar e classificar de forma exaustiva e clara todas as unidades de sentido existentes no texto, além de promover as principais regularidades e linhas dos respectivos.

Portanto, pela análise documental em cruzamento com a revisão bibliográfica, é possível inferir que de maneira geral, houve emergência das políticas para as populações LGBTQ+, principalmente, durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 a 2014 e 2014 a 2016). Essas políticas foram, principalmente, focadas no enfrentamento às discriminações e na garantia de direitos. Nesse contexto, procurou-se assegurar a participação da sociedade civil organizada no desenvolvimento dessas políticas por meio, principalmente, da criação dos Conselhos e da organização das Conferências.



O PONTO DE PARTIDA: O MOVIMENTO LGBT+ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo como ponto de partida o período pós-epidemia da AIDS e de redemocratização do país, podemos dizer que uma nova onda do Movimento LGBT+ se confundiu com o período político-histórico brasileiro que se iniciou na reabertura democrática do país, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2003), e perdurou durante o período dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 a 2014 e 2014 a 2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa “terceira onda” tem como uma de suas principais marcas a consagração das Paradas LGBT+, ainda durante o governo FHC, tendo como referência a até então denominada Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em sua primeira edição, no ano de 1997 (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Também anterior aos governos do PT, em 1995, ocorreu outro marco para o histórico do Movimento: a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Segundo Mott (2005), a ABGLT possuía, naquele ano, 150 grupos filiados, sendo considerada a maior entidade homossexual da América Latina. Nesse mesmo ano, foi apresentado pela deputada Marta Suplicy, do PT, o Projeto de lei n. 1.151/1995, para Parceria Civil Registrada, que, embora nunca tenha chegado a ser votado (MOTT, 2005), potencializou e alavancou o desenvolvimento dos debates sobre a temática posteriormente.

Durante esse período, foi incluída, nas Leis Orgânicas municipais e estaduais de 12 cidades e três estados brasileiros, a proibição da discriminação em relação à orientação sexual, tendo sido Salvador a cidade pioneira nessa ação (CANABARRO, 2013). Vale destacar a importância de ações que vão para além de projetos de criminalização e, por isso, entendemos que uma das possibilidades é que a temática referente às pautas das populações LGBT+ perpassa, transversalmente, as discussões sobre as garantias dos direitos sociais, entre eles o próprio lazer. Nesse sentido, é importante que as lutas para a garantia da vivência de uma cidadania plena tenham em vista a necessidade da reivindicação do acesso integral a esses direitos.

Em 1996, houve um avanço em relação ao entendimento dos grupos LGBT+ como minorias sociais no desenvolvimento de políticas públicas. Pela primeira vez, as pessoas homossexuais foram citadas no Plano Nacional de Direitos Humanos, entre os



grupos sociais vulneráveis (DANILIAUSKAS, 2010). Foi, também, a primeira vez que algumas das populações LGBT+ foram mencionadas em documento oficial do governo brasileiro, que previa o atendimento a esses grupos em curto prazo. Podemos dizer que os próximos anos seriam marcados por conquistas em prol da garantia de importantes direitos para esses grupos.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina autorizou a operação de pessoas transexuais “a despeito de o Congresso Nacional ainda não ter votado projeto legalizando tal procedimento cirúrgico” (MOTT, 2005, p. 100). A autorização foi dada por meio da Resolução n. 1.482, que justificava que “o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou autoextermínio” (BRASIL, 1997). Posteriormente, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia passou a proibir terapias que tivessem como objetivo a “cura homossexual” (MOTT, 2005). Assim, a década de 1990 foi demarcada por conquistas importantes para o reconhecimento dos sujeitos homossexuais como pessoas de direito e desvinculação da sua imagem à de um indivíduo doente.

Nessa passagem de contexto, outras identidades (lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) e suas respectivas agendas, que, até então, encontravam-se de forma secundária em meio ao Movimento, começam a ocupar um espaço maior. Formam-se as grandes redes nacionais, congregando as organizações locais de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Rede Afro LGBT, e se observa um aumento da visibilidade desse público por meio das Paradas do Orgulho LGBT (PEREIRA, 2016b).

Nos anos 2000, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu o direito previdenciário de pensão aos parceiros gays por falecimento ou detenção (MOTT, 2005) e, em 2002, reconheceu o Livro de União Estável Homossexual, criado pelo Grupo Gay da Bahia, para a comprovação de relações estáveis e o recebimento de benefícios.

Em 2003, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo atingiu o número de mais de um milhão de participantes, consolidando-se a maior manifestação de pessoas LGBT+ no mundo (MOTT, 2005). Atualmente intituladas como “Paradas LGBT”, essas celebrações podem ser vistas como ato político para o Movimento, em razão de seu caráter reivindicatório. Existem algumas críticas realizadas ao cunho “carnavalesco” do evento, porém



as paradas podem ser definidas “como ritos, ao romperem temporariamente com a rotina e realizarem performances de identidades e papéis sociais” (JESUS, 2013, p. 57). Portanto, são intervenções políticas legítimas, uma vez que trazem à tona a reivindicação e vontade de um grupo representativo da sociedade, e necessárias, pois contribuem para a visibilidade das pautas do Movimento.

Tavares (2011) destaca que é preciso construir um entendimento mais abrangente do lazer, que reconheça (ou que abarque) a possibilidade de atrelá-lo à discussão política como algo legítimo por seu caráter e potencial educativo. É possível afirmar que manifestações do lazer fazem relações com questões políticas, principalmente se tratando do “lazer público” de pessoas que possuem seus corpos e desejos restritos ao privado e proibidos.

Em continuidade à contextualização da construção das políticas públicas no Brasil referente a essa população, percebemos que, ainda no governo FHC e a partir do final dos anos 1980, houve o surgimento de ações governamentais que foram voltadas às questões relacionadas à área da saúde (IRINEU, 2014). Com o fim do governo FHC (1995-2003) e início do governo Lula (2003-2011), há uma aproximação maior entre o Movimento e os setores do Estado.

Segundo Pereira (2016a), houve, a partir desse momento, um “intenso trânsito e deslocamento de ativistas na estrutura do Estado como gestores/as de uma novíssima política LGBT” (p. 70). Dessa forma, durante a década de 2000, o Movimento LGBT+ passou a ter uma atuação mais contundente junto ao Poder Executivo Federal e outras políticas passaram a ser desenvolvidas, para além do campo da saúde, principalmente no âmbito dos direitos humanos (PEREIRA, 2016a).

Assim, o governo federal passou a incluir, de forma mais contundente, as pautas das populações LGBT+ em sua agenda. As questões levantadas pelo Movimento passaram a ser percebidas pelos representantes do governo como relevantes a ponto de serem incluídas na agenda decisória. Entre os programas fomentados, destacamos, em 2005, o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, que foi desenvolvido pela antiga Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH). Sua criação foi uma das reivindicações do Movimento junto ao governo federal, visando à garantia da cidadania às



populações LGBT+ por meio do desenvolvimento de políticas afirmativas dos direitos dessas pessoas (BRASIL, 2004; ROSSI, 2008).

Segundo Pereira (2017b), a partir do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) é que foram estabelecidas as diretrizes dessas políticas públicas, delineando e justificando as iniciativas subsequentes. O programa tinha como objetivo “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

Em seguida, no ano de 2007, desenvolveram-se planos de combates à AIDS e às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) especificamente para a população LGBT+ e realizaram-se encontros, seminários e oficinas promovidos por órgãos do governo federal que reuniam membros de setores da sociedade civil e do poder público para debater as pautas do Movimento. Durante o segundo mandato de Lula, outro avanço para as políticas públicas LGBT+ no país foi a realização das Conferências Nacionais, organizadas em prol da discussão sobre a reivindicação dessas políticas. A primeira dessas Conferências, realizada no ano de 2008, nomeada Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi convocada por meio do Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007 e pode ser considerada um marco histórico na luta pela cidadania e pelos direitos humanos das populações, à época, referidas como GLBT (PEREIRA, 2017b).

A primeira Conferência abordou a temática “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Um dos objetivos foi a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que conteve as diretrizes para a elaboração de políticas relacionadas às pautas que abarcavam essas populações. A realização da Conferência, junto à criação do Plano, significou um avanço em relação ao BSH, uma vez que teriam sido estabelecidos os órgãos responsáveis pelas ações indicadas e os prazos para seu cumprimento (PEREIRA, 2017b).

As atividades propostas pelo Plano eram principalmente focadas em políticas de educação/formação, enfrentamento ao preconceito e à violência por orientação e identidade de gênero, segurança, saúde, assistência social, conscientização da sociedade em relação às pautas LGBT+, empregabilidade/renda e fomento à pesquisa. Destacamos, ainda, a formulação de propostas que previam o fomento às políticas de lazer, por meio do Ministério da Cultura (BRASIL, 2009).



Em meio às ações previstas no documento, que seriam de competência do Ministério da Cultura, percebemos que há uma orientação para a inclusão dos públicos LGBT+ nas políticas que já eram implementadas no âmbito da cultura, tal como a própria Lei Federal de Incentivo à Cultura. Além disso, foram propostos o fomento ao desenvolvimento de editais específicos por meio dos governos estaduais e municipais e o incentivo de produções culturais voltadas para jovens das populações LGBT+. Nesse ponto, é possível dizer que as ações propunham tanto o tratamento das pautas LGBT+ de forma transversal às políticas de cultura, mas também políticas específicas para o segmento.

Outra proposta identificada no Plano foi a Ação n. 1.2.5, de competência do Ministério da Justiça, que tinha como objetivo:

Garantir a efetivação das leis vigentes, cujos dispositivos contenham previsão legal para indiciar/multar as saunas, academias e os locais de lazer, como restaurantes, boates e casas noturnas que discriminam no atendimento e/ou preços/valores de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero que desconsideram os LGBT em promoções, sorteios, concursos ou descontos (BRASIL, 2009, p. 24).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar a inédita ampliação das políticas LGBT+ para além do campo da saúde. Esse cenário contribuiu para o início de um processo de consolidação das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos civis e sociais a esses segmentos. Outro ponto importante destacado foi a determinação de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto por órgãos do Poder Executivo Federal e coordenado pela SDH, para monitorar e avaliar o andamento das ações previstas pelo Plano (BRASIL, 2009).

Em 2011, a então presidenta Dilma Vana Rousseff convocou a segunda edição da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essa edição foi orientada pelo tema “Por um País Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, em sintonia com o lema do seu primeiro governo: “Brasil, país rico é um país sem pobreza”. Segundo o texto-base desenvolvido para essa edição, se, na primeira Conferência, o objetivo era a indicação das bases para a implantação de uma política de cidadania e dos direitos humanos para as populações LGBT+, agora o desafio era realizar uma análise da realidade nacional, a partir da visualização dos avanços obtidos e retrocessos ocorridos, que influenciariam na formulação dessas políticas públicas.

É, ainda, interessante destacar o importante papel da antiga SDH, tida como porta de entrada para as populações LGBT+, que tornava possível o diálogo entre sociedade



e governo federal (BRASIL, 2011). Conforme cita Pereira (2016a), foi possível, na segunda edição, a ampliação do alcance às cidades do interior do país e, conseqüentemente, da participação da militância e daqueles/as que se tornaram ativistas após a experiência no evento. O autor aponta a importância das Conferências, em sua dimensão pedagógica, para a formação desses novos sujeitos de luta.

Nesse cenário, afirmamos que as Conferências contribuíram para a construção de uma cidadania e sua ressignificação por meio da apropriação neoliberal. Isso porque esses eventos contribuíram para a construção de uma noção de cidadania que não fosse definida e confinada “dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo”, mas que passava a “ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam” (DAGNINO, 2004b, p.154).

Em 2016, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Direitos Humanos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em cujo relatório há um destaque aos avanços em relação às conquistas das populações LGBTQ+ no campo dos direitos. Foi ressaltada a necessidade da continuidade das lutas em prol dessas conquistas, tendo em vista a existência de desafios que tornavam, e ainda tornam, o Brasil um país com estatísticas alarmantes em relação às violências e discriminações aos grupos de pessoas LGBTQ+ (BRASIL, 2016).

O texto destaca o papel das Conferências realizadas para mobilização do Movimento LGBTQ+ e em prol da implementação de políticas afirmativas em todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal), ressaltando que o objetivo dessa nova edição seria dar continuidade a esse processo participativo para o desenvolvimento dessas políticas. Também focada na garantia da cidadania para as populações LGBTQ+ no Brasil, essa edição tinha o seguinte lema: “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. O cerne da discussão era o combate às LGBTQfobias, a partir da promoção de direitos e do investimento em ações voltadas à educação, à comunicação e à cultura em direitos humanos.

Durante os governos Lula e Dilma, o avanço da pauta LGBTQ+ em meio à política nacional foi focado no enfrentamento às discriminações e na garantia de direitos. Buscou-se assegurar a participação da sociedade civil organizada no desenvolvimento dessas políticas por meio, principalmente, da criação de conselhos e da organização das Conferências. Entretanto, notamos que, durante esse período, apesar de ser estimulada a participação dos



movimentos nesses espaços de diálogo institucional, não necessariamente as decisões tomadas foram implementadas.

O CENÁRIO ATUAL DAS POLÍTICAS LGBT+ NO BRASIL E O LAZER

No que diz respeito, especificamente, às políticas voltadas para o lazer, embora algumas ações tenham sido previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, não identificamos, a partir da análise do documento de transição para o segundo governo de Dilma, organizado pela SDH, no ano de 2015, ação específica de lazer que abordasse os públicos LGBT+. Destacamos, ainda, a recente criminalização da homofobia e da transfobia pelo STF, em junho de 2019, quando se reconheceu que havia uma demora inconstitucional do Legislativo para tratar do tema. O projeto de criminalização foi votado pelo órgão, que, por 8 votos a 3, determinou que a homofobia e a transfobia seriam punidas pela Lei de Racismo (7716/89), que até então somente previa os crimes de discriminação por raça, cor, etnia e procedência nacional (BRASIL, 2019).

É, portanto, importante que haja uma reflexão sobre os meios pelos quais esses avanços vêm sendo garantidos, pois, se, de um lado, há perseverança do Movimento em busca de direitos e garantias civis fundamentais, há, por outro lado, uma resistência conservadora, que visa à manutenção da “ordem” vigente. Por isso, as conquistas adquiridas pelo Movimento ao longo dos anos encontram-se em constante ameaça diante da “ausência de políticas públicas efetivamente capazes de fazer frente às disparidades decorrentes da extrema desigualdade brasileira” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 157).

Segundo Colling (2018), passamos por um período em que tivemos a sensação de que as populações LGBT+ estavam conquistando maior liberdade, gerada pelo aumento da visibilidade de suas pautas perante o poder público.

Entretanto, uma das ações do atual governo (Jair Messias Bolsonaro - 2019) que configura o cenário de desmantelamento das políticas LGBT+ no Brasil foi a extinção do CNCD/LGBT, também em 2019. Em nota de repúdio desenvolvida pelo antigo CNCD/LGBT e assinada por diversas organizações do Movimento, foram contestadas as novas configurações do órgão, instituídas por meio do Decreto n. 9.759, que alterou completamente a composição que havia sido estabelecida no ano de 2010, quando o CNCD/LGBT foi criado. Nessa nova composição, o Conselho contaria com 3 (três)



representantes do poder público e 3 (três) representantes da sociedade civil, no entanto a Presidência seria permanentemente ocupada por um representante do governo federal.

Esse cenário se configurou em uma derrota para a atuação e representação da sociedade civil organizada no órgão. Além disso, o Decreto não mencionou diretamente a população LGBT+, muito menos o combate da violência e da discriminação motivada por intolerância à orientação sexual e à identidade de gênero. No documento, ficou definida a sua não participação no "novo Conselho", que, para o Movimento, consistia em uma farsa (CNDC/LGBT, 2019).

Além disso, com a extinção do CNCD/LGBT, a quarta Conferência Nacional, que estava prevista para ser realizada em 2019, não aconteceu. Nesse contexto, notamos como a LGBTfobia ainda se apresenta intensa em nossa sociedade e reflete no contexto político. Esses preconceitos são advindos de uma cultura caracterizada por uma heteronormatividade compulsória, que "permite, recria e, até, incentiva, muitas vezes, a prática da injúria homotransfóbica e de atos de violência" (CANABARRO, 2013).

Demarcado por opositoristas da cidadania LGBT+ nas estruturas do Estado, é que parece surgir o que Pereira (2018) arrisca denominar como "quarta onda" do Movimento LGBT+ no Brasil. Nessa nova fase do Movimento, segundo o autor, "ganham força novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para a Teoria Queer e Pós-Coloniais" (PEREIRA, 2018). Segundo Colling (2018), podemos observar, no cenário brasileiro LGBT+, a ascensão do chamado "boom de ativismos dissidentes", por meio da ampliação de uma "produção artística brasileira que problematiza as normas sexuais e de gênero, naquilo que hoje poderíamos caracterizar como arte sintonizada com perspectivas queer" (COLLING, 2018, p. 158).

Ao mesmo tempo em que há uma "reinvenção" do Movimento para enfrentamento do atual cenário político desfavorável, é indiscutível a ausência de pessoas não-cis/não-heterossexuais em instituições representativas (PEREIRA, 2017b; COLLING, 2018).

Conforme indicado por Sousa Júnior e Mendes (2020), as pesquisas que vêm sendo realizadas acerca das políticas desenvolvidas para os públicos LGBT+ indicam que os principais entraves para a concepção dessas políticas se localizam na ausência de arcabouço jurídico, faltam leis que resguardem os direitos dessa população, provocando falta de comunicação e avanços. O trabalho desenvolvido por Filipiack e Gaspodini (2019) indicou que os estudos que abordam as políticas LGBT+ no Brasil enfatizam, em sua maioria, as



políticas de saúde. Nesse sentido, os autores sugerem a elaboração de novos estudos sobre políticas públicas que enfatizem outras áreas, e incluímos aqui o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que, no cenário nacional, as conexões entre as pautas LGBTQ+ e o lazer são fragilizadas. Historicamente, o Brasil, principalmente nos governos do PT, tomou decisões políticas essenciais no que diz respeito à legislação orientada aos direitos sociais desse público, entretanto o direito ao lazer não avançou.

As políticas de saúde voltadas para o público LGBTQ+ foram incisivas para o controle dos corpos e a redução de mortes e de doenças sexualmente transmissíveis em busca de proteger a vida; contraditoriamente, o mesmo país que produziu biopolítica de saúde para preservação da vida é também o local que mais mata e violenta pessoas não heteronormativas. E, ainda, no momento atual, existe uma desconstrução e descontinuidade das políticas promovidas pelo governo, que extingue conselhos, retira direitos e ataca a população LGBTQ+ em discursos públicos. Consideramos que conectar pautas LGBTQ+ com as políticas de lazer é um desafio para os movimentos sociais, para o ativismo acadêmico. É uma necessidade cultural e política de proteção, justiça e igualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Diego Eugênio Roquette Godoy. Política e resistência no lazer noturno homossexual. **Cadernos brasileiros de terapia ocupacional**, v. 28, n. 4, p. 1251-1267, out., 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BONALUME, Cláudia Regina. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de lazer. **Licere**, v. 14, n. 1, mar., 2011.

BRASIL. Resolução nº 1.482 de 19 de setembro de 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. **Diário Oficial da União 1997**. 19 set.1997.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.



_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais:** direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1440>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

_____. Decreto Nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. **Diário Oficial da União**, Seção 01, n. 236, 9 dez. 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da 2ª conferência nacional de políticas públicas e direitos humanos de LGBT:** por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1455>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT. **Relatório final: 3ª conferência nacional de políticas públicas de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1476>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, 2019. **Governo Bolsonaro extingue Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (CNCD/LGBT).** Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:etX8ER5ilgUJ:https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9965/6779+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRAÚNA, Luiz Henrique; MEDRADO, Benedito. Mercado GLS como espaço de consumo, lazer e sociabilidade LGBT: visibilizando produções acadêmicas. In: GONÇALVES, Christiane Ribeiro; ROCHA, Marcos Antonio Monte (Orgs.). **Feminismos descoloniais e outros escritos feministas.** Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2019.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2, 2013, Passo Fundo, RS. **Anais...** Passo Fundo, RS, 2013.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Revista sala preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, jun., 2018.

CORRÊA, Catarina. 24 projetos de lei propõem barrar avanços LGBTs no Brasil. **Catraca livre**, 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/mais-de-20-projetos-de-lei-podem-barrar-avancos-lgbts-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.



DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista política e sociedade**, n. 5, v. 3, p. 139-164, 2004.

DANILIAUSKAS, Marcelo. De "temas polêmicos" a "sujeitos de direitos": LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC, 2010.

FILIPIACK, Isadora Cechin; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: revisão de literatura. **Perspectivas em psicologia**, v. 23, n. 2, p. 40-56, jul./dez., 2019.

GROSS, Jacson; CARLOS, Paula Pinhal de. Da construção da sexualidade aos direitos LGBT: uma lenta conquista. **Revista direito e política**, v. 10, n. 2, p. 747-761, abr., 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, n. 28, p. 193-220, jul./dez., 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Revista institucional de psicologia**, v. 6, n. 1, p. 54-70, jan./jun., 2013.

MELO, Iran Ferreira de. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas**, v. 10, n. 14, p. 205-232, 2016.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Espaço aberto**, n. 25, p. 98-103, jan./fev., 2005.

NEVES, Christopher Smith Bignardi; BRAMBATTI, Luiz Ernesto. O comportamento do turista LGBT com relação ao consumo em viagens de lazer. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 4, p. 832-846, out./dez., 2019.

OSORIO, Kevin Luiz N.; HENZ, Aline Patrícia. Turismo LGBT: um estudo acerca das iniciativas no Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 12, 2018. Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR, 2018

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco**: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia. 2016. 260f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016a.

_____. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista interdisciplina de direitos humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun., 2016b.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2017a.



PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimento LGBT e políticas públicas nos governos federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características. **Estudos de sociologia**, v. 2, n. 23, p. 195-238, 2017b.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília, DF. Paralelo 15, 1998.

SILVA, Luiza Cupertino Xavier da; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Uma análise das políticas públicas de lazer para a população LGBT em Belo Horizonte. **Motrivivência**, v. 31, n. 63, p. 1-24, jul. /dez., 2020.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de; MENDES, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT. **Cadernos EBAPE.BR**, p. 1-17, jun., 2021.

TAVARES, Marie Luce. **Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG**. 2011. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2011.

Dados da primeira autora:

Email: luiza.cupertino.xavier@gmail.com

Endereço: ORICOLÉ – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901, Brasil.

Recebido em: 29/10/2021

Aprovado em: 02/12/2021

Como citar este artigo:

SILVA, Luiza Cupertino Xavier da; ALVES, Cathia; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As políticas públicas e as pautas LGBT+ no Brasil: o lugar do lazer. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 206-221, set./ dez., 2021.

DIAGNÓSTICO DAS LEIS ESTADUAIS DE INCENTIVO AO ESPORTE NO BRASIL

DIAGNOSIS OF STATE SPORTS INCENTIVE LAWS IN BRAZIL

DIAGNÓSTICO DE LAS LEYES ESTADUALES DE INCENTIVOS DEPORTIVOS EN BRASIL

Sabrina de Lima Vitória

<https://orcid.org/0000-0002-1942-4562> 

<http://lattes.cnpq.br/4841009979299818> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
sabrinatoriome@gmail.com

Leandro Eduardo Cerbi

<https://orcid.org/0000-0002-5851-6195> 

<http://lattes.cnpq.br/6923363847785665> 

Centro Universitário Anhanguera Educacional (Leme, SP – Brasil)
leandrocerbi@gmail.com

Bruna Lindman Bueno

<https://orcid.org/0000-0002-0204-4176> 

<http://lattes.cnpq.br/6219243742095509> 

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)
brunabueno@usp.br

Clara Sanchez da Trindade Santos

<https://orcid.org/0000-0002-0634-0407> 

<http://lattes.cnpq.br/4366856495261782> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
clarasanchez.ce@gmail.com

Leandro Carlos Mazzei

<https://orcid.org/0000-0002-0788-4668> 

<http://lattes.cnpq.br/6222841355609478> 

Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP – Brasil)
lemazzei@unicamp.br

Resumo

Com a criação da Lei Federal de Incentivo ao Esporte em 2006 e na onda dos Megaeventos Esportivos no Brasil, muitos Estados criaram suas próprias iniciativas relacionadas à isenção fiscal para favorecimento do Esporte. No entanto, a bibliografia sobre este fenômeno é escassa. Assim, este estudo teve por objetivo apresentar um diagnóstico das Leis de Incentivo ao Esporte (LIEs) no âmbito Estadual, indicando as características destas ações realizadas pelas unidades federativas. Trata-se de um estudo de caráter descritivo, utilizando de fontes documentais para a coleta de dados obtidas através dos sites oficiais de cada Secretaria ou órgão semelhante responsável pelas Políticas Públicas do Esporte nos Estados. Foram identificadas ações relacionadas ao incentivo do esporte via isenção fiscal em 15 Estados e todas envolvem o tributo ICMS. Verificou-se ainda uma variação grande com relação às porcentagens de valor destinadas, bem como uma diversificação das manifestações esportivas em cada Estado.

Palavras-chave: Leis Estaduais de Incentivo ao Esporte; Políticas Públicas; Esporte.

**Abstract**

With the creation of the Federal Sports Incentive Law in 2006 and the Sporting Mega-Events held in Brazil, many states have created their own initiatives related to tax exemption to favor Sports. However, the bibliography on this phenomenon is scarce. Therefore, this study aimed to present a diagnosis of the Sports Incentive Laws at the State level, indicating the actions carried out by the federative units and their main characteristics. This is a descriptive study, using documental sources for data collection obtained through the official websites of each Secretariat or similar body responsible for the Sports Public Policies in the Brazilian States. Were identified 15 States actions related to the incentive to sports via tax exemption and all of them from the 'ICMS' tribute. It was also verified a large variation regarding the percentages of value allocated, as well as a great diversification of the sports manifestations in each State.

Keywords: Tax Exemption Laws; Public Policy; Sport.

Resumen

Con la creación de la Ley Federal de Incentivo al Deporte y con los Mega-Eventos Deportivos en Brasil, muchos Estados Brasileños crearon sus iniciativas para favorecer el deporte a través de exenciones fiscales. Sin embargo, la bibliografía sobre este fenómeno es escasa. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo presentar un diagnóstico de las Leyes de Incentivo al Deporte a nivel de los Estados Brasileños, indicando sus principales características. Se trata de un estudio descriptivo, que utiliza fuentes documentales obtenidos a través de los sitios web oficiales de cada Secretaría u organismo similar responsable de las Políticas Públicas de Deporte en los Estados. Se identificaron acciones relacionadas con el incentivo deportivo en 15 Estados y todos ellos relacionados con el impuestos ICMS. También se verificó una gran variación en cuanto a los porcentajes de valor destinados, así como una diversificación de las manifestaciones deportivas en cada Estado.

Palabras clave: Leyes de Exención de Impuestos; Política Pública; Deporte.

INTRODUÇÃO

Qualquer temática relacionada às Políticas Públicas é complexa, pois é frequente a ausência de consensos absolutos, bem como a existência de divergências conceituais na literatura e interpretações relacionadas às práticas desta área (SECCHI; COELHO; PIRES, 2020). Por exemplo, para Secchi, Coelho e Pires (2020), os diferentes olhares sobre as Políticas Públicas permitem que esta área possa ser considerada como segmento de atuação exclusiva do Estado, o que pode ser nomeado como uma abordagem estatista. A exclusividade estatal quanto às Políticas Públicas é derivada da superioridade objetiva do Estado em fazer leis e fazer com que a sociedade as cumpra em prol dela mesma e da manutenção do Estado de Direito. Além desse argumento objetivo, há o fato de que o Estado tenha superioridade hierárquica para corrigir desvirtuamentos que dificilmente o mercado e a comunidade conseguem corrigir sozinhos. A abordagem estatista até admite que atores não estatais influenciem no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública (SECCHI; COELHO; PIRES, 2020).

Ainda segundo Secchi, Coelho e Pires (2020), as Políticas Públicas podem ter um olhar pragmático, como a definição de que as políticas podem ser consideradas tudo aquilo



que os governos escolhem fazer ou não fazer (omissão ou a negligência neste último caso) ou ainda posicionamentos teóricos que interpretam as Políticas Públicas como diretrizes estruturantes, envolvendo um conjunto de programas, planos e projetos em níveis estratégicos (mais abrangentes) quanto operacionais (mais locais). Para além da abordagem estatista, outro ponto de vista sobre as Políticas Públicas envolve uma abordagem multicêntrica ou policêntrica, que considera o protagonismo de organizações privadas e organizações não governamentais para o estabelecimento das Políticas Públicas, juntamente com o papel dos órgãos estatais (SECCHI; COELHO; PIRES, 2020).

Tanto a abordagem estatista como a abordagem multicêntrica podem ser identificadas nas Políticas Públicas do Esporte no Brasil nas últimas décadas. Se de um lado alguns órgãos do poder executivo majoritariamente propunham legislações, principalmente para financiamento do esporte (e por vezes sua governança), do outro, boa parte de nosso “sistema” esportivo é composto por organizações privadas (majoritariamente associações sem fins lucrativos), como por exemplo o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), dentre outros (MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012).

Na Constituição Federal do Brasil e na Lei 9.615 de 1998 se identificam os respectivos dizeres: “a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento” e “autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva” (BRASIL, 1988, 1998). E de fato, a partir destes documentos e ao longo dos anos posteriores, as Políticas Públicas para o Esporte e suas respectivas legislações foram formuladas e implementadas principalmente com propósitos relacionados com o repasse de recursos para organizações não governamentais, estabelecimento de suporte para atletas, e possibilidades de fomento para projetos esportivos com isenção fiscal para a iniciativa privada. Respectivamente, pode-se destacar as ainda vigentes: Lei 10.264/01 (repasse de arrecadação das loterias federais para o esporte) (BRASIL, 2001); Lei nº 10.891/04 que instituiu o programa “Bolsa Atleta” em nível nacional (BRASIL, 2004) e Lei 11.438/06, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (BRASIL, 2006).

Para Salinas (2012), a elaboração de leis muitas vezes tem como propósito o desenvolvimento de um elemento estruturador das ações administrativas e de uma maior possibilidade para a efetividade/continuidade de Políticas Públicas (SALINAS, 2012). Assim, as leis se constituem como diretrizes a serem observadas pelos atores envolvidos no contexto da implementação das Políticas Públicas, ou seja, as leis prescrevem o curso da ação que será



dado para a implementação das Políticas Públicas. São nelas que estão resumidas as instruções aos administradores públicos, outros atores e membros da sociedade, os quais na condição de envolvidos, devem agir em prol da realização dos objetivos estabelecidos no desenvolvimento das ações perante ao problema identificado (SALINAS, 2012). Tais fatos independem de uma abordagem estatista ou multicêntrica.

Especialmente sobre as leis que envolvem possibilidade de isenção fiscal em prol de algum serviço ou atividade esportiva, a iniciativa de âmbito Federal foi criada enquanto legislação para, originalmente, dar maiores possibilidades ao fomento do esporte no Brasil. Tal iniciativa ainda hoje é reconhecida pela sociedade como “Lei de Incentivo ao Esporte” (LIE). Sua assinatura aconteceu no ano de 2006, momento em que o Brasil se preparava para sediar os Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007, e depois almejar sua candidatura para outros eventos esportivos internacionais (Jogos Olímpicos e Paralímpicos por exemplo). Enquanto Política Pública, a LIE Federal possibilita que pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ) destinem uma parcela do imposto de renda devido (6% e 1%, respectivamente) “diretamente” à e em benefício de projetos esportivos previamente aprovados. Os projetos são executados e gerenciados por organizações públicas e privadas do setor, servindo como mais uma estratégia para o desenvolvimento ou possibilidade de investimento no esporte brasileiro (BASTIDAS; BASTOS, 2011; MATIAS et al., 2015; SANTOS; JUCHEM; MADURO, 2017).

Diversos estudos foram desenvolvidos no sentido de se avaliar sob diferentes aspectos a LIE Federal, seja para análise dos montantes de projetos aprovados (CAVAZZONI; BASTOS, 2010); para a verificação de quais manifestações esportivas foram mais beneficiadas pela Lei (BASTIDAS; BASTOS, 2011); os problemas de efetividade quanto ao propósito da própria Lei (MATIAS et al., 2015); e também alguns panoramas gerais da LIE Federal entre 2007 a 2011 ou 2007 à 2019 (NASCIMENTO, 2019; SANTOS; JUCHEM; MADURO, 2017). Basicamente esses estudos constataram problemas entre a aprovação e a captação de recursos pelos projetos; uma concentração de projetos e montantes captados na manifestação esportiva rendimento; de uma predominância de “grandes” proponentes na aprovação de projetos; dentre outros.

Partindo (supostamente) dos princípios da constitucionalidade e dos mesmos propósitos da LIE Federal, boa parte dos Estados da União e diversos municípios brasileiros desenvolveram suas próprias iniciativas relacionadas à isenção fiscal favorecendo projetos ligados ao esporte. Entretanto, há poucos estudos sobre essas iniciativas, assim como não



existe um panorama geral para que futuros pesquisadores se debrucem com análises mais aprofundadas sobre Leis de Incentivo ao Esporte em contextos Estaduais ou Municipais.

Nesse sentido, podem ser feitos alguns questionamentos sobre este contexto, como por exemplo, todos os Estados brasileiros possuem Leis de Incentivo ao Esporte? As Leis de Incentivo ao Esporte em âmbito estadual possuem o mesmo propósito da legislação Federal? Que tipos de isenções fiscais são proporcionadas pelas LIEs Estaduais? Assim, com o propósito de responder a esses e outros questionamentos, o objetivo deste artigo será apresentar um diagnóstico das Leis de Incentivo ao Esporte em um âmbito Estadual e algumas de suas características. Serão identificados a existência ou não desta ação de Política Pública nos Estados, o ano de início da primeira com relação a este tipo de ação, sua característica (se Lei ou um Decreto), o imposto cedido ao "patrocinador", a porcentagem atual do imposto cedido para os projetos esportivos, as manifestações que são contempladas pela LIE identificada, o tipo de regularização legislativa da ação e de proponente que podem ser beneficiados pela mesma.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se na taxionomia apresentada por Vergara (2010), que subdivide os processos metodológicos em dois aspectos: primeiro quantos aos fins e segundo quanto aos meios. Quantos aos fins, a pesquisa se enquadra como descritiva, pois apresenta um diagnóstico das LIEs enquanto propostas de Políticas Públicas, neste caso, especificamente nos Estados brasileiros. Interessante citar que as pesquisas descritivas envolvem essa caracterização de um tema de estudo sem o objetivo direto de explicá-lo, mas que ao mesmo tempo podem estabelecer correlações entre variáveis servindo como base para possíveis explicações no futuro (MALHOTRA, 2011). Quantos aos meios, a pesquisa se enquadra como documental, visto que foram realizadas análises de documentos oficiais de cada Secretaria ou órgão semelhante que é responsável pelas Políticas Públicas do Esporte em cada Estado do Brasil.

Foram focos de identificação a existência ou não de uma Lei de Incentivo ao Esporte no contexto Estadual, o ano de início da primeira ação relacionada ao tema, o imposto cedido ao patrocinador que aportou recurso em algum projeto esportivo, a porcentagem atual do imposto cedido para os projetos esportivos, quais são as manifestações que são



contempladas pela LIE identificada, além de sua caracterização/ enquadramento enquanto legislação e regularização quando ao tipo de proponente que pode ser beneficiado.

A coleta de dados se deu de outubro a novembro de 2020, e como critério de inclusão nas análises, que a LIE identificada existisse a pelo menos a dois anos. Primeiramente foram acessados os sites oficiais das Secretarias Estaduais de Esporte (ou órgão respectivo) de cada uma das 27 unidades federativas do país, além de pesquisa textual em site de busca com o termo – Lei de Incentivo Esporte “nome do Estado” – e a partir deles foi feito um levantamento referente à existência ou não de uma legislação para fomento do esporte a partir de isenção fiscal. Para tanto, conforme mencionado, nesse estudo foram levados em consideração legislações específicas (Leis Estaduais de Incentivo ao Esporte), legislações através de Fundos e também decretos regulamentadores. Feito esse levantamento, foi realizada a leitura de todas as legislações e decretos identificados a fim de obter dados a respeito dos mesmos (ano de criação, imposto cedido, porcentagem do imposto, tipo de proponente e manifestações esportivas contempladas).

Para o tratamento e análise dos dados foi realizada a aplicação de estatística descritiva (valores absolutos e porcentagem), através do programa Microsoft Office Excel 2016. Como os dados foram obtidos através de documentos de acesso público, não houve necessidade de autorização de comitê de ética para a realização deste estudo, apesar do mesmo fazer parte de uma pesquisa maior, que tem como CAAE o número 28709019.1.0000.5404.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à existência ou não de uma Lei de Incentivo ao Esporte em Estados brasileiros ou alguma normatização relacionada à esta temática, foi identificado que em 15 (55%) dos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, possuem sua Política Pública própria neste tema. Sendo estes os Estados (em ordem alfabética): *Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo*. A figura 1 ilustra esses resultados.



Figura 1 – Estados que possuem uma Lei Estadual de Incentivo Fiscal ao Esporte



Fonte: construção dos autores.

Quanto ao ano de criação dessas ações, tributo envolvido nas isenções e manifestações esportivas a serem incentivadas no Estados identificados, foram obtidos os seguintes resultados, apresentados no Quadro 1 (em ordem alfabética).

Para além dos dados do Quadro 1, coletados até novembro de 2020, cabe mencionar que alguns Estados possuem Projetos-Lei sobre o tema, que são os casos do Amapá, Distrito Federal e Roraima. Outros Estados criaram (mais ainda não foram implementadas) suas legislações de Incentivo ao Esporte em 2021, como Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

Com dados coletados até novembro de 2020 e com a existência de pelo menos dois anos, sobre o ano de criação, em boa parte dos Estados que possuem alguma ação próxima à iniciativa de LIE tiveram suas respectivas iniciativas iniciadas após o estabelecimento da legislação Federal, ou seja, a maioria das leis identificadas (9 do total de 15, ou seja, 60%), surgiram após o ano de 2006. Por outro lado, e até de forma surpreendente, em alguns Estados já existia uma iniciativa para isenção fiscal em benefício ao esporte antes mesmo de 2006. Importante mencionar que muitas ações sofreram ajustes, alterações e atualizações ao longo dos anos. Destaque para o Estado do Rio de Janeiro, que teve uma primeira iniciativa sobre o tema analisado em 1992, passando por reformulação e nova legislação em 2018.



Quadro 1 – Ano de criação, tributo e porcentagem envolvida e manifestações esportivas contempladas pelas ações relacionadas à Legislação para isenção fiscal em benefício ao esporte em nível Estadual.

Estado	Ano de Início da Ação (LIE)	Valores ou Porcentagem ICMS	Manifestações Esportivas que podem ser contempladas
Acre Lei nº 1.288/1999	1999	Valores variados	Educacional, Participação e Rendimento
Bahia Lei nº 7.539/1999	1999	Até 5,00%	Educacional, Participação e Rendimento
Ceará Lei nº 15.700/2014	2014	Até 2,00%	Educacional, Participação, Rendimento e Infraestrutura-Obras
Goiás Lei nº 14.546/2003	2003	No mínimo 5,00%	Educacional, Participação, Rendimento, Infraestrutura, Eventos, Formação Esportiva, Sócio Desportiva e Desenvolvimento Esportivo
Maranhão Lei nº 9.436/2011	2011	De 5,00 a 20,00%	Educacional, Participação, Rendimento e Infraestrutura / Obras, Eventos e Capacitação Profissional
Mato Grosso Lei nº 6.978/1997	1997	6,00%	Não foi possível identificar*
Minas Gerais Lei nº 16.318/2006	2006	25,00%	Educacional, Rendimento, Formação, Desporto Social / Lazer e Desenvolvimento esportivo
Paraíba Decreto nº 29.054/2008	2008	Até 5,00%	Competições, Eventos e Atividades Esportivas
Paraná Lei nº 17.742/2013	2013	De 0,50 a 3,00%	Formação, Participação e Rendimento
Pernambuco Lei nº 15.706/2015	2015	Até 5,00%	Formação, Rendimento, Social, Capacitação, Evento e Prêmios
Piauí Lei nº 5.315/2003	2003	0,25%	Educacional, Participação, Rendimento e Infraestrutura
Rio de Janeiro Lei nº 1.954/1992 Lei nº 8.266/2018	1992 2018	Até 3,00%	Iniciação Desportiva, Divulgação / Publicação / Memória, Patrocínio a Equipe / Atletas e Edificação Esportiva
Rio Grande do Sul Lei nº 13.924/2012	2012	De 5,00 a 20,00%	Educacional Participação, Rendimento, Sócio Desportiva, Infraestrutura, Desporto / Lazer / Gestão e Desenvolvimento Esportivo
Santa Catarina Lei nº 13.336/2005	2005	Até 20,00%	Sócio Desportiva
São Paulo Decreto nº 55.636/2010	2010	Até 3,00%	Educacional, Participação, Rendimento, Infraestrutura, Formação Esportiva / Sócio Desportiva / Gestão e Desenvolvimento Esportivo

Fonte: construção dos autores.

Identificou-se que em todos os 15 Estados, o tributo em questão é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). O ICMS é um tributo que somente os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituí-lo - conforme o art. 155, II, da nossa Constituição (BRASIL, 1988). Muitas vezes o ICMS é parte fundamental para a receita dos Estados e também dos seus respectivos municípios, pois sua arrecadação geralmente é utilizada para investimentos em serviços públicos essenciais como segurança, saúde, educação,



além do esporte, como pôde ser identificado em alguns Estados. Seu cálculo varia de Estado para Estado, além de variar também de acordo com a tipologia de produtos e serviços, origem-destino, empresa, cliente, dentre outras características (SÃO PAULO, 2020).

Foi possível identificar uma variação quanto às porcentagens de isenção do ICMS em prol do esporte, com destaque para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por outro lado, as porcentagens muitas vezes não refletem valores reais captados e aplicados ao esporte, como já observado em outros estudos (MATIAS et al., 2015; NASCIMENTO, 2019; SANTOS; JUCHEM; MADURO, 2017). Outros pontos de reflexão podem envolver o fato de que a porcentagem não retrata a característica do ICMS, uma vez que este tributo varia conforme o desenvolvimento econômico e consumo produtivo de cada Estado (MATTOS; ROCHAY; TOPORCOV, 2013).

Por fim, com relação às manifestações esportivas, se esperava uma proximidade com devidas adequações com relação à realidade de cada Estado (a partir do artigo terceiro da Lei 9.615 de 1998: Desporto Educacional, Desporto de Participação, Desporto de Formação, Desporto de Rendimento, BRASIL, 1998). No entanto, em alguns Estados se estabeleceu manifestações diferenciadas, provavelmente de acordo com os seus contextos e interesses, conforme apresentado no Quadro 1.

Já com relação ao tipo de ação quanto ao seu enquadramento legal, foi observado que das 15 ações identificadas, em 13 (87%) existe uma legislação estadual específica sobre o tema. Por outro lado, em dois Estados (13%) as ações são regulamentadas por um decreto baseados em uma legislação maior que está relacionada ao uso de determinada tributação. Os 13 Estados com legislação específica são (em ordem alfabética): *Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*. Dos Estados que possuem uma legislação específica, há uma particularidade, onde os Estados do *Piauí, Rio Grande do Sul e Santa Catarina* possuem regulamentação através de um Fundo, ou seja, os recursos captados de determinada tributação são direcionados primeiro para um Fundo (gerenciado pelo Estado), que posteriormente, de acordo com critérios estabelecidos, são aportados em projetos e iniciativas esportivas.

Os dois Estados que regulamentam a isenção fiscal em prol do esporte através de decreto, são os Estados de *São Paulo e Paraíba*. Dessa maneira, esses Estados não possuem uma lei específica relacionada com isenção fiscal em prol do Esporte, mas sim, possuem uma



Lei Geral onde há a autorização para o uso de uma arrecadação proveniente de tributo, a qual contempla uma série de áreas (Educação, Saúde, Segurança, Transportes, Esporte, dentre outros). Um ponto a ser considerado sobre decretos reguladores é que são tipos de processos normativos secundários, a depender muitas vezes da autonomia do poder executivo. Diferentemente as LIEs são criadas dentro de um processo legislativo completo envolvendo comissões, plenário, discussão e promulgação, ou seja, envolvem discussões com maior profundidade e maior participação da sociedade (SALINAS, 2012).

Sobre os tipos de proponentes, que muitas vezes são reconhecidos pela gestão de projetos e atividades esportivas que serão contempladas para o recebimento dos recursos originados a partir do aporte cedido através de isenção fiscal, existe uma certa diversificação com relação à algumas especificidades. Em cinco (33%) Estados dos 15 identificados (*Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí e São Paulo*), os proponentes são determinados como "Pessoas Jurídicas" sem fins lucrativos. No Estado do *Rio Grande do Sul*, os proponentes também são Pessoas Jurídicas, mas com a possibilidade de serem tanto com ou sem fins lucrativos. No Estado da *Paraíba* os proponentes também são Pessoas Jurídicas, mas apenas aquelas caracterizadas em seus estatutos como Federações Esportivas. No Estado de *Minas Gerais*, as Pessoas Jurídicas, para serem qualificadas como proponentes, deverão ser obrigatoriamente qualificadas como Organização da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP) e no Estado do *Maranhão*, os proponentes poderão ser apenas os Municípios do Estado. Para outros cinco (33%) Estados (*Acre, Bahia, Paraná, Goiás e Santa Catarina*) os proponentes poderão ser tanto Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos como também Pessoas Físicas. O Estado do Rio de Janeiro possibilita que os proponentes possam ser Pessoas Jurídicas com ou sem fins lucrativos e também Pessoas Físicas.

A partir do objetivo estabelecido de apresentar um diagnóstico das Leis de Incentivo ao Esporte em um âmbito Estadual, com base nos resultados encontrados algumas considerações podem ser feitas sobre essas Políticas Públicas. Mesmo com a identificação de 15 Estados que possuem mais uma iniciativa para financiamento do esporte, o que é louvável, pode-se considerar que o orçamento para a área esportiva, seja qual for a manifestação, ainda é complexo, confuso, multifacetado e multivariável, como constatado por diversos autores (CARNEIRO et al., 2021; CASTRO, 2016; FERREIRA; FILHO, 2021). Assim, considerações mais aprofundadas sobre a existência de Leis de Incentivo ao Esporte em nível Estadual ficam limitadas neste artigo. Por outro lado, e como já citado, uma pesquisa descritiva como esta,



que caracteriza a existência de demais possibilidades de isenção fiscal em prol do esporte, pode servir de base para possíveis reflexões do desenvolvimento esportivo no Brasil e suas políticas públicas.

Logo, apesar de 15 Estados representarem 87% das unidades da república brasileira, ao analisar com mais precisão, percebe-se que sete Estados somados são das regiões Sudeste e Sul. Ainda cabe destacar a baixa existência de ações envolvendo isenção fiscal para o Esporte em Estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Tais reflexões podem ser relativas, pois os Estados podem ter certa autossuficiência estatal para o esporte ou limitações quanto à possibilidade de destinar parte da arrecadação para uma determinada atividade, neste caso, o esporte.

Aliás, agregando ao tema autossuficiência estatal e possibilidade de isenção fiscal, o que de certa forma diminui a arrecadação pelo poder público, observou-se que 13 Estados possuem suas legislações para normatização de isenção fiscal (ICMS) em prol do esporte. Conforme apresentado por Bobbio e Bovero (2000), a existência de leis remetem à expressão da vontade coletiva, definidora dos direitos e deveres de todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal do governante. Fato é que nos Estados que permitem isenção fiscal em prol do esporte através de Decreto, existirá o risco de descontinuidade da política pública, conforme fatos ocorridos em 2021, onde a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo determinou que, excepcionalmente nos anos de 2021, 2022 e 2023, a submissão de projetos esportivos para adesão à Lei Paulista de Incentivo ao Esporte foi suspensa (SÃO PAULO, 2021). Para que tal medida fosse realizada com uma lei, o processo seria bem mais complexo, sendo que obrigatoriamente a decisão teria de passar pelo debate nas instituições e funções públicas (BOBBIO; BOVERO, 2000). Ao mesmo tempo, os Estados brasileiros são dependentes do ICMS, e devido ao contexto pandêmico provocado pelo COVID-19, tais decisões como a de suspender a possibilidade de isenção deste imposto para projetos esportivos são, de algum modo, compreensíveis.

De certa forma, tal diagnóstico apresentado neste estudo provoca diversos questionamentos. Essa opção de política pública é efetiva? Nas ações estaduais existem as mesmas características da LIE Federal? Como, por exemplo, desequilíbrio entre aprovação pelo órgão público e a captação de recursos junto a iniciativa privada ou até o favorecimento de uma manifestação esportiva em detrimento das outras? E, por fim, qual o papel dos Estados na Política Nacional do esporte no Brasil? Qual o papel dos Estados no sistema esportivo



brasileiro? As duas últimas perguntas vêm de encontro ao grande questionamento que diferentes autores têm provocado em suas publicações no sentido de não existir de forma mais clara um sistema esportivo no país (BÖHME; BASTOS, 2016; MAZZEI et al., 2015; MENDES; CODATO, 2015; MEZZADRI et al., 2015) – sendo um sistema composto por partes inter-relacionadas que se destinam a realizar objetivos claramente definidos, sendo que cada parte possui seu papel claramente definido (CHELLADURAI, 2009; DE BOSSCHER et al., 2015; LYLE, 1997; MAZZEI et al., 2020). A ausência de um sistema mais organizado no Brasil faz com que muitas Políticas Públicas, como as Leis de Incentivo fiscal em nível Estadual, se tornem muitas vezes improdutivas ou são produtos de sobreposições de investimento proporcionando um desenvolvimento esportivo desequilibrado.

CONCLUSÕES

Esse estudo objetivou diagnosticar as ações relacionadas com isenções fiscais (Leis de Incentivo) em prol do Esporte no âmbito Estadual. Foi possível identificar alguns padrões de Estado para Estado que possuem tal iniciativa, como por exemplo o provimento de recursos para projetos esportivos a partir do tributo ICMS. Ao mesmo tempo, também foi possível identificar que em cada Estado identificado há particularidades, que vão desde o ano que se iniciou tal ação, porcentagens de ICMS que podem ser destinadas pela iniciativa privada ao esporte, tipos de proponentes e manifestações esportivas a serem contempladas.

Para ampliar a visão sobre esse tema, será necessário aprofundar a pesquisa a fim de entender os dados relacionados ao quantitativo de projetos apresentados, a captação dos recursos, quantitativo de recursos investidos, entre outras variáveis, para assim ser possível avaliar de forma mais aprofundada as características dessas Políticas Públicas estaduais e seus benefícios para o desenvolvimento esportivo, sejam nos Estados, seja no esporte do Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDAS, Marina Gallego; BASTOS, Flávia Cunha. A lei de incentivo fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 1, n. 2, p. 111–121, 2011.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as



lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.

BÖHME, Maria Tereza Silveira; BASTOS, Flávia Cunha (OrgS.). **Esporte de alto rendimento: fatores críticos - gestão - identificação de talentos**. São Paulo: Phorte, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001**, acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 31 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**, que Institui o Bolsa Atleta. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm>. Acesso em: 24 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006**, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. 2006. Disponível em: <[http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/legislacao/ lei1143829122006.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/legislacao/lei1143829122006.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998**, institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva e colaboradores. O financiamento federal do esporte de alto rendimento no ciclo olímpico e paralímpico Rio 2016. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 43, e031919, 2021.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária**. 2016. 383f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

CHELLADURAI, Packianathan. **Managing organizations for sport and physical activity: a systems perspective**. Scottsdale, USA: Holcomb Hathaway, 2009.

DE BOSSCHER, Veerle; SHIBLI, Simon; WESTERBEEK, Hans; VAN BOTTENBURG, Maarten. **Successful elite sport policies: an international comparison of the sportspolicy factors leading to international sporting success (SPLISS 2.0) in 15 nations**. Aachen, Germain: Meyer & Meyer Verlag, 2015.

FERREIRA, Alan de Carvalho Dias; REPPOLD, Alberto Reinaldo. Um método para o mapeamento e gestão de dados do financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil. **Brazilian journal of development**, v. 7, n. 7, p. 71307–71321, 2021.



LYLE, John W. B. Managing excellence in sports performance. **Career development international**, v. 2, n. 7, p. 314-323, 1997.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

MATIAS, Wagner Barbosa e colaboradores. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MATTOS, Enlison; ROCHAY, Fabiana; TOPORCOV, Patrícia. Programas de incentivos fiscais são eficazes evidência a partir da avaliação do impacto do programa nota fiscal paulista sobre a arrecadação de ICMS. **Revista brasileira de economia**, v. 67, n. 1, p. 97-120, 2013.

MAZZEI, Leandro Carlos e colaboradores. High-performance judo: identification of the organisational factors influencing international sporting success. **Managing sport and leisure**, v. 25, p. 1-18, 2020.

MAZZEI, Leandro Carlos e colaboradores. High performance sport in Brazil: structure and policies comparison with the international context. **Gestión y política pública**, v. Temático, n. Políticas Públicas del Deporte, p. 83-111, 2015.

MEIRA, Tatiana de Barros; BASTOS, Flávia da Cunha; BÖHME, Maria Tereza Silveira. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 26, n. 2, p. 251-262, 2012.

MENDES, Alessandra; CODATO, Adriano. The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. **Revista de administração pública**, v. 49, n. 3, p. 563-593, 2015.

MEZZADRI, Fernando Marinho e colaboradores. Sport policies in Brazil. **International journal of sport policy and politics**, v. 7, n. 4, p. 655-666, 2015.

NASCIMENTO, Amanda Sousa. **A lei federal de incentivo ao esporte: análise do perfil dos proponentes e dos financiadores esportivos (2007-2016)**. 2019. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, PR, 2019.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. **Legislação e políticas públicas**: a lei enquanto instrumento de ação governamental. 2012. 234f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Edmilson Santos dos; JUCHEM, Luciano; MADURO, Luiz Alcides Ramires. Esporte rendimento, renúncia fiscal e lei de incentivo ao esporte. **Journal of physical education**, v. 28, n. e2834, p. 1-13, 2017.

SÃO PAULO. **O que é e como é investido o ICMS**. 2020. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/O-que-é-e-como-é-investido-o-ICMS.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2021.



SÃO PAULO. **Resolução da Secretaria da Fazenda e Planejamento nº 4 de 14 de Janeiro de 2021**. 2021. Disponível em: <<https://legislacao.fazenda.sp.gov.br/Paginas/Resolucao-SFP-4-de-2021.aspx>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Dados da primeira autora:

Email: sabrinavitoriome@gmail.com

Endereço: Rua Pedro Zaccaria, 1300, sala LA-525D, Jardim Santa Luzia, Limeira, SP, CEP: 13484-350, Brasil.

Recebido em: 29/10/2021

Aprovado em: 03/12/2021

Como citar este artigo:

VITÓRIO, Sabrina de Lima e colaboradores. Diagnóstico das leis estaduais de incentivo ao esporte no Brasil. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 222-236, set./ dez., 2021.

A VELHICE SEGUNDO SIMONE DE BEAUVOIR: CONSIDERAÇÕES PARA UMA GERONTOLOGIA DO ENVELHECIMENTO

OLD AGE ACCORDING TO SIMONE DE BEAUVOIR: CONSIDERATIONS FOR AN AGING GERONTOLOGY

VIEJO SEGÚN SIMONE DE BEAUVOIR: CONSIDERACIONES PARA UNA GERONTOLOGÍA DEL ENVEJECIMIENTO

Marcelo de Maio Nascimento

<http://orcid.org/0000-0002-3577-3439> 

<http://lattes.cnpq.br/6669741656943141> 

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina, PE – Brasil)

marcelo.nascimento@univasf.edu.br

Resumo

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, caracterizado como um ensaio da obra “Velhice” da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986). Objetivo do estudo foi discutir questões relativas ao tempo, à idade, à velhice e ao envelhecimento, além de abordar suas inter-relações. A técnica de Beauvoir incidiu em imergir no pensamento e sentimento das pessoas idosas, destacando elementos históricos para ampliar a compreensão dos modos como a psique dos indivíduos e da sociedade se relacionavam com a velhice. Beauvoir caracterizou a sociedade moderna como competitiva, produtiva, machista, valorizadora da funcionalidade e beleza dos corpos, e, portanto, responsável pelo afastamento dos mais velhos do mercado de trabalho. Este texto é um convite à reflexão sobre os modos como reconhecemos e admitimos as alterações que tempo exerce sobre nossos corpos e o modo como geralmente tratamos as pessoas idosas.

Palavras-chave: Gerontologia; Velhice; Tempo; Filosofia.

Abstract

This is a bibliographical study, characterized as an essay of the work “The Coming of Age” by the French philosopher Simone de Beauvoir (1908-1986). The aim of the study was to discuss issues related to time, age, old age and aging, in addition to addressing their interrelationships. Beauvoir's technique focused on immersing in the thinking and feeling of older people, highlighting historical elements to broaden understanding of the ways in which the psyche of individuals and society related to old age. Beauvoir characterized modern society as competitive, productive, sexist, valuing the functionality and beauty of bodies, and therefore responsible for the removal of older people from the labor market. This text is an invitation to reflect on the ways we recognize and admit the changes that time has on our bodies and the way we generally treat older people.

Keywords: Gerontology; Old age; Time; Philosophy.

Resumen

Se trata de un estudio bibliográfico, caracterizado como un ensayo de la obra “Vejez” del filósofo francés Simone de Beauvoir (1908-1986). El objetivo del estudio fue discutir temas relacionados con el tiempo, la edad, la vejez y el envejecimiento, además de abordar sus interrelaciones. La técnica de Beauvoir se centró en sumergirse en el pensamiento y el sentimiento de las personas mayores, destacando elementos históricos para ampliar la comprensión de las formas en que la psique de los individuos y la sociedad se relaciona con la vejez. Beauvoir caracterizó a la sociedad moderna como competitiva, productiva, sexista, valorando la funcionalidad y la belleza de los cuerpos y, por tanto, responsable de la eliminación de las personas mayores del mercado laboral. Este texto es una invitación a reflexionar sobre las formas en que reconocemos y admitimos los cambios que el tiempo tiene en nuestro cuerpo y la forma en que generalmente tratamos a las personas mayores.

Palabras clave: Gerontología; Vejez; Tiempo; Filosofía.



INTRODUÇÃO

Diferentemente dos demais seres do planeta, o homem tem consciência do tempo e é capaz de distinguir suas três formas: passado, presente e futuro. Mas o que é o tempo? Ao longo dos séculos, este tema ocupou filósofos, teólogos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento humano. Porém, apesar de todos os avanços da ciência, a verdadeira natureza do tempo e sua relação com o homem ainda fascina e gera dúvidas.

Entre os enigmas que o tempo nos apresenta há o entendimento sobre sua substância, uma vez que se fosse um objeto sua existência independeria do homem. Por outro lado, se ele for um produto da consciência podemos questionar o seguinte: como é que compreendemos o tempo? De forma geral, nos acostumamos a vivenciá-lo e localizá-lo com base nos episódios da vida. Mas, isso ocorre porque nós o sentimos e percebemos. Ora, nesse contexto, há uma certeza, a de que o tempo não para e conseqüentemente não permanecemos jovens, uma vez que a genética humana é responsável por constantes alterações das células (HEKIMI, 2003). O envelhecimento é definido como um processo gradual e multifatorial determinado por fatores genéticos e ambientais (DA COSTA et al., 2016), tornando o organismo humano suscetível a uma série de alterações fisiológicas, que irão dificultar a adaptação do indivíduo ao meio (HARRIDGE, LAZARUS, 2017). Entretanto, o processo não é igual para cada indivíduo, ou seja, a idade cronológica pode diferir da idade biológica (LAUENROTH; IOANNIDIS; TEICHMANN, 2015).

O presente texto teve como objetivo discutir termos como o tempo, a idade, a velhice e o envelhecimento, bem como, abordar suas inter-relações. Nossas motivações para desenvolver este ensaio partiram de códigos enraizados na sociedade ocidental, que, embora, não sejam oficialmente reconhecidos, integram seu sistema social, político, econômico e, não obstante, cultural. Nesse contexto, as pessoas formam percepções que nem sempre são positivas sobre a idade e o envelhecimento dos outros. Disso, sobrevém, entre outros, atitudes que geram o "ageísmo", que implica no processo de estereotipar e/ou discriminar as pessoas por causa de sua idade avançada (FRANÇA et al., 2017). Diante do exposto, partimos da premissa de que se não soubermos hoje o que seremos no futuro, teremos problemas para saber quem somos no tempo presente, assim como, dificuldades para nos reconhecermos no futuro. E tudo isso pode gerar graves problemas de identidade.



Optamos por abordar os fatos em sentido filosófico, nossa atitude buscou a concepção da facticidade e essência da visão humana sobre seu próprio envelhecimento (VON ZAUBE, 2011). As questões foram discutidas com base na obra de Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand Beauvoir (1908-1986), intitulada *La Vieillesse* (BEAUVOIR, 1970), com tradução na língua inglesa para "*The Coming of Age*", e na língua portuguesa como "Velhice". Simone Beauvoir é considerada uma filósofa existencialista e, acima de tudo, feminista. Em 1970, ela publicou este ensaio que mostrou a visão de filósofos gregos sobre a velhice em sentido histórico, bem como, analisou a influência desses pensadores sobre a psique dos homens e da sociedade para o entendimento do envelhecimento e pessoa idosa. Na primeira parte da obra, Beauvoir analisou a velhice de fora para dentro, já no segundo momento, ela imergiu nos pensamentos e sentimentos de pessoas velhas. Sua intenção foi se aproximar ao máximo do real sentido de um ser/estar velho (acabado, ultrapassado, antigo, arcaico, deteriorado).

O texto de Beauvoir consegue transmitir aos leitores uma visão autêntica sobre o que significa "sentir-se velho". A obra também fornece subsídios para o entendimento existencial de vidas humanas à margem da sociedade, algo que Beauvoir detectou precocemente na sociedade francesa dos anos 70. Segundo ela, entre as barreiras que existiam para que idosos fossem totalmente integrados na sociedade francesa da época havia o avanço gradual de uma economia basicamente competitiva, fundamentada no avanço da produção. Outro ponto destacado pela autora foi a tendência daquela sociedade em sentido à supervalorização da beleza e do vigor dos corpos (funcionalidade).

O trajeto eleito para apresentação das ideias foi uma introdução inicial sobre as principais características da obra "Velhice", incluindo o papel de Beauvoir na área da filosofia contemporânea. A segunda seção aborda o tempo, que junto com o envelhecimento são os termos basilares deste estudo. As reflexões foram fundamentadas na concepção filosófica medieval de Agostinho, existencialista dos filósofos Martin Heidegger e Jean Paul Sartre, e do psicólogo Henri Bergson. Também diferenciamos duas perspectivas trabalhadas ao longo do texto que são: o "eu-idoso" e o "eu-velho". Por fim, apresentamos a visão crítica de Beauvoir relativa ao descaso que a sociedade moderna possui com as pessoas idosas, mais especificamente, sua exclusão do mercado de trabalho, o que implicou no tratamento do termo "ageísmo".



A VELHICE SEGUNDO SIMONE BEAUVOIR

A obra *Velhice* é considerada pioneira na área do envelhecimento humano, de tal modo, ela influenciou vários estudos na área da Gerontologia (SANTOS, 2001). Vale destacar que a autora utilizou o termo velho e não idoso porque na França do século XIX pessoas acima dos 60 anos eram assim reconhecidas. A substituição do termo velho por idoso ocorreu nas últimas quatro décadas, em razão da conotação negativa que o termo reflete. A troca da nomenclatura é consequência de mudanças socioculturais ocorridas na sociedade contemporânea (DARDENGO; MAFRA, 2018). O fato permitiu a substituição do termo velho e velhice por idoso e envelhecimento tanto em documentos oficiais, como nos meios de comunicação e no meio acadêmico. Com o passar dos anos novas expressões foram criadas para classificar a pessoa idosa como indivíduo da Terceira Idade ou da Melhor Idade (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Uma forte característica do estilo literário de Beauvoir foi seu engajamento crítico no âmbito social e político com especial interesse por causas feministas e a defesa do direito das causas humanas. Seu trabalho e percepção foram significativamente marcados por seu companheiro Jean-Paul Sartre (1905-1980), considerado um dos filósofos mais influentes da modernidade. Beauvoir inicia a obra "*Velhice*" (1970) com um profundo estudo social, histórico e antropológico relativo à percepção da velhice desde o período antigo. Para tanto, ela traz exemplos da Índia, percorrendo o Egito, as civilizações da Grécia e de Roma, passando pela Idade Média e Revolução Industrial até chegar a França dos anos 1970.

Ao longo do texto, Beauvoir também confronta e questiona a natureza do tempo, considerando-o como um dos mistérios da humanidade. Outra crítica é a de que idosos pobres nunca receberam ênfase na literatura ou na história, além de que quando se falou dos velhos o discurso sempre foi endereçado ao sexo masculino. Tudo isso seria mais uma prova de que há séculos mulheres e pessoas idosas vêm sendo inferiorizadas (BEAUVOIR, 1970). Em sentido ao tempo, Beauvoir destacou que no século IV a.C., Platão acreditava, por exemplo, que o fato era obra do Criador, gerado no mesmo instante da concepção do céu.

A partir dos escritos de Platão sobre os mais velhos, Beauvoir traçou um paralelo sobre a visão dos gregos antigos com a visão da sociedade dos anos 70. Assim, ela salientou, entre outros, a preocupação que Platão mostrava com os cidadãos mais velhos. Conforme a autora, o filósofo grego referenciou a obrigação que os jovens tinham para respeitar os mais



velhos, pois a velhice seria o momento da vida em que os seres humanos produziram sentimento, paz e libertação. Na obra "Leis", Platão destacou o comprometimento que os filhos necessitavam ter com os pais, principalmente, em idade avançada. Para Platão isso era uma questão de mérito, visto que os pais teriam zelado pela formação dos filhos e contribuído para gênese da sociedade grega. Logo nada mais sensato do que retribuir aos pais os serviços prestados. Com essa narrativa Beauvoir buscou resgatar o modo como as sociedades vinham tratando os velhos, assim como, traçar um paralelo entre os períodos históricos para tentar compreender as atitudes de seus contemporâneos.

Beauvoir (1970) questionou por que a sociedade valoriza o sujeito enquanto ele é útil para a economia e anos mais tarde vira o rosto. Portanto, qual seria o sentido de uma sociedade que educa a pessoa para amar, respeitar e socializar e anos depois é áspera com ela, desrespeitando-a e excluindo-a de seus direitos de cidadão? A autora, também indagou até que ponto a conduta da sociedade/governantes frente aos idosos poderia ser assumida como sistema de valores (merecimento) de cada época. Ou seja: De onde viriam as percepções deturpadas atribuídas ao velho e à velhice?

No capítulo II, intitulado "Os dados da etnologia", a filósofa salientou algo ainda comum na atual sociedade do século XXI que é a valorização do coletivo jovem. Por que idosos não são intencionalmente incluídos no sistema produtivo? De onde viria essa desvalorização? Nesse contexto, a autora vai às origens da humanidade para buscar o entendimento sobre a aceção do sentido da coletividade. Pois, se por um lado, o homem aprendeu que o coletivo é o alicerce do desenvolvimento da sociedade, ele nunca entendeu o significado do termo gratidão para com aqueles que plantaram as sementes das árvores que hoje dão frutos e são saboreados por outros, que também descansam nas suas sombras.

[...] não há coletividade humana, por mais rude que seja, que não possua uma certa união; as atividades que o homem exerce usando instrumentos por ele fabricados constituem um trabalho a partir do qual se estabelece pelo menos um embrião de organização social (BEAUVOIR, 1970, p. 124).

Segundo a autora, o homem possui relativo déficit de memória ancestral, de tal modo, somos capazes de refletir com propriedade sobre o futuro e pouco ou nada sobre o passado, principalmente, em sentido crítico construtivo. Beauvoir (1970, p. 182) também destacou que: "Em muitas espécies – e principalmente nas mais evoluídas – os animais idosos e mais experimentados gozam de prestígio; eles transmitem aos demais informações adquiridas ao longo de sua experiência". Isso significa dizer, que a posição ocupada por cada



um no grupo é diretamente proporcional aos anos de vida, o que é determinante para sobrevivência da espécie. No entanto, diferentemente da sociedade dos animais ou dos povos primitivos, no mundo moderno ou pós-moderno, o *status quo* atribuído a uma pessoa é proporcional a sua condição financeira ou beleza física.

Nos capítulos seguintes Beauvoir (1970) deixa claro que a abordagem da velhice não é simples porque pode apresentar óticas distintas, gerando modos diferentes de interpretação. Portanto, o que é velho ou velhice para um pode não ser para outro, além de que a velhice também pode ser percebida de modos diferentes. Assim, uma pessoa pode se considerar velha cronologicamente, mas jovem de espírito, com vontade para viver, com força física (vitalidade), além de desejos e ambições. Enquanto, que outra da mesma idade pode se perceber cansada, acabada, sem perspectivas de vida.

De forma geral, não é simples entender o que se passa no pensamento do outro em relação ao envelhecimento, visto que sempre existirão aqueles que envelhecem de forma consciente (eu-idoso), buscando um envelhecimento saudável (HANNA; NOELKER; BIENVENU, 2015). Por outro lado, também existirão aqueles com baixo engajamento para estender os anos de vida com qualidade (eu-velho). Estudos têm mostrado que o despreparo para envelhecer pode ser prejudicial tanto para o indivíduo, como para sociedade (BAARS, 2010). Isso significa dizer que o ser humano deveria planejar seu envelhecimento com tempo suficiente para lá na frente não ser surpreendido pelo conjunto de alterações deste processo.

O TEMPO

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (AGOSTINHO, 1973).

Na concepção do filósofo medieval Agostinho, o tempo era uma criação de Deus, logo inseparável da própria criação do universo. Segundo Agostinho, o mundo seria o habitat dos homens, e esses responsáveis por atribuir significado as coisas do mundo, enquanto, que o tempo consistiria em parte integrante da estrutura da consciência humana (BATISTA, 2006). Nessa perspectiva, a relação do homem com o tempo transitaria por uma condição existencial, artifício para que o homem seja/exista em sua facticidade. Conforme os filósofos Martin



Heidegger e Jean-Paul Sartre, os fatos concedem aspecto de existência aos homens (FEIJOO; MATTAR, 2014), neste contexto, subentende-se a facticidade como um elemento capaz de gerar situações oportunas à consciência da própria existência. Assim, é a existência a responsável por lançar o homem ao mundo, o qual se encontra órfão porque está submetido aos fatos, às necessidades da vida e, não obstante, às determinações dos próprios homens.

No estudo comparativo desenvolvido por Batista (2006) sobre o tempo em Agostinho e Bergson, o autor destacou, que embora Agostinho só reconhecesse o tempo presente, ele também se referiu ao passado em sentido à memória e ao futuro por meio do termo intenção. Outra questão que aproximaria Bergson a Agostinho incide na eternidade, que em razão do período de vida de cada filósofo não foi considerado por ambos de modo idêntico, porém similar. Bergson trabalhou a eternidade como continuação da duração da consciência, uma vez que seus estudos foram voltados para o organismo humano. Enquanto, que Agostinho não intencionou medir a eternidade ou mesmo o tempo, pois para ele seriam coisas incomensuráveis. De acordo com Agostinho, para mensurá-los seria necessário torná-los visíveis e/ou palpáveis (*re extensa*). O termo *res extensa* foi introduzido na filosofia por Descartes ao abordar a “coisa pensante” (*res cogitans*) e o sujeito pensante que no exercício de seu intelecto se depara com barreiras criadas pela “coisa externa” (*res extensa*), que é o corpo.

No presente estudo, a relação do tempo com o envelhecimento é acompanhada por dois pontos de vista. O primeiro é de um “eu-idoso” que se refere ao posicionamento consciente do indivíduo frente ao processo tempo *versus* envelhecimento. Um exemplo prático disso é quando o indivíduo age/reage para retardar ou evitar a série de transformações “biopsicofuncionais” que o organismo sofre. A segunda perspectiva é de um “eu-velho” que identifica um *modus operandi* passivo. Neste caso, o indivíduo não busca alternativas para conviver ou enfrentar as mudanças geradas pelo envelhecimento progressivo.

No caso do “eu-idoso” temos uma questão interessante que é a redução gradual do tempo produtivo do indivíduo. Entretanto, nesse ponto, também devemos nos questionar: O que significa ser produtivo e para quem pessoas idosas devem ser produtivas? Beauvoir abordou o caso sob a forma de projeto de vida, uma espécie de construção consciente do “eu”. No entanto, tendencialmente idosos muitas vezes abrem mão de se reconhecerem como produtivos para a sociedade, atribuindo isso aos mais jovens. Por essa razão, quando idosos refletem sobre o tempo, eles se afastam do futuro, concentrando-se nas experiências passadas.



E, assim, eles se refugiam-se no hábito. Ademais, tal qual as crianças, idosos "sonham acordados", além de se satisfazerem pelo ato de contar histórias. Segundo Beauvoir (1970), a idade altera nossa relação com o tempo, pois a medida que os anos passam nossa perspectiva de futuro automaticamente é reduzida (finitude). Na busca pelo entendimento sobre a relação entre tempo e projeto de vida Beauvoir (1970, p. 435) descreveu:

O tempo que um homem considera como seu é aquele em que ele concebe e realiza seus projetos: então chega um período em que eles se fecham atrás dele. O homem idoso, improdutivo e impotente, se vê como uma sobra de uma época anterior. Por isso, ele tão prontamente se volta para o passado: isso foi o tempo que pertencia a ele, o tempo em que ele se via como um indivíduo de primeira classe, um ser vivo.

Por outro lado, à medida que o tempo passa, nossa sabedoria aumenta e é exatamente ela que nos alerta sobre a velocidade do tempo. Sua aceleração pode causar angústias, medo, insegurança, mas, também prazer, alegria, contemplação. Assim, embora idosos percebam o avanço "acelerado" da vida, sua percepção de futuro pode ser incerta devido ao conjunto de transformações de caráter fisiológico, funcional, emocional e social sentidas dia a dia (MCHUGH; GIL, 2018). Vale ressaltar que Beauvoir reconheceu a diferença da vida/existência que cada pessoa possui, isso mostra o viés fenomenológico da autora que valorizou substancialmente na relação "tempo-projeto de vida" o mundo vivido, ou seja, a experiência do "eu" junto aos fenômenos.

Um segundo ponto de vista de Beauvoir sobre a relação tempo versus envelhecimento diz respeito ao *modus operandi*, ou seja, como o indivíduo encara em sentido prático (age) para atenuar as alterações causadas pelo tempo/idade ao seu organismo. Neste momento vamos considerar duas situações para o entendimento da questão: i) a de ser e/ou de estar "velho", ii) a de ser e/ou de estar "idoso". No primeiro exemplo, nos referimos a adoção de uma posição passiva frente às vicissitudes geradas pelo processo do envelhecimento. Enquanto, que no segundo exemplo há o engajamento do indivíduo, quando ele encara o tempo de modo operacional e consciente. O fato também foi referido pela Organização Mundial de Saúde como "*active aging*" (WHO, 2002) e, posteriormente, inserido por pesquisadores como "*successful aging*" (ROWE; KAHN, 2015).

A literatura é rica de estudos que mostraram os danos que o envelhecimento pode causar a saúde (SUN; YOULE; FINKEL, 2016; SERGIEV; DONTSOVA; BEREZKIN, 2017). Do ponto de vista psicossocial, a partir do 60 anos o indivíduo é confrontado com questões até certo ponto novas, que podem gerar crises de identidade que exigem a reorganização dos projetos



de vida (BEZERRA, 2015). Isso força o indivíduo a criar artifícios originais para viver/sobreviver no tempo presente, sem permitir que as memórias do passado se tornem obstáculos para o planejamento e execução do tempo futuro. Um exemplo clássico dessa situação conflitante capaz de gerar a ruptura de identidades é a aposentadoria (SILVA, 1999), outro é a perda de familiares ou do conjugue em idade avançada (CAUDURO, BÓS, CAUDURO et al., 2013) e, não obstante, a internação em instituição de longa permanência (MOURA et al., 2018).

Outra questão a considerar sobre o *modus operandi* incide na consciência do tempo em relação a formação de identidades (VELÔSO et al., 2017), uma vez que somos sujeitos híbridos. A identidade é basicamente um ato reflexivo moldado consecutivamente pelas alteridades vivenciadas no cotidiano (POLGER, 2009). No caso do envelhecimento, é necessário considerar que a consciência do tempo está conexas à percepção das coisas presentes, pois idosos, muitas vezes, têm a impressão de serem sobreviventes do passado (BEZERRA, 2015). Logo atitudes como acolhimento, carinho, alegria e atenção com a pessoa idosa contribuem para que ela perceba a si própria e próprio entorno com mais alegria e satisfação, gerando boas memórias (RABELO; NERI, 2013).

BEAUVOIR E A VELHICE NA SOCIEDADE ATUAL

Ao abordar o desprezo apresentado pela sociedade com os velhos, Beauvoir (1970) atribuiu o motivo disso, entre outros, aos interesses e às metas da política de desenvolvimento econômico traçadas pelas nações. Segundo a filósofa, a falta de espaço que a sociedade moderna oferece aos idosos é consequência da sua condição de desempenho físico e cognitivo, que comparativamente é inferior às pessoas jovens. Beauvoir destacou que toda a sociedade tende a viver e sobreviver, contudo, isso estaria fortemente ligado ao vigor e a fecundidade (juventude). Por essa razão, indivíduos velhos seriam vistos como pessoas desgastadas e estéreis. Em geral, a velhice está fortemente associada a marcadores ligados ao corpo, que participam ativamente na composição de nossas identidades (LIMA; RIVEMALES, 2013). Entretanto, apresentamos dificuldades para compreender e aceitar que a maioria dos marcadores corporais tanto não são fixos, como estáveis. Outra coisa que desconsideramos é que o corpo é um forte componente do “eu”, o qual se encontra em contínua construção.

Historicamente idosos vêm sendo associados aos termos dependência e improdutividade, o que difere dos atributos designados aos mais jovens, considerados como



o alicerce, portanto, futuro da sociedade. Nessa perspectiva, idosos são vistos como âncoras que podem atrasar o desenvolvimento econômico de uma nação. Em sentido histórico, Beauvoir (1970) teceu uma interessante analogia, dizendo que antes era função do ancião fazer chover, prever o futuro, ensinar aos jovens os segredos da pecuária, do cultivo das plantas e da cura medicinal. Entretanto, nos tempos modernos, esses valores já não são mais importantes porque as pessoas mais velhas teriam perdido seus postos na sociedade (*status quo*), não sendo mais úteis para sobrevivência da espécie. Por fim, Beauvoir complementa: “Ao invés de valorizarmos a experiência sobrevinda com a idade, a “maturidade”; reduzimos e sufocamos a memória e os projetos dos idosos, roubamos-lhes a confiança, as possibilidades de caminho e de sentido. Também nos recusamos a nos reconhecer no velho que seremos” (BEAUVOIR, 1970, p. 221).

No capítulo IV, intitulado “A Velhice na Sociedade de Hoje”, Beauvoir faz referência a Jean-Paul Sartre por meio de uma analogia entre adultos e velhos:

O que se passa no caso da relação do adulto com o velho é o inverso. O velho – salvo exceções – não *faz* mais nada. Ele é definido por uma *exis* e não mais por uma *práxis*. O tempo o conduz a um fim – a morte – que não é o *seu* fim, que não foi estabelecido por um projeto. E é por isso, que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma espécie “estranha”, na qual eles não se reconhecem. (BEAUVOIR, 1970, p. 324).

A filósofa estendeu a reflexão destacando que, de forma geral, os adultos vivem em si próprios não conseguindo retornar ao passado, sendo incapazes de pensar como crianças. Do mesmo modo, que sua habilidade para se imaginarem como indivíduos velhos inexistente, vivendo assim isolados em um hiato. Entretanto, são os adultos que regem a política e a economia, embora, não reconheçam os velhos como categoria ainda capaz de produzir. Sendo assim, investem com maior certeza nas crianças e adolescentes, pois entendem que o vigor é a melhor opção. Beauvoir (1970) sugere que seria mais prudente associar a pujança dos jovens com a experiência dos mais velhos. A autora intitula a questão como reciprocidade entre adultos e velhos, concluindo que o caso é complexo, portanto, não teria subsídios suficientes para ampliar e fundamentar a discussão.

Ao final, do texto “Velhice”, Beauvoir (1970) compara dados demográficos referentes à população idosa de países europeus, africanos, asiáticos e até mesmo do Brasil. Ela faz questão de destacar que a busca foi realizada em bancos de dados franceses e internacionais, ressaltando ainda que durante o estudo teria dialogado com diferentes profissionais da área da Gerontologia. Os dados exibem estratégias traçadas por governantes



dos países nórdicos, bem como, a preocupação do parlamento inglês, já naquela época, com os custos que o envelhecimento causaria aos cofres públicos e às gerações futuras.

As reflexões de Beauvoir evidenciaram a valorização da sociedade ao longo dos anos por termos como vigor, juventude e beleza dos corpos. Com isso, os marcadores do corpo foram se transformando em critérios de julgamento da capacidade de produção humana, ofuscando o potencial criador dos idosos. Essa atitude contribuiu para o fortalecimento do “ageismo” (FRANÇA et al., 2017), influenciador dos nossos modos de pensar e de agir com as pessoas idosas. Isso significa dizer que é a partir da percepção da idade de uma pessoa, que deduzimos suas habilidades funcionais, sociais e cognitivas e, por conseguinte, deliberamos julgamentos e condutas.

As reflexões de Beauvoir continuam atuais, pois trataram importantes tópicos do envelhecimento como o cuidado, a atenção, o respeito, e igualmente, os custos do envelhecimento, sem desmerecer a busca por respostas sobre o que significa ser idoso na sociedade moderna. Concluímos que as reflexões da obra “Velhice” podem contribuir ainda hoje significativamente para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascer, crescer, amadurecer, envelhecer, morrer são fatos inerentes da vida. As considerações de Beauvoir, na obra “Velhice”, teceram reflexões existencialistas e fenomenológicas. Sua abordagem enfatizou a rejeição mascarada que pessoas idosas vêm recebendo da sociedade ao longo dos séculos. Outro ponto assinalado pela autora foi que mulheres idosas são duplamente discriminadas, e isso seria uma herança sociocultural.

Cada sociedade ou pessoa interpreta e representa o corpo ao seu modo, o fato ratifica a questão de que o corpo é um construto discursivo composto por múltiplas facetas. A questão está associada a uma série de clichês que nos direcionam a considerar o idoso a partir de suas limitações. Um exemplo disso, é a perspectiva biológica do envelhecimento humano, fundamentada basicamente no processo saúde-doença.

Por fim, o texto mostrou que assumir o tempo como única variável de medida do envelhecimento não seria o ideal, visto que o processo é multifatorial. Nesse contexto, deve-se considerar que cada pessoa apresenta particularidades genéticas e ambientais que irão



configurar seu envelhecimento. Em se tratando do planejamento do envelhecimento, observamos que uma atitude sensata consiste em assumir posicionamentos que direcionem o processo para um envelhecimento bem-sucedido (eu-idoso). Além do mais, é fundamental harmonizar nosso entendimento sobre os valores que atribuímos à idade, pois, ao mesmo tempo que almejamos viver por um longo tempo, não aceitamos as inevitáveis alterações que o corpo pode sofrer.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo; DE HIPONA, Bispo. **O homem e o tempo**. Confissões: livro XI. São Paulo: Abril, 1973.

AMARYA, Shilpa; SINGH, Kalyani; SABHARWAL, Manisha. Ageing process and physiological changes. **Gerontology**, p. 3-24, jul., 2018.

BAARS, Jann. Philosophy of aging, time, and finitude. In: COLE, Thomas R.; RAY, Ruth E.; KASTENBAUN, Robert (Eds.). **A guide to humanistic studies in aging**. Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press, 2010.

BATISTA, João Bosco. Abordagem fenomenológico-existencial do tempo a partir do livro XI de confissões, de Santo Agostinho. **Existência e arte**, v. 2, n. 2, p. 1-4, 2006.

BEZERRA, Paulo Victor. Oficinas de psicologia com idosos e as possibilidades de resignificações do presente e futuro. **Kairós Gerontologia**, v. 18, n. 3, p. 433-455, 2015.

CAUDURO, Adroaldo; GONÇALVES, Ângelo José; CAUDURO, Maria Heloísa Fialho. Fatores associados a morar sozinho e suas diferenças regionais em idosos residentes de Porto Alegre e Manaus. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 18, n. 2, p. 349-365, 2013.

DA COSTA João Pinto e colaboradores. A synopsis on aging - theories, mechanisms and future prospects. **Ageing research reviews**, v. 29, p. 90-112, 2016.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? **Revista de ciências humanas**, v. 18, n. 2, p. 1-23, 2018.

DE BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; MATTAR, Cristine Monteiro. A fenomenologia como método de investigação nas filosofias da existência e na psicologia. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 30, n. 4, p. 441-447, 2014.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho e colaboradores. Ageism in the organizational context - the perception of brazilian workers. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 20, n.



6, p. 762-772, dez., 2017.

HANNA, Gay Powell; NOELKER, Linda S.; BIENVENU, Beth. The arts, health, and aging in America: 2005-2015. **Gerontologist**, v. 55, n. 2, p. 271-277, 2015.

HARRIDGE, Stephen D. R.; LAZARUS, Norman R. Physical Activity, aging, and physiological function. **Physiology**, v. 32, n. 2, p. 152-161, 2017.

LAUENROTH, Andreas; IOANNIDIS, Anestis; TEICHMANN, Birgit. A proposed panel of biomarkers of healthy ageing. **BMC Medicine**, v. 13, n. 1, p. 222-230, 2015.

LIMA, Claudia Feio da Maia; RIVEMALES, Maria da Conceição Costa. Corpo e envelhecimento: uma reflexão. **Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 18, n. 1, p. 153-166, 2013.

MCHUGH, Domhnall; GIL, Jesús. Senescence and aging: causes, consequences, and therapeutic avenues. **Journal of cell biology**, v. 217, n. 1, p. 65-77, 2018.

MOURA, Wanderlanya Cristina Silva; DE AQUINO, Paula Marques Lima Pessoa; AQUINO, Thiago Antono Avellar De. Consciência da finitude e valores humanos: um estudo com idosos em instituições de longa permanência. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 23, n. 3, p. 9-25, 2018.

POLGER, Thomas W. Identity Theories. **Philosophy compass** v. 4, n. 5, p. 822-834, 2009.

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. **Revista kairós gerontologia**, v. 16, n. 6, p. 43-63, 2013.

ROWE, John W; KAHN, Robert L. Successful Aging 2.0: conceptual expansions for the 21st century. **Journals of gerontology, series b: psychological sciences and social sciences**, v. 70, n. 4, p. 593-596, 2015.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Envelhecimento: visão de filósofos da antiguidade oriental e ocidental. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 2, n. 1, p. 88-94, 2001.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de psicologia**, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

SERGIEV, Petr V.; DONTSOVA, Olga A; BEREZKIN, Grigory V. Theories of aging: an ever-evolving field. **Acta naturae**, v. 7, n. 24, p. 9-18, 2015.

SILVA, Maria da Glória Silva. Idosos aposentados: representações do cotidiano. **Estudos interdisciplinar envelhecimento**, v. 1, p. 89-101, 1999.

SUN, Nuo; YOULE, Richard J; FINKEL, Toren. Review the mitochondrial basis of aging. **Molecular cell**, v. 61, n. 5, p. 654-666, 2016.



VELÔSO, Thelma Marai Grisi e colaboradores. Descrições sobre a velhice: a identidade terceira idade em depoimentos de idosos. **Estudos interdisciplinar envelhecimento**, v. 22, n. 3, p. 79-97, 2017.

VON ZAUBE, Newton Aquiles. A fenomenologia como retorno à ontologia em Martin Heidegger. **Trans/form/ação**, v. 34, n. 2, p. 85-101, 2011.

WHO-WORLD HEARTH ORGANIZATION. Active ageing: a policy framework. **The aging male**, v. 5, n. 1, p. 1-37, 2002.

Dados do autor:

Email: marcelo.nascimento@univasf.edu.br

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, Petrolina, PE, CEP: 56304-917, Brasil

Recebido em: 29/03/2021

Aprovado em: 17/06/2021

Como citar este artigo:

NASCIMENTO, Marcelo de Maio. A velhice segundo Simone de Beauvoir: considerações para uma gerontologia do envelhecimento. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 237-250, set./ dez., 2021.